



PLHIS - LONDRINA - 2011 PLANO



PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE LONDRINA

Plano de Ação PLHIS - LONDRINA

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE LONDRINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA
GRUPO DE TRABALHO DO PLHIS
EQUIPE TÉCNICA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE LONDRINA
CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE LONDRINA
CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE
CONSELHO DAS CIDADES
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE LONDRINA

EDITAL DE PP Nº 009/2010 – COHAB-LD – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 034/2010
INSTITUTO FAZER DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - EMAIL: institutofazer@sercomtel.com.br – FONE: 3348-1700

Equipe Técnica Contratada: Instituto Fazer de Desenvolvimento Econômico e Social

- ROSEMARI FRIEDMANN ANGELI - Coordenadora e Pedagoga
 - CILIANE CARLA SELLA DE ALMEIDA – Advogada
- SILVIA ROSA ROLIM DE MOURA JANUÁRIO - Arquiteta e Urbanista
 - BÁRBARA LEMOS GUELFY – Arquiteta
 - MARCIA REGINA LOPEZ ARANTES – Geógrafa
 - MARIA YORIKI HINO - Geógrafa
- ZULEICA AMARAL ALVES DE LIMA – Administradora
- SOLANGE MAYUMI NOZAKI SOUZA - engenheira civil
- MARA REGINA RODRIGUES - Assessora Administrativa

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE LONDRINA

Este documento contém as propostas de intervenção para o enfrentamento do déficit habitacional no Município de Londrina, com intervenções previstas em três segmentos interdependentes: Intervenção na ordem jurídico legal, na área organizacional e no déficit habitacional presente e projeção futura.

ÍNDICE	PG
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - RESUMO DO DIAGNÓSTICO PLHIS	11
I LONDRINA NO CONTEXTO REGIONAL.	14
II- DISPONIBILIDADE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS.	54
III MARCOS LEGAIS E NORMATIVOS	82
IV ANÁLISE DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVAS	85
V - DÉFICIT HABITACIONAL DO MUNICÍPIO	92
VI - SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES	104
CAPÍTULO II - PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS LONDRINA	110
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.	110
1. PRINCÍPIOS DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL PLHIS/LONDRINA	111
2. DIRETRIZES DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.	112
3. OBJETIVOS DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.	114
CAPÍTULO III - PLANO DE AÇÃO DO PLHIS	115
1. EIXO ESTRUTURANTE – SOLO	116
2. EIXO ESTRUTURANTE LEGISLAÇÃO	117
3. EIXO ESTRUTURANTE DE ORGANIZAÇÃO	120
4. EIXO ESTRUTURANTE INSTITUCIONAL	122
5. EIXO ESTRUTURANTE HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA	122
CAPÍTULO IV - PROGRAMAS HABITACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL	157
1. PROGRAMAS E FONTES DE FINANCIAMENTO	157
2. FUNDOS HABITACIONAIS ATIVOS E PROGRAMAS HABITACIONAIS	161
CAPÍTULO V - SISTEMA DE GESTÃO E INTEGRAÇÃO DE PRIORIDADES	168
1. SISTEMA DE GESTÃO	168
2. SISTEMA DE INFORMAÇÕES	169
3. FLUXO DE GESTÃO DE RECURSOS PARA A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	170
4. INTEGRAÇÃO DE PRIORIDADES DO PLHIS	171
CAPÍTULO VI - MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLHIS	181
1. Objetivos e Metas do PLHIS/Londrina	181
2. Matrizes de monitoramento e avaliação	182
3. Avaliação do PLHIS.	192
4. Revisão.	192
BIBLIOGRAFIA	193
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	198
Índice de Tabelas	
Tabela 01 - Região Metropolitana de Londrina, participação dos Municípios – 1991, 2000,	18
Tabela 02 - Índice de Des. Humano no Mun. de Londrina e regiões selecionadas no Paraná – 2000.	18
Tabela 03 - Índice de Desenvolvimento Humano e Renda Per Capita nos Municípios da Região Metropolitana de Londrina e Cidades de Curitiba e Maringá – 2000	19
Tabela 04 - Coeficiente de mortalidade infantil, taxa de pobreza e taxa de analfabetismo no Município de Londrina e regiões selecionadas no Paraná – 2010.	19
Tabela 05 - Taxa de variação das receitas do Município, Estado e União	28
Tabela 06 - Classificação do rendimento familiar em Londrina e no Paraná Censo/2000	35
Tabela 07- Veículos Automotores Registrados em Londrina no período de 2000/2010.	59
Tabela 08 - Indicadores Comparativos de eficiência entre modos de transporte	60

Tabela 09 – Indicadores Comparativos de eficiência entre Espaço Consumido e Passageiros Transportados.	60
Tabela 10 - Valores da Tarifa de Água e Esgoto	66
Tabela 11 - Tarifa média Nacional para o consumo de água e esgoto Brasil, Região Sul, Paraná, Londrina – 2008	66
Tabela 12 - Deficiência nas redes de galerias de águas pluviais em Londrina.	69
Tabela 13 - UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 2009	72
Tabela 14 - HOSPITAIS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 2009	74
Tabela 15 - Matrículas no Ensino Regular segundo a dependência Administrativa - 2009	75
Tabela 16 - Matrículas na Educ. Especial e de Jovens e Adultos segundo a dependência Administrativa 2009	77
Tabela 17- Matrículas e Concluintes na educ. sup. segundo a Dependência Administrativa – 2008	77
Tabela 18 - População cadastrada na rede socioassistencial de Londrina, por CRAS, pessoas e média de pessoas por domicílio e beneficiários do Programa Bolsa Família	79
Tabela 19– Perfil do Cadastro Único em Londrina - Novembro/2010	79
Tabela 20 – Benefícios Assistenciais Concedidos – 2009/2010	80
Tabela 21– Serviços de Proteção Social Básica - 2010	80
Tabela 22 - Serviços de Proteção Social Especial - 2010	81
Tabela 23 – Déficit Habitacional - Reposição de Estoque	95
Tabela 24 - Famílias Conviventes, por Situação do Domicílio - 2000	96
Tabela 25 - Adensamento Urbano Excessivo (1), por Faixas de Renda - 2000	97
Tabela 26 - DOMICÍLIOS URBANOS ALUGADOS, POR FAMÍLIAS C/ RENDA ATÉ 3 S. M. - 2000	98
Tabela 27 – Inadequação Domiciliar - Inadequação de Moradias	98
Tabela 28 - Domicílios Urbanos (1) Sem Banheiro, por Faixas de Renda - 2000	99
Tabela 29 – Inadequação Domiciliar - Inadequação de Infraestrutura - Iluminação	100
Tabela 30 – Inadequação Domiciliar - Inadequação de Infraestrutura - Abastecimento de água	100
Tabela 31 – Inadequação Domiciliar - Inadequação de Infraestrutura - Instalação Sanitária	101
Tabela 32 - Critérios de Carência de Infra-Estrutura Urbana (1) - 2000	102
Tabela 33 – Inadequação Domiciliar - Inadequação de Infraestrutura - Coleta de lixo	102
Tabela 34 – Inadequação Domiciliar - Inadequação Fundiária	103
Tabela 35 – Projeção de déficit habitacional para o Município de Londrina a partir de 2010	104
Tabela 36 - Síntese dos Condicionantes, Deficiências e Potencialidades dos fatores que impactam a política habitacional	105
Tabela 37– Resumo recursos necessários para AÇÃO 1	125
Tabela 38 – Ação 1 - Região Central	126
Tabela 39 - Ação 1 - Região Norte	127
Tabela 40 - Ação 1 - Região Sul	131
Tabela 41 - Ação 1 - Região Leste	135
Tabela 42 - Ação 1 - Região Oeste	142
Tabela 43 - Ação 1 - Distritos e Patrimônios	143
Tabela 44– Resumo recursos necessários para AÇÃO 2	146
Tabela 45 – Ação 2 - Região Central	147
Tabela 46 – Ação 2 - Região Norte	148
Tabela 47 – Ação 2 - Região Sul	149
Tabela 48 – Ação 2 - Região Leste	150
Tabela 49 – Ação 2 - Região Oeste	151
Tabela 50– Resumo recursos necessários para AÇÃO 3	153
Tabela 51 – Resumo recursos necessários para AÇÃO 4	153
Tabela 52 - Ação 5 - Geral	155
Tabela 54 - Demonstrativo de Investimentos - R\$ em 10 anos	172

Índice de Mapas

Mapa 01- Localização das Rodovias, Ferrovias e Aeroportos da Mesorregião Norte Central Pr.	14
Mapa 02 - Regiões geográficas do Paraná	17
Mapa 03 - Deficiência de Drenagem Urbana em Londrina.	72
Mapa 04 - Área de abrangência das UBs- Londrina	75

Índice de Gráficos

Gráfico 01 - Participação Média das receitas na receita corrente.	21
Gráfico 02 – Participação média dos componentes da receita tributária na receita corrente	21
Gráfico 03 – Participação média dos tipos de impostos na receita corrente	22
Gráfico 04 – Participação média das receitas de transferências correntes na receita corrente	22
Gráfico 05 – Participação média da Transf.rência Intergov. da União na receita corrente	23
Gráfico 06 – Participação média da Transf. Intergov. do Estado na receita corrente	23
Gráfico 07 – Comparativo da variação das receitas em relação ao IGPD	24
Gráfico 08 - Comparativo da variação dos componentes da receita tributária em relação ao IGPD	24
Gráfico 09 – Comparativo da variação dos componentes dos impostos em relação ao IGPD	25
Gráfico 10 – Comparativo da variação das Transferências correntes com IGPD	26
Gráfico 11 – Comparativo das transferências da União	26
Gráfico 12 – Comparativo da variação dos componentes das Transf. Intergov.do Est. com IGPD.	27
Gráfico 13 – Comparação entre receitas do Município, Estado e União.	27
Gráfico 14 – Comparação da população entre os municípios no período 1999/2008	29
Gráfico 15 – Comparação entre os municípios do VAF no período de 1996/2009	30
Gráfico 16- Comparação entre os municípios do Valor Adicionado Fiscal per capita	31
Gráfico 17– Taxa de variação das cotas de participação do FPM, ICMS, IPVA e IGPD de 1997 a 2009	32
Gráfico 18 – Comparativo da renda média entre os municípios no período de 2003/2009	32
Gráfico 19 – Participação percentual por faixa de renda no Paraná	33
Gráfico 20 – Taxa de crescimento por faixa na renda das famílias do Paraná.	34
Gráfico 21– Comparação da geração de empregos entre os municípios no período de 1996/2009	36
Gráfico 22– Comparação da geração de empregos per capita entre os municípios no período de 1996/2009	37
Gráfico 23 - Comparativo da renda média entre os municípios no período de 2003/2009	38
Gráfico 24 - Participação percentual por faixa de renda no Paraná	39
Gráfico 25 - Taxa de crescimento por faixa na renda das famílias do Paraná.	40
Gráfico 26 – Composição média do PIB no município de Londrina 1999/2008	40
Gráfico 27 - Composição média do PIB nos municípios do Paraná 1999/2008	41
Gráfico 28 – Taxa de crescimento do PIB nos municípios avaliados 1999/2008	41
Gráfico 29 - Taxa de crescimento do PIB per capita nos municípios avaliados 1999/2008	42
Gráfico 30 – Taxa de crescimento do PIB Agrícola nos municípios avaliados 1999/2008	42
Gráfico 31 – Taxa de crescimento do PIB Industrial nos municípios avaliados 1999/2008	43
Gráfico 32 – Taxa de crescimento do PIB de Serviços nos municípios avaliados 1999/2008	44
Gráfico 33 – Taxa de crescimento dos impostos municipais 1999/2008	45
Gráficos 34 a 49 – Demonstrativos de Investimentos	173/180

INTRODUÇÃO

A elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social no Município de Londrina orientou-se pelo que foi estabelecido na etapa de definição da metodologia, (produto 1.2 do contrato administrativo 000.766 com a Companhia de Habitação de Londrina-COHAB-LD).

Este documento, para atender as exigências formais, deveria contar com um resumo do diagnóstico, a definição de diretrizes e objetivo, as propostas de intervenção e finalmente a apresentação da modalidade de monitoramento, avaliação e revisão.

Uma etapa fundamental para a confecção do plano foi a elaboração do diagnóstico, onde se identificou os problemas e carências que deveriam ser compreendidos e avaliados para darem suporte a formulação do conjunto de intervenções necessárias para fazer frente ao déficit habitacional.

A seleção destes elementos tomou como referência a compreensão de que a moradia é um conjunto de condições que devem estar contempladas na configuração do espaço urbano, que vai muito além da oferta da unidade habitacional e do favorecimento às condições para o seu acesso. Não se reduz, apenas, na oferta de infraestrutura e serviços públicos, mas também na articulação de uma perspectiva de relacionamento com o território e de sua ação sobre ele.

O desenvolvimento econômico e social, as características físicas e suas dinâmicas, as necessidades da população, o aparato legal e normativo que disciplina o viver na cidade, as estruturas administrativas local, a disponibilidade de recursos, os atores sociais que atuam etc. desenharam um contexto global onde se insere a problemática da habitação, particularmente da habitação popular destinada às pessoas que não auferem renda suficiente para disputar as oferta do mercado.

Essa complexidade de fatores não é passível de ser enfrentada isoladamente por um ou outro ente público, nem mesmo pelo conjunto de diferentes estruturas nos diversos níveis de governo. O desenvolvimento econômico e social não garante por si só a distribuição justa do direito de inclusão ativa no território. Esta é uma tarefa política do conjunto social, que deve desenvolver mecanismos, instituições e um aparato regulador que dê vida à expressão das contradições. Ou seja, a construção e consolidação de espaços políticos.

Em Londrina há uma tradição que marca sua trajetória política. A sociedade foi sempre ágil em mobilizar-se para responder a desafios: construiu aparato institucional de participação social em várias áreas, além de contar com centenas de organizações da sociedade civil que atuam reivindicando espaços de participação e decisão.

Londrina expressa uma dinâmica ímpar neste particular. Por outro lado, a cidade mantém uma atividade intensa na área da construção civil. Os empreendedores da área operam alterando a fisionomia da cidade. O poder público investe para responder às demandas que se apresentam. Assim, casas são construídas, trânsito é freqüentemente reordenado, as concessionárias de serviços cumprem suas agendas.

A inexistência de regulação e controle de todos os processos reduz a capacidade do poder público agir preventivamente e pró-ativamente.

A ação preventiva diz respeito à intervenção no sentido de evitar ações sobre o território que venham ao longo do tempo trazer prejuízos econômicos, sociais, humanos e ambientais.

A ação pró-ativa diz respeito à capacidade do poder público de direcionar processos de crescimento e desenvolvimento dentro de um desenho, onde a ação da iniciativa privada e sua própria ação sejam capazes de potencializar o uso dos recursos físicos, financeiros e humanos com vistas a produção de uma cidade sustentável, humanizada e harmônica. Onde os direitos fundamentais de cada morador estejam garantidos, independente de sua condição financeira.

Este plano pretende ser um documento orientador das intervenções públicas na área da habitação, pois da identificação dos problemas e carências foi traçado um conjunto de propostas direcionando sua solução ou superação.

A base do plano é constituída por uma matriz que identificou os eixos estruturantes para intervenção, definiu as metas a serem atingidas, determinou os indicadores de desempenho, definiu prazos para sua realização, identificou as fontes de recursos e projetou os valores a serem investidos

O plano está apresentado em 6 capítulos. No primeiro fez-se um resumo do diagnóstico e a partir dele se construiu um quadro de identificação dos condicionantes, deficiências e potencialidades- (CDP). O segundo capítulo apresentou os princípios, as diretrizes e os objetivos definidos. No terceiro capítulo discutiu-se a metodologia de construção do plano e apresentou as matrizes por eixo estruturante com suas respectivas descrição.

O quarto capítulo identificou as fontes de financiamento com os respectivos programas que estas financiam.

O quinto capítulo apresentou a proposição do sistema de gestão e apresentou um quadro de integração de prioridades e finalmente, o sexto capítulo apresentou a proposta de modalidade de monitoramento, avaliação e revisão do plano.

Acrescentou-se uma conclusão e a bibliografia consultada.

Este plano foi discutido, em Curso de Capacitação, pelos Conselheiros da Habitação, Municipal da Cidade, da Cidade e do Meio Ambiente além dos membros dos demais Conselhos Municipais que foram convidados à participar do mesmo, que também teve a participação do Grupo de Apoio Institucional, da Equipe Coordenadora do PHLIS, funcionários da COHAB-Ld, IPPUL, SEMA e demais agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil que foram convidados a participar.

A apresentação e discussão tiveram como finalidade avaliar, reformular ou consolidar as propostas. Este resultado indicou o formato final do plano, que foi votado e aprovado em reunião ampliada do Conselho Municipal de Habitação.

RESUMO DO DIAGNÓSTICO PLHIS

O diagnóstico da questão habitacional, no Município de Londrina, teve como referência a compreensão de que a moradia é um conjunto de condições que devem estar contempladas na configuração do espaço urbano. Considerou que para além da oferta da unidade habitacional e do favorecimento às condições para o seu acesso, a infra-estrutura de serviços públicos e equipamentos urbanos definem como se estabelecem o relacionamento com o território e sua ação sobre ele.

Para enfrentar o déficit habitacional é necessário compreender o processo de crescimento e desenvolvimento da cidade: o desenvolvimento econômico e social, as características físicas e suas dinâmicas, as necessidades da população, o aparato legal e normativo que disciplina o viver na cidade, as estruturas administrativas local, a disponibilidade de recursos, os atores sociais que atuam etc.

A compreensão de toda esta complexidade de fatores esbarrou nos limites estabelecidos para este projeto. A qualidade e atualidade dos dados disponíveis: constituíram-se em condicionantes importantes das análises realizadas, o que em muitas circunstâncias conferiram-lhe um caráter marcadamente provisório.

A análise do aparato legal e normativo, particularmente a Lei de ZEIS e a de Uso e Ocupação do Solo, ressaltou o fato de que em muitas situações este ainda está em fase de elaboração ou de aprovação pela Câmara Municipal, o que limita uma leitura adequada do impacto que estes provocarão. Além disso, a não regulamentação de diversos instrumentos do Estatuto da Cidade, já previstos no Plano Diretor Participativo do Município de Londrina, resulta em cenários de baixa previsibilidade.

Por outro lado, a cidade mantém sua dinâmica: casas são construídas, trânsito é freqüentemente reordenado, as concessionárias de serviços seguem suas agendas. Os diferentes órgãos públicos atuam para garantir a dinâmica da cidade. Na área de habitação a intensa atividade na produção de moradias, através do Programa Minha Casa Minha Vida muda rapidamente os cenários, redesenha o espaço urbano, redefine as demandas, numa realidade em rápida transformação.

O diagnóstico correspondeu, assim, na organização e análise dos dados e informações disponíveis em relação à cidade e sua dinâmica, voltado para a qualificação das carências habitacionais, para se traçar um plano de intervenção que responda às necessidades instaladas e que projete ações para o atendimento das necessidades geradas pela demanda demográfica.

Foi dividido em 5 (cinco) partes. Cada uma destas partes foi subdividida em capítulos, abrangendo, dentro dos limites indicados acima, o conjunto de informações necessárias para a elaboração do PLHIS.

A **primeira parte** do diagnóstico constituiu-se numa leitura do Município de Londrina. Tratou da inserção do Município de Londrina no contexto regional, já que o Município é área de influência de uma vasta região, com contato privilegiado com um grande número de municípios de pequeno e médio porte do Estado, principalmente os que ficam nas bacias dos Rios Paranapanema e do Ivaí. Enquanto as atividades econômicas são beneficiadas por esta

dinâmica, atraindo um amplo espectro de consumidores, as estruturas urbanas são impactadas por esta mesma dinâmica: pressão sobre o trânsito e sistema viário, sobre os serviços de saúde, sobre o custo da cidade e principalmente sobre o meio ambiente. Analisou-se a dinâmica populacional, sua distribuição no território, a tendência de crescimento, tanto para o distrito sede, como para os distritos rurais, as características da urbanização, as condições de vida nestes territórios. Incluiu-se um capítulo especial de análise do orçamento municipal e do comportamento de indicadores econômicos do Município em confronto com municípios vizinhos.

O processo histórico que caracterizou a urbanização de Londrina com especial destaque para o papel da COHAB, foi analisado identificando os impactos sobre o desenho da cidade decorrentes de sua ação.

Particular interesse foi dado às questões ambientais, por se considerar que esta dinâmica vem sendo dramaticamente alterada e seus efeitos já se fazem sentir, o que impõe ações com perspectiva de mais longo prazo, quer seja no que diz respeito às condições urbanas ambientais *stricto sensu*, quer seja na dinâmica do desenvolvimento econômico.

A **segunda parte** do diagnóstico concentrou-se na avaliação da infraestrutura urbana, sendo tratados os serviços essenciais disponíveis para a população. O primeiro capítulo tratou as condições do trânsito e do serviço de transporte coletivo, identificando os principais problemas existentes, indicando como estas questões se não solucionadas podem afetar a vida da população e reduzir o efeito positivo das políticas habitacionais. Na sequência foi avaliado o fornecimento de energia elétrica.

Avaliou-se ainda a rede de oferta de serviços de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer disponíveis para o conjunto da população.

Diagnosticaram-se as condições da oferta de saneamento básico: serviço de abastecimento de água, rede de coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação de resíduos sólidos e o serviço de drenagem urbana. Este capítulo teve por base o diagnóstico produzido para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento recentemente aprovado.

A **terceira parte** do diagnóstico apresentou uma análise detalhada do aparato legal e normativo que incide sobre a organização da cidade e indicou-se sua pertinência, adequação ou fragilidade. Apontaram-se as carências de regulação formal para instrumentos normativos que o poder público precisa ter disponível para atuar controlando o território para uma intervenção mais efetiva no processo de urbanização e principalmente, para a criação de ambiente favorável para o acesso à moradia, principalmente para a população com menor poder aquisitivo. Confrontou-se a legislação urbanística e ambiental do Município de Londrina às demais normas federais e estaduais a serem observadas em âmbito municipal, assim como à Política Nacional da Habitação (PNH), ao Plano Nacional de Habitação (PlanHab), a Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) e à Política Municipal de Habitação (PMH). Este diagnóstico foi elaborado em 6 (seis) capítulos, onde se abordou as diretrizes, princípios e ações da política habitacional das três esferas políticas assim como o PlanHab; avaliou-se a legislação municipal a partir da Lei Orgânica Municipal destacando a competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local e a competência privativa do Executivo para o ordenamento territorial, o uso e a ocupação do solo; a política fundiária, destacando-se os instrumentos do Estatuto da Cidade que podem ampliar a atuação do poder público na produção de habitação de interesse social e como eles se

encontram no Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina (PDPML), onde se ponderou sobre as áreas de proteção permanente (APPS) e APPs em fundo de vale, por ser uma das questões que deverão ser enfrentadas pelo poder público e pela sociedade, nela compreendida os moradores dessas áreas e, incluíram-se observações sobre o Anteprojeto de Lei que cria as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) Município de Londrina que integra a política de habitação de interesse social, porém não a esgota; analisaram-se os instrumentos tributários e financeiros previstos no Estatuto da Cidade e sua disposição no PDPML, pois é através destes que o Município poderá financiar em parte os projetos de habitação de interesse social (HIS); fez-se ainda a análise da legislação municipal incidente sobre a política habitacional de interesse social, tanto as leis que se encontram vigendo, como os anteprojetos de lei elaborados a partir do PDPML, aprovado em 2008; avaliou-se o desenho da gestão democrática da cidade no Município de Londrina no que se refere à política habitacional e apontou-se suas insuficiências. No final desta apresentou-se uma síntese das necessidades e propostas para que a legislação analisada possa ter respaldo jurídico legal visando a implantação e eficiência do PLHIS.

Na **quarta parte** avaliou-se a estrutura administrativa disponível para executar a política de habitação a ser desenhada, bem como a efetiva possibilidade orçamentária de executá-la. As condições institucionais da COHAB-LD foram avaliadas através da análise da gênese e finalidade da Companhia, da lei de sua criação, de sua função no interior da estrutura organizacional da administração do Município e das normas que regem seu funcionamento. Avaliaram-se as condições administrativas através da análise organizacional, de sua forma de intervenção, dos recursos disponíveis, com particular relevo à questão do orçamento destinado à habitação. Levantaram-se, ainda, as fontes de recursos e programas existentes para o enfrentamento do déficit habitacional, no nível federal e detalhou-se como o Município de Londrina tem acessado recursos federais, respondendo a pressão de uma demanda sempre crescente por moradias.

Na **Quinta Parte** do Diagnóstico Habitacional do Município de Londrina foi abordado o Déficit Habitacional e a Inadequação Domiciliar. Particular atenção foi dada para a compreensão das condições da população que ocupa áreas em condição de irregularidade. A abordagem foi realizada marcando as características dessas ocupações, as condições em que se encontra a população e como está distribuída no território.

O déficit habitacional foi levantado a partir dos dados do censo 2.010, tendo como parâmetro a metodologia da Fundação João Pinheiro, no entanto houve preocupação em qualificar os dados dos assentamentos irregulares e precários com as informações disponíveis na COHAB/Ld. Caracterizou-se o déficit e projetaram-se as necessidades de investimento até o ano 2.025.

Este quadro permitiu a definição de formas de intervenção segundo prioridades, de maneira a atender as especificidades do município para facilitar o cumprimento das metas estabelecidas.

A seguir apresentaremos as principais questões levantadas em cada uma das partes que compõem o diagnóstico, dar-se-á relevo aquelas que afetam a consolidação de uma Política de Habitação de Interesse Social no Município de Londrina. Questões estas que deverão encontrar correspondência neste Plano de Ação.

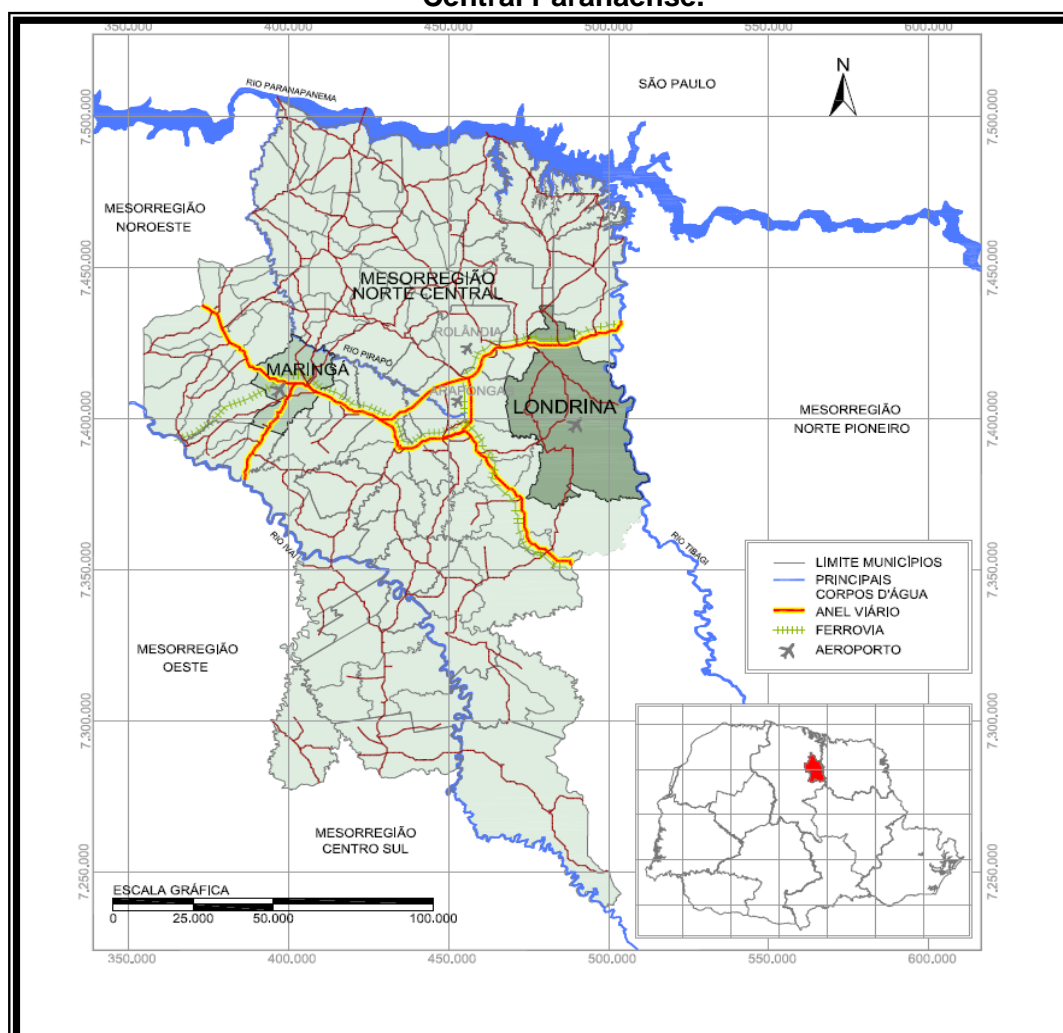
CAPÍTULO I

I- LONDRINA NO CONTEXTO REGIONAL.

1.1. Localização e vias de Comunicação.

Londrina está localizada a 390 km da capital do Estado e a 481 km do Porto de Paranaguá. Sua localização e as condições da estrutura viária- particularmente a rodoviária - colocam o Município de Londrina em boas condições tanto de integração com seu entorno, como com os grandes centros.

Mapa 01- Localização das Rodovias, Ferrovias e Aeroportos da Mesorregião Norte Central Paranaense.



Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES

Dois grandes eixos formam o sistema rodoviário da Região Norte Central. O primeiro eixo, constituído pela BR-376, Rodovia do Café, cruza diagonalmente o estado do Paraná em direção a noroeste na fronteira com o Mato Grosso do Sul e é a principal ligação da mesorregião com a capital do Estado e com o litoral. Hoje faz parte do conjunto de rodovias do Estado cuja operação foi concedida à iniciativa privada. A parcela da rodovia que está inserida na mesorregião abriga aproximadamente 176 quilômetros, em bom estado de conservação.

O segundo eixo é constituído pela junção das rodovias BR-369, PR-317 e BR-158. Faz a ligação de Londrina o Estado de São Paulo, e com a região oeste do Estado. Está também em regime de concessão de operação para a iniciativa privada. Inicia-se no território paranaense, no entroncamento com a BR-153, na divisa entre Paraná e São Paulo, em Ourinhos-SP e vai até São Pedro do Ivaí, numa extensão 294 km., que atravessa importantes núcleos urbanos, como Londrina, Cambé, Arapongas e Apucarana, numa extensão de 169 km.

Juntas, unindo-se em Jandaia do Sul, a BR-376 (proveniente de Maringá) e a BR-369 (proveniente de Londrina) abrigam o principal fluxo intermetropolitano, complementarmente à PR-444, de Arapongas a Mandaguari. Todos os trechos apresentam boas condições de trafegabilidade, estando em diversos pontos completamente duplicadas. A qualidade das rodovias vem permitindo condições satisfatórias de tráfego, no entanto, como são pedagiadas, o custo adicional pode se configurar em desvantagem competitiva.

Há ainda extensa malha de estradas estaduais e de ligações secundárias que complementam as rodovias federais. Estas não são pedagiadas, tem uma única pista e apresentam condições de trafegabilidade adequada, embora sofram pressão pelo contínuo aumento no número de veículos em circulação.

Além das ligações rodoviárias, a Região Norte Central é área de convergência de ramais ferroviários provenientes de Cianorte, a oeste, e de Ourinhos-SP e Cornélio Procopio, a leste, que atravessam Londrina, Cambé e Arapongas. Estes ramais se incorporam em Apucarana, formando uma via que segue para Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá.

Constitui a malha sul da Rede Ferroviária Federal, que foi privatizada em 1997. Sua operação é de responsabilidade da América Latina Logística do Brasil - ALL-. Ao longo da linha tronco instalaram-se atividades econômicas que se beneficiam da estrutura ferroviária para acessar os centros consumidores e o Porto de Paranaguá. São principalmente as moageiras de soja, que distribuem os diferentes derivados da soja.

Em Araucária, a refinaria da Petrobras, pela via ferroviária, movimenta os derivados de petróleo para as bases de distribuição localizadas em Guarapuava, Maringá, Londrina e Ourinhos-SP.

O terminal ferroviário de Londrina, administrado pela América Latina Logística- ALL, opera para carga e descarga de diferentes tipos de produtos.

A região norte central conta também com estrutura aeroportuária. São 6 aeroportos públicos e 15 aeródromos privados. O aeroporto de Londrina é administrado pela INFRAER, os demais aeroportos públicos são administrados pelas prefeituras,

O Aeroporto de Londrina surgiu no pós-guerra. A base do terminal atual foi construída na década de 50, durante o auge do café na região. Nessa época, o aeroporto chegou a ser o terceiro mais movimentado do país, contudo, hoje se encontra entre os 30 mais

movimentados do Brasil. No ano de 2000 o terminal passou por uma ampliação de 1,9 mil m² para 5,55 mil m². Em 2006, segundo dados da INFRAERO/Londrina, o Aeroporto de Londrina movimentou um total de 614.098 passageiros em 21.109 aeronaves. Além disso, foram transportados 1.944.558 Kg de cargas aéreas.

1.2. O papel de Londrina na Região Norte Central do Paraná.

Londrina foi projetada para constituir-se em referência no processo de ocupação agrícola do Norte do Paraná. O sucesso do empreendimento, com base na cultura do café, e seu vínculo com os grandes centros desenharam uma cidade dinâmica, economicamente desenvolvida e que exerce influência em uma ampla área do Estado.

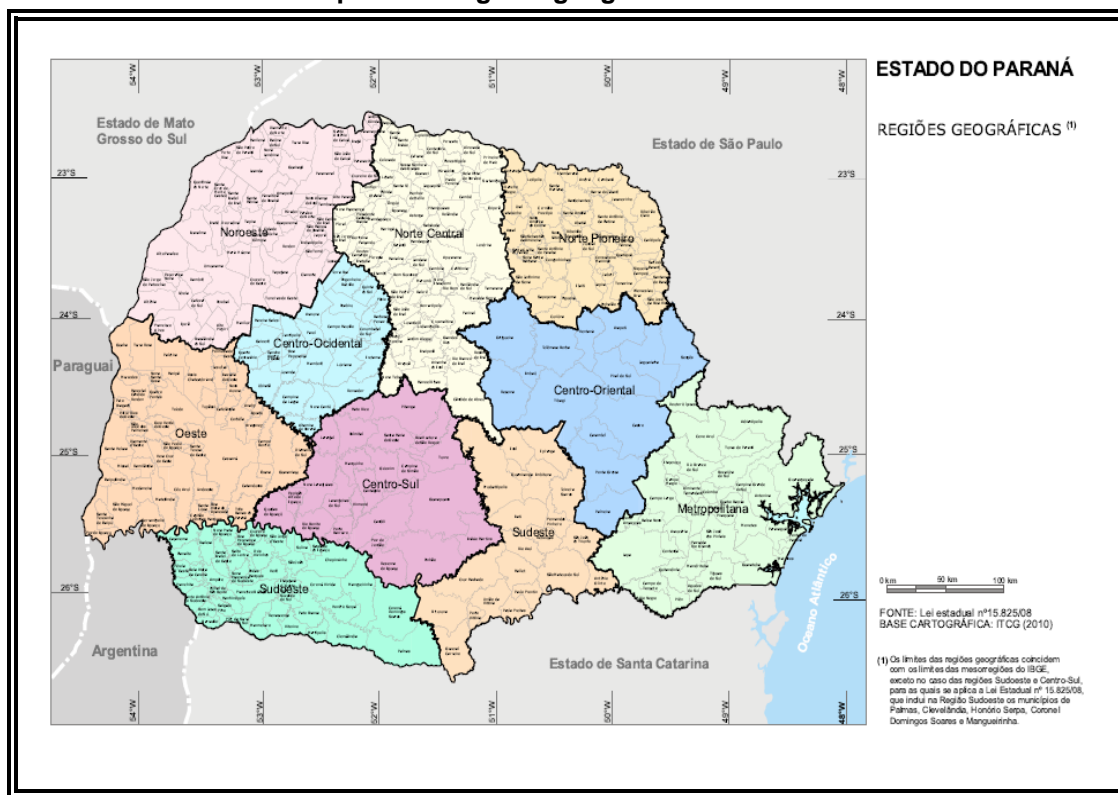
É sede regional de vários serviços públicos da esfera federal e estadual, de dois importantes órgãos de pesquisa agrícola (EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná), várias universidades (sendo duas públicas), que atraem para a cidade um número importante de trabalhadores altamente qualificados.

Ocupa uma posição geoeconômica estratégica na mesorregião norte central no Sul do país, formada por 79 municípios agrupados em oito microrregiões, com área total de 24.55,727 km², conforme se pode observar no mapa 01.

É sede da Microrregião Geográfica 011, constituída pelos municípios de Cambé, Ibiporã, Londrina, Pitangueiras, Rolândia e Tamarana (IBGE – 2002).

É, também, sede da AMEPAR – Associação dos Municípios do Médio Paranapanema - congregando 22 municípios (Alvorada do Sul, Arapongas, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Sertanópolis e Tamarana), com uma população de 858.932 habitantes (Censo Demográfico IBGE – 2000 – Resultados do Universo).

Mapa 02 – Regiões geográficas do Paraná



O movimento provocado pelas mudanças da base econômica agrícola afetou substantivamente a cidade de Londrina, como o seu entorno. Causou impacto na estrutura urbana e nas condições de gestão das cidades, que passaram a administrar um abrupto crescimento das demandas.

O crescimento intenso dos pólos e o extravasamento de sua ocupação em direção ao território dos municípios vizinhos apresentam hoje características de conurbação com Cambé e Ibiporã.

A partir de junho de 1.998, por força da Lei Complementar, Londrina passa a ser sede da Região Metropolitana. Dela fazem parte os municípios de Londrina, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Rolândia, Sertãozinho e Tamarana, abrangendo uma população de 741.928 habitantes. Londrina detém 67,10% da população total, tendo perdido comparativamente à região nas últimas décadas, conforme tabela 01.

Tabela 01 - Região Metropolitana de Londrina, participação dos Municípios – 1991, 2000,

Municípios Metropolitanos	Contagem Populacional 1991		Contagem Populacional 2000		Contagem Populacional 2007		Crescimento Populacional de 1991 a 2000 %	Crescimento Populacional de 1991 a 2007 %
	População	% da RM	População	% da RM	População	% da RM		
Bela Vista do Paraíso	15.098	2,64	15.031	2,32	14.996	2,02	-0,44	-0,23
Cambe	73.842	12,9	88.186	13,61	92.888	12,52	19,43	5,33
Ibiporã	35.168	6,15	42.153	6,51	45.158	6,09	19,86	7,13
Jataizinho	10.428	1,82	11.327	1,75	11.244	1,52	7,94	0,74
Londrina	390.100	68,17	447.065	69,01	497.833	67,1	14,6	11,36
Rolândia	43.776	7,65	49.410	7,63	53.437	7,2	12,87	8,15
Sertãozinho	14.291	2,5	15.147	2,34	15.485	2,09	5,99	2,23
Tamarana	-	-	9.713	1,5	10.887	1,47	-	12,09
Região Metropolitana	572.275	100	647.854	100	741.928	100	13,21	46,05

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

1.3. Desenvolvimento Social.

A mesorregião Norte Central tem apenas oito municípios com posição privilegiada em relação ao IDH médio do Estado. Londrina apresenta IDH-M superior a 0,800, classificado como de alto desenvolvimento humano..

Considerando os componentes do IDH-M, a esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização, taxa de frequência escolar e renda per capita, constata-se que desempenho superior está vinculado à realização de políticas públicas, particularmente na área de educação, que vem apresentando melhora sensível no índice ao longo dos anos. Os municípios que registram IDH-M mais baixo estão concentrados na porção sul da mesorregião. Na tabela 02 o índice global do Estado do Paraná se apresenta inferior ao de Londrina.

Tabela 02 - Índice de Desenvolvimento Humano no Município de Londrina e regiões selecionadas no Paraná – 2000.

Região	IDH-M
Londrina	0,824
Norte-central paranaense ⁽¹⁾	...
Metropolitana de Curitiba ⁽¹⁾	...
Paraná	0,787

Fontes: PNUD, IPEA, FJP – IPARDES, 2011 - Tabulações Especiais

Nas melhores posições estão os pólos Londrina e Maringá e a maioria dos municípios que integram essa aglomeração, como se pode depreender dos índices apresentados na Tabela 03, que os indica para os municípios da Região Metropolitana de Londrina e incluindo a capital como referência.

Tabela 03 - Índice de Desenvolvimento Humano e Renda Per Capita nos Municípios da Região Metropolitana de Londrina e Cidades de Curitiba e Maringá – 2000

Municípios	Informações IDH - M	Renda per capita – R\$
Bela Vista do Paraíso	0,771	258,67
Cambé	0,793	265,45
Ibiporã	0,801	276,23
Jataizinho	0,733	187,54
Londrina	0,824	439,35
Rolândia	0,784	327,92
Sertãoópolis	0,781	319,1
Tamarana	0,683	159,61
Curitiba	0,856	619,82

FONTE: IBGE, IPARDES

NOTA: Nova metodologia. Referência 2002

O coeficiente de mortalidade infantil no Município de Londrina encontra-se abaixo dos demais avaliados. O fato repete-se com as taxas de pobreza e de analfabetismo, estes relacionados com as taxas do Estado do Paraná, uma vez que não há dados disponíveis por região conforme tabela 04, abaixo.

Tabela 04 - Coeficiente de mortalidade infantil, taxa de pobreza e taxa de analfabetismo no Município de Londrina e regiões selecionadas no Paraná – 2010.

Região	Coeficiente de mortalidade infantil	Taxa de pobreza (1)	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)
	SESA 2008	IBGE/IPARDES 2000	IBGE 2000
Londrina	10,58 (mil NV)	12,35%	7,10%
Norte-central paranaense	11,46 (mil NV)
Metropolitana de Curitiba	12,24 (mil NV)
Total do Paraná	12,99 (mil NV)	20,87%	9,50%

(1) Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar per capita de até ½ salário mínimo. Os dados referentes à situação de pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações Especiais feitas pelo IPARDES.

Fonte: IPARDES, Perfil das Regiões Geográficas, 2010. Acesso em 20/01/2011.

1.4 Economia e Orçamento Público.

A análise destes itens foi elaborada por solicitação do Instituto Fazer, especialmente para compor este diagnóstico por Sidnei Pereira do Nascimento, Cristiane Martins e Viviane Barbosa, e teve como objetivo avaliar o comportamento das receitas municipais, e dos principais indicadores econômicos (PIB, Empregos, Rendimento Familiar,) no período entre 1996 a 2009.

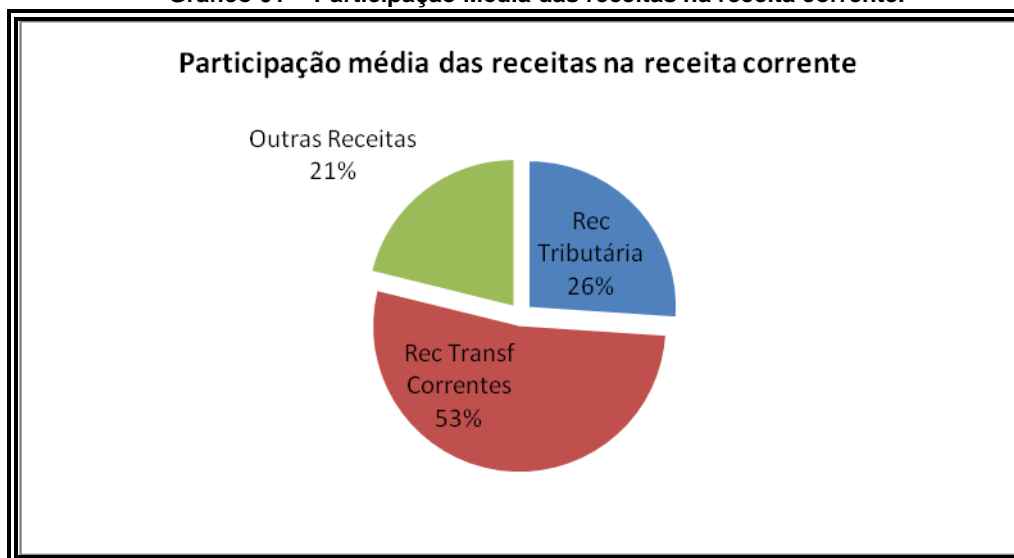
1.4.1. As receitas públicas municipais

Para a avaliação do comportamento das receitas do Município de Londrina entre os anos de 1997 a 2009, coletaram-se os dados disponíveis no Banco de Dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), denominado Finanças do Brasil (FINBRA) e adotou-se o IGP-DI¹ como o índice de atualização monetária destas receitas, sendo os valores atualizados até o dia 31/12/2009. Os dados foram avaliados de forma comparativa sendo adotado como base 100 o ano de 1997, avaliando, portanto as taxas de crescimento das receitas municipais.

A composição média da receita corrente do Município de Londrina mostra a grande dependência do município em relação as transferências recebidas de outros entes, representando 53% da receita total, a origem destas transferências é do Estado e da União. A capacidade de arrecadação via tributos e taxas municipais representam apenas 26% e 21% da receita corrente, que tem como origem outras fontes como receita de contribuições, patrimonial, de serviços e as receitas de capital.

¹ O IGPDI é um índice calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e representa uma média aritmética, ponderada dos seguintes índices: 1). IPA que é o Índice de Preços no Atacado mede a variação de preços no mercado atacadista. O IPA pondera em 60% o IGP-DI/FGV. 2). IPC que é o Índice de Preços ao Consumidor mede a variação de preços entre as famílias que recebem renda de 1 a 33 salários mínimos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O IPC pondera em 30% o IGP-DI/FGV. 3). INCC que é o Índice Nacional da Construção Civil mede a variação de preços no setor da construção civil, considerando no caso tanto materiais como também a mão de obra empregada no setor. O INCC pondera em 10% o IGP-DI/FGV. O indicador DI ou Disponibilidade Interna é a consideração das variações de preços que afetam diretamente as atividades econômicas localizadas no território brasileiro. Não se considera as variações de preços dos produtos exportados que é considerado somente no caso da variação no aspecto de Oferta Global. O IGP desempenha três funções. Primeiramente, é um indicador macroeconômico que representa a evolução do nível de preços. Uma segunda função é a de deflator de valores nominais de abrangência compatível com sua composição, como a receita tributária ou o consumo intermediário no âmbito das contas nacionais. Em terceiro lugar, é usado como referência para a correção de preços e valores contratuais. O IGP-DI é o indexador das dívidas dos Estados com a União.

Gráfico 01 - Participação Média das receitas na receita corrente.

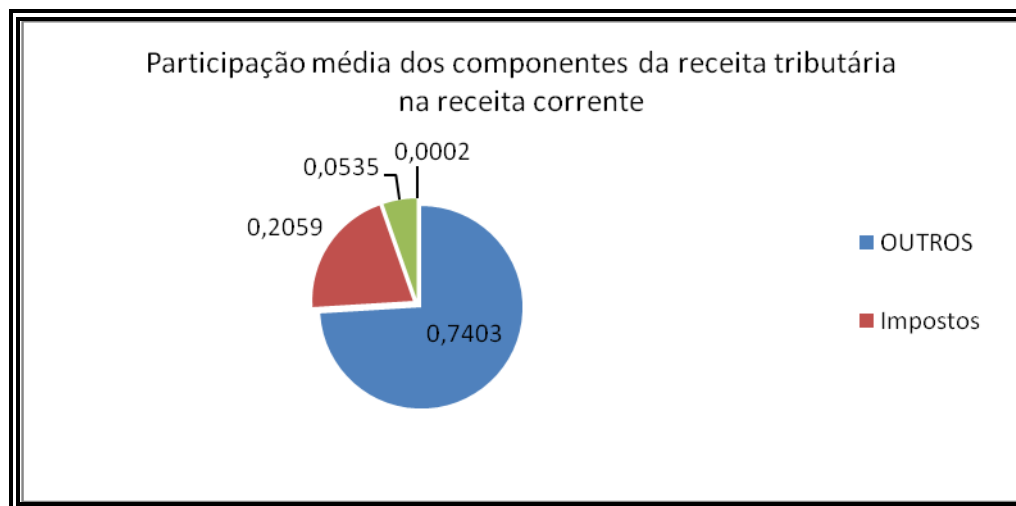


Fonte: STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

No gráfico 02, é possível constatar a baixa participação tributária municipal em sua receita corrente, que representa em torno de 26%, compostos por 20,59% em impostos, 5,35% de taxas e 0,02% de contribuição de melhoria.

Gráfico 02 – Participação média dos componentes da receita tributária na receita corrente

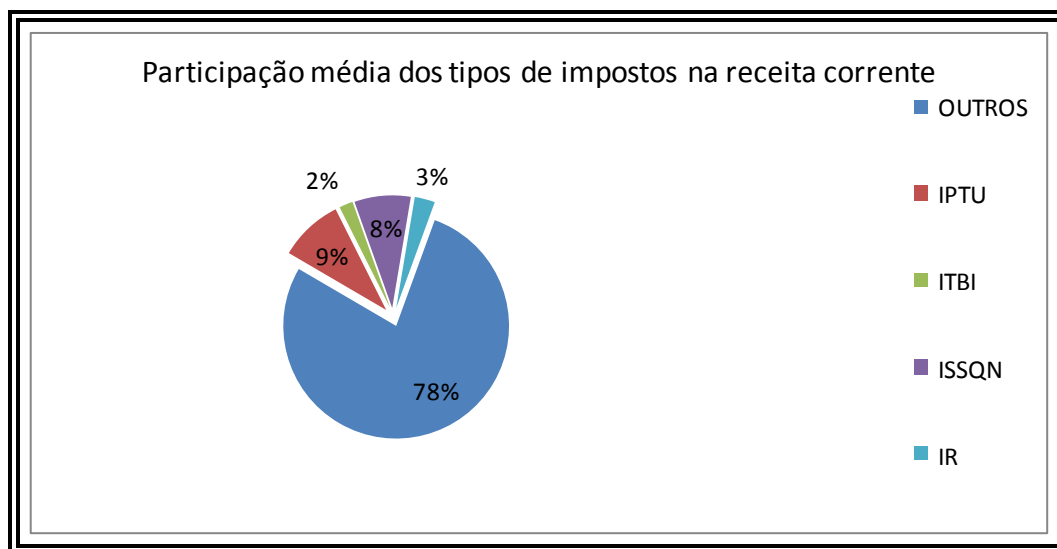


Fonte: STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

No gráfico 02, como já dito anteriormente, é possível constatar a baixa participação tributária municipal em sua receita corrente, que representa em torno de 26%, compostos por 20,59% em impostos, 5,35% de taxas e 0,02% de contribuição de melhoria.

Gráfico 03 – Participação média dos tipos de impostos na receita corrente

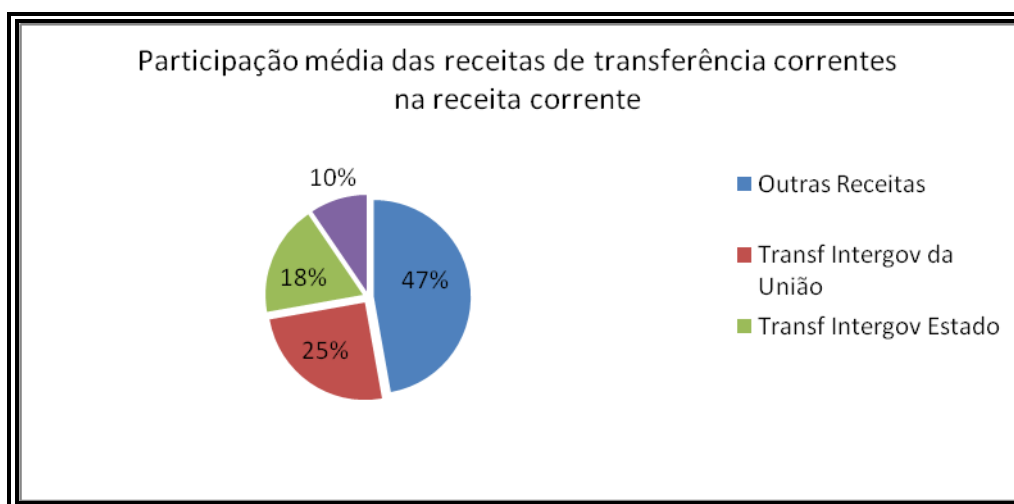


Fonte: STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

O gráfico 03 mostra a distribuição dos tributos em relação a receita corrente, sendo o IPTU o mais relevante representando 9%, acompanhado do ISS com 8%, do IR com 3% e do ITBI com 2%. O IR (Imposto de Renda) representa o valor do imposto recolhido de terceiros, podendo ser de serviços prestados ao município ou dos salários do funcionalismo público tanto na administração direta como na indireta (fundações, autarquias e empresas públicas).

Gráfico 04 – Participação média das receitas de transferências correntes na receita corrente

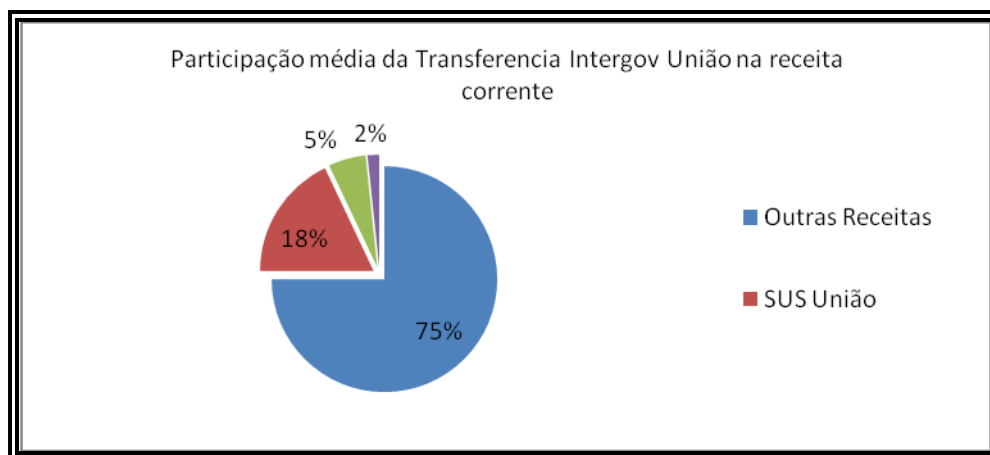


Fonte: STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

O gráfico 04 mostra o grau de dependência do município em relação aos demais entes federados, onde as transferências da União representam 25% da receita corrente líquida municipal. O Estado contribui com 18% e outras transferências representam 10%, sendo consideradas basicamente as Transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)² e outras fontes menos significativas.

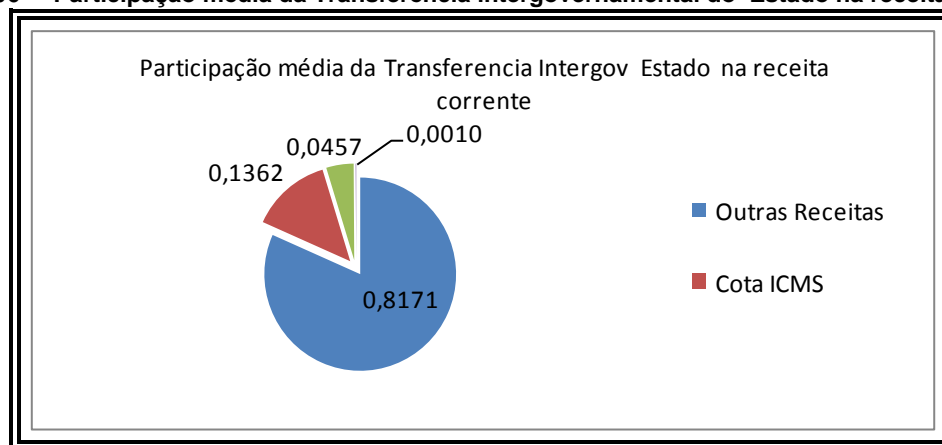
Gráfico 05 – Participação média da Transferência Intergovernamental da União na receita corrente.



Fonte: STN. Finanças do Brasil.
Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

O gráfico 05 mostra as contribuições da União em que as transferências via o Sistema Único de Saúde (SUS) representa 18% da receita corrente, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) 5% e outras formas de transferência da União 2%.

Gráfico 06 – Participação média da Transferência intergovernamental do Estado na receita corrente



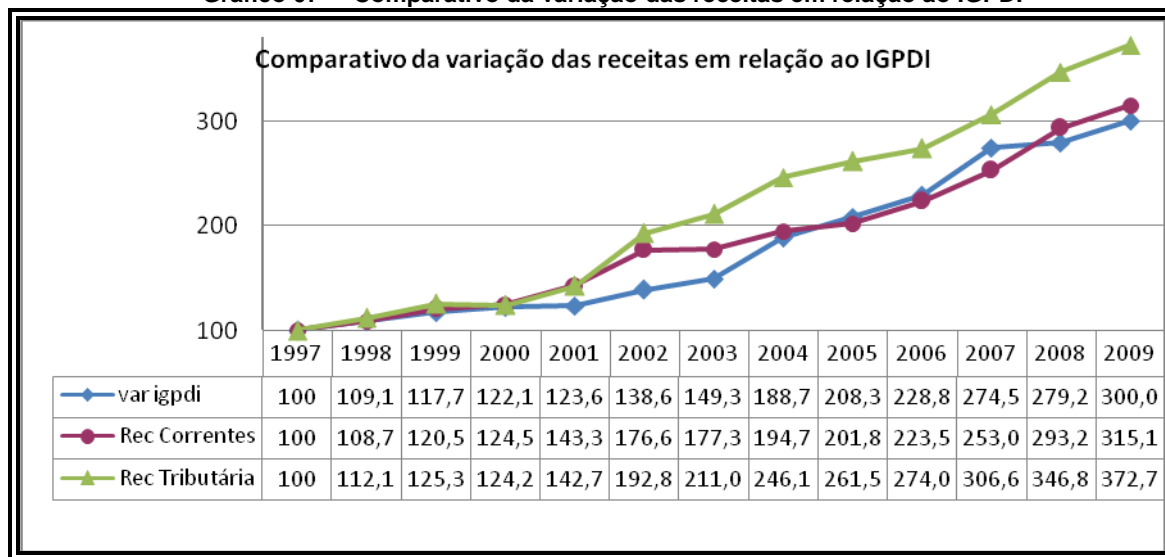
Fonte: STN. Finanças do Brasil.
Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

² O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006. formado por parcela financeira de recursos federais e por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios oriundos do ICMS, FPE, FPM, IPIexp, ITRm, IPVA e ITCMD.

O gráfico 06 mostra a participação das Transferências do Estado na receita corrente londrinense, que está distribuído em 13,62% representado pela cota parte do ICMS, 4,57% pela cota do IPVA e 0,10% por outras transferências estaduais.

Ao avaliarem-se as taxas de crescimento das principais receitas municipais pode-se afirmar que enquanto os preços subiram em torno de 300% no período de 1997 a 2009, a receita corrente cresceu aproximadamente 315% e a receita tributária em torno de 372%.

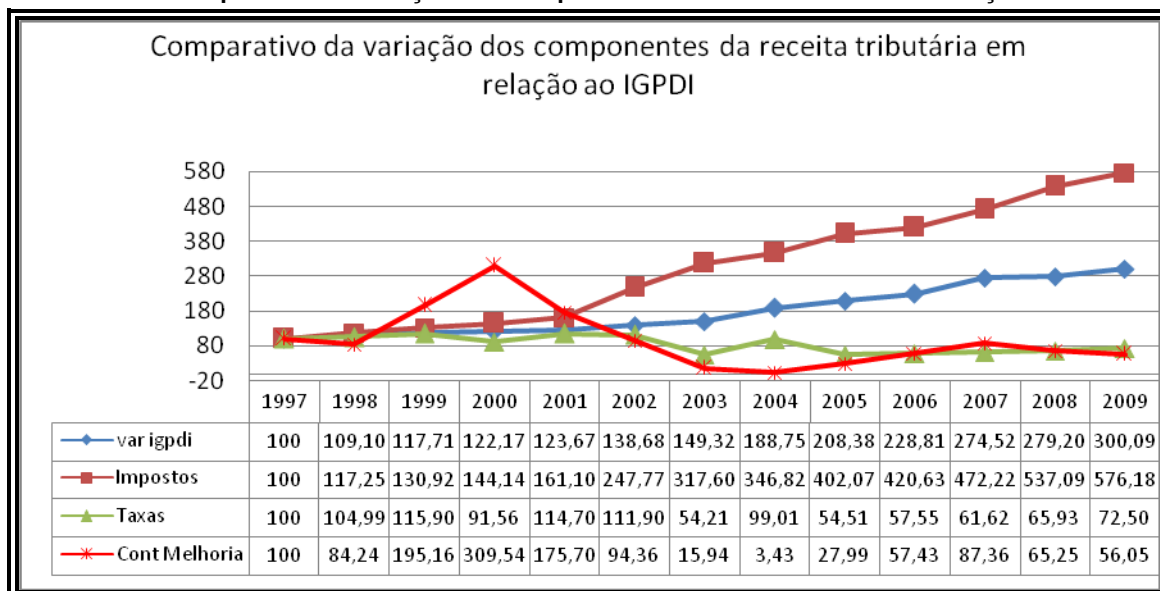
Gráfico 07 – Comparativo da variação das receitas em relação ao IGPD



Fonte: STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

Gráfico 08 - Comparativo da variação dos componentes da receita tributária em relação ao IGPD

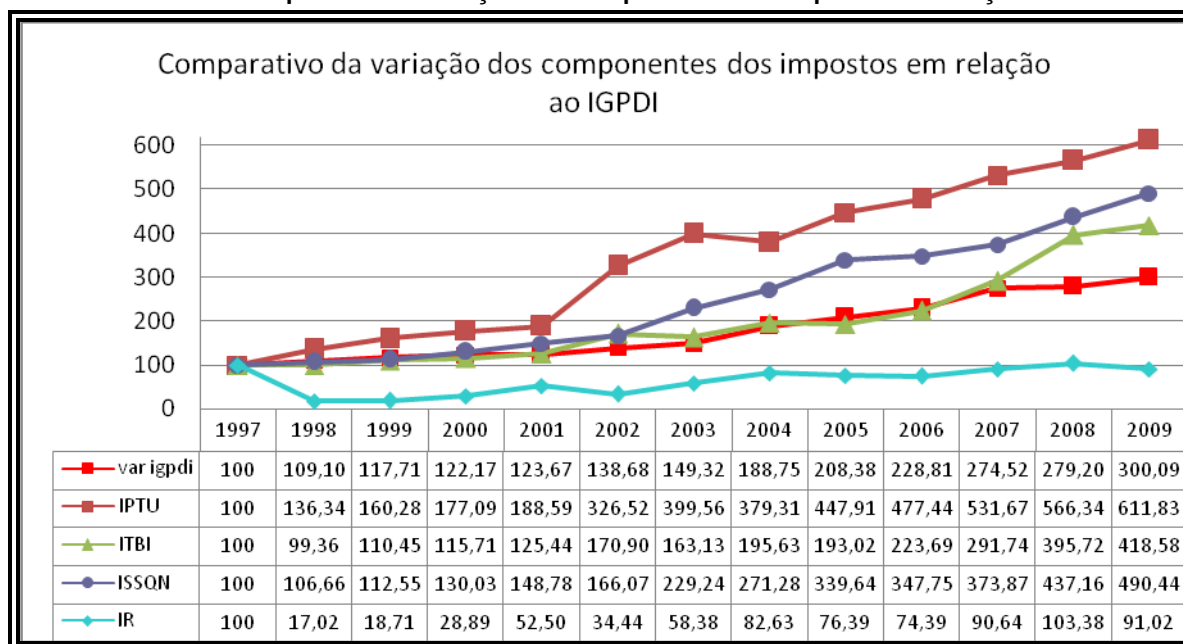


Fonte: STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

O gráfico 08 mostra que principalmente a partir de 2001, houve um esforço em ampliar a arrecadação por meio dos impostos, que chegaram a crescer em até 576% em 2009, comparado ao ano de 1997. Por outro lado, pode-se observar que as taxas e a contribuição de melhorias cresceram muito aquém da elevação de preços, com 72% e 56% respectivamente.

Gráfico 09 – Comparativo da variação dos componentes dos impostos em relação ao IGPD

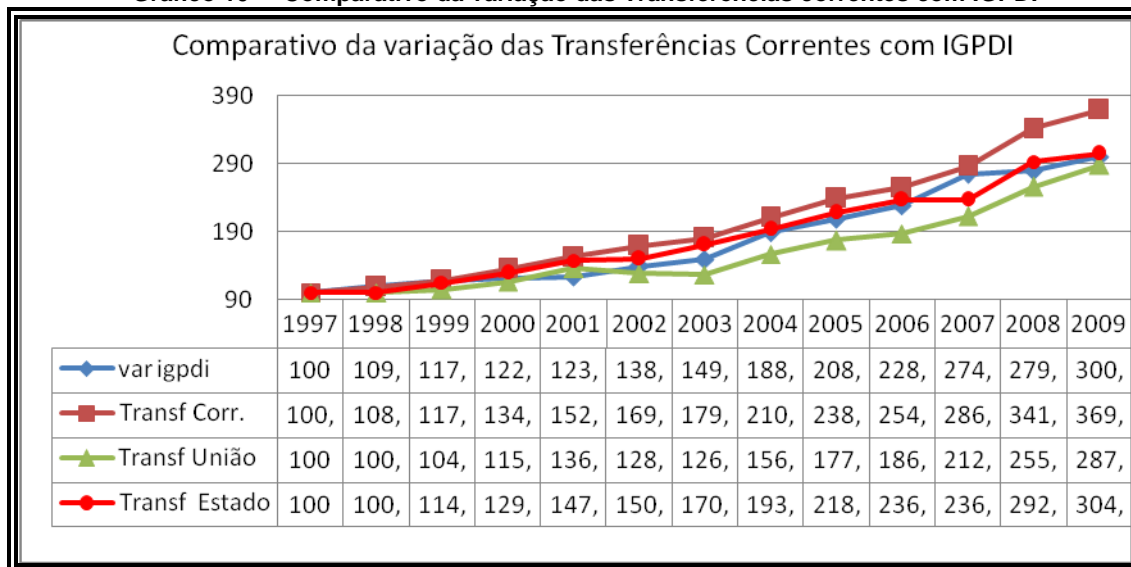


Fonte: STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

O gráfico 09 mostra a evolução dos tipos de impostos, com especial destaque para o IPTU, que em relação ao ano inicial chega com crescimento de 611% em 2009, acompanhado do ISS com 490%, o Imposto Sobre a Transmissão "inter vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais Sobre Imóveis (ITBI) com 418%. É possível verificar que o imposto que cresceu aquém da variação de preço foi o IR, com 91%.

Gráfico 10 – Comparativo da variação das Transferências correntes com IGDPDI

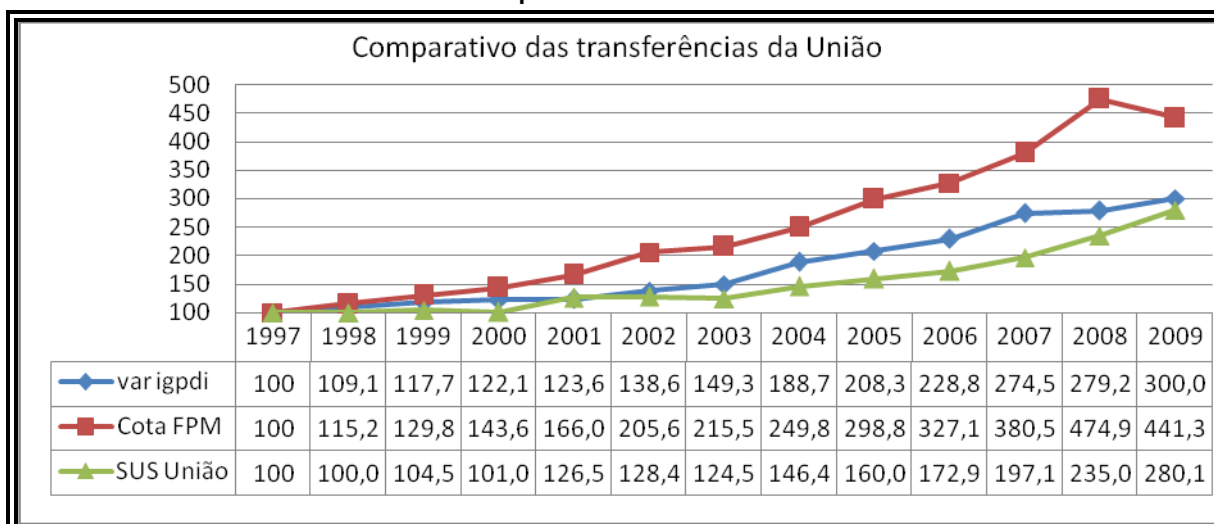


Fonte: STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

Avaliando as receitas de transferências do Estado e da União o gráfico 10 demonstra que os recursos oriundos da União cresceram a taxas de 287% enquanto a variação de preços chegou a 300%. Já o aumento das transferências do Estado se manteve muito próxima da variação de preços chegando 304%. As transferências Correntes tiveram uma taxa de crescimento de 369%, o que pode ser atribuído em boa parte ao crescimento das transferências via FUNDEB, e, portanto em função de sua composição não pode ser atribuído a um esforço nem do Estado e tampouco da União.

Gráfico 11 – Comparativo das transferências da União

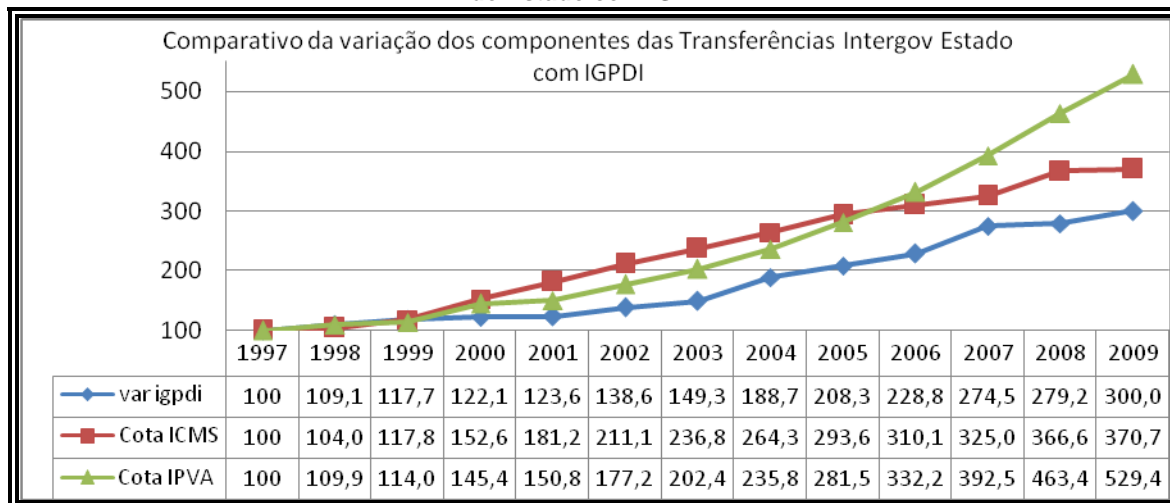


Fonte: STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

No gráfico 11, pode-se verificar que a transferência federal via FPM tiveram um crescimento superior ao aumento de preços, chegando a 441%. Já no repasse do SUS o crescimento foi inferior alcançando apenas 280%.

Gráfico 12 – Comparativo da variação dos componentes das Transferências Intergovernamentais do Estado com IGPD.

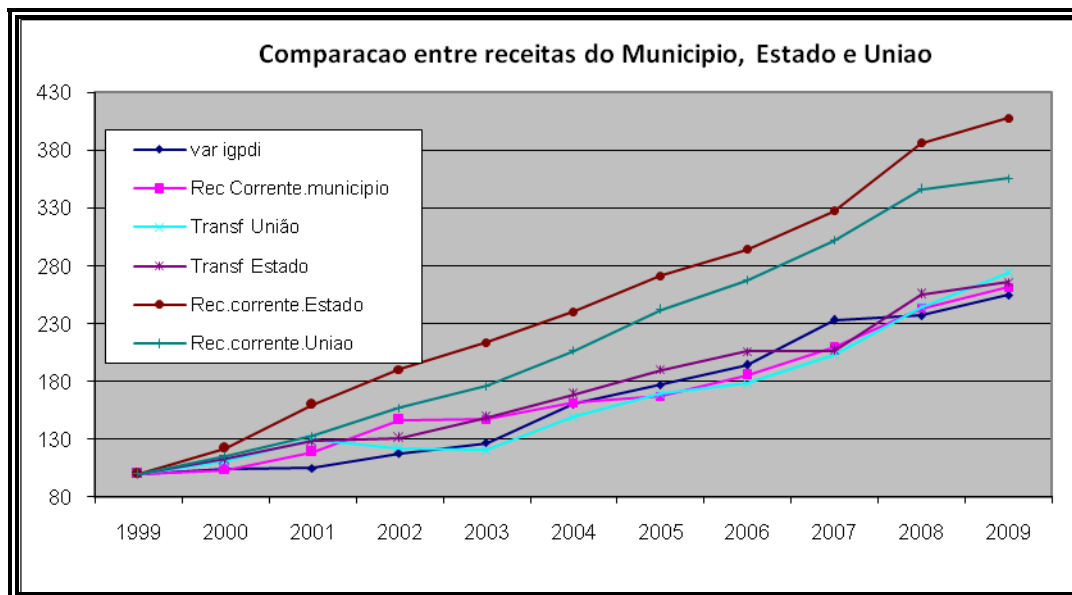


Fonte: STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

A evolução dos impostos oriundos de transferências do Estado pode ser vista no gráfico 12, tendo o IPVA o melhor desempenho, com crescimento de 529% em 2009 comparado ao ano de 1997, seguido pelo ICMS com 370%.

Gráfico 13 – Comparação entre receitas do Município, Estado e União.



Fonte: STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

No gráfico 13, que demonstra os dados da tabela 05, pode-se perceber que a taxa de crescimento da receita corrente municipal foi 261%, das Transferências da União 275% e das transferências do Estado 266%, estes ficaram relativamente próxima a taxa de variação dos preços (255%). Já a taxa de crescimento da Receita Corrente do Estado do Paraná foi 408% e da Receita Corrente da União 356%, sendo essas bem superiores às taxas de elevação dos preços.

Tabela 05 - Taxa de variação das receitas do Município, Estado e União						
Ano	Índice IGDI	Receita Corrente município	Transf União	Transf Estado	Receita Corrente Estado	Receita Corrente União
1999	100	100	100	100	100	100
2000	104	103	111	113	122	116
2001	105	119	130	128	160	133
2002	118	147	123	131	191	157
2003	127	147	121	149	214	176
2004	160	162	150	169	240	207
2005	177	167	169	190	272	242
2006	194	186	178	206	295	268
2007	233	210	203	206	328	302
2008	237	243	244	255	387	346
2009	255	261	275	266	408	356

Fonte: STN. Finanças do Brasil.

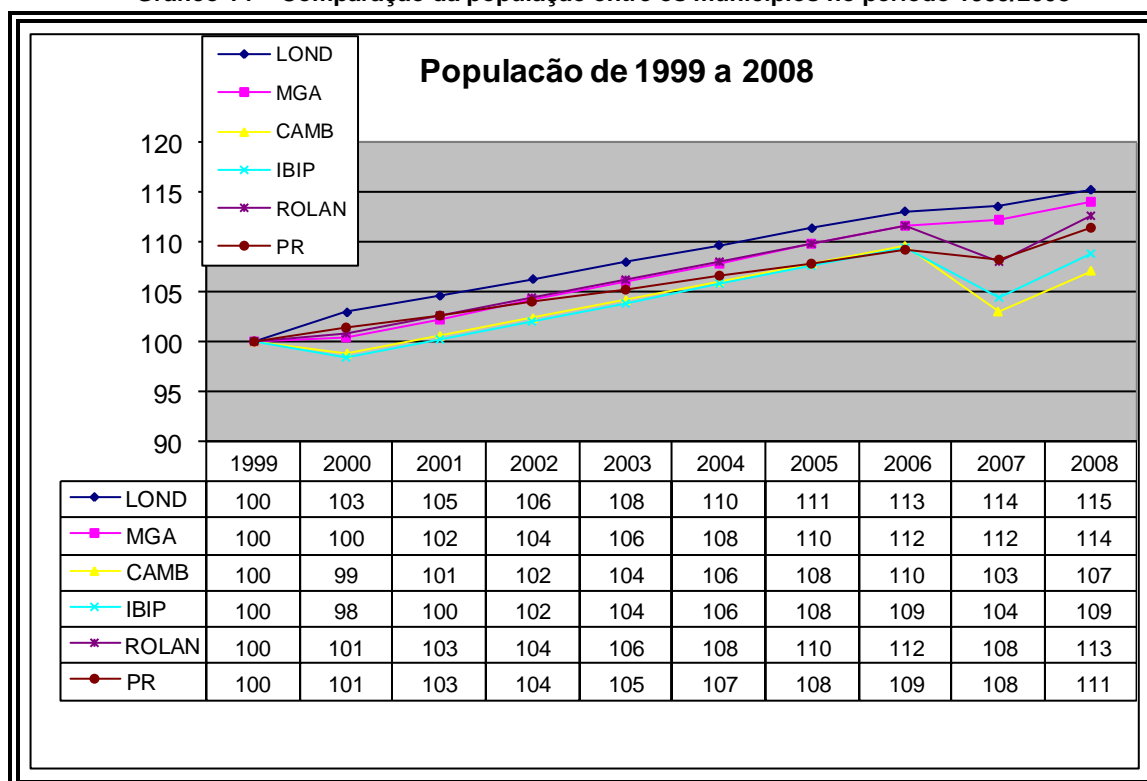
Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

1.4.2. Indicadores Econômicos.

Os Indicadores Econômicos foram analisados em seu comportamento no confronto com municípios selecionados do entorno de Londrina (Ibiporã, Cambé, Rolândia), acrescido de Maringá que tem porte mais próximo e com os índices do Estado.

Quando se analisa os dados de população, um indicador importante para avaliar desempenho econômico podemos ver no gráfico 14 que a população de Londrina cresce à taxas superiores aos demais municípios do Norte paranaense.

Gráfico 14 – Comparação da população entre os municípios no período 1999/2008



Fonte: STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

1.4.2.1. Valor Adicionado Fiscal

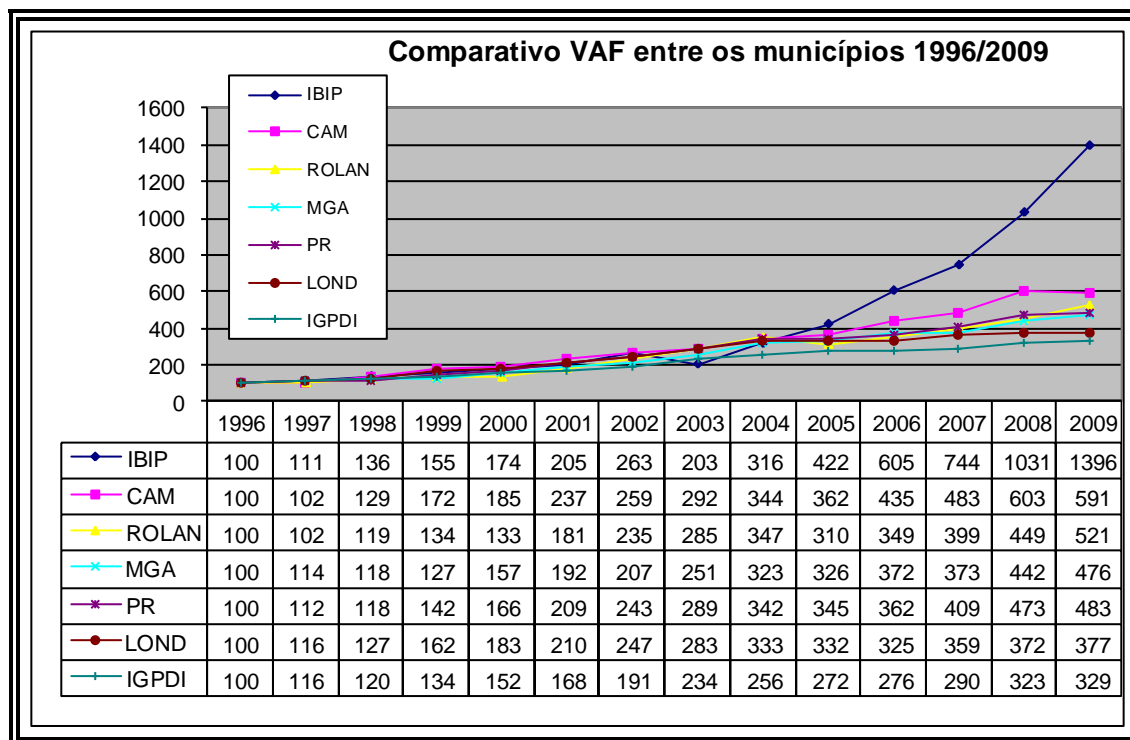
O valor Adicionado Fiscal³ é um índice criado pelos governos estaduais e pode neste caso, expressar uma proxy⁴ da produção municipal.

No gráfico 15 é possível perceber que o município de Ibiporã obteve a maior taxa de crescimento do VAF no período de 1996 a 2009 e Londrina mantém a taxa de crescimento do VAF pouco acima da taxa inflacionária (IGPDI). Isto representa um baixo desempenho na taxa de crescimento real da economia local. Este baixo desempenho mostra-se mais evidente, a partir de 2004, e quando comparado com os municípios vizinhos de Cambé, Rolândia, Ibiporã, Maringá ou mesmo com a média do Estado.

³ O Valor Adicionado Fiscal foi definido pela Lei Complementar 63, de 11 de janeiro de 1990, alterado pela lei Complementar n. 123 de 2006. A Constituição Federal, no seu Artigo 158, parágrafo IV, determina que 25% da arrecadação do ICMS de competência Estadual, seja repassado aos municípios da seguinte forma: $\frac{3}{4}$ dos 25%, no mínimo, distribuídos na proporção do valor adicionado fiscal (VAF), disciplinado pela Lei Complementar 63, de 11 de janeiro de 1990, correspondente à diferença entre a saída de mercadorias, adicionadas aos serviços prestados, e a entrada de mercadorias em seus territórios, dentro do ano civil; $\frac{1}{4}$ dos 25% de acordo com o que dispuser a lei estadual

⁴ Nome dado a uma variável que reflete um comportamento similar a outra, bastante usada em pesquisas da área econômica para minimizar a deficiência de informações.

Gráfico 15 – Comparação entre os municípios do VAF no período de 1996/2009



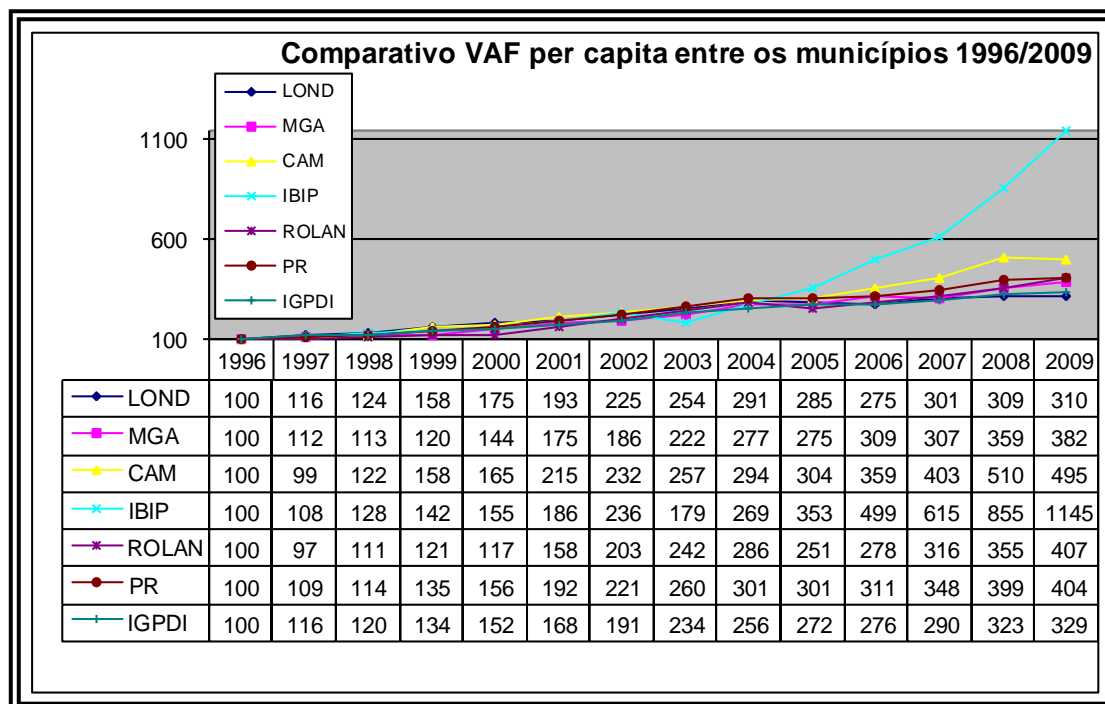
Fonte:

STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidney Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

O gráfico 16 apresenta o crescimento populacional, visto que é um fator relevante para algumas análises e fica demonstrado que no valor adicionado fiscal per capita a excepcional taxa de crescimento do VAF no município de Ibiporã e fica nítido o baixo desempenho na taxa de crescimento do VAF per capita londrinense, mantendo-se ainda abaixo do indicador de inflação IGPDI.

Gráfico 16- Comparação entre os municípios do Valor Adicionado Fiscal per capita



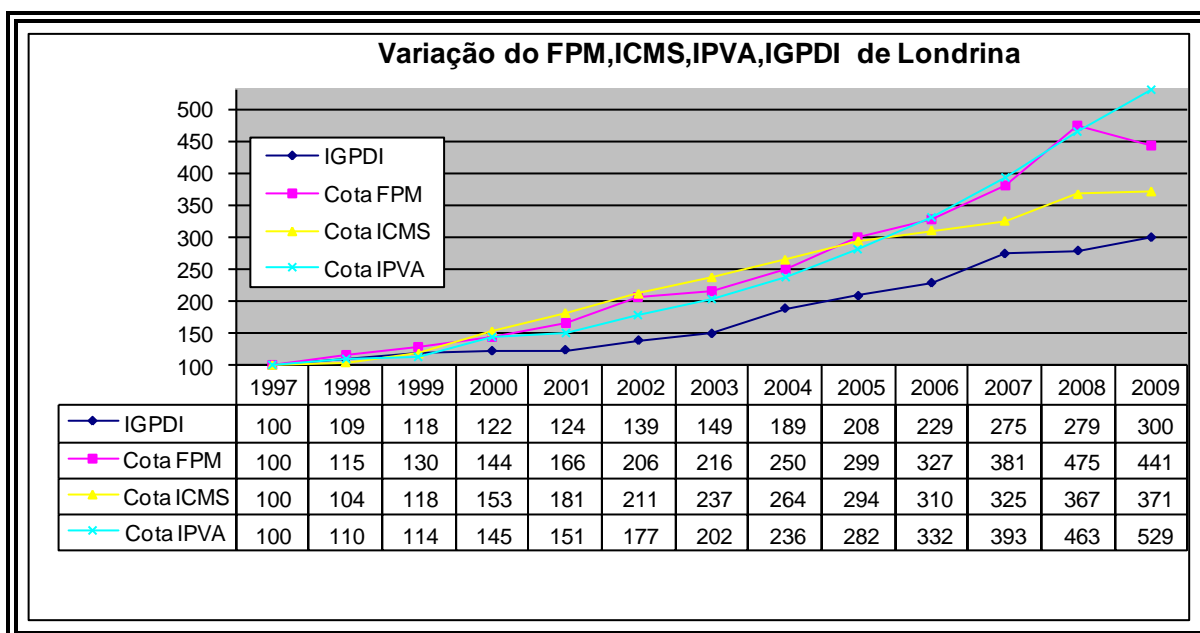
Fonte: STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

Quando se avalia o VAF ponderado pelo crescimento populacional há uma intensificação da percepção do baixo desempenho da economia londrinense em comparação aos demais municípios vizinhos que demonstram taxas de crescimento do VAF superiores a inflação.

Da arrecadação do ICMS no Estado do Paraná, 25% desta retorna ao município de origem, utilizando como parâmetro de cálculo a base do VAF. Partindo deste princípio, pode-se perceber no gráfico 17, o baixo desempenho do VAF londrinense que dá origem às transferências do ICMS. Sendo assim, as taxas de crescimento da receita de ICMS mostram-se inferiores às transferências do FPM e do IPVA, principalmente a partir do ano de 2005.

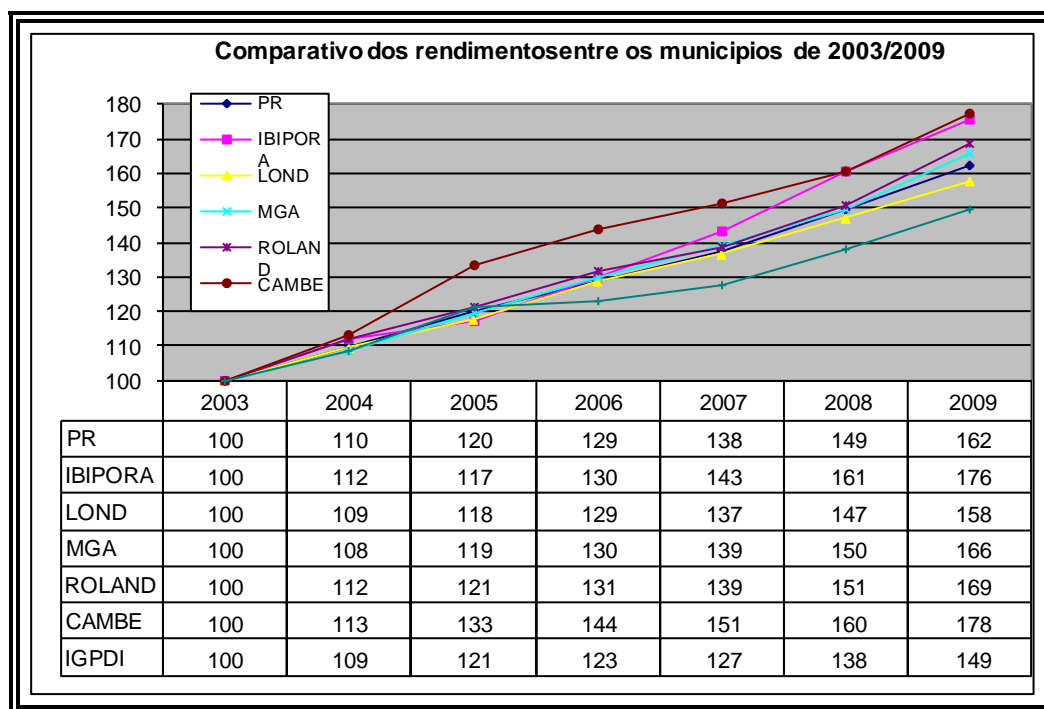
Gráfico 17– Taxa de variação das cotas de participação do FPM,ICMS,IPVA e IGPD de 1997 a 2009



Fonte: STN. Finanças do Brasil.

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

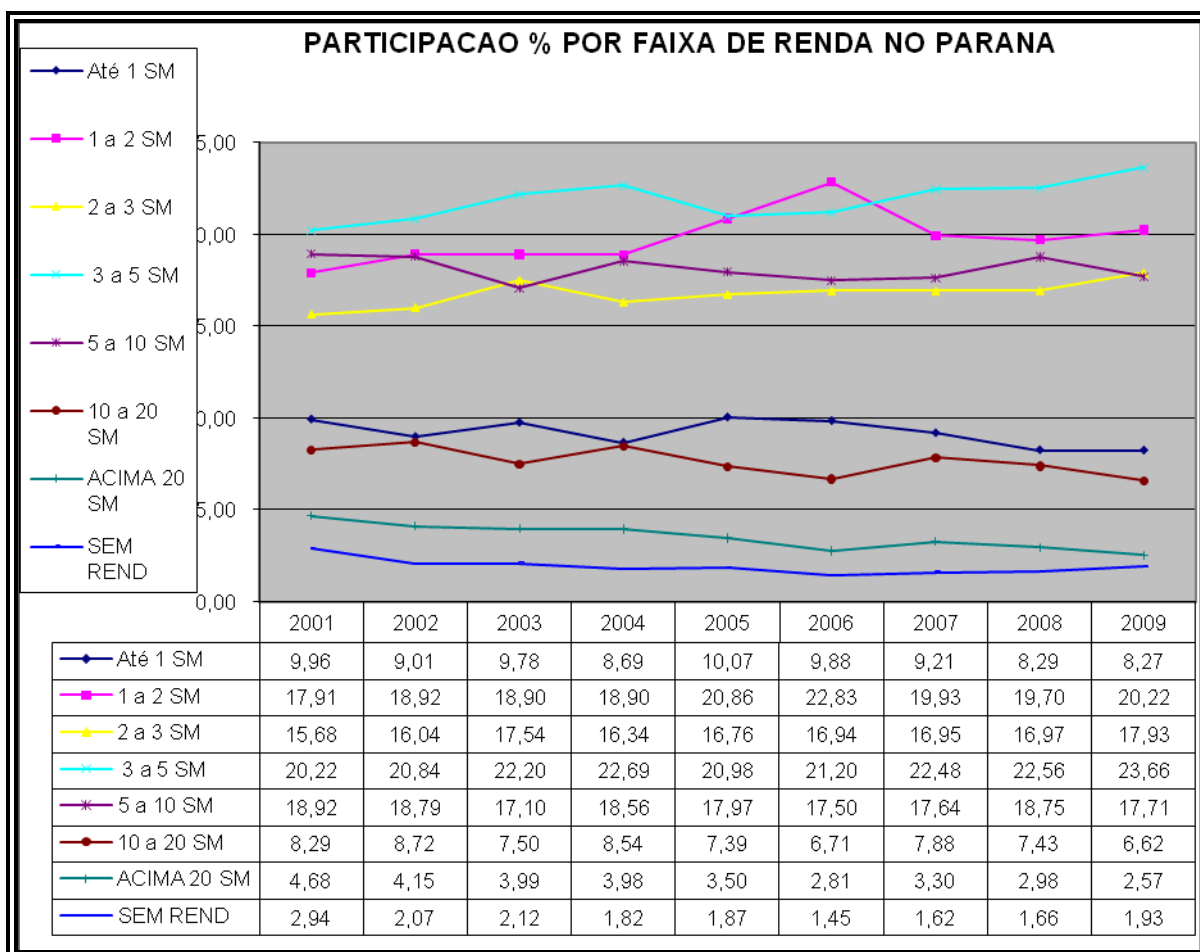
Gráfico 18 – Comparativo da renda média entre os municípios no período de 2003/2009



Fonte: RAIS . -

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer

Gráfico 19 – Participação percentual por faixa de renda no Paraná

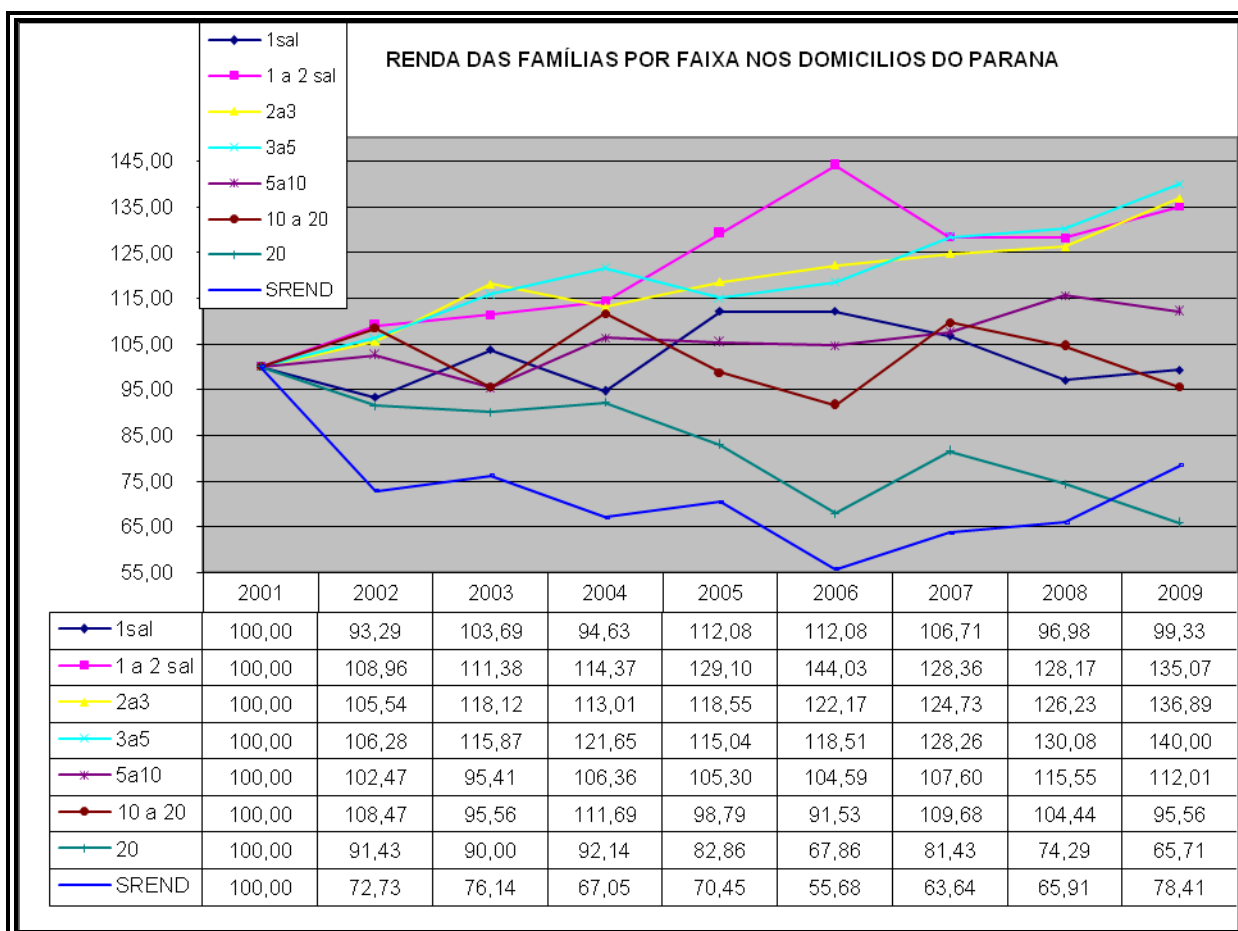


Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2009

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer

O gráfico 19 mostra a participação percentual das classes de renda no rendimento total das famílias por domicílio no Estado do Paraná. Pode-se observar que no ano de 2001 aproximadamente 9,96% das famílias recebiam até um salário mínimo (SM), declinando para 8,27% em 2009. Os rendimentos de 1 a 2 SM sobem de 17,91% em 2001 para 20,22% em 2009, ocorrendo o mesmo com os rendimentos de 2 a 3 SM que saltam de 15,68% para 17,93%. Os rendimentos de 3 a 5 SM sai de 20,22% vai para 23,66%. Já os rendimentos superiores declinam, os de 5 a 10 SM caem de 18,92% em 2001 para 17,71% em 2009. Comportamento semelhante ocorre nas famílias com renda de 10 a 20 SM caindo de 8,29% para 6,62%, já, as que apresentam acima de 20 SM cai de 4,68% para 2,57%. Também há um declínio das porcentagens nas famílias que se declaram sem rendimento caindo de 2,94% para 1,93%

Gráfico 20 – Taxa de crescimento por faixa na renda das famílias do Paraná.



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2009

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer

Quando se avalia a taxa de crescimento no número de famílias em suas respectivas faixas de rendimento, nota-se que o grande destaque se dá aos rendimentos de 3 a 5 SM com crescimento de 40% no período de 2001 a 2009, seguidos dos rendimentos de 2 a 3 SM que cresceram 36,89% e de 1 a 2 SM 35,07%.

As famílias que declararam rendimentos elevados (acima de 10 SM), assim como as declarantes sem renda e com renda inferior a um SM obtiveram taxas decrescentes.

Lamentavelmente os dados por faixa de renda não são estabelecidos por município, o que nos permitiria uma avaliação comparativa mais precisa. No entanto, usando os dados da PNAD de 2000, pode-se apenas comparar o Estado do Paraná ao Município de Londrina, e a partir daí prever um possível comportamento de tendência.

A Tabela 6 mostra que a renda média do município de Londrina era superior a do estado onde 55,47% das famílias pertenciam a faixa de renda entre 2 e 10 SM, contra apenas 52,96% do Estado. Outra informação importante diz respeito às famílias com baixa renda, enquanto 9,9% recebiam até 1 SM no Estado, este número representava apenas 5,33% em

Londrina, analogia semelhante podemos fazer as famílias sem renda sendo 4,02% no estado e 3,29% em Londrina

E bastante razoável prever que o comportamento das taxas de crescimento das rendas das famílias no município de Londrina tenham mantido um comportamento semelhante ao do Estado, o que nos leva a crer no melhor desempenho dos rendimentos de 3 a 5 SM.

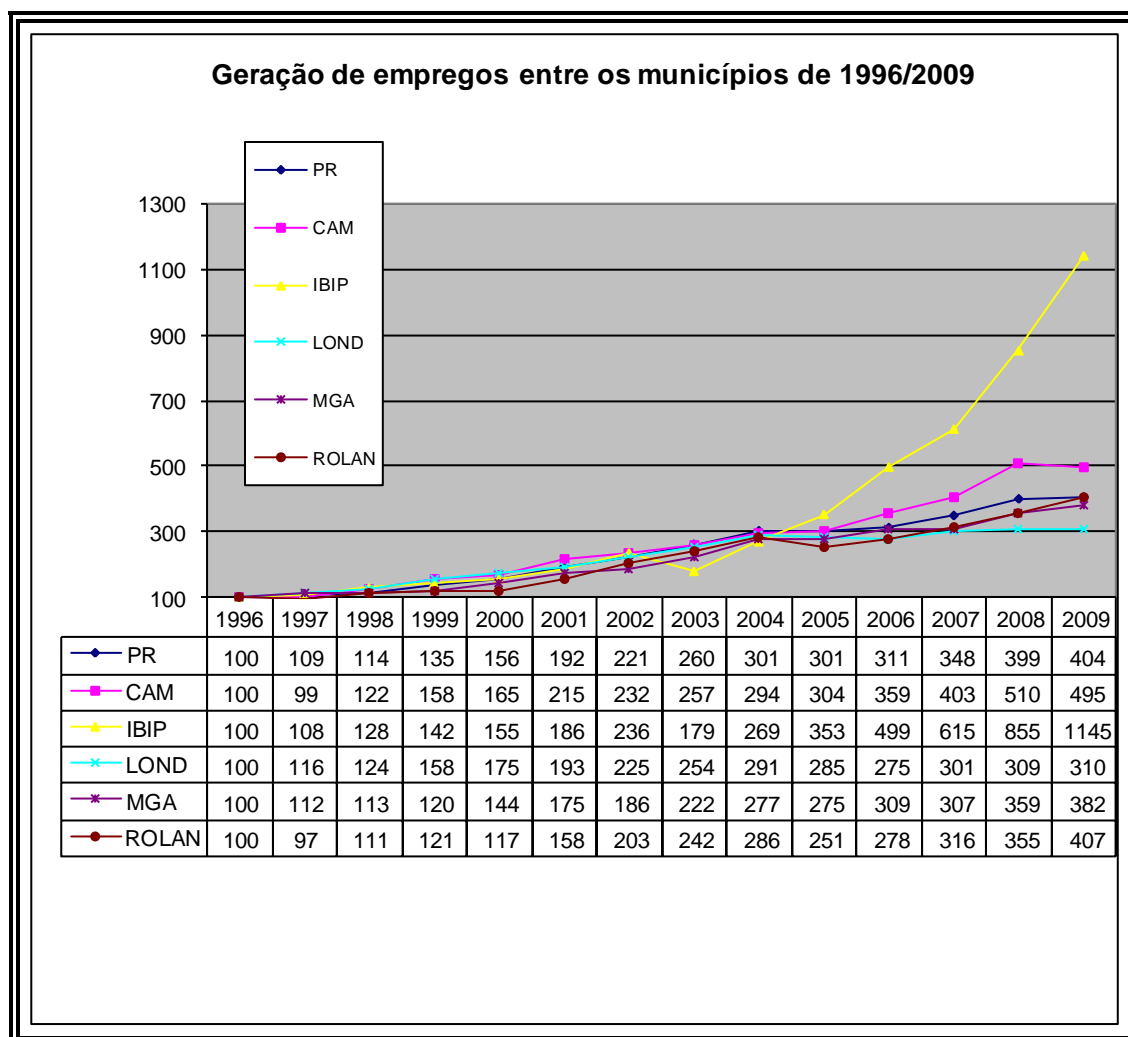
Tabela 06 - Classificação do rendimento familiar em Londrina e no Paraná Censo/2000				
Classes de rendimento nominal mensal familiar	Paraná nº de Famílias	Participação %	Londrina nº de Famílias.	Participação %
Total	2.824.383	100%	136.567	100%
Até 1 salário mínimo	279.518	9,9	7.274	5,33
Mais de 1 a 2 SM	470.977	16,68	15.458	11,32
Mais de 2 a 3 SM	382.835	13,55	14.923	10,93
Mais de 3 a 5 SM	553.146	19,58	26.313	19,27
Mais de 5 a 10 SM	559.757	19,82	34.517	25,27
Mais de 10 a 20 SM	279.190	9,88	19.392	14,2
Mais de 20 a 30 SM	185.500	6,57	14.202	10,4
Sem rendimento	113.460	4,02	4.487	3,29

Fonte IBGE – Censo Demográfico 2000

1.4.2.2 Emprego

Avaliando a região em termos de capacidade de geração de novos empregos, novamente a cidade de Ibiporã se destacada muito das demais, conforme gráfico 21 a taxa de crescimento da variável geração de novos empregos em Londrina, quando comparada com as taxas dos municípios vizinhos, obteve o pior desempenho, principalmente no período de 2004 a 2009.

Gráfico 21– Comparação da geração de empregos entre os municípios no período de 1996/2009

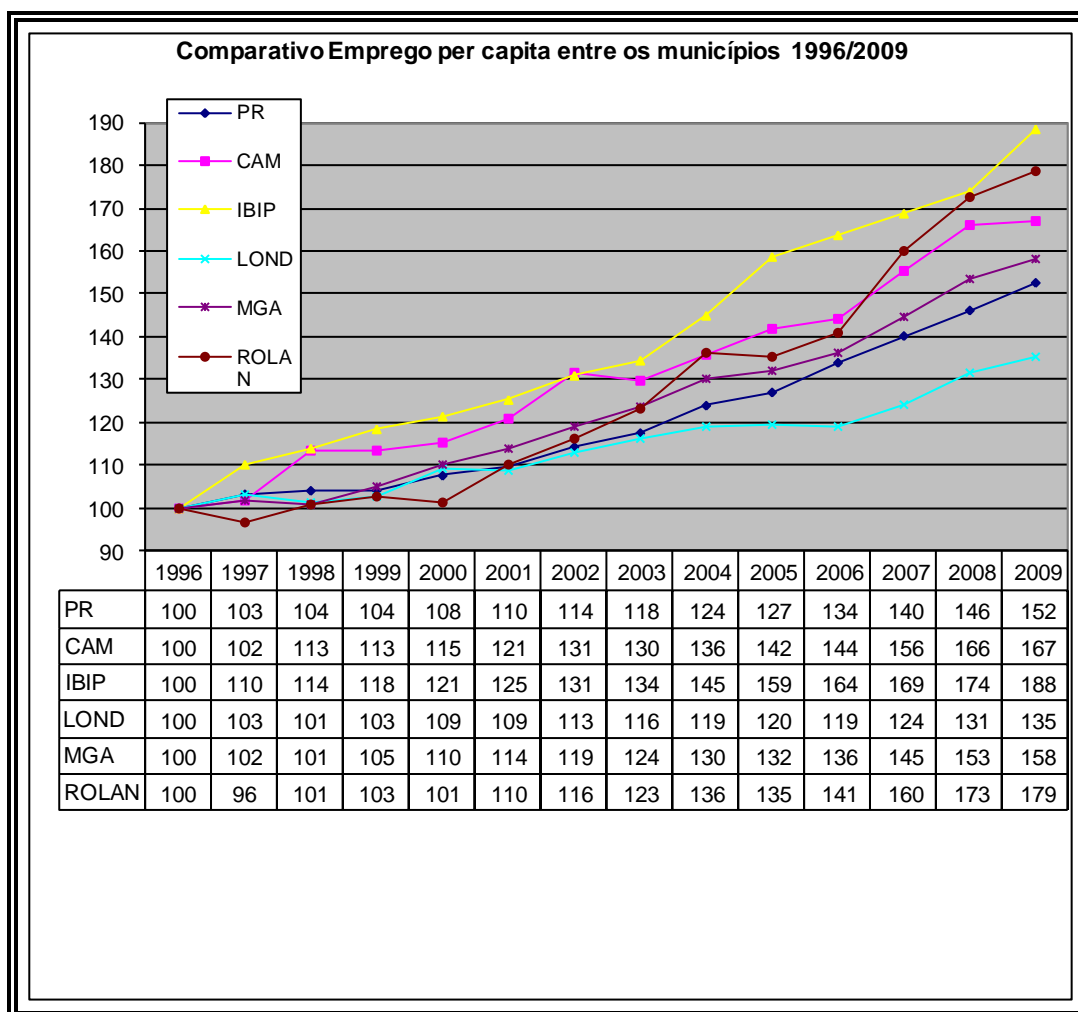


Fonte: IBGE

Elaboração Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer

No gráfico 22 a análise leva em consideração o crescimento populacional, ou seja, avalia o desempenho do emprego per capita, e novamente Londrina demonstra baixa capacidade de crescimento.

Gráfico 22– Comparação da geração de empregos per capita entre os municípios no período de 1996/2009



Fonte: IBGE

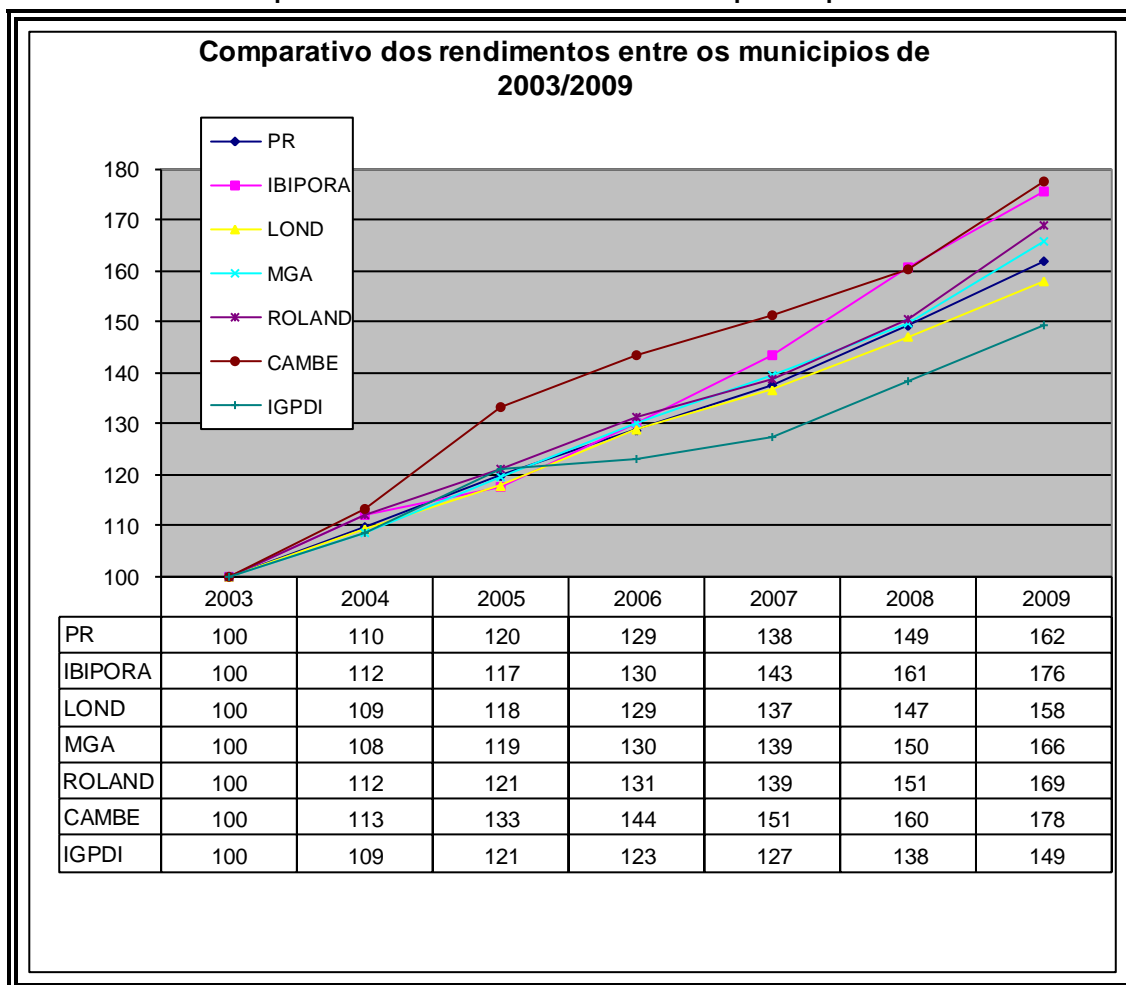
Elaboração: Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer

1.4.2.3. Rendimento⁵

Outro indicador que mostra o baixo desempenho de Londrina em relação aos municípios vizinhos diz respeito aos rendimentos médios. Estes mostram que a taxa de crescimento da renda foi superior a da inflação, no entanto, ainda, inferiores aos demais municípios analisados, conforme pode ser visto no gráfico 23.

⁵ Os dados de Rendimento médio foi extraído da base de dados do Iparde, tendo como fonte as informações da Relação Anual de Informações Sociais RAIS, estes dados são amplamente utilizados para elaboração de prognósticos e definição de diretrizes sobre as políticas públicas de emprego e renda.

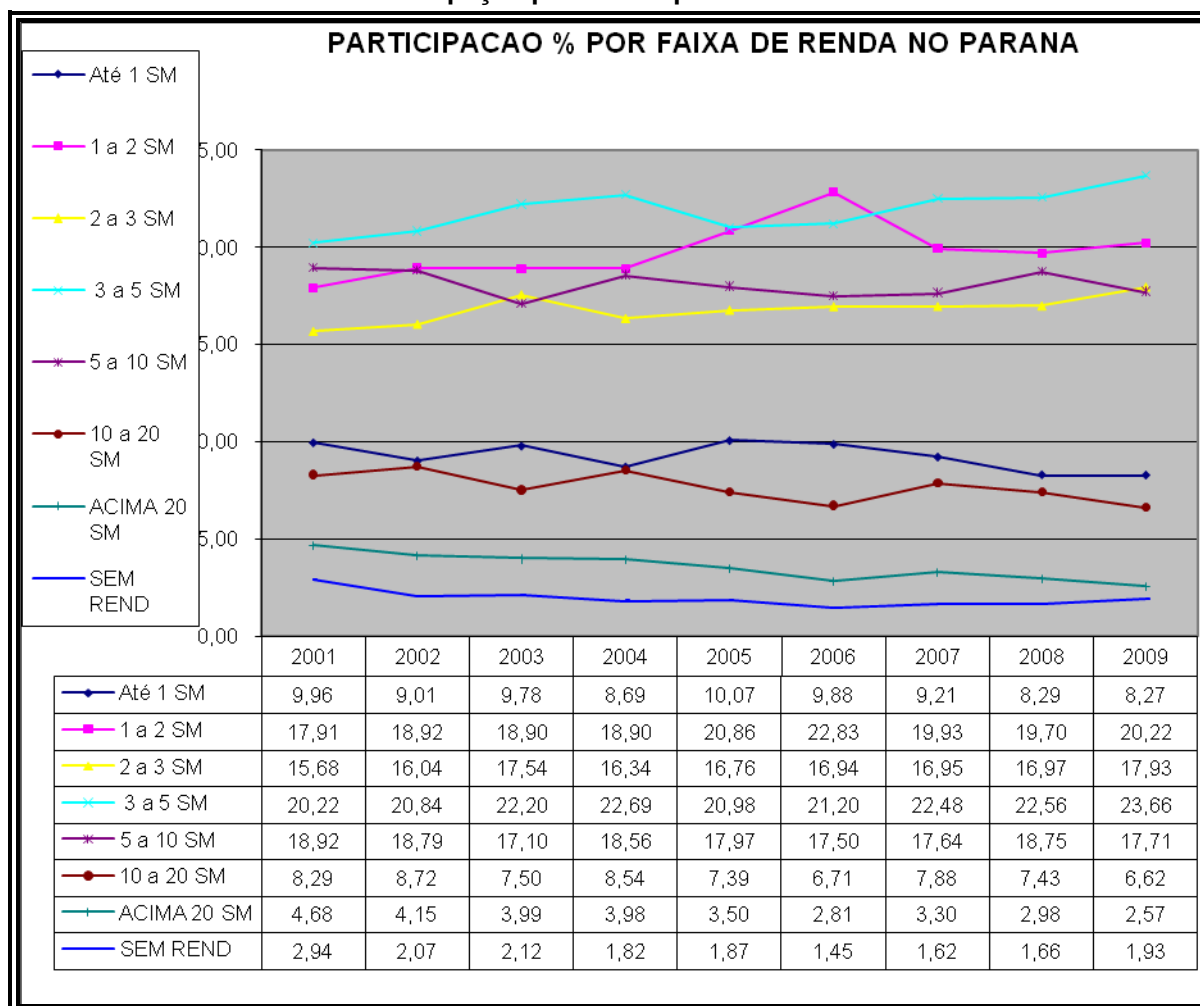
Gráfico 23 - Comparativo da renda média entre os municípios no período de 2003/2009



Fonte: RAIS

Autor: Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

Gráfico 24 - Participação percentual por faixa de renda no Paraná

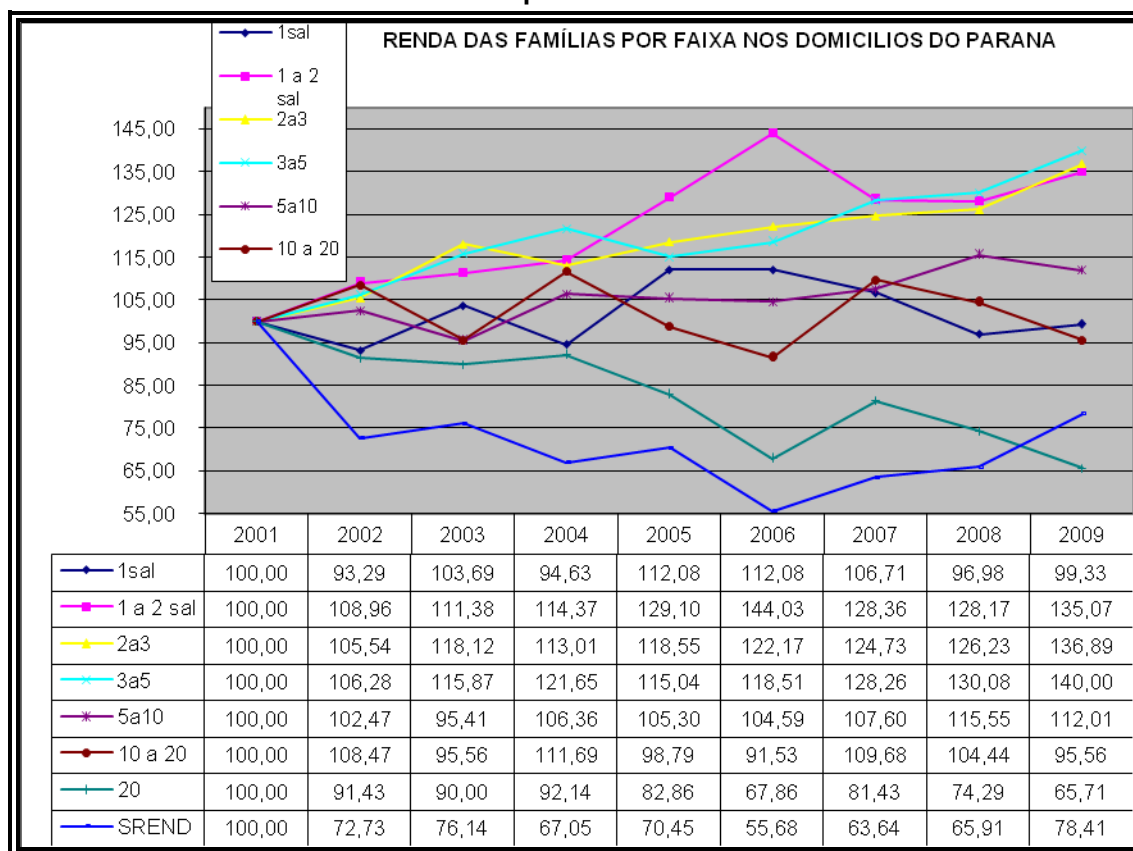


Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2009 .

Autor: Sidnei Pereira do Nascimento- Instituto Fazer

O gráfico 24 mostra a participação percentual das classes de renda no rendimento total das famílias por domicílio no Estado do Paraná. Pode-se observar que no ano de 2001 aproximadamente 9,96% das famílias recebiam até um salário mínimo (SM), declinando para 8,27% em 2009. Os rendimentos de 1 a 2 SM sobem de 17,91% em 2001 para 20,22% em 2009, ocorrendo o mesmo com os rendimentos de 2 a 3 SM que saltam de 15,68% para 17,93%. Os rendimentos de 3 a 5 SM sai de 20,22% vai para 23,66%. Já os rendimentos superiores declinam, os de 5 a 10 SM caem de 18,92% em 2001 para 17,71% em 2009. Comportamento semelhante ocorre nas famílias com renda de 10 a 20 SM caindo de 8,29% para 6,62%, já as que apresentam acima de 20 SM cai de 4,68% para 2,57%. Também há um declínio das porcentagens nas famílias que se declaram sem rendimento caindo de 2,94% para 1,93%.

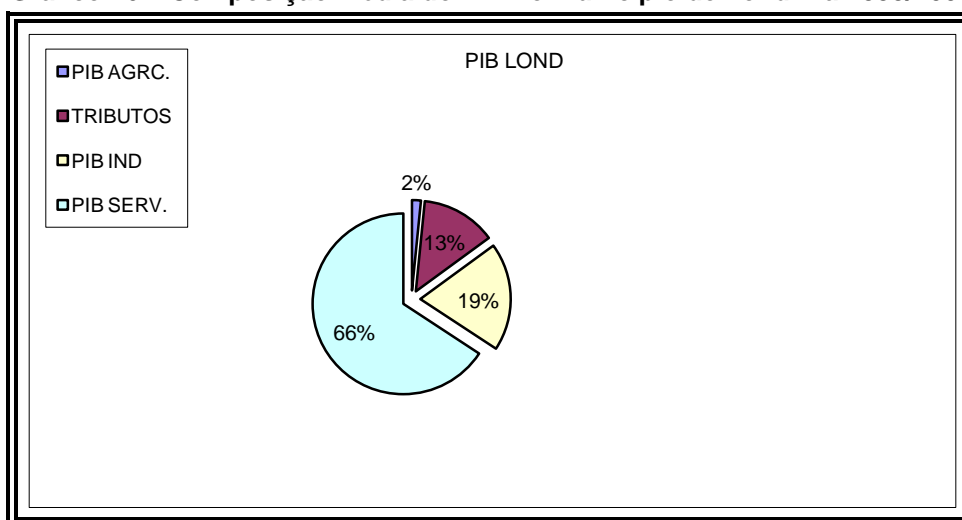
Gráfico 25 - Taxa de crescimento por faixa na renda das famílias do Paraná.



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2009.
Elaboração: Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

1.4.2.4. Composição do PIB

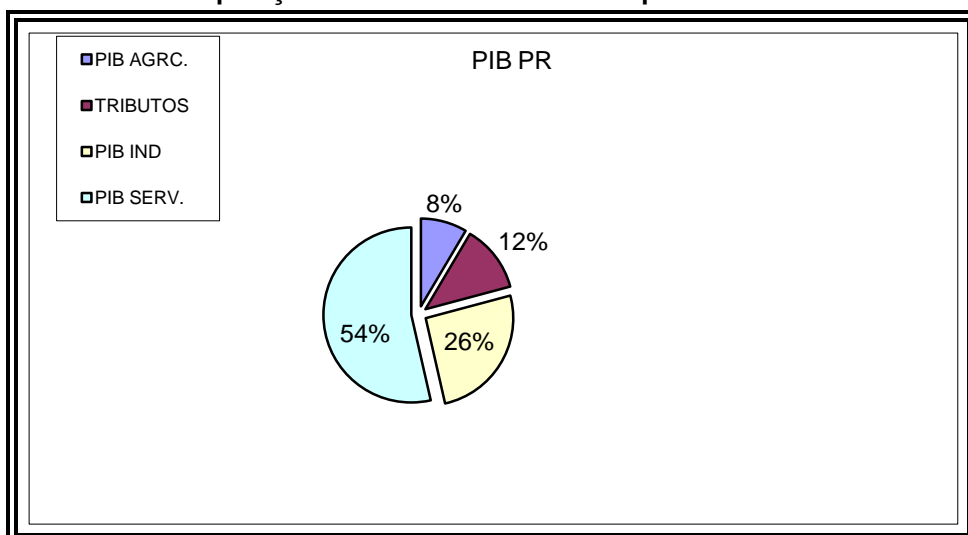
Gráfico 26 – Composição média do PIB no município de Londrina 1999/2008



Fonte: IBGE.
Elaborado por Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

A composição média do PIB do município de Londrina de 1999 a 2008 está dividida em 66% representado pelo PIB do setor de Serviços⁶, 19% representa o setor industrial, 13% a carga tributária municipal, e apenas 2% a representação do PIB agrícola.

Gráfico 27 - Composição média do PIB nos municípios do Paraná 1999/2008

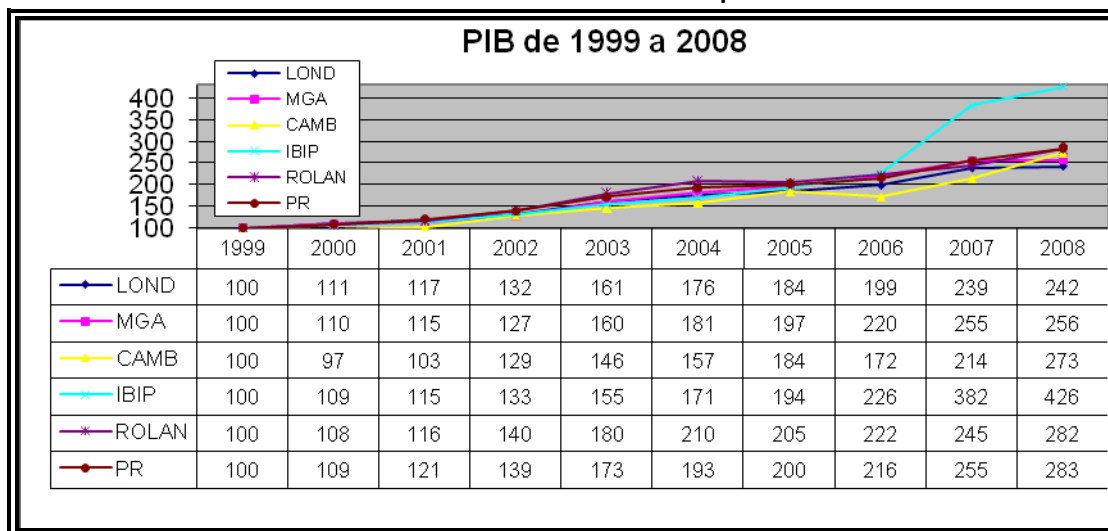


Fonte: IBGE

Elaborado por Sidnei Pereira do Nascimento.

A composição média do PIB paranaense pode ser distribuída em 53%, representado o PIB do setor de Serviços, 26% o PIB industrial, 12% a carga tributária média dos municípios, e 9% a representação do PIB agrícola.

Gráfico 28 – Taxa de crescimento do PIB nos municípios avaliados 1999/2008



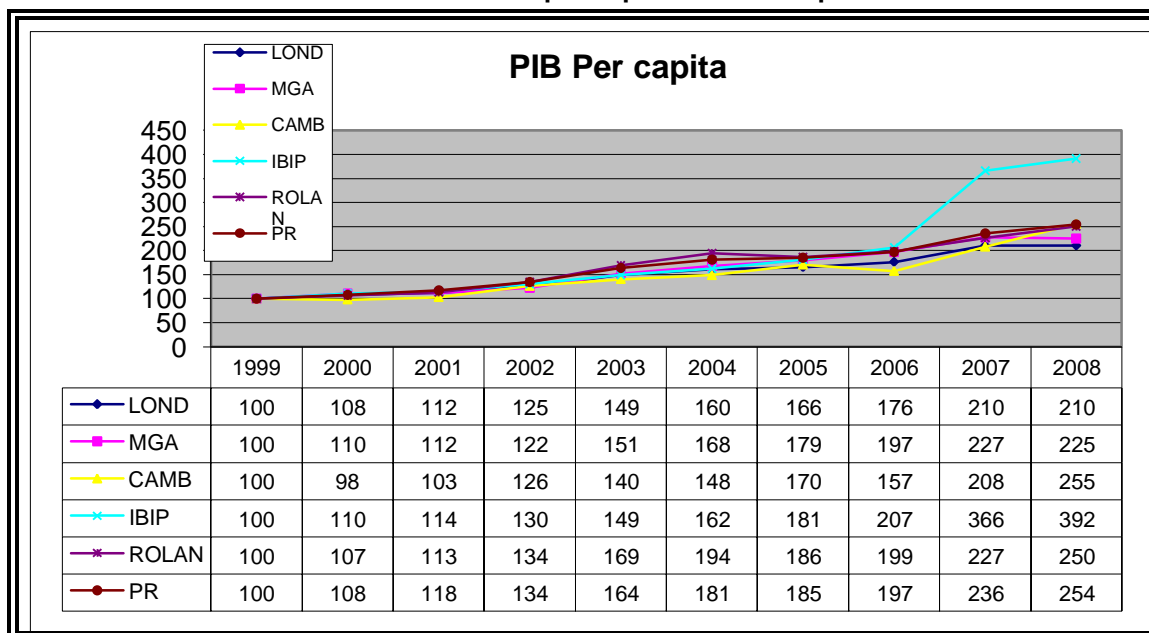
Fonte: IBGE.

Elaborado por Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

⁶ O PIB do setor terciário, também conhecido como serviços, envolve a comercialização de [produtos](#) em geral, e o oferecimento de [serviços](#) comerciais, pessoais ou comunitários, a terceiros.

O gráfico 29 mostra o baixo desempenho da taxa de crescimento do PIB londrinense em relação aos municípios vizinhos entre 1999 a 2008.

Gráfico 29 - Taxa de crescimento do PIB per capita nos municípios avaliados 1999/2008

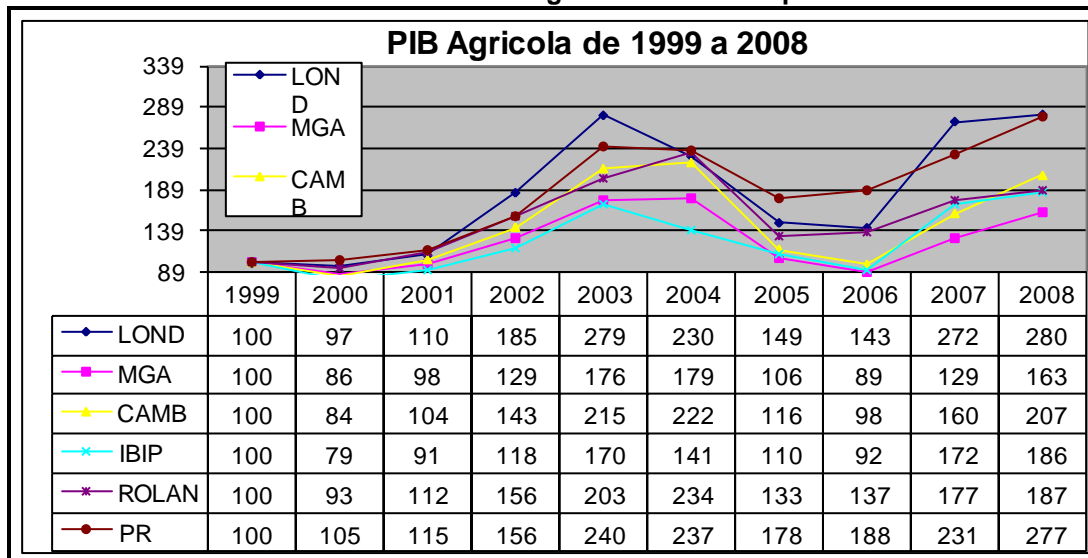


Fonte: IBGE.

Elaborado por Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

No gráfico 30, avaliando o PIB per capita nota-se novamente o destaque do município de Ibiporã, e o baixo desempenho de Londrina em relação aos demais.

Gráfico 30 – Taxa de crescimento do PIB Agrícola nos municípios avaliados 1999/2008

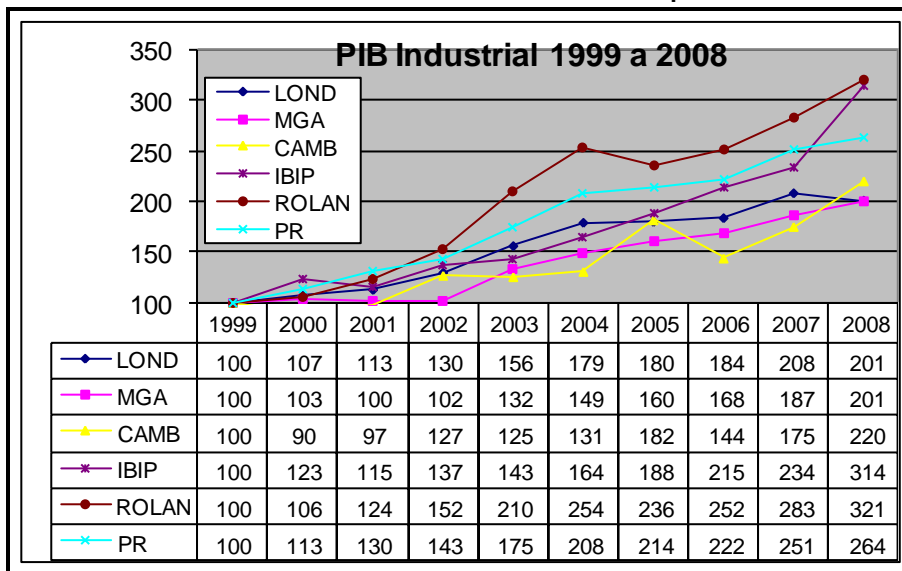


Fonte: IBGE.

Elaborado por Sidnei Pereira do Nascimento.

Com base no gráfico acima é possível perceber o caráter cíclico do PIB agrícola, fato este referenciado em vários estudos específicos do setor. Como destaque pode-se avaliar a taxa de crescimento no município de Londrina, superando a dos municípios vizinhos. Vale notar que o PIB Agrícola representa apenas 2% do PIB municipal.

Gráfico 31 – Taxa de crescimento do PIB Industrial nos municípios avaliados 1999/2008

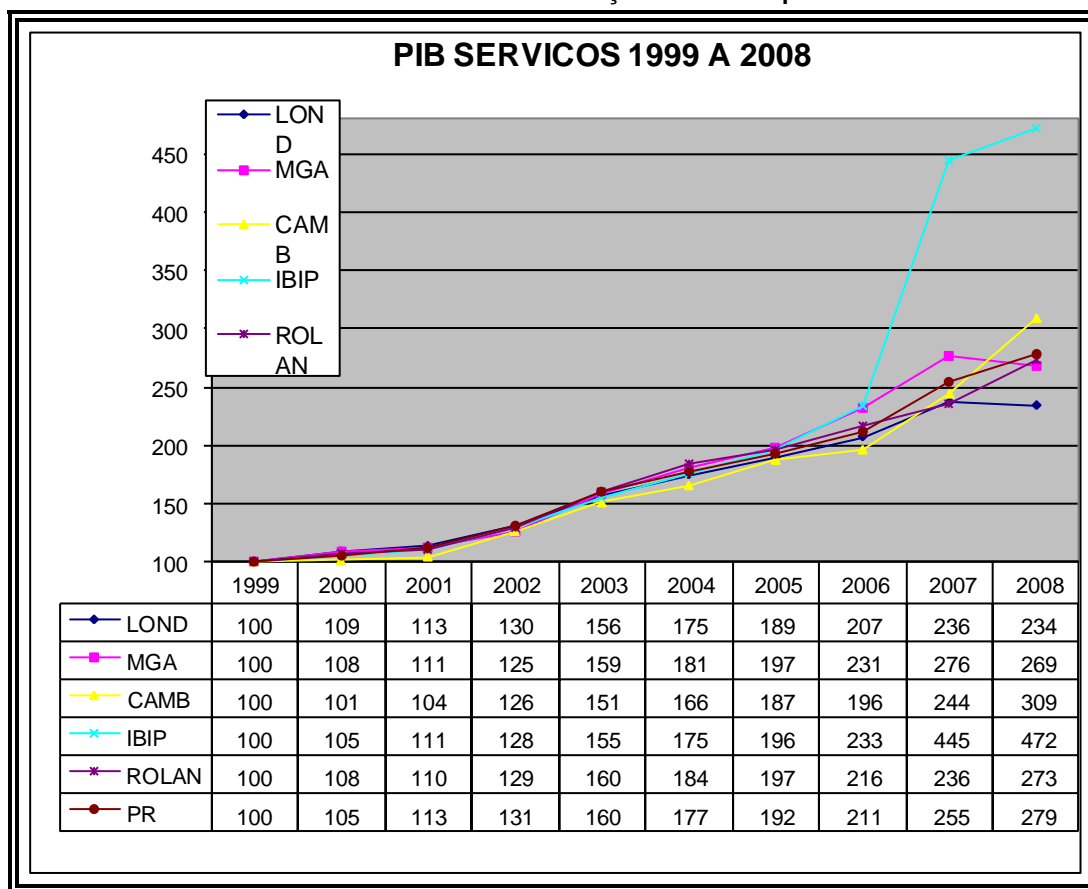


Fonte: IBGE.

Elaborado por Sidnei Pereira do Nascimento.

O gráfico 31 mostra a taxa de variação do PIB industrial, em que o município de Londrina, na média, manteve uma taxa de crescimento superior a Maringá e Cambé, e inferior aos demais municípios. Os destaques nesta série vão para Rolândia e Ibiporã, com taxas de crescimento acima de 200 %.

Gráfico 32 – Taxa de crescimento do PIB de Serviços nos municípios avaliados 1999/2008

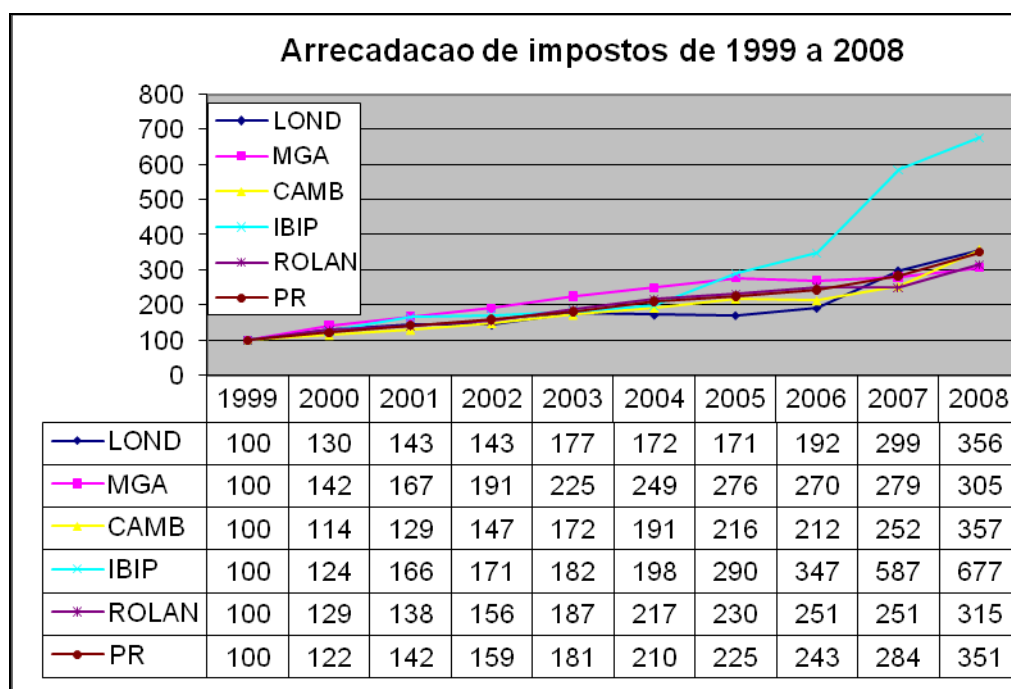


Fonte: IBGE.

Elaborado por Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

No gráfico 32 é possível constatar que a taxa de crescimento do PIB de Serviços no município de Londrina mantém-se abaixo dos demais municípios pesquisados.

Gráfico 33 – Taxa de crescimento dos impostos municipais 1999/2008



Fonte: IBGE.

Elaborado por Sidnei Pereira do Nascimento. Instituto Fazer.

No que diz respeito a taxa de crescimento da arrecadação, o município de Ibiporã obteve um grande crescimento entre 2004 e 2008, conforme gráfico acima, enquanto mostra o fraco desempenho da taxa de crescimento na arrecadação de impostos no município de Londrina de 2003 a 2006, com um forte restabelecimento de sua base tributário em 2007 e 2008.

1.4.2.5. Considerações sobre o desempenho econômico e comportamento da receita do Município.

A avaliação das receitas do município de Londrina mostra sua grande dependência nas transferências tanto da União quanto do Estado, chegando a 53% da Receita Corrente. Ficam evidentes também os esforços empregados pelo município em ampliar sua base tributária por meio do crescimento da receita com os tributos e taxas. No entanto, o impacto desse crescimento é pouco significativo em função dos tributos representarem em média apenas 26% da receita corrente. A evolução das receitas mostra que os impostos municipais, principalmente o IPTU cresceram a taxas significativamente superiores as taxas inflacionárias.

É importante considerar a análise dos gráficos 4 e 5 que demonstram o grau de dependência do município a recursos externos, bem como é possível visualizar que às taxas de crescimento das transferências para o município de Londrina tanto do Estado quando da União, crescem a taxas inferiores ao crescimento das receitas destes entes. Isto parece

evidenciar que existe espaço para ampliação da parcela das transferências advindas da União e do Estado para Londrina

Quando a avaliação se dá de forma comparativa entre os municípios próximos a Londrina, percebe-se a grande dificuldade em manter suas taxas de crescimento em níveis equivalentes aos vizinhos. Londrina demonstra a maior taxa de crescimento populacional e as piores taxas de crescimento do PIB, da Renda, e da geração de emprego.

Estes indicadores poderiam ser questionados quando comparados a municípios de pequeno porte como Ibiporã e Cambe, uma vez que nestes municípios a implantação de uma grande empresa, por exemplo, poderia alterar seus indicadores de forma significativa. No entanto, quando comparamos Londrina com o município de Maringá que também é classificado como município de grande porte os dados indicam que Londrina se mantém em uma condição inferior nos quesitos PIB, Renda, e geração de emprego. Sendo assim, é importante a percepção destes indicadores e a adoção de uma política eficaz no sentido de ampliar a produção, e conseqüentemente a geração de emprego e renda no município através de investimentos, atração de indústrias, e estímulos ao comércio.

Para fazer frentes a esses investimentos é necessário disponibilidade de recursos. Estes poderão vir de ampliação das transferências do Estado e da União, da ampliação da receita de IPTU e do ITBI mediante uma reavaliação do valor venal dos imóveis urbanos, que se encontram desatualizadas.

As previsões de crescimento econômico para anos de 2011 e 2012 indicam um baixo desempenho do Brasil. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta um crescimento de 4,5% para a economia brasileira em 2011. O dado faz parte do relatório Atualização das Perspectivas Econômicas Mundiais. Para 2012, a projeção do FMI para a expansão da economia brasileira é 4,1%, além de alertarem para os riscos de inflação e superaquecimento da demanda.

O governo Federal acena com um corte de R\$ 50 bilhões no orçamento de 2011. Estes indicadores sejam eles do FMI ou do governo federal são indicativos que os próximos anos serão difíceis para os municípios também, pois estes em sua grande maioria têm como maior fonte de recursos as transferências Estaduais e Federais.

Diante do cenário acima, os gestores municipais devem buscar sempre a melhor alocação dos recursos públicos, de forma a ofertar eficientemente os bens públicos demandados pela população. Em um cenário de baixo crescimento econômico, pode-se estimar uma projeção de baixo crescimento das receitas municipais, o que não necessariamente leva a um baixo crescimento das demandas por bens públicos por parte do contribuinte. Desta forma a eficiência na gestão pública poderá ser um grande diferencial para os próximos anos.

1.4.3.-Urbanização de Londrina e o papel da COHAB.

A ocupação do Norte do Paraná tem início no final do século XVIII, na região que se convencionou identificar por Norte Pioneiro e com a fundação de núcleos no chamado norte novo. Nesta região, a oeste do rio Tibaji, a primeira vila fundada é Jataizinho, elevado à categoria de vila em 1872.

A ocupação da região de Londrina só vai tomar impulso à partir de 1.930 com investimentos ingleses e com incentivo governamental. A primeira estratégia dos ingleses na região foi a plantação de algodão, através da *Paraná Plantation* que, no entanto, fracassou. A colonização do Norte do Estado é resultado do esforço de recuperação dos investimentos ingleses na região. Foram criadas duas companhias, que solidariamente avançariam no processo de ocupação da área: a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná.(CFSP). Essas companhias vão desenhar o mapa da ocupação do Estado que vai da divisa com São Paulo até Cianorte, a noroeste.

Enquanto a CTNP comercializava as terras, a malha ferroviária avançava seguindo o desenho traçado para a instalação dos núcleos urbanos. Os lotes comercializados eram divididos em forma retangular - iniciavam no topo e findava num curso d'água-, em tamanhos variados, que se reduziam na medida em que se aproximavam dos núcleos urbanos projetados, ou nascentes. Este desenho de ocupação garantia aos colonizadores o acesso à água e às vias que os conduziram a estrada de ferro, ligando-os aos centros consumidores e exportadores e de fornecimento. A geografia da região ficou marcada por este modelo: as rodovias e estradas acompanham os espigões ou divisores de água.

Uma vasta região do Estado foi ocupada seguindo essa estratégia: Londrina, Cambé, Apucarana, Rolândia, Maringá, Arapongas, Mandaguari, Cianorte e Jandaia do Sul, etc., são cidades resultantes dessa perspectiva de organização do território.

O processo de ocupação promovido pela CTNP foi tão intenso, que surgiram 110 núcleos urbanos na área adquirida pela Companhia em apenas vinte e cinco anos, sendo que a maioria transformou-se em cidades (Tavares, 2001, p.30-31)ⁱ

Esse sucesso pode ser explicado porque o processo foi direcionado para manter *“sob controle a atividade comercial da Região, ou para comercializar internacionalmente seus produtos. Com isto promoveram o desenvolvimento capitalista e integraram-se ao sistema capitalista internacional. A promoção de imigração internacional para a região é o símbolo de vinculação, não só econômica, mas da cultura e expectativas sociais internacionais”*, conforme afirma Oberdiek ⁱⁱ.

A ocupação da região norte tem caracteristicamente o objetivo da ocupação agrícola. A estrutura disponibilizada cumpria o objetivo de suprir as necessidades da produção e da comercialização. A introdução do plantio de lavouras de café deu um grande estímulo à ocupação da área e ao desenvolvimento econômico na região. Este desenvolvimento agrícola substituiu rapidamente a cobertura vegetal natural de forma extensiva. Neste sentido, Lakoski (1992, p. 35)ⁱⁱⁱ afirma que *“a mata era derrubada e queimada, o palmito era consumido como alimento e a madeira vendida. Essa rápida transformação degradou definitivamente a qualidade ambiental da área”*.

Bastaram algumas décadas para que essa forma de uso da terra levasse à degradação ambiental e esta produzisse seus efeitos sociais e marcassem definitivamente as cidades. O pós segunda guerra mundial intensifica o desenvolvimento do capitalismo pela adoção de modalidades mais modernas de produção: maior utilização de máquinas, implementos e defensivos agrícolas. Este processo se sustenta numa política agrícola voltada para o mercado exportador. Estavam dadas as condições para alterar a forma de exploração da terra: redução de trabalhadores braçais e concentração fundiária. Os trabalhadores ociosos do campo, os pequenos produtores que já não cumpriam o objetivo da acumulação

capitalista, realizam um movimento migratório intenso em direção às cidades. As que haviam logrado um maior desenvolvimento vão ser as mais impactadas por este processo.

O Município de Londrina começou a ser povoada a partir dos anos 30 do século XX, com base no plantio de café. Londrina, fundada em 1934 consolidou-se como a mais importante cidade da Região Norte Central.

Município de Londrina ocupa 1.724,7 Km², aproximadamente 1% da área total do Estado do Paraná. O Município está dividido em 8 distritos administrativos além da sede. Todos estes distritos contam com discretos aglomerados urbanos, com condições de urbanização sensivelmente inferiores às da sede, concentrando um pouco mais de 5% da população total do Município. Conta com uma extensa rede de estradas ligando a sede aos distritos, sendo que a ligação com a sede urbana dos distritos rurais tem cobertura asfáltica. Além dessas, dispõem de uma ampla oferta de estradas vicinais, na sua maioria com proteção de moledo, o que não é garantia de trafegabilidade em períodos de intensas chuvas, particularmente na região sul onde o relevo é mais acidentado.

A cidade de Londrina foi implantada estrategicamente para garantir o sucesso do empreendimento fundiário rural da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Nasceu a partir de uma planta pré-estabelecida, em forma quadrangular com traçado absolutamente simétrico das ruas. Foi inicialmente projetada para abrigar cerca de 20 mil habitantes.

Sua localização e estruturação deveriam responder às necessidades dos novos proprietários rurais que se instalavam na região: beneficiamento, coleta, transporte da produção e oferta de produtos e serviços para as necessidades de consumo da população.

Londrina constituía-se como base operacional da CTNP para o gerenciamento de seu empreendimento colonizador, que contemplava a comercialização de lotes rurais e urbanos, gerenciamento da Estrada de ferro e implantação da grande rede de estradas que vinculavam os espaços rurais aos núcleos urbanos nascentes. Isto explica, pelo menos em parte, o papel de destaque que ela alcança na região.

Em 1935 contava com uma população de 15 mil pessoas, sendo 11 mil no meio rural e quatro mil na área urbana. Nos anos seguintes Londrina conheceu uma expansão bastante rápida. No curso de 5 anos sua população saltou para mais de 75 mil habitantes – cerca de 64 mil no meio rural e quase 20 mil na área urbana. E apesar da redução do crescimento na década seguinte, com a população rural deslocando-se para outras cidades da região, a população urbana ultrapassa 34 mil habitantes em 1.950.

Nas décadas seguintes, a população urbana cresceu rapidamente. Já a população rural, teve um crescimento contínuo até o final da década de 60 e um decréscimo a partir de então. No começo dos anos 90, a população urbana de Londrina era de 366 mil habitantes, dos quais apenas 23 mil encontravam-se no meio rural.

Em 2000, a população de Londrina era de 447 mil habitantes, dos quais apenas 13.696 no meio rural (3% do total). Em 2010, o Censo apontou um total de 506.645 habitantes, sendo 97,40% na área urbana e 2,60% na área rural.

Esse crescimento acelerado, se de um lado posiciona Londrina entre as mais importantes cidades do sul do país, por outro vai construindo uma cidade com os problemas comuns de cidades de rápido crescimento: habitação, infra-estrutura, oferta de empregos, etc.

Para a construção da cidade de Londrina, as estratégias da CTNP na divisão dos lotes e seus respectivos usos (residenciais e comerciais) mantinham as áreas mais centrais do

quadrilátero com preços mais elevados, o que garantia a ocupação para o comércio e para as pessoas de maior poder aquisitivo. No entorno, desenharam-se bairros residenciais. Nos primeiros tempos, a cidade cresce segundo a lógica deste zoneamento: comércio na área central, comércio atacadista às margens da ferrovia, residências de melhor padrão nas proximidades da Avenida Paraná. Estes, em função do alto custo dos terrenos nessas imediações, permaneceram vazios por longo tempo.

Londrina nasce, pois, sob o signo da especulação imobiliária. Surgiram as primeiras vilas, todas ao norte da malha urbana, área de menor valorização imobiliária: Vila Casoni, Vila Conceição, etc. Para além da área urbana, ocupando áreas rurais, muitas já com plantações de café, começaram a aparecer loteamentos completamente desprovidos de infraestrutura, onde se assentavam as pessoas que aqui chegavam estimulados pela dinâmica econômica que se desenhava. Esta dinâmica se fundava na pequena produção mercantil do café, arroz, milho, madeira, de animais para a alimentação e para o trabalho no campo. Além dessa dinâmica que alimentava o sistema produtivo local, havia uma rede crescente de comércio e serviços para atender as necessidades da população.

Depois da elevação da cidade a sede municipal em 1934, instalou-se na cidade comércio e bancos (Casas Pernambucanas, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco América do Sul, Casa Bancária Imigratória), surgiram também as primeiras escolas.

A reserva fundiária da CTNP a partir de então encontra compradores: médicos, dentistas, gerentes ou proprietários do comércio e das instituições financeiras, etc.

A dinâmica econômica atraía pessoas de todo país. O comércio ganhava força com a crescente produção rural, principalmente café, que ilhava toda cidade. Já 1.937, nasce a Associação Comercial de Londrina, que só mais tarde, em 1.987, passará a constituir em Associação Comercial e Industrial de Londrina. Os empresários que aqui se instalavam organizados em sua associação constituíram-se em base importante do poder local.

A segunda guerra mundial constituir-se-á num marco no desenvolvimento de Londrina. O governo brasileiro impõe pesados impostos para o capital estrangeiro no Brasil. A Paraná Plantations Co. perde o controle da estrada de ferro, que passa a ser parte da Rede Viação Paraná Santa Catarina. E, em 1.944, a CTNP é vendida a um grupo de paulistas e passa a chamar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), de capital nacional que, na prática, segue a mesma estratégia de sua antecessora.

A cidade cresce dentro e fora do traçado original. Na tentativa de ordenar o crescimento, já em 1.948, um decreto municipal proíbe loteamentos fora dos limites estabelecidos da cidade. Buscava-se adensar a área urbana que se expandia de forma desordenada e apontava-se para um novo plano urbanístico que orientaria o crescimento da cidade. No entanto, o alto custo dos lotes melhor localizados e dotados de alguma infraestrutura era inacessível para parcela da população e, a ocupação da periferia continuava acontecendo de forma caótica.

Na década de 50, Londrina experimenta a maior expansão econômica, populacional e, consequentemente, físico territorial. Isto se dá como expressão da expansão da economia nacional e pelo intenso crescimento da produção agrícola para exportação.

Em 1.950, Londrina já tem cerca de 90 vilas. O centro passa a ser ocupado por prédios, que dividiam espaço com as casas de madeira dos primeiros habitantes. Na metade da década, a cidade já conta com uma rede importante de comércio e serviços: 900

estabelecimentos comerciais, 478 pequenas indústrias e 27 casas de crédito (FRANÇA, 1960).

Prandine (1952) afirma que nesta época Londrina detinha 39% dos depósitos bancários de todo o Estado. A arrecadação de impostos também crescia de forma consistente, chegando a representar 25,85% da renda total do Estado (FRANÇA 1.960) São os anos dourados da cidade, que se modernizava. Iniciou-se o asfaltamento da região central, construiu-se o terminal rodoviário, instalou-se o aeroporto, surgiram prédios com vários pavimentos, ampliou-se a rede saúde, criou-se a Faculdade de Direito, fundaram-se vários jornais e revistas, substituíam-se de forma intensa as casas de madeira por casas de alvenaria.

Contraditoriamente, é nessa mesma época de exuberância de crescimento, desenvolvimento e modernização que surgem as primeiras favelas.

A cidade não se estruturou para responder as diferentes demandas e ao lado da cidade legal cresceu uma cidade não dotada de condições urbanísticas e sociais. O intenso processo de urbanização é decorrente do êxodo rural, pois na segunda metade da década de 50 as fortes geadas e a política de governo alteram o perfil agrícola da região. A produção cafeeira dá lugar a pastagens e muita mão de obra é liberada do trabalho. Londrina é pólo de atração para esse novo migrante.

Na década de 50, são quatro áreas ocupadas por favelas: Pito Aceso, Vila do Grilo, Vila Esperança e Caixa Econômica. Na década de 60 instalaram-se as favelas Cantinho do Céu (Fundo de Vale do Jardim Paulista), Vila Ricardo (Moinho de Trigo) e Vila Marísia. Além delas, muitos loteamentos realizados de forma precária configuravam uma paisagem urbana dramaticamente dividida.

Na metade da década de 60 extensas áreas rurais são incorporadas aos limites urbanos em todas as direções.

Em 1.964, com a criação do Sistema Financeiro de Habitação e do BNH, Londrina cria sua Companhia de Habitação, com a responsabilidade de atuar nas questões habitacionais da cidade.

As questões habitacionais já acumuladas ao longo das décadas de 50 e 60 se tornam mais agudas na década de 70 em função das mudanças ainda mais intensas do perfil agrícola de toda a região. O café reduz drasticamente a área ocupada. Ao lado da pecuária e da produção de soja e trigo a atividade agrícola passa a ser altamente poupadora de mão de obra. O perfil agrícola, muda também o perfil agrário. Pequenas propriedades são suprimidas, já que os novos produtos agrícolas requerem ampla extensão de terra e mecanização.

A combinação de baixa produtividade das pequenas propriedades, atração das indústrias que se instalam com fortes incentivos governamentais e remuneração atraente da caderneta de poupança fez deslocar em direção à cidade um novo tipo de migrante: ex proprietários rurais, desestimulados pelas condições de trabalho, de vida e de perspectivas. No final da década de 70 haviam 17 favelas instaladas Essa tendência continuou acentuada até o ano 2.000.

O crescimento e modernização da cidade continuavam ignorando a outra cidade que crescia à sua margem. Essa população ocupava as franjas da cidade, vivendo em áreas inadequadas, como fundos de vale e áreas de proteção ambiental permanente, estreitos espaços à margem de rodovias ou de ruas e avenidas abertas para servir bairros periféricos

A criação e instituição da Companhia de Habitação Londrina e do Fundo Municipal de Assistência para a Casa própria, não foi suficiente para o enfrentamento do déficit habitacional, pois os recursos eram muito reduzidos sem o aporte de outros níveis de governo. O credenciamento da COHAB/LD como agente financeiro do BNH, permitiu que a Companhia passasse a atuar na produção de habitações populares, de forma discreta nos primeiros anos e de forma agressiva na sequência.

A ação da COHAB/LD vai alterar definitivamente a paisagem da cidade. Conforme se pode observar na tabela a seguir, depois de um primeiro momento de ocupação de vazios urbanos em conjuntos com número reduzido de unidades, e em algumas circunstâncias, destinados ao desfavelamento, Londrina passa a produzir conjuntos habitacionais com número elevado de unidades, ocupando áreas destinadas até então a atividade agrícola, que são incorporadas ao perímetro urbano, mas que recebem incipientes obras de infraestrutura. Isto, no entanto, não elimina o surgimento de novas favelas, agora ocupando também as periferias dos conjuntos habitacionais.

Esta política de produção de moradia popular vai construir uma nova cidade, esta apartada na cidade consolidada. Enquanto na década de 60, os 4 empreendimentos que produziram 128 unidades habitacionais e ocuparam espaços vazios do perímetro urbano e focou o desfavelamento, a política dos anos 70 desenha uma outra perspectiva. Dos 27 empreendimentos realizados, com a produção de 8397 moradias, 6.434 localizaram-se concentradamente no extremo Norte da cidade. Na década seguinte, dobrou o número de unidades produzidas e dessas mais de 40% foram implantadas na Zona Norte. A partir daí, com a desestruturação do BNH há uma redução importante na produção de moradias e o mesmo vai acontecer na década seguinte, até a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, que também tem uma estratégia de ocupação intensiva da Região Norte da cidade.

As décadas de 70 e 80 marcam a política habitacional, completamente vinculada às estratégias do BNH, que financiava a prazo longos, pequenas unidades habitacionais para famílias com renda de até 3 salários mínimos. O grande número de habitações produzidas não resolveu no entanto o déficit habitacional, já que credenciar-se para um financiamento requeria renda comprovada. Os moradores das favelas tinham dificuldade de atender a este quesito, pois acompanhava sua situação de irregularidade habitacional a informalidade nas relações de trabalho.

Esta constatação apenas reafirma o que já é sabido, o acesso a condições adequadas de habitação está vinculado à renda e, como o espaço urbano é apropriado para a especulação, a população de baixa renda é premida pelas alternativas que lhe são apresentadas: buscar formas de ocupar parcela do território em condições inadequadas ou comprometer-se com longos financiamentos e morar cada vez mais distantes das áreas valorizadas.

Londrina reproduz o que aconteceu em todo o país naquele período, mas de forma mais intensa e agressiva, já que os políticos locais buscaram formas de credenciar-se a um volume muito grande de habitações, maior que de alguns estados da federação.

O grande desafio que permanece é o de ser capaz de responder as demandas que permaneceram desatendidas. Hoje Londrina conta com 62 agrupamentos irregulares, divididos entre assentamentos precários e ocupações irregulares, normalmente definidos como favelas.

É notável o fato de que no período de grande oferta de habitações populares, tenham surgido inúmeras favelas. Das surgidas na década de 70, ainda hoje, 12 delas encontram-se em situação de irregularidade. Da década de 80, quando o volume produzido de habitação popular foi o maior da história do Município, remanescem 8 favelas.

Há, porém, que se destacar que a década de 90 e os primeiros anos deste século, o que era insuficiente para as necessidades da população foi substituído por um modelo ainda mais excludente. A lógica de mercado orientando a produção de moradias levou ao surgimento de 31 favelas novas no Município. O favelamento estendeu-se, também, para o território dos distritos rurais.

Se as décadas de 70 e 80 consolidaram a segregação da população de menor renda para pontos distantes do centro gerador de empregos e de lazer, e que viveu longo período com inadequado e insuficiente serviço público e infraestrutura urbana, as duas décadas seguintes deixou como alternativa o favelamento.

Enquanto isso entre o núcleo central da cidade e os empreendimentos de habitação popular restava reserva de terras intocadas esperando valorização pela consolidação da infraestrutura que o conjunto da sociedade paga.

A cidade, no entanto manteve seu dinamismo. O mercado imobiliário ofereceu alternativas para a população de maior renda. É deste período os empreendimentos de alto e altíssimo padrão que se consolidaram na porção sudoeste da cidade em condomínios horizontais fechados ou em apartamentos de alto padrão que ocuparam espaços privilegiados dentro da malha urbana que permaneceram ao longo do tempo como territórios rurais dentro do limite urbano que se espalhava. Esses empreendimentos instalaram-se na área do maior shopping Center da cidade e gerou uma terceira cidade, esta para poucos.

Desponta agora, outro nicho de empreendimentos habitacionais e comerciais ocupando a faixa leste da cidade, até então desprovida de investimentos. O setor público participa com a construção de Centro Cultural e a iniciativa privada investe num novo shopping, o que vem pressionando o preço da terra naquela região que concentra o maior número de ocupações irregulares da cidade.

Esta situação faz cada vez mais urgente a ação do poder público na definição de áreas reservadas para a produção de habitação de interesse social.

1.4.4. A questão ambiental em Londrina.

O Município de Londrina teve o uso e ocupação da terra efetuada de forma semelhante a outras cidades em todo o planeta sob a intervenção industrial capitalista. Tanto na área urbana quanto na rural esta intervenção está fundada no modo de distribuição e relação espacial das moradias.

Os bairros considerados de nível médio e operários estão localizados a distâncias consideráveis dos bairros nobres, que por sua vez também se localizam, especialmente, em locais privilegiados sob a ótica ambiental. Os excluídos, massa da população formada por trabalhadores do sistema informal, desempregados, lavradores oriundos do êxodo rural e outros, incham as áreas destinadas à formação de favelas, normalmente terrenos íngremes, com solo pouco profundo, margem de cursos d'água, áreas alagáveis e outros locais considerados "frágeis".

Desta forma, percebe-se o vínculo entre os aspectos econômicos, ambientais e sociais na ocupação do solo urbano. Os desastres naturais atingem, normalmente, as residências de baixa renda, justamente por localizar-se em áreas inadequadas à habitação.

Londrina não foge a esta regra. A cidade é segmentada econômica e socialmente. Na criação e expansão da cidade, a região central inicialmente e, posteriormente, as vertentes da região sul e sudoeste foram destinadas às ocupações nobres. Já a região norte e parte das regiões leste, oeste e sul, com bairros destinados à classe média. A região sudeste e as periferias, além dos “fundos de vale” abrigam as populações carentes.

A ocupação em fundos de vale é um dos problemas ambientais mais antigos da cidade de Londrina. Entrecortada por 81 cursos d’água, a área urbana possui características peculiares. Existem favelas localizadas a menos de 01 Km do centro da cidade em decorrência desta configuração natural. Nas áreas nobres da cidade, estes fundos de vale atendem aos moradores como área de lazer, enquanto grande parte dos demais se encontra abandonados, servindo como depósito de lixo e entulho ou foram ocupados com residências gradativamente e de forma irregular.

A ocupação em fundos de vale é um problema ambiental que traz conseqüências diretas sobre a qualidade de vida da população residente nas imediações. A primeira refere-se justamente à insegurança quanto a enchentes e deslizamentos que decorre em prejuízos financeiros para pessoas com condições financeiras precárias, aliada ao risco eminente de mortes e/ou graves acidentes. A segunda conseqüência é um problema silencioso que se reflete no atendimento diário em postos de saúde e muitas mortes na primeira infância: a qualidade da água e a destinação dos resíduos. Residências localizadas em áreas de preservação permanente não têm acesso a esgotamento sanitário e muitas vezes, a água tratada e coleta de lixo, assim, utilizam o curso d’água para abastecimento, lazer e destinação final de esgoto e resíduos.

Desta forma, a ausência de locais adequados destinados ao lazer da população - especialmente as crianças que residem nestas áreas de preservação permanente ou fundos de vale - leva à utilização destes locais para banhos e brincadeiras, fechando o ciclo de doenças.

Outro aspecto a ser considerado é a ausência de um planejamento municipal no que se refere aos resíduos sólidos. A coleta seletiva apresenta problemas crônicos e o depósito temporário destes resíduos tem sido efetuado em locais inadequados, em condições sanitárias inadequadas. A destinação final em aterro controlado apresenta deficiências há décadas.

Estes problemas ambientais afetam também a sede dos distritos, guardadas as devidas proporções.

Dentre os problemas ambientais diagnosticados no município de Londrina, destacam-se ainda a especulação imobiliária, a arborização urbana inadequada e a ausência de espaços verdes, além da disseminação de vetores e pragas urbanas decorrentes do descontrole ambiental como pombos e baratas.

As ilhas de calor, a insolação e ventilação inadequadas decorrentes principalmente da concentração de construções em alguns bairros da cidade e a redução da infiltração de águas pluviais em função da impermeabilização do solo, são outros aspectos que refletem a ausência de infra-estrutura e planejamento urbanos adequados.

II- DISPONIBILIDADE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS.

O funcionamento de uma cidade depende da qualidade e disponibilidade de serviços de infraestrutura para a população. A oferta de transporte público, o sistema viário, o serviço de energia elétrica, o saneamento básico e os serviços públicos de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer constituem-se em condições para a organização da vida na cidade.

O diagnóstico teve por objetivo avaliar as condições da oferta desses serviços e identificar suas possíveis fragilidades.

Como já visto na Parte I deste documento, Londrina é pólo de atração para uma extensa região do Norte do Estado. Essa condição impõe o desafio de atender não apenas sua população, mas dos que vêm em busca de serviços. Esta condição pressiona a demanda e redesenha necessidades, quer seja na circulação e transporte, quer na pressão sobre o meio ambiente: produção de lixo, pressão sobre a rede de água e esgoto e fornecimento de energia.

Mesmo quando consideramos que a oferta de infraestrutura, em todos seus itens, coloca Londrina à frente de todas as cidades da região, a intensa demanda exige permanente investimentos, melhoria de instalações e serviços, e um sistema de gestão capaz de acompanhar exigências em termos quantitativos e qualitativos.

Londrina já conta com Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB⁷ sancionado pelo Prefeito Municipal em 29 de julho de 2010 e cujo objetivo é de estabelecer um planejamento das ações de saneamento, atendendo aos princípios da política nacional, voltado para melhoria da salubridade ambiental, a proteção dos recursos hídricos, universalização dos serviços, desenvolvimento progressivo e promoção da saúde pública.

No entanto, a legislação complementar do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina (PDPML), como o anteprojeto de lei do sistema viário, aprovado pela 5ª. Conferência da Cidade está em análise interna nos órgãos competentes do Município, com previsão para discussão e aprovação pelo Legislativo Municipal em 2011.

O Planejamento do Sistema de Transporte Coletivo é atribuição do “Instituto de Pesquisas Urbanas de Londrina (IPPUL), e a gestão do sistema está a cargo da Companhia Municipal de Transito e Urbanização (CMTU), muito embora devido a interfaces com o sistema metropolitano de Londrina, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDU) venha contribuindo com pesquisas e dados relativos ao transporte e trânsito para o planejamento da cidade.

Tomando, portando os itens – sistema viário, transporte público, saneamento básico-enfrentamos uma realidade em transição cujos rumos definirão, em grande parte, o sucesso dos empreendimentos que visam reduzir o déficit habitacional de Londrina, particularmente para a população de baixa renda, cujo viver na cidade é muito mais marcado pela eficiência dos serviços públicos.

⁷ MUNICÍPIO DE LONDRINA. Plano Municipal de Saneamento Básico. DRZ, 2010.

EDITAL DE PP Nº 009/2010 – COHAB-LD – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 034/2010

INSTITUTO FAZER DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - EMAIL: institutofazer@sercomtel.com.br – FONE: 3348-1700

2.1. Circulação e transporte.

A análise das condições de circulação e transporte no Município de Londrina destacou o fato de que o sistema viário da cidade vem sofrendo pressão intensa em decorrência do aumento da frota de veículos motorizados. Tendência que não tem indicação de reversão no curto prazo. Isto implica enfrentar o desafio em diferentes direções: a primeira delas deveria ser a preocupação com a melhoria do transporte público, já que esta modalidade traz resultados no curto prazo, com baixo investimento e atinge a maioria da população; a segunda seria a produção de soluções eficientes e seguras para modalidades não motorizadas como o “andar a pé” e de bicicleta, que exige ajustes no sistema viário e disciplinamento das “calçadas”; o terceiro foco de intervenção seria o ordenamento do sistema viário como um todo. Nenhum destes itens é excludente. Há necessidade de coordenar estas soluções para que a população possa movimentar-se pela cidade de forma rápida, eficaz, econômica e de preferência com o menor impacto sobre a qualidade ambiental.

O anteprojeto de Lei do sistema viário - aprovado pela 5ª. Conferência da Cidade a ser enviado ao Legislativo Municipal - está pautado nos seguintes princípios: acessibilidade universal; desenvolvimento sustentável da cidade, nas dimensões socioeconômicas e ambientais; equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo; eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano; transparência e participação social no planejamento, controle e avaliação da política de mobilidade urbana; segurança nos deslocamentos das pessoas; justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes meios e serviços; e equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros.

As diretrizes que devem ser atendidas para a realização destes princípios, devem compreender o transporte e a mobilidade como um movimento integrado ao quadro geral de organização da cidade, assim deverá orientar-se para: a integração com as políticas de uso do solo e de desenvolvimento urbano; dar prioridade aos meios não-motorizados sobre os motorizados, e dos serviços de transporte coletivo sobre o transporte individual motorizado; prever a complementaridade entre os meios de mobilidade urbana e os serviços de transporte urbano; garantir a mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e bens na cidade; garantir o incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e não-poluentes; e priorizar projetos de transporte coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado.

2.1.1. Transporte Coletivo.

O Transporte coletivo em Londrina é operado por duas empresas contratadas. A concessão do serviço é por área. A cidade foi dividida em dois lotes para a operação de cada uma das empresas. O maior corresponde a 81,71% e o menor com 18,29% da área de concessão.

A remuneração é direto pela tarifa, hoje no valor de R\$ 2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos) para o ônibus urbano.

Além disso, há ainda oferta de transporte coletivo pelo seletivo ou especial, chamado de “PSIU”, que não faz parte deste contrato. Serviço operado por microônibus equipados com

ar condicionado, poltronas rodoviárias e som ambiente com tarifa diferenciada na faixa de R\$ 2,85 (dois reais e oitenta e cinco centavos).

O sistema de transporte coletivo urbano de Londrina comporta atualmente 120 linhas incluindo as que ligam o centro da cidade aos seus Distritos: Lerroville, Guaravera, Paiquerê, Irerê, São Luiz, Espírito Santo, Warta e Patrimônios.

O sistema foi concebido originalmente como radial, de maneira que todas as linhas eram seccionadas no Terminal Central, onde se dá a integração físico/tarifária. A vantagem deste sistema é ampliar a oferta de destinos e possibilitar um rápido embarque/desembarque nos horários de pico.

No entanto este sistema só foi utilizado, nos últimos doze meses, por 11.692 passageiros/mês, em média, com o cartão eletrônico. Este dado, no entanto, pode não estar indicando uma baixa utilização da possibilidade de integração, já que não há pesquisas de contagem de desembarque na linha de bloqueio dos terminais, nem contagem ou registro de embarque pela porta de trás no terminal.

A cidade conta com sete Terminais de Integração física nos Bairros de maior densidade e desejo de viagens, que são:

- Terminal de Integração Vivi Xavier;
- Terminal de Integração Ouro Verde;
- Terminal de Integração Milton Gavetti;
- Terminal de Integração Acapulco;
- Terminal de Integração Shopping Catuaí;
- Terminal de Integração de Irerê (Distrito de Londrina).

A instalação dos Terminais teve como objetivo melhorar o embarque e desembarque dos passageiros, agilizando o serviço no horário de pico, servir como ponto de parada operacional e garantir maior segurança.

No entanto, em virtude da dinâmica urbana, a ocupação no entorno dos terminais ampliou o serviço para muito além destes e foram criadas algumas linhas alimentadoras dos terminais de bairro que circulam em torno destes criando transbordo. A integração tarifária foi garantida pela integração magnética.

A característica das linhas é de prolongamento das linhas originais, onde algumas passaram a ser troncais e outras expressas ou semi-expressas nos horários de pico.

Esta foi uma solução adotada pela CMTU para não prolongar os itinerários das linhas pesadas, que têm sua frota dimensionada pelo trecho de maior demanda no horário de pico. Isto porque a ocupação, além dos terminais, ainda é rarefeita, o que não justificaria levar um tronco até eles, pois isto obrigaria o redimensionamento do serviço, com necessidade de aumento da frota, de tripulação e conseqüentemente de custos para o sistema e pressão sobre a tarifa. Por questões de racionalização o sistema, para não aumentar a quilometragem ociosa da rede, foi assumindo outra configuração e necessita passar por revisão.

Atualmente o sistema tem linhas radiais, diametrais, troncais, circulares e alimentadoras. Em 2005 o tempo médio das viagens era de 25 minutos e esse tempo vem aumentando, principalmente nos horários de pico.

Além dos terminais de integração o sistema conta com 100% de equipamentos embarcados de bilhetagem eletrônica e há intenção do governo na retirada total do cobrador do sistema como estratégia de redução dos custos operacionais. A medida já é pauta antiga

junto ao sindicato da categoria e, no último dissídio foi aprovada a redução paulatina da jornada de trabalho do cobrador durante três anos até sua retirada total do sistema. A CMTU prepara o sistema para sua auto-suficiência tecnológica.

Como a bilhetagem eletrônica já possibilita a integração temporal em todo o sistema, permitindo a integração em qualquer ponto da linha durante o período de uma hora, a manutenção da integração física se dá porque esta possibilita um menor tempo de embarque nos ônibus nos horários de pico, e uma maior oferta de destinos aos passageiros. Em ambas as formas o passageiro é beneficiado com o não pagamento de tarifa nos transbordos necessários para chegar a seu destino. No caso da integração eletrônica há o inconveniente da infraestrutura disponível nos pontos de transbordo: a questão da segurança e a limitação de destinos.

A integração seja física, através dos terminais, ou eletrônica, pela mídia magnética, ou cartão, é uma medida democratizante para os passageiros de baixa renda que realizam transbordo para outras linhas do sistema. Contudo, os terminais têm seus inconvenientes, pois ocupam extensas áreas, muitas vezes privilegiada, como o caso do centro, e sua localização é fundamental para o sucesso da operação.

As vias do centro da cidade têm caixa viária estreita para comportar todos os modos e desejos de viagem que ali circulam ao longo do dia. As linhas de ônibus na malha central passa praticamente em todas as ruas e em todas as direções, pois são quase 120 linhas com intervalos entre as partidas de 10 em 10 minutos entrando no terminal central. Muitas alternativas já foram buscadas para implantar rotas de fuga e desviar dos pontos de estrangulamentos.

Assim, é necessário avaliar o impacto de qualquer mudança que se queira introduzir, com base em pesquisas, para ampliar os benefícios e reduzir o desconforto e perdas do sistema.

Por isso é importante ter como ferramenta as pesquisas de origem e destino domiciliar para reestruturar a rede e, origem e destino embarcados, para prever integração com outras linhas em pontos de maior conveniência para o sistema.

Como o terminal reúne passageiros de todas as partes da cidade e usuários de todas as linhas, o gestor tem facilitado as condições de realização de pesquisa de opinião ou de satisfação com os usuários, sem atrapalhar a operação. É possível também auferir o grau de evasão de receita com pesquisas na linha de bloqueio do terminal, etc.

Devido ao crescente aumento da frota de veículos nas ruas, carros particulares, caminhões e utilitários, o sistema vem sofrendo uma diminuição de velocidade comercial, gerando a necessidade de mais ônibus nas linhas para cumprir o mesmo intervalo de tempo entre as partidas evitando o aumento do tempo de espera do passageiro no ponto de ônibus.

No entanto, um aumento da frota significa aumento de custos sem, contudo, aumentar a receita, e pode ter como consequência desequilíbrio econômico/financeiro do sistema.

Para minimizar a perda de agilidade do transporte coletivo a CMTU implantou faixas exclusivas para o transporte coletivo nos principais corredores de ônibus na região central, onde o viário é mais estreito, e linhas diametrais e circulares evitando-se a área central.

A condição do transporte coletivo, no entanto está demandando nova revisão da rede, para calibrar o sistema, melhorar o atendimento, procurar reduzir a distância de caminhada dos passageiros, recuperar o intervalo médio entre as partidas e melhorar o

cumprimento do tempo de viagem, reduzir a quilometragem ociosa, ajustar a frota operacional pela demanda atual instalada de forma a evitar aumento do preço da tarifa - o que excluiria parcela da população do serviço em função do custo - ou levar a ampliação do transporte privado.

O modelo de remuneração definido no contrato de concessão é direto pela tarifa, como afirmamos acima. Os custos da operacionalização do sistema de transporte coletivo municipal, - além do custo do seu próprio deslocamento, mais o custo de manutenção do funcionamento do sistema com ou sem passageiros, rodando em linhas de baixa frequência, ou nos horários de entre pico, nos finais de semana e de madrugada, quando a demanda cai, além das gratuidades instituídas por Leis Municipais que não são subsidiadas -, são rateados entre os passageiros pagantes.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2007) confirmam que mais de 37 milhões de brasileiros não podem utilizar o transporte público regular, por absoluta impossibilidade de pagar a tarifa. Ainda, que 50% dos passageiros pagantes pagam a tarifa utilizando o vale transporte (NTU, 2006), indicando que o trabalhador de baixa renda se constitui no maior beneficiário dos serviços de transporte público, mas é também o que realmente financia o sistema. No montante dos outros 50% estão as pessoas que podem pagar e as que não poderiam por não auferir renda suficiente, mas que por não possuírem vínculos de empregos formais, não recebem o vale transporte.

Por outro lado, o Município de Londrina não subsidia o sistema e nem cobre os custos das gratuidades instituídas por Lei. A Lei Municipal de nº. 10.450 de 10 de março de 2008, que alterou a Lei Municipal nº 6.971, de 18 de março de 1997, que por sua vez alterou o artigo 36 da Lei nº 5.496, de 27 de julho de 1993, que criou a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), instituiu a gratuidade para:

- aposentados por invalidez;
- pessoas com deficiência física, mental, sensorial e seus acompanhantes, em caso de comprovada necessidade;
- crianças e adolescentes que regularmente freqüentem serviços sócio-assistenciais de proteção social básica e especial e de ensino profissionalizante;
- crianças e adolescentes, regularmente matriculados e freqüentando a rede pública de educação, com necessidades educacionais especiais, para atendimento nos serviços de apoio especializado e seus acompanhantes em caso de comprovada necessidade, conforme legislação vigente;
- pessoas com insuficiência renal crônica, com realização de hemodiálise ou diálise e seu acompanhante em caso de comprovada necessidade;
- homens e mulheres com mais de sessenta e cinco anos de idade;
- crianças com até seis anos de idade;
- agentes da CMTU e operadores do sistema de transporte coletivo de Londrina, devidamente credenciados e identificados;
- usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), em tratamento continuado e seu acompanhante, em caso de comprovada necessidade, observando-se o seguinte:
 - a) nos casos de fisioterapia para pessoas em pós-operatório, trauma e/ou doença aguda ou em agudização nas áreas de: ortopedia, traumatismo, reumatismo, neuro, respiratória e cardiovascular; b) nos casos de quimioterapia e radioterapia, para

peças com neoplasias malignas; c) pessoas com transtornos mentais e/ou comportamentais que indiquem sofrimento emocional intenso; e d) pessoas doentes de AIDS.

- redução de 50% no valor da tarifa, durante o período letivo e mediante credenciamento, a critério da CMTU, para todos os alunos matriculados em estabelecimento de ensino regular.

Além destas gratuidades, há outro Projeto de Lei na Câmara Municipal propondo a instituição de gratuidade para os componentes da Guarda Municipal, quando estes adentrarem fardados no veículo. Uma das justificativas do vereador proponente do Projeto de Lei é que a presença da guarda municipal inibiria delitos praticados dentro dos ônibus.

As gratuidades instituídas, além de não serem subsidiadas pelo poder público, não são distribuídas segundo recorte social, número de viagens, trajetos, etc., o que seguramente pressiona o custo para os passageiros pagantes.

A frota de veículos vem crescendo a cada ano e a infraestrutura viária não logra absorver este incremento. Como podemos ver na tabela 07 a frota total de veículos em Londrina praticamente dobrou nos últimos 10 anos. O número de automóveis foi o que mais cresceu enquanto o número de ônibus se manteve constante, indicando que o transporte coletivo não tem se constituído em escolha da população e em prioridade para enfrentar a questão da mobilidade urbana.

Tabela 07– Veículos Automotores Registrados em Londrina no período de 2000/2010.

MODO DE TRANSPORTE	PERÍODO										
	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008	2.009	2010*
Automóvel	101.351	106.066	110.317	116.968	123.695	131.264	136.132	143.241	151.149	160.295	166.738
Ônibus	1.444	1.472	1.389	1.429	1.450	1.505	1.538	1.552	1.600	1.737	1.720
Micro Ônibus	295	337	371	382	470	523	551	620	646	690	740
Caminhão/Reboque	10.506	10.760	11.083	11.369	11.777	12.085	12.318	12.558	12.628	15.871	13.491
Caminhoneta	14.928	15.040	17.253	18.083	19.256	20.822	21.605	23.146	24.547	26.234	27.454
Moto	24.003	26.138	28.046	32.008	35.658	39.682	43.900	49.340	54.750	58.440	61.031
Outros	3.464	3.031	2.991	2.903	2.779	2.715	2.679	2.646	2.623	3.545	2.588
TOTAL	155.991	162.844	171.450	183.142	195.085	208.596	218.723	233.103	247.943	266.812	273.762

(*) o ano de 2.010 ainda não terminou e os dados são parciais até o mês de agosto, mas como tendência é significativo
 FONTE: Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN PR – Anuário Estatístico – 2008

Além do automóvel, a motocicleta, passou de 24.000 em 2000 para 61.031 em 2010, triplicando a frota em 10 anos. Seguramente essa opção é estimulada pelo preço mais acessível e crédito facilitado, o que faz esse meio de transporte ser atraente para a população mais jovem e pessoas que precisam de agilidade para movimentar-se na cidade.

Deve-se considerar, no entanto, os elevados índices de emissão de poluentes por estes veículos e as altas taxas de mortalidade e invalidez por acidente de trânsito. Estas são as manifestações mais aparentes e dramáticas do que está acontecendo nas cidades: os índices de acidentes crescem na mesma proporção da ampliação da frota. Por sua vez, o transporte público sofre com a pressão sobre o trânsito e tem diminuída sua eficiência

Não havendo alteração deste quadro, a cidade pode perder eficiência social, pois o transporte coletivo apresenta menor consumo de combustível, energia, espaço viário por passageiro, assim como taxas muito menores de emissão de poluentes do que o transporte individual como se vê na Tabela 8.

Tabela 08 - Indicadores Comparativos de eficiência entre modos de transporte				
Modo	Índices relativos por passageiro/KM ⁽¹⁾			
	Energia	Poluição	Custo Total	Área de via
ÔNIBUS	1	1	1	4
MOTOCICLETA	4,6	32,3	3,9	4,2
AUTOMÓVEL	12,7	17	8	6,4

Fonte: Associação Nacional de Transporte Urbano - ANTP "Desenvolvimento Urbano, Transporte e Trânsito no Brasil. Propostas para Debate. São Paulo:ANTP, julho de 2002. pg.11

(1) Ocupação de 50 pessoas no ônibus, 1 por moto e 1,3 por automóvel

(2) Base calculada em gramas equivalentes de petróleo (diesel e gasolina)

(3) Monóxido de carbono (CO), hidrocarbonetos(HC), Óxidos de nitrogênio(NOx) e material particulado(MP)

(4) Custos totais, fixos e variáveis

Observa-se que os automóveis poluem 17 vezes mais e gastam 13 vezes mais energia do que o ônibus e, as motocicletas poluem 32 vezes mais e gastam 5 vezes mais energia por passageiro do que o transporte coletivo.

Os ônibus também apresentam maior eficiência do que os automóveis e vans quando se considera a relação entre o espaço viário consumido e a quantidade de passageiros transportados. É o que indicam as cifras abaixo, apuradas pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), para os corredores de transporte de onze cidades brasileiras.

Tabela 09 – Indicadores Comparativos de eficiência entre Espaço Consumido e Passageiros Transportados.		
MODO	PASSAGEIRO TRANSPORTADO POR ESPAÇO DE VIA	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA AUTOMÓVEL = 1,0
Automóvel	1% de via 0,3% dos passageiros	1
Vans e peruas	1% de via 1,0% dos passageiros	2,8
Ônibus	1% de via 2,80% dos passageiros	7,9

2.2. Saneamento básico

A Lei Federal nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007⁸, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento e a política federal para o setor, compreende saneamento básico o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de abastecimento

⁸ BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento e a Política Federal para o Setor. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 05 jan. 2007.

EDITAL DE PP Nº 009/2010 – COHAB-LD – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 034/2010

INSTITUTO FAZER DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - EMAIL: institufazer@sercomtel.com.br – FONE: 3348-1700

de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. A prestação dos serviços públicos está condicionada a existência do Plano de Saneamento Básico (PMSB) no nível Municipal, que deve ser periodicamente revisto, acompanhado e avaliado por uma Agência Reguladora do Serviço, cuja função é dar a direção e controle público ao setor.

Londrina conta com PMSB desde 29 de julho de 2010,⁹ – que estabeleceu o planejamento das ações de saneamento, atendendo aos princípios da política nacional e encontra-se tramitando Projeto de Lei que cria a agência reguladora dos serviços.

2.2.1. Serviço de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos.

Londrina não conta, até a presente, data com um Plano de Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos, apenas o Decreto Municipal de nº.1139 de 29 de setembro de 2009¹⁰, institui o Cadastro de Gestão de Resíduos nos Serviços Públicos e Privados do Município de Londrina. Tal cadastro oferecerá informação à sociedade e será mantido pela Secretaria Municipal do Ambiente (SEMA) em conjunto com a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) e, deverá conter informações objetivas, quanto à oferta dos serviços de coleta, transporte, tratamento, armazenamento, destinação final e, especialmente, reciclagem e reuso de resíduos, bem como outras práticas e técnicas para a gestão dos resíduos sólidos. Os órgãos responsáveis pelo Cadastro deverão pesquisar a oferta dos serviços no município, a partir de fontes oficiais. Tal cadastro pode se constituir numa importante ferramenta de gestão dos resíduos sólidos.

Em Londrina, a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU-LD), sociedade de economia mista, órgão da administração indireta da Prefeitura Municipal, é a responsável pelo gerenciamento dos serviços de roçagem, varrição de vias públicas, limpeza de terrenos públicos, fiscalização da limpeza de terrenos particulares, coleta de lixo domiciliar, coleta seletiva, retirada de entulhos, fiscalização de caçambas e administração do aterro sanitário.

A Companhia é a responsável pela coleta de resíduos domiciliares, comerciais de pequenos geradores e públicos. O Decreto 769/2009 regulamenta a gestão de resíduos orgânicos e rejeitos produzidos por pessoas físicas ou jurídicas que gerem, que gerem, no máximo 200L de resíduos semanalmente.

Os grandes geradores são responsáveis pela destinação de seus resíduos.

Os serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares, de feiras livres e de varrição e o transporte dos mesmos até o aterro sanitário municipal são terceirizados e atualmente são operados pela empresa M. M. Consultoria Construções e Serviços Ltda..em caráter emergencial, e cobre a prestação de serviços de limpeza pública na sede do Município de Londrina e nos distritos de Paiquerê, Irerê, Lerroville, Guaravera, São Luiz, Warta, Maravilha, Espírito Santo, Heimtal, Limoeiro, Três Bocas, Emaús e Patrimônios Guairacá, Regina e Selva.

Embora haja regularidade no serviço de coleta nos distritos e patrimônios, segundo dados apresentados no PMSB a prática da queima no terreno, da deposição em terreno

⁹ MUNICÍPIO DE LONDRINA. Plano Municipal de Saneamento Básico. DRZ, 2010.

¹⁰ LONDRINA. Decreto Municipal 1.139 de 23 de setembro de 2009

EDITAL DE PP Nº 009/2010 – COHAB-LD – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 034/2010

INSTITUTO FAZER DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - EMAIL: institutofazer@sercomtel.com.br – FONE: 3348-1700

baldio ou de enterramento é ainda muito utilizado. Provavelmente são hábitos arraigados de períodos onde a população não podia contar com coleta regular.

Na sede do Município, onde a oferta do serviço abrange 100% do território, um dos principais problemas em relação à coleta de resíduos refere-se às ocupações em locais inadequados onde há falta de condições básicas de tráfego, como inexistência de asfaltamento ou declividade acentuada para a retirada dos resíduos pelos caminhões de lixo.

Em Londrina, dos 62 assentamentos e 16 loteamentos irregulares 60 possuem coleta regular, 18 coleta eventual e 02 não possuem coleta de resíduos. Ressalta-se que destas 18 favelas e loteamentos irregulares, 13 estão localizados em áreas de preservação permanente, com coleta eventual e 02 sem nenhum tipo de coleta, agravando a situação de degradação ambiental e de aumento no risco de epidemias.

Essas situações constituem-se em fator determinante para o acúmulo de lixo em cursos d'água. De acordo com a COHAB-Ld (Relatório assentamentos irregulares produzido pela COHAB-Ld para o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS) foram levantados 12 cursos d'água na cidade com muito acúmulo de lixo e 09 com acúmulo médio. Considerando que a área urbana de Londrina possui 84 cursos d'água, 25% destes estão impactados com resíduos sólidos urbanos.

Por outro lado, a população rural, que representa em torno de 3% da população total e está dispersa em 1.305 km² de áreas rurais não possui serviço de coleta convencional e também não há nenhum programa que a oriente.

O aterro sanitário que atualmente recebe os resíduos da cidade foi licenciado recentemente para receber basicamente os rejeitos, uma vez que os mais modernos sistemas de coleta implantam segregações para os mais diferentes tipos de resíduos urbanos como: resíduos de saúde, orgânicos (incluindo resíduos de poda, óleo de cozinha), recicláveis, construção civil, madeira e radioativos sendo os aterros utilizados somente para os rejeitos, aumentando sobremaneira seu tempo de vida útil e implantando sistemas efetivos de reciclagem e reutilização dos resíduos.

No entanto, denúncias freqüentes nos meios de comunicação dão conta de que o aterro sanitário projetado para receber rejeitos, tem recebido todo tipo de resíduo, fruto da ausência de um Plano de Gerenciamento de Resíduos, de uma fiscalização efetiva e de um projeto sólido de sensibilização ambiental.

2.2.1.1. Coleta Seletiva em Londrina

O Município de Londrina conta com sistema de coleta seletiva de resíduos recicláveis com ampla abrangência no território e que é realizado por organizações não governamentais com gerenciamento e apoio do Município. Este sistema existe desde 1.996, mas há apenas um ano, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA) criou o Sistema de Coleta Seletiva. O sistema de inclusão dos catadores de materiais recicláveis, ganhou organicidade à partir do Termo de Compromisso e Ajustamento de conduta firmado entre o Ministério Público e o Município com o objetivo de retirar as pessoas que coletavam materiais depositados no aterro. Antes dessa fase a coleta era realizada porta a porta por trabalhadores da *Frente de*

Trabalho e atingia 30 mil domicílios da região central, coletando em torno de 1% do resíduo domiciliar.

A alteração desta situação se deu pelo estímulo à criação de associações de coletadores de recicláveis com a setorização da cidade. Essas Associações constituíram-se autonomamente e formalizaram-se com estatuto e registro. O Município atuou capacitando os catadores para a classificação dos recicláveis bem como, para sua comercialização. A inclusão das associações para o serviço formal de coleta ordenou o território, definiu atribuições, definiu responsabilidades do poder público e das Associações.

O Município conta hoje com 16 associações e uma cooperativa, com cerca de 330 associados, que se responsabilizam pela coleta, seleção, acondicionamento e comercialização dos resíduos recolhidos. Os dados a respeito do volume recolhido e aproveitado precisa ser melhor equacionado, pois os números apresentados em diferentes documentos são muito diferentes. Enquanto no perfil 2.010, indica-se a coleta de 65 toneladas dia (17.760 anual), no PMS fala-se em cerca de 100 toneladas das 450 produzidas diariamente.

A dificuldade na consolidação dessas associações, com condições de remuneração adequada do trabalho está determinada pela dificuldade de comercialização. Para fazer frente a este entrave, 20 associações organizaram e instituíram o Conselho das Organizações dos Profissionais da Reciclagem, que se constitui numa central de pesagem e venda- CEPEVE, cujo objetivo principal é o de promover a comercialização conjunta dos materiais e que atua também na prensagem dos materiais, para as associações que não possuem equipamento de prensagem nas centrais de triagem. A CEPEVE conta hoje com o título de reconhecimento de Entidade de Utilidade Pública, e o conjunto dos coletadores respondem por importante redução na pressão sobre o aterro, ampliando sua vida útil.

Em setembro de 2.010, foi criada a primeira cooperativa de reciclagem de Londrina, seguindo orientação do Município, que considerou esta forma de organização a mais adequada para a organização do serviço. Esta cooperativa, a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Londrina (Coopersil) funciona desde outubro em dois barracões no Vale dos Tucanos (zona sul) e foi beneficiada com a doação de 30 mil folhetos educativos, nove prensas, quatro balanças digitais, três elevadores de carga, 16 carrinhos para fardos, 20 mesas de aço carbono para separação de materiais e 60 carrinhos big bags.

As prensas cumprirão importante efeito sobre o trabalho dos catadores, pois o material prensado ocupa menos espaço e tem maior valor de mercado e é mais facilmente comercializável. A cooperativa conta hoje com um total de 20 afiliadas e já tem estatuto, CNPJ, inscrição estadual em processo de obtenção de licença ambiental e concessão de alvará de licença.

No entanto, muitas associações ainda não aderiram à Coopersil. Essas associações poderão vir a formar outra cooperativa, associar-se à Coopersil, ou outro tipo de solução que atenda às demandas dos catadores.

Segundo o presidente da COMURB, existe a possibilidade dos recicladores serem contratados pelo poder público. A contratação cobriria ao menos parte dos custos da coleta e proporcionaria uma perspectiva de remuneração maior aos trabalhadores.

Com relação a Limpeza e Manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos os principais problemas apontados pelo diagnóstico foram: falta de estruturação da coleta seletiva;

vinculação de grandes geradores com a coleta normal de resíduos domésticos; esgotamento da capacidade do atual aterro controlado e problemas de operação e localização; inexistência de coleta de resíduos sólidos domiciliares nas áreas rurais; inexistência de compostagem dos resíduos orgânicos coletados; ineficiência na cobertura de serviços de varrição, capina, roçagem, raspagem, poda e corte da arborização urbana; existência de pontos de deposição irregular de resíduos volumosos e da construção civil; inexistência de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Resíduos da Construção Civil.

2.2.2. Serviço de Abastecimento de água

O município de Londrina delega para Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, sociedade de economia mista, a prestação de serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários, desde 1.973, por meio de Contrato de Concessão de Serviços Públicos. Os serviços da SANEPAR são regulamentados pelo Decreto Estadual nº 3.926 de 1988.

O sistema de abastecimento de água adotado em Londrina é estruturado na forma convencional e atende 100% da população, desde 2.007, com a seguinte evolução: 2004: 99,91%; 2005: 98,77%; 2006: 99,98%; 2007: 100% ; 2008: 100% e 2009: 100%.

Entre os anos de 2.000 a 2.009, houve uma expansão de 17% na rede de atendimento, com uma expansão muito semelhante do consumo médio (19%), para um crescimento da população estimado em 13%, segundo projeção do IBGE.

Os dados de consumo *per capita* variam de um pico de 5,10 m³ mensais no ano de 2.000, para 4,58 m³ mensais em 2.004. Ao longo de 10 anos a média de consumo per capita girou em torno de 4,85 m³ mês.

O sistema é organizado para atender tanto a população do distrito sede como das sedes dos distritos administrativos rurais e patrimônios. Na sede do Município o abastecimento de água é realizado a partir da captação de água superficial no Ribeirão Cafezal e no Rio Tibagi e por captação de água subterrânea em 7 (sete) poços.

Nos distritos rurais e patrimônios a captação é feita em poços, sendo que para a maioria dos distritos há apenas um poço em operação respondendo às necessidades de consumo.

Apesar do fornecimento de água ter condições de atendimento de toda a população, em função das características e do perfil da população dos distritos ser quase sempre procedente da área rural, as famílias ainda lançam mão de formas alternativas de abastecimento.

As formas de tratamento utilizado para as fontes da água profundas. Normalmente, consiste em desinfecção no próprio poço e dependendo da qualidade da água acrescenta-se o flúor ou faz-se a correção do PH.

O que chama atenção é a baixa autonomia do sistema em termos de fornecimento de água, somente o Patrimônio Regina e o Patrimônio Taquaruna e o Distrito de Maravilha tem uma perspectiva de mais longo prazo para o abastecimento, os demais distritos deverão no curto prazo aumentar a sua capacidade de reservação.

Já para água superficial captada dos rios o tratamento se faz por cloração com cloro gasoso nas estações de tratamento. Em Londrina são utilizados para o tratamento o cloreto férrico, policloreto de alumínio, cloro gasoso, fluorsilicato de sódio e hidróxido de cálcio.

O abastecimento público de água nos agrupamentos urbanos tem sido prestado dentro dos padrões de qualidade e potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Já comunidades rurais e moradias isoladas em propriedades rurais, não discriminadas nos quadros acima, são abastecidas com sistemas próprios, através de poços de pequena e média profundidade e o controle da qualidade, quando realizado, é feito por iniciativa das comunidades ou dos moradores individualmente, sem a intervenção da concessionária que opera o sistema urbano da sede municipal e dos distritos ou por qualquer outro organismo municipal.

Londrina conta com uma rede de distribuição de 2.413.505 metros de rede para atender 138.727 ligações. O que representa uma média de 17 metros por ligação executada.

A vazão total de captação atual é de aproximadamente 7.545 m³/h, e segundo a SANEPAR é suficiente para o abastecimento da população até o ano 2015. Os poços de captação em operação têm como fonte o Aquífero Serra Geral. Encontram-se ainda, em processo de instalação três poços no Aquífero Guarani, sendo um na sub-bacia do Ribeirão do Limoeiro com 523m, e dois na sub-bacia do Ribeirão Jacutinga, com 946 e 961,30m respectivamente. O primeiro será mantido como reserva e os da sub-bacia do Ribeirão Jacutinga serão colocados em operação.

2.2.2.1. Política Tarifária

A SANEPAR aplica tarifas diferenciadas segundo a categoria de usuários e faixas de consumo. Os grandes consumidores subsidiam os pequenos e as de demais categorias subsidiam a categoria residencial.

Na remuneração do serviço de abastecimento a SANEPAR aplica *tarifa mínima*. Ela constitui o piso mínimo de pagamento do serviço prestado durante o mês, independente do consumo efetivamente realizado. A Tarifa mínima residencial é hoje de R\$- 16,35.

Para a população de baixa renda aplica-se a *Tarifa Social*, que se dá a partir do cadastramento social dessa categoria de usuários junto à concessionária e que deve atender os seguintes critérios: renda familiar de até 2 salários mínimos, ou no máximo meio salário mínimo por pessoa, que habitem em imóvel residencial com área de até 70 m² de área construída e consumo mensal de água de até 10 m³ ou de 2,5 m³/mês por pessoa residente no imóvel. O valor atual da Tarifa Social é de 30,58% da Tarifa Mínima Residencial, ou seja, R\$5,00 para o consumo de até 10m³, sendo cobrado do volume excedente a este R\$0,50/m³.

A tarifa normal de Água varia de acordo com a categoria conforme tabela10.

Tabela 10 - Valores da Tarifa de Água e Esgoto			
Categoria	Até 10m³(R\$)	Excedente a 10m³ (R\$)	Excedentes a (30m³)
Residencial	16,35	16,35 + 2,45 m³	65,35 + 4,18 m³.
Macro e micro comércio	16,35	16,35 + 3,31 m³	
Comercial/industrial/utilidade pública/poder público	29,4	29,40 + 3,31 m³	
Entidades Filantrópicas	29,4	29,40 + 1,66 m³	

*Mediante Cadastro – desconto de 50% sobre excedente comercial.

Tarifa de água e esgoto para entidade filantrópica: desconto de 50% no excedente a 10 m³ da categoria utilidade pública. Fonte: Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Como se pode aferir na tabela 11 a tarifa média praticada em Londrina está abaixo das médias da região sul e do país. Está um pouco acima da tarifa média do Estado do Paraná, mas este é um dado que deveria ser estratificado, já que nas cidades médias a maior participação do comércio, da indústria e dos serviços públicos, para os quais se pratica taxas maiores, pressiona para cima a média da tarifa, não significando que o consumidor doméstico esteja pagando tarifa acima da média do Estado.

Tabela 11 - Tarifa média Nacional para o consumo de água e esgoto Brasil, Região Sul , Paraná, Londrina – 2008	
Unidades consideradas	Tarifa em R\$/m³
Londrina	1,84
Paraná	1,81
Região Sul	2,16
Brasil	1,95

Fonte: SNIS – 2008

A prática dessas tarifas está ligada à eficiência do sistema, já que a SANEPAR, segundo suas próprias informações ao SNIS apresenta uma perda na distribuição comparativamente baixa em comparação com outras operadoras do país. Enquanto a média nacional de perdas na distribuição é de 41,6%, na região sul é de 38,9%, a média de perda da SANEPAR é de 33,5%. Ainda assim, é uma taxa muito elevada e que reduz a expectativa da eficiência do sistema.

O Plano Municipal de Saneamento apontou importantes fragilidades no serviço de abastecimento de água. A principal diz respeito à capacidade do sistema de atender o incremento populacional, pois seu horizonte de autonomia vai apenas até 2.005. Por outro lado, o elevado percentual de perda de água no sistema de abastecimento, além de ser fator de desperdício de água e de recursos humanos e financeiros, pressiona tarifas e reduz a capacidade do sistema se não for corrigido. Há descompasso na capacidade de produção e reservação de água em localidades isoladas, com capacidade ociosa para algumas e produção com limites muito estreitos para as necessidades de consumo em outras. Por outro

lado, não está solucionado o tratamento do lodo da ETA Tibagi, impactando este importante curso de água para o abastecimento da cidade.

E, embora o sistema de água abastecimento englobe toda a área urbana, a sede dos distritos e os patrimônios não existem programas específicos para os locais mais vulneráveis.

Ainda destaca-se a necessidade de atenção por parte do poder público para que a população rural, que adota soluções individuais, venha a ter condições apropriadas de abastecimento.

2.2.3. Sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário

O ciclo completo do serviço de esgoto contempla: Ligações, Rede Coletora Interceptores, Estações Elevatórias e Linhas de Recalque Estação de Tratamento de Esgoto – ETE.

Londrina possui uma rede de esgotamento sanitário, na área urbana da sede do distrito, acima da média nacional e estadual. Pelos dados de 2009 do Perfil Londrina, Londrina conta com 86,45% de coleta de esgoto na sede do município, enquanto no Paraná a média está um pouco acima de 50%, pelos dados do SNIS 2006, enquanto a média brasileira está em torno de 49%. Dados recentes divulgados pela Companhia à imprensa local dão conta de que durante o ano de 2011, 7.294 imóveis poderão integrar a rede de esgoto, sendo que em janeiro o fevereiro 2.000 os proprietários já foram autorizados a fazer a ligação com a rede. No ano de 2.010, foram liberadas 4.434 ligações à rede. Este quadro elevaria o índice de atendimento para 95%, resultado de um investimento de R\$ 27,2 milhões.

Para o tratamento de esgoto Londrina apresenta índices comparativos semelhantes: 86,45% em Londrina referente dados do Perfil de Londrina de 2009, para 49,0% no Paraná e 32,3 no Brasil com dados do SNIS 2006. Com a expansão da rede nos dois últimos anos o índice de tratamento também se eleva, pois há capacidade ociosa no sistema.

O planejamento do setor é de responsabilidade da concessionária que vem ampliando gradativamente a estrutura para prestação do serviço.

Considerado apenas o espaço urbano há uma evolução positiva deste atendimento, tanto no que se refere a coleta como ao tratamento do esgoto sanitário.

A rede atualmente instalada atende 86,45% da população, em 99.204 ligações ativas, com cobertura de 148.815 economias. Entre os anos de 1.996 e 2009 houve um aumento de cobertura do sistema de 88,42% segundo dados da SANEPAR e reportado no Perfil-Londrina 2.009. No entanto, os distritos rurais são completamente desatendidos, tanto nas sede urbanas dos distritos rurais, como nas moradias isoladas nas propriedades rurais. Nestes casos a solução para 90% dos domicílios é sistema de esgotamento sanitário extremamente precário, como fossa rudimentar, ou despejos em valas, lagos ou rios. O controle da potencialidade de contaminação do lençol freático e dos cursos de água é realizado de forma pontual, via de regra, por iniciativa individual. As consequências do padrão atual de uso da terra sobre a qualidade das águas tendem a ser agravadas com as condições já inadequadas do esgotamento doméstico, com riscos crescentes para as condições de saúde da população.

O sistema se estrutura com 14 estações elevatórias de esgoto (EEE) e linhas de recalque Das EEE operadas pela SANEPAR, 5 estão localizadas na sub-bacia do Ribeirão

Jacutinga, 2 no Ribeirão Lindóia, 1 no Ribeirão do Limoeiro, 2 no Ribeirão Cambezinho e 4 no Ribeirão Cafezal. Há ainda 4 EEE localizadas na sub-bacia do Ribeirão Cambezinho.

Londrina conta atualmente com 4 estações de tratamento de esgoto em operação e tem capacidade de processar 1.660 L por segundo, capaz de atender uma população de 373.543 habitantes.

Além das ETEs. em operação, será instalada ao sul da sede municipal uma nova ETE, na sub-bacia do Ribeirão Cafezal, denominada ETE Esperança.

Segundo a SANEPAR, a qualidade do esgoto tratado atende aos parâmetros estabelecidos pelas licenças de operação concedidas pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP para cada estação. Monitoramento dos efluentes e corpos receptores é realizado de forma a atender as exigências do IAP conforme o licenciamento.

Em Londrina, todas as Estações de Tratamento de Esgotos (ETE's) possuem Reatores Anaeróbios de lodo Fluidizado (RALF), modalidade desenvolvida pela SANEPAR e considerada uma experiência bem sucedida para o tratamento. Este reator tem baixa demanda de área, baixo custo, baixa produção de lodo, baixo consumo de energia, satisfatória eficiência de remoção de DBO (demanda bioquímica de oxigênio) e DQO (demanda química de oxigênio), e é de simples operação. No entanto, pode necessitar de pós-tratamento e, quando mal projetado e operado pode gerar mau cheiro. Pode também apresentar problemas devido à presença de elementos tóxicos ou inibidores e precisa de elevado intervalo de tempo para a partida do sistema se não for utilizado inóculo. Contudo, estes fatores podem ser controlados.

Além desta modalidade de tratamento o processo utiliza filtro biológico e lagoas, atendendo a necessidade de pós-tratamento. Quanto ao lodo gerado, a SANEPAR possui pesquisa e tem desenvolvido projeto para utilização do mesmo na agricultura.

2.2.3.1. Tarifas

Para cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário a SANEPAR possui tarifas diferenciadas segundo as categorias de usuários. A tarifa de esgoto é proporcional a da água, sendo menor do que esta.

O valor atual (dezembro/2009) da Tarifa Social de Esgoto corresponde a 50% do valor da Tarifa Social de Água. Com relação à Tarifa Normal de Esgoto ela corresponde a 80% do valor das Tarifas Normais de Água especificadas anteriormente dentro do Item Abastecimento de Água. Embora tenha havido importante investimento no setor, mais de 120 milhões no período compreendido entre 1.973 e 2.008, segundo informações da SANEPAR, o sistema ainda não logrou universalizar-se. Por outro lado, os distritos e patrimônios não são atendidos, deixando aproximadamente mais de 10 mil pessoas sem este importante serviço.

E, para a população que vive isolada na zona rural não há nenhum programa de orientação e apoio para adequar seus sistemas de esgotamento garantindo a proteção do lençol freático e dos cursos de água.

2.2.3. Drenagem urbana

A urbanização aliada a retirada da vegetação e as condições climáticas interferem diretamente na drenagem de uma cidade.

O correto dimensionamento da drenagem urbana é um dos principais aspectos para o controle dos impactos resultantes do processo de urbanização. O planejamento da drenagem deve atender inicialmente as características locais, físicas, econômicas e sociais de cada cidade.

A cidade de Londrina tem 84 cursos d'água, mais conhecidos como "fundos de vale", que marcam a paisagem urbana e a demandam um sistema de drenagem urbana inovador, que atenda esta configuração.

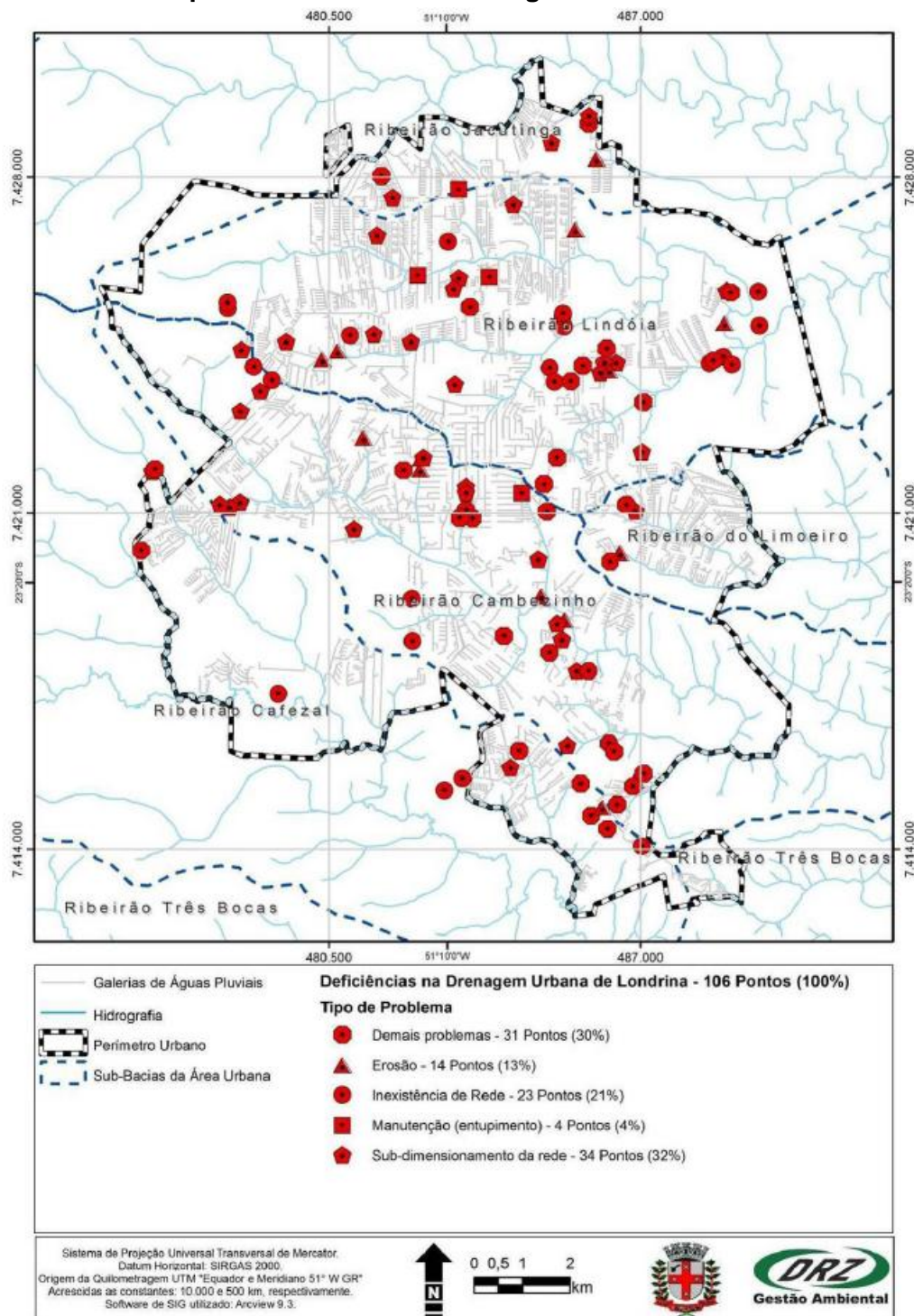
De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado para o município de Londrina, existem 80.770.000 m² de áreas atendidas por galerias de águas pluviais, sendo que destas, 5.220.000 m² necessitam de correções e outros 19.090.000 m² deverão ainda ser instalados. Os principais problemas diagnosticados nas redes de galerias de águas pluviais estão destacados a seguir na tabela 12 e no mapa 3.

Tabela 12 - Deficiência nas redes de galerias de águas pluviais em Londrina.		
Deficiências	Número de Pontos	Percentual (%)
Sub dimensionamento da rede	34	32
Inexistência de rede	23	21
Erosão	14	13
Manutenção (entupimento)	4	4
Demais problemas	31	30
Total	106	100

Fonte: Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação de Londrina(2008).

Os pontos de localização destas deficiências diagnosticadas no Plano Municipal de Saneamento Básico podem ser visualizados no mapa 3. O sub-dimensionamento da rede é o principal problema enfrentado, seguido da inexistência de redes e demais problemas como o traçado, localização de bocas-de-lobo, abaulamento de vias, dentre outros.

Mapa 03 Deficiência de Drenagem Urbana em Londrina.



Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Londrina-PR, 2008/2009.

As mudanças climáticas, a alteração no regime de chuvas, problemas resultante de inadequada educação ambiental tornam mais agudos os problemas de infraestrutura elencados. Esta inadequação e insuficiência das galerias de águas pluviais atingem de forma seletiva a população que vive em locais inadequados, onde a infraestrutura é sempre mais precária que, aliada a condições construtivas inadequadas, colocam a população em permanente ameaça de prejuízo em sua moradia e pertences, quando não em sua saúde e vida.

2.3. Serviços Públicos.

2.3.1. Serviços de atenção à saúde

Londrina foi o primeiro município do Paraná a adotar a condição de gestão semiplena do serviço, em 1.995. A partir de 1.998 passou a gestão plena.

Desde 1.991, conta com Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal 4.911, que definia sua composição. Esta composição foi alterada, pela Lei Municipal 8.445. O conselho conta na sua composição 24(vinte e quatro) membros, sendo destes, 12(doze) representantes do segmento de usuários do serviço de saúde, 5 (cinco) são representantes dos trabalhadores dos serviços de saúde, 5(cinco) são representantes de entidades prestadoras de serviço contratados ou conveniados, 2 (dois)são representantes do gestor público.

A ação sistemática do Conselho e a realização regular de conferências têm caracterizado a área de saúde como a de mais intensa participação social.

As regiões das unidades básicas de saúde são dotadas de conselhos locais que acompanham o desempenho das unidades.

Londrina conta com uma ampla e bem distribuída rede de serviços como podemos constatar a seguir, conforme tabela 13 e no mapa 4 de distribuição territorial dos serviços, e cujas informações estão organizadas pelo Sistema de Informações de Atenção Básica (SIAB).

Tabela 13 - UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 2009

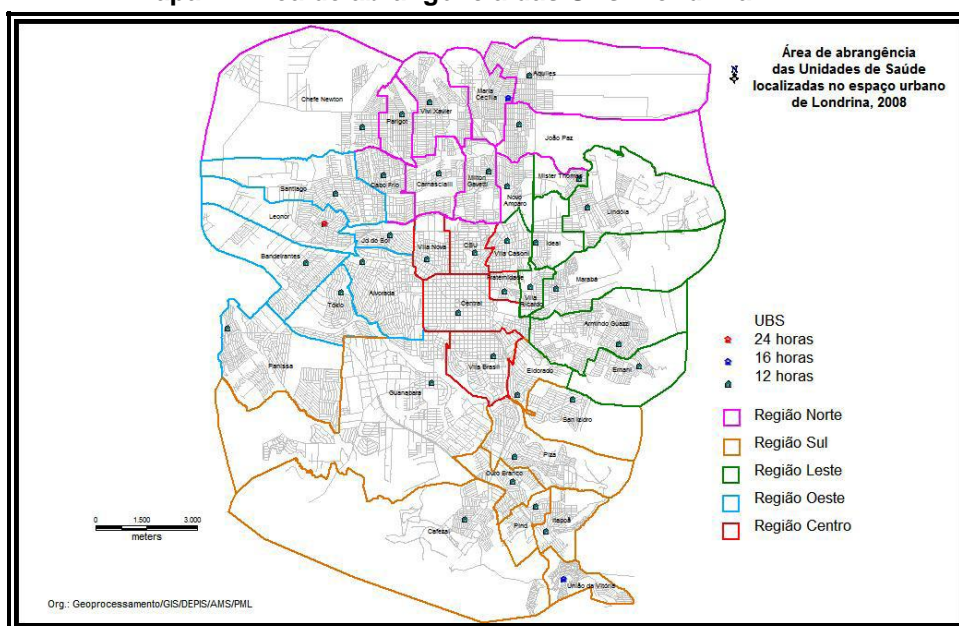
Nº de UBSS	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO ABRANGÊNCIA 2009	POPULAÇÃO SIAB	Nº TOTAL ATENDIMENTO DE AGENTE COMUNITÁRIOS	MÉDIA DE ATENDIMENTO POR AGENTE Comunitário
6	REGIÃO CENTRAL	94.566	33.957	76.733	12.441
9	REGIÃO NORTE	113.033	72.380	210.005	21.672
7	REGIÃO SUL	88.464	44.964	181.402	18.065
10	REGIÃO LESTE	85.735	48.144	129.692	18.063
7	REGIÃO OESTE	104.838	34.558	111.207	12.727
39	TOTAL ZONA URBANA	486.636	234.003	709.039	82.968
1	DISTRITO DE IRERÊ “DR ISAO UDIHARA”	...	2.421	5.573	1.858
1	DISTRITO DE LERROVILE “JOÃO NICOLAU”	...	5.721	9.805	1.226
1	DISTRITO DE MARAVILHA	...	1.075	1.287	644
1	DISTRITO DE PAIQUERÊ	...	1.989	4.329	1.443
1	DISTRITO DE SÃO LUIZ “WALDOMIRO P.DUTRA”	...	798	3.889	972
1	DISTRITO DE WARTA “GERTRUDES S.HEREK”	...	1.514	1.871	468
1	PATRIMÔNIO GUAIRACÁ	...	872	1.566	1.566
1	PATRIMÔNIO REGINA	...	1.890	2.500	625
1	PATRIMÔNIO SELVA	...	729	600	150
1	PATRIMÔNIO TAQUARUNA	...	481	1.401	1.401
1	PATRIMÔNIO TRÊS BOCAS	...	744	1.230	1.230
1	RESERVA INDÍGENA APUCARANINHA “MARIA VAGANH”
13	TOTAL ZONA RURAL		21.161	45.609	14.473
	TOTAL	486.636	255.164	754.648	97.441

FONTE: PML/Autarquia Municipal de Saúde – MAS

Organização dos dados: PML/SEPLAN/DP/Gerência de Pesquisas e Informações

(1)Na Reserva Indígena Apucarantina está incluso o posto avançado do Barreiro

Mapa 4– Área de abrangência das UBs- Londrina



FONTE: PML/Autarquia Municipal de Saúde – AMS

Organização dos dados: PML/SEPLAN/DP/Gerência de Pesquisas e Informações

Londrina ainda conta com uma rede importante de hospitais para atendimento de média e grande complexidade. Conta com uma Maternidade Municipal, Centros de Pronto Atendimento 24 horas, Hospitais Filantrópicos, Privados e três unidades do Poder Público Estadual. Destas, para atendimento de média complexidade, possui um hospital na Zona Norte e outro na Zona Sul. Para atendimento de alta complexidade o Hospital Universitário.

Existem ainda hospitais de especialidades tais como: oftalmologia, oncologia, ortopedia, doenças cardíacas, conforme se pode verificar na tabela 14. Esta rede atende não só os usuários do Município de Londrina, mas de toda a região Norte do Estado e ainda, as regiões sul do Estado de São Paulo e sul do Estado de Mato Grosso.

Tabela 14 - HOSPITAIS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 2009

Nº	DISCRIMINAÇÃO	ESPECIALIDADE	LEITOS EXISTENTES	
			TOTAL DE LEITOS	LEITO SUS
1	Hospital Otocentro de Londrina	Otorrino	28	11
2	Clínica Psiquiátrica Comunitária Villa Normanda S/C Ltda	Psiquiatria	65	65
3	Hospital do Coração	Cardiologia	90	0
4	Hospital Dr. Anísio Figueiredo (Zona Norte)	Geral	56	56
5	Hospital Dr. Eulalino I. Andrade (Zona Sul)	Geral	51	51
6	Hospital Evangélico de Londrina (HEL)	Geral	259	151
7	Hospital Mafalda Kallas Ltda	Cirurgia Plástica	6	0
8	Hospital Mater Dei	Geral	74	0
9	Hospital da Mulher S/C LTDA	Geral	26	0
10	Hospital de Olhos de Londrina – HOFTALON	Oftalmologia	9	6
11	Hospital Ortopédico de Londrina Ltda	Ortopedia	17	6
12	Hospital de Otorrino de Londrina S/C Ltda	Otorrinolaringologia	10	0
13	Instituto do Câncer de Londrina (ICL)	Oncologia	128	99
14	Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HURNP)	Geral	300	300
15	MAXWELL – Hospital Dia de Londrina	Psiquiatria	40	30
16	Hospital Araucaria de Londrina	Geral	39	0
17	Santa Casa	Geral	263	172
18	Maternidade Municipal	Obstetrícia	50	50
19	Clínica Psiquiátrica – CPL	Psiquiatria	240	200
20	Urolit	Urologia	8	0
21	Clínica das Palmeiras	Psiquiatria	40	0
22	Instituto da Visão	Oftalmologia	6	0
23	Clínica Cirurgia Plástica Dolores	Cirurgia Plástica	3	0
24	Clínica Drovandi	Cirurgia Plástica	4	0
TOTAL			1812	1197

FONTE: PML/Autarquia Municipal de Saúde – AMS

Organização dos dados: PML/SEPLAN/DP/Gerência de Pesquisas e Informações.

Além da rede de proteção básica à saúde, o serviço conta com: 38(trinta e oito) clínicas odontológicas em unidades básicas – UBS, 14 (quatorze) equipes de saúde bucal do Programa Saúde da Família, e um Centro de Especialidades Odontológicas.

Para o atendimento de saúde mental, dispõe de três Unidades de Saúde Mental, sendo uma para atendimento de adultos, uma para atendimento de crianças e uma para atendimento de usuários de álcool e drogas.

Para o atendimento de especialidades, além da Policlínica Municipal, estabelece convênios com clínicas privadas e filantrópicas. Tem ainda, um laboratório de patologia clínica.

A rede de saúde tem amplos recursos, e a cidade sempre se constituiu em referência na área.

Isto, no entanto, não impede que haja situações de desconforto para o usuário, que enfrenta filas nas unidades de atendimento, e longas esperas para atendimento de especialidades, além de problemas de vagas para internação.

2.3.2. Educação.

A área de educação em Londrina constitui-se de uma ampla rede de ofertas de escolas, nos vários níveis de ensino.

Para a educação fundamental das primeiras séries, a principal oferta é da rede municipal, que se encontra bem distribuída no território, particularmente na periferia.

Tabela 15 - Matrículas no Ensino Regular segundo a dependência Administrativa - 2009					
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	FUNDAMENTAL	MÉDIO	PROFISSIONAL
Federal					122
Estadual		30	34.986	17.346	1.425
Municipal	484	4.800	23.920		
Particular	4.718	8.010	10.136	3.573	1.185
TOTAL	5.202	12.840	69.042	20.919	3.732

DADOS: SEED/Paraná.

Uma das fragilidades do sistema da Educação em Londrina está na atenção de crianças de 0 a 5 anos, pois, o Município ainda não se estruturou para uma ampla oferta pública desta modalidade. Para dar atendimento à demanda o Município contrata organizações não governamentais e remunera na modalidade per capita. Esta alternativa produz em muitos momentos problemas de ordem administrativa, já que parcela destas organizações tem dificuldade de manter controle das contas, o que gera suspensão de repasses e atrasos de pagamentos e, muitas vezes, paralisação de serviços. Por outro lado, há ainda uma dificuldade de adequar os espaços físicos segundo exigências mínimas para o funcionamento desta modalidade de educação.

Por isso, o dado que chama a atenção na tabela 15 é o atendimento em creches e pré-escola. Para esta faixa se destaca a presença majoritária da rede privada, que no caso da pré-escola representa 62% das matrículas e no caso das creches 90,6%. No entanto, como já afirmamos grande parte dessas vagas de creche é subsidiada pelo Município, através de convênios e contratos de prestação de serviço.

O atendimento da população que vive na zona rural, desde 1990, foi alterado: as escolas isoladas foram desativadas e a população passou a ser atendida nos núcleos urbanos dos Distritos, e o Município disponibiliza o transporte escolar.

As últimas séries do ensino fundamental e o ensino médio são atendidos, majoritariamente, pela rede pública estadual, que oferece, além do ensino médio tradicional,

várias unidades com ensino técnico profissional integrado ao ensino médio ou na sua forma seqüencial.

Segundo dados recolhidos junto ao Núcleo Regional de Educação – unidade administrativa do ensino estadual para a região de Londrina -, em março de 2.010 estavam matriculados na Rede Pública Estadual 17.082 alunos no ensino médio regular, sendo 5.994 no ensino noturno e 11.088 no diurno, em 51 escolas distribuídas nas zonas urbana e rural, num total de 522 turmas.

Além disso, houve uma importante expansão do Ensino Profissional, quer na sua forma integrada, quer na seqüencial. São onze escolas que oferecem estas modalidades de ensino, perfazendo um total de 999 matrículas para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e, 2.073 para o Ensino Médio Profissional- modalidade seqüencial. São oferecidos cursos técnicos nas áreas de Química, Meio Ambiente, Formação de Docentes, Administração, Cuidador de Idosos, Enfermagem, Eletrotécnica, Mecatrônica, Eletromecânica, Eletrônica, Recursos Humanos, Edificações, Alimentos, Segurança do Trabalho, Contabilidade, Informática e Secretariado. Estão contabilizadas neste total as ofertas de Profissionalização de Jovens e Adultos (PROEJA), presentes em três escolas que oferecem formação técnica em Segurança do Trabalho, Administração e Informática, com um total de 136 matrículas.

A rede estadual ainda oferece 2.299 matrículas para a Educação de Jovens e Adultos, no nível médio.

Em outubro de 2.010, estes números já se apresentavam bastante alterados. No Ensino médio regular as matrículas caíram para 16.048, no Ensino Médio Integrado para 792, no Ensino Médio Subsequente para 1.927, no PROEJA para 128. Estas informações indicam uma tendência acentuada de evasão.

Este é um fenômeno que se repete em todo o Estado e também no país. Há grande evasão, particularmente no Ensino Noturno, nas Escolas Públicas. A hipótese mais óbvia é que este abandono da escolarização se dê motivado pela necessidade e oportunidade de trabalho, mas seria necessária uma abordagem sistemática do problema, pois a baixa escolaridade se constitui num dos fatores de reprodução da pobreza.

Como os dados de 2.010 ainda não estão completamente consolidados, os dados que apresentamos na tabelas 15 e 16 para completar o quadro do ensino médio, se referem a 2.009, que apresentam ainda aproximadamente 3.600 alunos matriculados no ensino privado regular e 272 na modalidade EJA. A rede municipal ainda oferece 1.237 matrículas nesta modalidade, e a rede federal 80 matrículas.

Tabela 16 - Matrículas na Educação Especial e de Jovens e Adultos segundo a dependência Administrativa- 2009

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	EDUCAÇÃO ESPECIAL	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Federal	...	80
Estadual	155	4.900
Municipal	105	1.237
Particular	474	272
TOTAL	734	6.489

Dados SEED/Paraná

Para o Ensino Médio Profissionalizante há ainda em torno de 2.000 matrículas na rede privada e 122 na rede federal.

Observa-se na tabela 15, que a rede estadual é responsável por 82,9% das matrículas do ensino médio, enquanto no ensino fundamental ela responde por 50,6%, sendo majoritariamente nas últimas séries (5ª a 8ª ou 6ª a 9ª). Nas primeiras séries do Fundamental, a rede estadual está eliminando gradativamente sua presença nestas séries, encaminhando para a municipalização plena da atenção às primeiras séries.

Londrina constitui-se ainda, num dinâmico centro universitário. Tem uma universidade pública estadual (Universidade Estadual de Londrina) e uma federal (Universidade Federal Tecnológica do Paraná). Além destas, tem uma extensa oferta de ensino superior em universidades privadas e centros de estudos superiores.

Tabela 17- Matrículas e Concluintes na educação superior segundo a Dependência Administrativa – 2008

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	MATRÍCULAS	CONCLUÍNTES
Federal	192	
Estadual	16.381	3.096
Particular	16.865	3.062
TOTAL	33.438	6.158

Dados: IPARDES

Na comparação das tabelas 15 e 17 a verifica-se que a cobertura do Ensino Superior pela rede estadual é muito próxima da cobertura do Ensino Médio, muito embora, no caso do Ensino Médio esta represente atendimento à população local, na sua quase totalidade, enquanto o Ensino Superior atende população de vários municípios da região e do Estado e também de outros Estados da Federação. Mas, para o Ensino Superior há uma presença importante da rede privada - mais de 50% das matrículas.

2.3.2. Cultura

As atividades culturais em Londrina são coordenadas pelo Conselho Municipal de Cultura, e vários projetos são patrocinados pelo Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC). Há dois grupos de programas que concentram a maioria dos projetos que recebem incentivos: O Programa Rede da Cidadania, voltado para as atividades formativas com oficinas e projetos e, Programa Rede da Alegria, voltado para a circulação cultural.

A cidade conta com estruturas permanentes para a realização de diferentes atividades culturais. Destaca-se a rede de bibliotecas com a Biblioteca Pública Municipal, a Biblioteca Infantil, a Biblioteca Ramal Vila Nova, e 53 bibliotecas sucursais instaladas em Escolas Municipais e uma Gibiteca.

Conta ainda com o teatro Municipal Zaqueu de Mello, uma Escola Municipal de Dança, Escola Municipal de Teatro, um Centro Cultural na região norte da cidade e está em fase de construção um amplo Centro Cultural na região leste da cidade.

Destacam-se entre as atividades culturais da cidade pela projeção nacional o Festival Internacional de Teatro de Londrina, o Festival de Música, o Festival de Dança e o Festival Literário, que acontecem regularmente e que oferecem atrações em vários pontos do território de Londrina.

Para a realização das atividades, a Secretaria utiliza espaços alternativos, tais como: vilas culturais, centros sociais urbanos, calçadão, feiras, concha acústica, praças, centros de lazer e atividades físicas.

Entre as estruturas permanentes, estão o Museu Histórico de Londrina, administrado pela Universidade Estadual de Londrina e o Museu de Arte de Londrina.

2.3.4 Assistência social

O sistema de assistência social em Londrina está integrado ao Sistema Único de Assistência Social. Conta com o Conselho Municipal de Assistência Social, e está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência. A esta secretaria também se vincula o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Duas outras secretarias atuam completando a rede de Assistência Social: a Secretaria da Mulher e a do Idoso, que contam também com conselhos próprios. Há uma estrutura específica para atender o portador de deficiência com seu respectivo conselho.

A rede de proteção social se organiza de forma descentralizada e com gestão participativa. Os serviços são divididos em dois níveis de proteção: proteção básica e proteção social.

A proteção básica tem como porta de entrada os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) distribuído em todas as regiões da cidade conforme tabela 18

Tabela 18 - POPULAÇÃO CADASTRADA NA REDE SOCIOASSISTENCIAL DE LONDRINA, POR CRAS, PESSOAS E MÉDIA DE PESSOAS POR DOMICÍLIO E BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

CRAS	Nº DE PESSOAS	%	MÉDIA (P/D) ¹	Nº DE DEPENDENTES	%	BOLSA FAMÍLIA E SEXO DOS RESPONSÁVEIS					
						TOTAL	%	FEM.	%	MASC.	%
CENTRO	15.448	12,6%	2,3	8.789	12,4%	1.607	24,1%	1.441	89,7%	166	10,3%
LESTE	17.971	14,7%	2,5	10.828	15,3%	2.074	29,0%	1.911	92,1%	163	7,9%
NORTE	28.554	23,4%	2,4	16.916	23,8%	3.349	28,8%	3.148	94,0%	201	6,0%
OESTE	21.325	17,5%	2,5	12.766	18,0%	2.473	28,9%	2.293	92,7%	180	7,3%
SUL	21.090	17,3%	2,5	12.553	17,7%	2.594	30,4%	2.431	93,7%	163	6,3%
RURAL	12.365	10,1%	2,7	7.769	10,9%	1.412	30,7%	1.271	90,0%	141	10,0%
TERRA INDÍGENA	1.406	1,2%	3,3	985	1,4%	234	55,6%	202	86,3%	32	13,7%
SEM RESID. FIXA	1.164	0,9%	1,0	31	0,00	5	0,4%	3	60,0%	2	40,0%
OUTRAS LOCALIDADES	199	0,2%	1,1	12	0,00	1	0,5%	0	0,0%	1	100,0%
NÃO INFORMADO	2.576	2,1%	1,5	309	0,4%	19	0,8%	17	89,5%	2	10,5%
TOTAL	122.098	100,0%	2,4	70.958	100,0%	13.768	26,9%	12.717	92,4%	1.051	7,6%

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

A rede de proteção social de Londrina conta com um sistema de informação integrado com outras secretarias: a Informatização da Rede de Serviços Assistenciais -IRSAS - que foi implantado e é coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Segundo relatório de “*Diagnóstico Socioassistencial de Londrina*” a população atendida com programas assistenciais, está distribuída conforme tabela 19.

Tabela 19– Perfil do Cadastro Único em Londrina - Novembro/2010	
Domicílios e/ou Pessoas	Nº de Cadastrados
Domicílios cadastrados	33.672
Nº de pessoas	119.197
Domicílios urbanos	30.312
Domicílios rurais	3.319
Mulheres	64.921
Homens	54.236
Pessoas com deficiência	3.102
Pessoas Idosas	20.973

Fonte: Cadastro Único – MDS/Secretaria Nacional de Transferência de Renda, em 18/11/10

Além do programa de renda mínima, representado pelo Bolsa Família e programas de proteção continuada do governo federal, Londrina conta com programa municipal de transferência de renda conforme pode se ver na tabela 20 abaixo.

Tabela 20 – Benefícios Assistenciais Concedidos – 2009/2010		
Categoria de Beneficiários	Tipo de Benefício	Quantidade (média mensal)
Famílias	Programa de transferência de renda municipal (base Irsas ref. agosto/2010)	2.147
	Programa de transferência de renda federal – Bolsa Família (Folha Cadastro Único - dez/2009)	13.620
	Cupom de alimentação (base Irsas - agosto/2009)	1.359
Criança, Adolescentes e Juventude	PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (MDS-dez/2009)	282
	Programa Pró-Jovem Adolescente (MDS dez/09)	350
Idosos	BPC- Benefício de Prestação Continuada (MDSdez/09)	6.145
Idosos	RMV – Renda Mensal Vitalícia (SUAS-Web 01/03/2010)	356
Pessoas com Deficiência	BPC - Benefício de Prestação Continuada (MDS/dez/09)	4.276
Pessoas com Deficiência	RMV – Renda Mensal Vitalícia (SUAS-Web 01/03/2010)	749
Total		30.896

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

Os programas desenvolvidos pela Secretaria estão caracterizados como programas básicos e programas especiais. As tabelas a seguir identificam estes serviços, indicam a localização de sua oferta e o número de famílias/pessoas atendidas.

Tabela 21– SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - 2010				
Categorias de Usuários	Tipo de Serviço	Metas	Nº de Atendimentos* (indivíduos e grupos)	Instituição Executora
Famílias em situação de pobreza e vulnerabilidades	CRAS – Centros Regionais de Assistência Social (10 unidades)	40.000	21.603 famílias	Serviço executado pela SMAS
Crianças e Adolescentes	Viva Vida (14 unidades)		1.171 pessoas	PROVOPAR - Promoção do Voluntariado Paranaense
Crianças e Adolescentes	Centro de Formação Cidadã (6 unidades)		463 pessoas	PROVOPAR - Promoção do Voluntariado Paranaense
Pessoas	Inclusão Produtiva (44 grupos)		153 pessoas	PROVOPAR - Promoção do Voluntariado Paranaense
Adolescentes	Pró-Jovem Adolescente 08 coletivos		170 pessoas	Escola Profissional e Social do Menor – EPESMEL; Provopar
População indígena	Serviço de Proteção Sociofamiliar		300 famílias	Serviço executado pela SMAS

*Média mensal.

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

Tabela 22 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - 2010

Categoria de Usuários	Tipo de Serviço	Metas Conve- niadas	Nº Atendi- mentos *	Instituição Executora
Pessoas	CREAS I – Abordagem de rua	300	723	Instituto Leonardo Murialdo/Escola Profissional e Social do Menor – EPESMEL; SMAS
Adolescente s	CREAS II - medida socioeducativa em meio aberto	300	400	Instituto Leonardo Murialdo/Escola Profissional e Social do Menor - EPESMEL
Criança, Adolescente s e Juventude	CREAS III - Centro de Referência Especializado no Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência	300	902	Núcleo Social Evangélico de Londrina – NUSELON
Criança, Adolescente s e Adultos	Abrigos Acolhimento institucional para crianças, adolescentes e adultos	340	538	Casa do Bom Samaritano; SOS; Casa de Maria; Epesmel; Nuselon
Pessoas com deficiência	Habilitação e Reabilitação na comunidade - Atendimento em domicílio para pessoas com deficiência e seus familiares	400	400	Apae; Ilece; Adefil Adevilon
Guarda Subsidiada	Colocação de crianças e adolescentes em família substitutas	23	23	Serviço executado pela SMAS

*Média mensal.

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

2.3.5. Esportes

As atividades esportivas da cidade são coordenadas pela Fundação de Esportes de Londrina. Esta fundação foi criada com a finalidade de fomentar o esporte escolar, universitário, comunitário, de competição, de alto rendimento, a recreação, o lazer, a atividade física, os programas sociais e a promoção de eventos.

A Fundação é responsável pelo Plano Municipal de Esportes do Município e anualmente avalia e aprova projetos distribuindo recursos. Assim, Londrina conta com o apoio para esporte de alto nível (basquete, atletismo, futsal, vôlei), apóia as ligas de futebol amador, apoiando a realização de campeonatos em todas as regiões da cidade, apóia ainda, as práticas esportivas desenvolvidas e mantidas pela Associação dos Deficientes Físicos de Londrina.

De acordo com o planejamento anual, a Fundação atua, complementarmente, na promoção de eventos esportivos, campeonatos, torneios e maratonas, etc.

Por outro lado, a maioria das escolas do Município conta com quadras esportivas para as atividades escolares. Em vários pontos da cidade estão distribuídas quadras poliesportivas. Parte delas está em excelente estado de conservação, com iluminação de boa

qualidade, e são intensamente usadas pela comunidade, particularmente pela população masculina.

Nos últimos dez anos, o Município implantou pistas de caminhada em algumas regiões da cidade e academias ao ar livre. Face às características do clima de Londrina, estas estruturas são intensamente utilizadas pela população.

III- MARCOS LEGAIS E NORMATIVOS.

Os recursos legais do Município de Londrina que tratam e influenciam a política de habitação, direta ou indiretamente, foram objeto do diagnóstico do PLHIS.

O objetivo deste diagnóstico era verificar se o sistema jurídico-legal existente no Município de Londrina contemplava as diretrizes e prioridades da Política Nacional de Habitação e do Plano Nacional de Habitação (PlanHab) e se atendia aos preceitos da Constituição Federal, às leis federais e estaduais relacionadas à política habitacional de cunho social.

Para se alcançar este objetivo, utilizamos a seguinte metodologia: buscamos as diretrizes da Política Nacional de Habitação, as metas do PlanHab, as diretrizes do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social e a Política Municipal de Habitação, a qual vem sendo construída desde 2005, época da 1ª. Conferência Municipal de Habitação. Estabelecidos estes pontos, analisamos a legislação municipal, a partir da Lei Orgânica, para fins de identificar a necessidade de adaptação das normativas locais para assegurar a política habitacional social instituída pelo Estado e assim, o direito à moradia preconizado pela Constituição Federal. Direito este que passou a ser entendido junto com o princípio da dignidade da pessoa humana, não somente como o direito a um teto, mas um local habitável com toda a estrutura urbana necessária a vida de um ser humano. Logo, o interesse deste trabalho ia além de uma simples análise de conformidades jurídico-legal, mas exigia o olhar da norma como também cumpridora de sua função social.

Diante da complexidade das normativas existentes em nosso país, seria necessário fixar naquelas que mais impactavam a construção da política habitacional. Sem sombra de dúvidas, o Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257, de 2001, trazia esta marca visto que, atendendo aos princípios constitucionais, revolucionava alguns conceitos caros à nossa sociedade patrimonialista, como o conceito de propriedade, até então falsamente considerado como um direito absoluto. Falsamente porque o instituto da desapropriação, ferramenta de promoção do desenvolvimento urbano, existe em nosso ordenamento regulamentado pelo Decreto 3365, de 1941. A cidade também passa a ter uma função social, fugindo do conceito mercadológico que quer imprimir a sociedade capitalista.

Em confronto com a legislação municipal e os instrumentos de planejamento, os jurídicos, os tributários e os fiscais- indicados no Estatuto da Cidade- apontaram necessidades de melhorias em alguns aspectos normativos do Plano Diretor Participativo de Londrina, lei 10.637/2008. Este instrumento é a lei maior de planejamento urbano do Município. Nele devem estar contidos os requisitos legais necessários à implantação eficiente de uma política habitacional social.

No capítulo III do diagnóstico, indicamos importantes instrumentos de promoção da política habitacional, estabelecidos no Estatuto da Cidade. São eles: as zonas especiais de interesse social (ZEIS), o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o IPTU progressivo, o direito de preempção, a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, a outorga onerosa do direito de construir e de alteração do uso, a transferência do direito de construir, as operações urbanas consorciadas, a regularização fundiária, a concessão de direito real de uso, a concessão de uso especial para fins de moradia, a assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos e o fundo municipal de habitação.

Como esta parte do trabalho requer uma síntese do que se encontra no diagnóstico, iremos diretamente à indicação das necessidades de adaptações do PDPML. São elas:

- a) Incluir no artigo 125, a regularização fundiária como instrumento jurídico; o Imposto Predial e Territorial Urbano como instrumento tributário; as Zonas Especiais de Interesse Social como instrumento de planejamento.
- b) Prever as áreas e seus coeficientes de aproveitamento mínimo onde será implantado o dever de parcelar, utilizar ou edificar (parcelamento, utilização e edificação compulsórios).
- c) Prever critérios para a caracterização de imóveis abandonados ou subutilizados.
- d) Incluir o instituto do abandono de imóveis nos termos do Código Civil. Isto aumentará significativamente o número de imóveis que poderá ser incorporado ao patrimônio da administração pública para fins de habitação social.
- e) Modificar o valor da alíquota máxima de majoração do IPTU progressivo, de 7% (como está previsto no Código Tributário do Município) para 15% (conforme Estatuto da Cidade), Isto requer, antes de sua modificação no PDPML, a necessária alteração do Código Tributário Municipal.
- f) Delimitar as áreas onde haverá o exercício do direito de preempção ou preferência.
- g) Fixar as áreas onde a outorga onerosa do direito de construir incidirá.
- h) Prever requisitos formais para as operações consorciadas como programa básico de ocupação, programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação, estudo prévio de impacto de vizinhança e contrapartida a serem exigidos dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização das melhorias decorrentes das modificações das normas edilícias e urbanísticas ou da regularização de imóveis e representação da sociedade civil no controle compartilhado da operação.
- i) Prever a participação do Conselho Municipal de Habitação, na qualidade de órgão consultivo e representativo de políticas habitacionais e não somente do Conselho Municipal da Cidade.
- j) Prever as regiões da cidade e as áreas urbanas nas quais o instituto da transferência do direito de construir incidirá.
- k) Restringir o uso do consórcio imobiliário somente nas áreas onde o dever de parcelar, utilizar ou edificar for imposto.

l) Incluir o prazo para a concessão especial para fins de moradia, que segundo o Estatuto da Cidade, é para aqueles que comprovadamente ocuparem as áreas até dia 30 de junho de 2001.

Afora estes pontos do PDPML, outras questões foram levantadas, que deverão ser objeto de reflexão do Município como a adoção da concessão de direito real de uso, a assistência jurídica e técnica para a utilização da usucapião especial, para a implementação de planos de regularização fundiária, os institutos da demarcação urbanística e da legitimação de posse estabelecidos na lei que criou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Todo este universo de institutos jurídicos possibilita o acesso à moradia.

Outro problema apontado que deverá ser enfrentado pelo Município é a utilização de áreas de proteção ambiental (APPs) para fins de regularização fundiária, nos moldes estabelecidos pela Resolução do CONAMA de n. 369/2006 e da lei do PMCMV e com isto o acesso à moradia digna.

O anteprojeto de lei que cria as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) deverá se atentar para o tamanho dos lotes nos programas de regularizações fundiárias para que se preserve o conceito de moradia digna. Tampouco podemos esquecer que as ZEIS deverão ser compostas também de zonas mistas, residenciais e comerciais, sobretudo dos serviços de proximidade, como farmácias, padarias, mercados, açougues, visando atender às necessidades da população através de fácil acesso.

Finalizando nosso trabalho, a questão financeira torna-se essencial para o sucesso do PLHIS. Este dado não poderá nunca ser renegado visto que um plano é composto de atividades e recursos disponíveis. Logo, a pergunta que temos que responder é como o Município financiará a política desenhada para a habitação social tendo em vista que esta não poderá ser tão somente dependente das verbas federais ou estaduais. Isto está claramente determinado no Sistema Nacional e Estadual de Habitação de Interesse Social. O município deverá dotar o Fundo Municipal com recursos próprios. O que reforça ainda mais o que dissemos no capítulo IV.

Para tanto, além do IPTU, do IPTU progressivo, outro instrumento de justiça social é a cobrança da contribuição de melhoria dos proprietários que tiveram seus imóveis valorizados, a *mais valia*, por conta da execução de obras públicas. O enriquecimento sem causa é combatido através desse instituto, tão pouco utilizado pelas administrações públicas.

Lembramos, oportunamente, que a política de habitação social deverá ser acompanhada de um tratamento diferenciado na cobrança de taxas e tarifas diante da permissividade do princípio da capacidade contributiva.

O PLHIS ora elaborado deverá resultar em uma nova organização das normativas municipais, urbanísticas, ambientais e tributárias, para que todas prevejam as mudanças necessárias à política habitacional de cunho social, sem a qual, há grande possibilidade deste se tornar letra morta.

IV- ANÁLISE DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVAS

As Companhias de Habitação (COHABs) surgiram no cenário nacional em 1.964, através da Lei Federal n. 4830, de 21 de agosto de 1964, com a finalidade de promover e executar "a elaboração de planos diretores, projetos e orçamentos para a solução de seus problemas habitacionais", como integrantes do Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

Porém, a grande maioria das COHABs passou a ser intermediária da Caixa Econômica Federal, atuando na seleção das famílias beneficiárias dos programas habitacionais federais. Visando fortalecer as Companhias de Habitação, foi criada, em 1974, a Associação Brasileira da Cohabs e Órgãos Assemelhados-ABC.

4.1. A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA

A Lei nº. 1008, de 26 de Agosto de 1965, com suas posteriores alterações, autorizou o Executivo a criar a Companhia da Habitação de Londrina sob a forma de sociedade de economia mista. Atribuiu à Companhia da Habitação de Londrina- COHAB-LD- serviços públicos e de atividade econômica.

4.1.1. ANALISE ORGANIZACIONAL DA COHAB

A Companhia de Habitação de Londrina - COHAB-LD é uma sociedade de economia mista, criada pela Lei Municipal nº 1.008, de 26 de agosto de 1965. O Município de Londrina possui 99,99% das ações, e a COHAB vincula-se a Prefeitura, como entidade de administração indireta.

As finalidades previstas em seu Estatuto Social tanto no art. 3º (aquisição, administração e venda de imóveis) como no 4º (aquisição e venda de imóveis destinados a industrialização), encontram-se prejudicadas, pois, atualmente, a COHAB restringe suas ações como promotora de habitação, não financiando nem construindo imóveis.

Para o exercício financeiro de 2011, em função do disposto na Lei Municipal nº 10.278, de 18 de julho de 2007 e na Lei Municipal nº 10.613, de 22 de dezembro de 2008, foi criado junto à Secretaria Municipal de Governo a Unidade Orçamentária - Fundo Municipal de Habitação de Londrina - FMHL. O FMHL tem as seguintes atribuições:

“Compete atender a população do Município de Londrina, nas áreas urbanas e rurais, mediante o custeio de ações que visem a adequação da infra-estrutura em assentamentos de população de baixa e baixíssima rendas; aquisição de terrenos para programas de Habitação de Interesse Social; produção de lotes urbanizados; produção de moradias em sistema de autoconstrução ou mutirões com base em análise técnica e financeira; programas e projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Habitação de Londrina - CMHL e outros programas e projetos relacionados à questão habitacional, discutidos e aprovados pelo CMHL”.

No exercício financeiro de 2011 foi alocado no FMH o montante de R\$ 2.257.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta e sete mil reais), Assim, a Habitação está sendo contemplada com mais de 12 milhões que deverão ser aplicados tanto em investimentos de habitações como em fortalecimento da empresa pública, COHAB. São R\$ 10.000.000,00 na Função Administração e R\$ 2.257.000,00, na Função Habitação.

O percentual de aplicação no Município de Londrina, em 2011, é superior, aos demais municípios de ponta do Paraná, quando comparada com a média de receita aplicada nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 dos Municípios de Curitiba, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel e Ponta Grossa. Mas apesar de ser superior não chega a compensar o valor não investido nos exercícios financeiro anteriores e o município de Foz do Iguaçu ainda continua apresentando índice maior do que o município de Londrina.

Observa-se que o montante de 2011 realmente não compensa a falta de aplicação em habitação nos anos anteriores. Demonstra-se, no entanto, que no exercício de 2011 o Município de Londrina equipara-se aos demais Municípios. Pode-se dizer que uma compensação orçamentária seria muito difícil de ser reparada, em função da capacidade de arrecadação do Município e também contributiva dos munícipes. O importante a partir de agora é que o Município tenha uma política de habitação, que poderá ser construída a partir da parceria entre a Sociedade Civil Organizada, o Poder Público e o Conselho Municipal de Habitação, mesmo que tenham que recorrer a financiamentos.

Sendo assim, considerando a receita corrente líquida apurada em 30/4/2010, no montante de R\$ 493.384.226,34 (quatrocentos e noventa e três milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, duzentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos), o Município poderia contratar até o montante de R\$ 78.941.476,21 (setenta e oito milhões, novecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e um centavos) em recursos externos.

Mesmo considerando a dívida fundada mais o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, que não poderão exceder a 11,5% o Município de Londrina tem capacidade de endividamento para assumir empréstimos/financiamentos para reduzir o déficit habitacional. Havia ainda capacidade de endividamento da ordem de R\$ 428.233.521,14 (quatrocentos e vinte e oito milhões, duzentos e trinta e três mil, quinhentos e vinte e um reais e quatorze centavos), em 31/08/2010.

Apesar do Município de Londrina não ter aplicado na função habitação nos anos de 2007/2008 e 2009, COHAB promoveu a habitação através de sua base orçamentária e de programas vinculados diretamente ao Ministério das Cidades.

4.1.1. BASE ORÇAMENTÁRIA

A base orçamentária da COHAB data de 1991 e refere-se aos recursos dos mutuários que tiveram seus financiamentos renegociados. Esta receita é prevista por mais 10 anos, aproximadamente (2020) chegando ao termino dos contratos habitacionais.

No período de 2007 a 2010 os recursos transferidos pelo Município a título de Constituição ou Aumento do Capital de Empresas foram utilizados em sua totalidade para pagamento de financiamentos e empréstimos contraídos junto à Caixa Econômica Federal e os recursos transferidos pela União foram utilizados em sua totalidade em Programas Habitacionais.

Em 2010, considerando o regime contábil de caixa a COHAB-LD encerrou o exercício com *Superávit* de R\$ 1.654.874,88 (um milhão, seiscentos e cinquenta e quatro mil,

oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), suplantando os *déficits* apresentado em 2008 (66.785,09) e 2009 (347.210,46).

No período de 2008 a 2010 a COHAB-LD apresentou uma capacidade de investimento na ordem de 3,70% (três inteiros e setenta centésimos por cento), de sua receita própria no mesmo período, e comprometeu 70,30% (setenta inteiros e trinta centésimos por cento) de sua receita própria em despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio.

Desta forma, a autonomia orçamentária e financeira da COHAB é praticamente inexistente com um elevado custo operacional. Isto compromete a sua capacidade de formulação de políticas habitacionais e, restringe a sua prática habitacional à intervenção de fundos de vales de maneira informal. A execução de obras é terceirizada e a avaliação está comprometida com o número reduzido de pessoal.

4.2. PROGRAMAS HABITACIONAIS

O País conta com dois sistemas de financiamentos para a habitação: o sistema financeiro de habitação (SFH) e o sistema financeiro imobiliário (SFI). O SFH é um segmento especializado do Sistema Financeiro Nacional, criado pela Lei 4380/64, no contexto das reformas bancária e de mercado de capitais. Por essa Lei foi instituída correção monetária e o Banco Nacional da Habitação, que se tornou o órgão central orientando e disciplinando a habitação no País, voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários. Porém, este banco foi extinto em 1986, através do Decreto-Lei nº 2.291, de 21.11.1986, e a Caixa Econômica Federal passa a ser o agente financeiro para a habitação, reduzindo drasticamente o papel da Cohab(s).

Com a criação do Ministério das Cidades, em 1º de janeiro de 2003, - contemplando uma antiga reivindicação dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana-, e, tendo como missão o combate das desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte, a execução da Política de Habitação passa a ser por ele coordenada.

Compete ao Ministério tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana, trânsito, além das ações de infraestrutura. A execução da Política de Habitação cabe a Secretaria Nacional de Habitação – (SNH), e ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Através da Caixa Econômica Federal, operadora dos recursos, o Ministério trabalha de forma articulada e solidária com os estados e municípios, além dos movimentos sociais, organizações não governamentais, setores privados e demais segmentos da sociedade. Sua tarefa é assegurar o direito à cidade, de forma a garantir que cada moradia receba água tratada, coleta de esgoto e de lixo, que as habitações tenham acesso a escolas, serviços de saúde, comércio, praças e acesso ao transporte público.

O FNHIS centraliza os programas:

1. Urbanização de Assentamentos Subnormais;
2. Habitação de Interesse Social;
3. Produção Social de Moradias
4. Minha Casa Minha Vida

Os programas Urbanização de Assentamentos Subnormais e Habitação de Interesse Social compõem o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

No que diz respeito à Habitação de Interesse Social, há um conjunto de programas, com fundos específicos, que formam a base necessária para a realização da política habitacional. Programas e ações que são referências para o Município elaborar projetos, segundo perfis específicos a serem atendidos.

A seguir há uma breve apresentação dos fundos existentes para o enfrentamento da questão habitacional. Em face da política desencadeada nos últimos anos, destacar-se-á o Programa Minha Casa Minha Vida, composto pelos subprogramas: Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU e pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

O PMCMV é parte constitutiva do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi instituído para impulsionar o desenvolvimento econômico do país com ações de investimento público em vários setores chaves, de forma a gerar um efeito disseminador por toda a economia. Um dos setores importantes neste processo é o da construção civil, que abrange tanto a moradia popular como saneamento básico, a própria construção pesada e de infraestrutura, fortalecendo o setor e gerando emprego e renda à população. É considerado como um novo conceito de investimento em infra-estrutura que, aliado às medidas econômicas, visa estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país.

Através do Programa Minha Casa Minha Vida, o Governo Federal ficou autorizado a transferir recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR e do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS para a execução das ações: produção de habitação urbana e produção de habitação rural. Os recursos do FAR são destinados ao atendimento às famílias com renda mensal bruta limitada a três salários mínimos.

4.2.1. PROGRAMAS HABITACIONAIS EM EXECUÇÃO EM LONDRINA

Os Programas Habitacionais previstos para 2010 e 2011 que estão sendo executados em Londrina:

FNHIS 2008 – Construção de 117 unidades habitacionais através do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários do Ministério das Cidades;

Áreas de Intervenção: Fundos de Vale do Jardim Novo Perobal, Novo Franciscato, Fazenda Refúgio, Nubar Boghossian e Jardim Beleville.

Área de Reassentamento: Residencial Jamile Dequech, Jardim Felicidade e Jardim Nova Esperança.

Valor do Contrato: R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil) reais.

Atendimento Classe Econômica: Renda até R\$ 1.395,00 (hum mil, trezentos e noventa e cinco) reais.

FNHIS 2009 – Poligonal Norte – Construção de 293 unidades habitacionais através do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários do Ministério das Cidades;

Áreas de Intervenção: Fundos de Vale do residencial Café, Palmas, Ilha do Mel, Hilda Mandarinino e assentamento Nossa Senhora Aparecida.

Área de Reassentamento: Residencial Horizonte II.

Valor do contrato: R\$ 18.450.000,00 (dezoito milhões, quatrocentos e cinquenta mil) reais.

Atendimento Classe Econômica: Renda até R\$ 1.395,00 (hum mil, trezentos e noventa e cinco) reais.

PGPD – Construção de 18 unidades habitacionais através do Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento, repassado ao Ministério das Cidades;

Áreas de Intervenção: Fundos de vale do Jardim Rosa Branca.

Área de Reassentamento: Residencial Vila Romana.

Valor do Contrato: R\$ 568.000,00 (quinhentos e sessenta e oito) mil.

Atendimento Classe Econômica: Renda até R\$ 1.395,00 (hum mil, trezentos e noventa e cinco) reais.

SRCPHBB – Construção de 19 unidades habitacionais através de Saldos Residuais de Contratos de Programas HBB/Ministério das Cidades.

Áreas de Intervenção: Polígono Sul, Jardim Monte Cristo, Jardim Marieta, Vivi Xavier e Polígono Primavera.

Áreas de reassentamento: Jardim Monte Cristo, Jardim santa Joana e Residencial Vila Romana.

Valor do Contrato: R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil) reais.

Atendimento Classe Econômica: Renda até R\$ 1.395,00 (hum mil, trezentos e noventa e cinco) reais.

PMCMC - PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

Para participar do Programa Minha Casa Minha Vida há duas formas de acesso: uma intermediada pela COHAB-Ld, que atende ao cadastro de demandantes da Companhia e outra, onde as pessoas individualmente ou pequenas construtoras apresentam a proposta diretamente à Caixa Econômica Federal.

Como dissemos acima, além dos empreendimentos intermediados pela COHAB-Ld. a Caixa Econômica Federal libera financiamentos por demanda direta de pequenos empreendedores ou famílias, dentro das faixas de renda do PMCMV. Nos anos de 2.009 e 2.010 o volume de financiamentos liberados, particularmente nas faixas de renda superiores do PMCMV foi bastante significativo, e a distribuição no território, muito embora ainda privilegie a zona norte, a zona oeste também recebe uma quota importante.

4.3. CONSIDERAÇÕES

Como visto, o Programa Habitação tomou um maior destaque em 1964 com criação das Companhias de Habitação (COHABs) que tinham por finalidade promover e executar "a elaboração de planos diretores, projetos e orçamentos para a solução de problemas habitacionais", como integrantes do Sistema Financeiro da Habitação – SFH e tendo como fonte de recursos o Banco Nacional de Habitação (BNH).

Porém, com a extinção do BNH a grande maioria das COHABs passou a ser intermediária da Caixa Econômica Federal, atuando na seleção das famílias beneficiárias dos programas habitacionais federais.

O mesmo aconteceu com a Cohab-Ld no Município de Londrina. Criada em 26 de agosto de 1965, pela Lei 1008, sob a forma de sociedade de economia mista, onde o Município possui 99,99% das ações, e a COHAB vincula-se a Prefeitura, como entidade de administração indireta.

Ressalta-se que as finalidades de: produção, comercialização, aquisição e venda prevista nos arts. 3º e 4º do Estatuto Social da COHAB-LD, encontram-se prejudicadas, pois esta restringe suas ações como promotora de habitação, não financiando nem construindo imóveis.

Em Londrina, a Função Habitação foi seriamente comprometida no triênio financeiro 2008, 2009, 2010. Os recursos investidos pelo Município foram transferidos à Companhia de Habitação de Londrina - COHAB-LD, a título de Constituição ou Aumento de Capital de Empresas, na Função Administração, para que a mesma pudesse honrar seus compromissos junto ao Sistema Financeiro de Habitação – SFH, quitando as dívidas de imóveis construídos.

Para o exercício financeiro de 2011, em função do disposto na Lei Municipal nº 10.278, de 18 de julho de 2007 e na Lei Municipal nº 10.613, de 22 de dezembro de 2008, foi criado junto à Secretaria Municipal de Governo a Unidade Orçamentária - Fundo Municipal de Habitação de Londrina – FMHL, tendo como atribuições: o custeio de ações de infra-estrutura em assentamentos; aquisição de terrenos para programas de Habitação de Interesse Social; produção de lotes urbanizados; produção de moradias em sistema de autoconstrução ou mutirões.

O importante a partir de agora é que o Município tenha uma política de habitação, que poderá ser construída a partir da parceria entre a Sociedade Civil Organizada, o Poder Público e o Conselho Municipal de Habitação, mesmo que tenham que recorrer a empréstimos, financiamentos.

É importante salientar, que além de ter orçamento na Função Habitação, podendo traçar as políticas de habitação o Município também tem capacidade de endividamento para assumir financiamentos para reduzir o déficit habitacional.

A COHAB-LD, no período de 2008 a 2010, apresentou uma capacidade de investimento na ordem de 3,70% (três inteiros e setenta centésimos por cento), de sua receita própria no mesmo período, e comprometeu 70,30% (setenta inteiros e trinta centésimos por cento) de sua receita própria em despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio.

Desta forma, a autonomia orçamentária e financeira da COHAB é praticamente inexistente com um elevado custo operacional. Isto compromete a sua capacidade de formulação de políticas habitacionais e, restringe a sua prática habitacional à intervenção de fundos de vales de maneira informal.

Apesar do Município de Londrina não ter aplicado na função habitação nos anos de 2007/2008 e 2009, COHAB promoveu a habitação através de sua base orçamentária e de programas vinculados diretamente ao Ministério das Cidades.

Além dos empreendimentos intermediados pela COHAB-Ld. a Caixa Econômica Federal libera financiamentos por demanda direta de pequenos empreendedores ou famílias, dentro das faixas de renda do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

Com a análise institucional, os dados apresentados e entrevista realizada com os gestores da COHAB-LD pode-se dizer que a Companhia está atravessando uma crise de identidade, pois:

- Não desenvolve as atividades previstas em estatuto social;
- Não financia nem constrói imóveis;
- Tem autonomia orçamentária comprometida;
- Não gera recursos próprios (exceto os financiamentos realizados na década de 90);
- Quadro de pessoal reduzido para desenvolver as atividades previstas;
- Número de estagiários, praticamente, igual ao de funcionários efetivos.

Assim sendo, urge a definição de negócios a ser adotada pela Companhia, para que se possa, traçar o cenário mais apropriado com as devidas competências para a implementação do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS. Um primeiro passo foi dado com a dotação orçamentária da função Habitação em mais de 2 (dois) milhões no orçamento municipal de 2011.

Ressalta-se, que não só a COHAB possui competência em relação à política habitacional do município de Londrina, mas também, o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina-IPPUL.

A COHAB e o IPPUL estabelecem interfaces com as questões habitacionais, principalmente, com relação ao planejamento. O IPPUL é uma autarquia criada pela Lei 5495 e estruturado por uma presidência, uma assessoria técnica, quatro diretorias: administrativo-financeira, planejamento urbano, projetos, trânsito e sistema viário e dez gerências. A sua capacidade de formulação de políticas habitacionais restringe-se à elaboração do planejamento urbano e na análise de verificação de uso e ocupação de solo. A sua capacidade de intervenção na prática habitacional se detém nas diretrizes do desenho urbano aplicando-se a legislação.

Para se delinear as condições institucionais e administrativas necessárias para a implantação do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social urge a necessidade de

definição clara das ações que competem ao IPPUL e das ações que são de competências da COHAB além de uma análise mais precisa de sua atuação, como intermediária da Caixa Econômica nos Programas Habitacionais, sem qualquer tipo de compensação, assumindo todo o ônus operacional.

V DÉFICIT HABITACIONAL DO MUNICÍPIO

O resultado deste apresenta a caracterização global do déficit em Londrina, no entanto, a situação encontrada indica que os aglomerados urbanos precários precisam ser mais detalhadamente compreendidos.

No levantamento foram particularizadas as situações de cada um destes aglomerados por região da cidade cujos resultados serão subtraídos do déficit total já que o IBGE não identifica a precariedade por característica de agrupamento. Assim, essas unidades habitacionais locadas em assentamentos precários ou irregulares são computadas no déficit habitacional básico gerador da demanda de intervenção.

A identificação e estudo dos aglomerados urbanos é fator de suma importância para o PLHIS, pois representa a leitura da realidade da região e permite que projetos específicos sejam elaborados atendendo as especificidades da demanda, além de apontar solução para problemas emergentes.

Cabe ao poder público não só construir novas moradias para a população menos assistida, mas também realizar programas que evitem a formação de novas ocupações irregulares e criar mecanismos que facilitem tanto a aquisição como a melhoria das moradias existentes.

O levantamento diagnóstico identificou uma grande quantidade de famílias em áreas de proteção ambiental, computadas no cálculo do déficit habitacional por reposição do estoque, pois sofrerão remoção dos locais em que estão.

A contagem dos domicílios passou por alguns problemas como a insuficiência de dados de alguns parâmetros estipulados na metodologia da FJP. Os dados que não puderam ser extraídos dos levantamentos referente a domicílios improvisados, coabitação, ônus com aluguel e domicílios sem banheiro, serão contados a partir dos dados apresentados pelo CENSO/IBGE.

Os dados dispostos nas tabelas e planilhas das regiões administrativas do município, apresentados no capítulo anterior, tiveram seus dados transportados para este capítulo onde foram contabilizados todos os domicílios aglomerados urbanos, representados em 62 assentamentos precários/ocupações irregulares e 16 loteamentos irregulares e 9 ocupações nos Distritos/Patrimônios de Londrina.

A contagem de dados do CENSO/IBGE não estratifica a população que vive nos aglomerados urbanos do restante do município, impossibilitando o cálculo real da quantidade de moradores por domicílios. Por isso, para os cálculos deste trabalho, foi considerada a média de habitantes por domicílio do município, segundo o CENSO 2010.

O impacto da quantidade de membros de uma família é um dado relevante para o planejamento das políticas habitacionais. A literatura destaca o aumento do estoque de

domicílios unipessoais e a progressiva diminuição dos domicílios de cinco ou mais moradores (DINIZ, 2004; DIEESE, 2004).

De acordo com os dados do CENSO 2010 obteve-se uma média de 3,11 pessoas por domicílio em Londrina. Esta média foi obtida através da divisão do número total de habitantes da cidade pelo número total de domicílios ocupados, ou seja, total de domicílios da cidade menos o número de domicílios vagos.

$$\frac{\text{TOTAL HABITANTES (506.645)}}{\text{TOTAL DE DOM. OCUPADOS (181.162 - 18.371 = 162.791)}} = \mathbf{3,11 \text{ PESSOAS/DOM.}}$$

Esta tendência de redução da família acontece a partir desta última década, conforme verificado nas pesquisas anteriores que apontava uma média de 3,5 pessoas por domicílio no ano 2000. Conforme a tendência apontada pelo IPEA/2010 no relatório no 69, estima-se que o número de habitantes por domicílio irá continuar reduzindo, chegando a 2,79 pessoas por domicílio até o final da próxima década.

De modo empírico, baseado na experiência de trabalho de agentes públicos, estima-se que esta média de habitação/domicílio seja maior nos aglomerados urbanos, porém este fator não é relevante quando se trata de habitação popular de interesse social.

As unidades habitacionais, para a população de renda inferior a 3 salários mínimos, construídas com recursos do governo federal no município, serão posteriormente subtraídas total do déficit habitacional apurado nos aglomerados urbanos, o resultado trará o Déficit Habitacional final no município de Londrina.

1. Projeção do Déficit

A necessidade de moradias surgem a partir do aumento da demanda habitacional, aliada a ausência de alternativas na oferta de habitações para atendimento das necessidades das diferentes camadas sociais.

A metodologia utilizada neste estudo foi baseada na metodologia da FJP abrangendo dois conceitos básicos: (i) do déficit habitacional quantitativo que, como já foi conceituado anteriormente, corresponde à necessidade de reposição total das unidades referentes aos domicílios rústicos e inabitáveis, além das demandas das classes que não se adéquam as ofertas de mercado, (ii) da inadequação domiciliar que se aplica as unidades habitacionais precárias as quais não representam necessidade de construção de nova moradia e sim melhoria das condições de habitabilidade e infraestrutura.

Compõe o déficit habitacional a soma dos domicílios rústicos, domicílios improvisados, casos de coabitação e adensamento excessivo em domicílios próprios e casos que necessitam de remoção por conta da exposição de riscos humanos e ambientais.

Compõe o déficit por inadequação domiciliar, casos de inadequação de domicílios que não apresentam condições adequadas de inadequação de moradia, inadequação de infraestrutura e inadequação fundiária.

1. Déficit Habitacional

Para compor déficit habitacional estarão apresentados os dados de déficit por reposição de estoque e incremento de estoque.

1.1. Déficit por reposição de estoque

Foram consideradas como déficit de reposição de estoque as seguintes situações:

- Remoção de áreas de risco e fundos de vale e domicílios rústicos;
- Domicílios improvisados;

1.1.1 Remoção de áreas de risco e fundos de vale e domicílios rústicos

Considerou-se reposição de estoque todos os domicílios situados em áreas de fundo de vale, APP, encosta íngreme e situações de risco, além dos domicílios rústicos, construídos com madeira não aparelhada ou mesmo de alvenaria sem acabamento e edificado sem orientação técnica que representam desconforto e riscos de contaminação por doenças ou insalubridade.

Nas regiões analisadas é grande a ocorrência de domicílios rústicos nas ocupações de terrenos particulares, como é o caso do Nossa Senhora Aparecida. Também é frequente sua existência em todas as ocupações em fundo de vale.

Os números apresentados referem-se à quantidade dos domicílios que devem ser removidos do local onde se encontram por apresentarem irregularidades que não podem ser resolvidas, pois envolvem questões fundiárias, ambientais e situações de inerente risco à saúde da população.

A tabela 23 apresenta os dados de acordo com o levantamento em cada região da cidade e dos loteamentos irregulares. Na Zona Rural foram computados dados da área urbana dos Distritos e Patrimônios.

Tabela 23 – Déficit Habitacional - Reposição de Estoque

Região Administrativa	Número de domicílios		
	Assentamentos Precários Domicílios Rústicos	Ocupação Irregular Áreas de risco / fundos de vale	Loteamentos Irregulares
CENTRO	41	38	0
NORTE	0	579	0
SUL	4	735	0
LESTE	0	677	0
OESTE	0	132	0
RURAL	24	1.349	0
Subtotal domicílios	69	3.510	0
Total domicílios	3.579		

1.1.2 Domicílios improvisados

Os domicílios improvisados, como já foram conceituados anteriormente, são locais construídos sem fins residenciais e que servem como moradia. Essa condição indica claramente a carência de novas unidades domiciliares.

Não foi possível obter este dado de forma estratificada por região. Os dados apresentados referem-se à área urbana com base nos estudos apresentados pela FJP. O total de domicílios improvisados em Londrina é de 233.

1.2. Déficit por incremento de estoque

Foram consideradas como déficit de reposição de estoque as seguintes situações:

- Coabitação familiar;
- Adensamento excessivo em domicílios próprios;
- Ônus excessivo com aluguel e demais despesas mensais oriundos da situação de moradia

1.2.1 Coabitação familiar

O componente coabitação familiar compreende a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto a outra família em um mesmo domicílio e das que vivem em cômodos – exceto os cedidos por empregador. As famílias conviventes secundárias são constituídas por, no mínimo, duas pessoas ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, e que residem no mesmo domicílio com outra família

denominada principal. O responsável pela família principal é também o responsável pelo domicílio.

A tabela 24 apresenta os dados do CENSO/IBGE/2000, onde se encontram os dados de Londrina, este valor será utilizado nos cálculos com estudo de projeção para 2010.

Tabela 24 - Famílias Conviventes, por Situação do Domicílio - 2000										
Município	FAMÍLIAS CONVIVENTES					% DOS DOMICÍLIOS PART. PERMANENTES				
	TOTAL	URBANA	RURAL			TOTAL	URBANA	RURAL		
			Total	extensão urbana	demais áreas			Total	extensão urbana	demais áreas
Cambé	1.297	1.230	67	0	67	5,31	5,38	4,28	0,00	4,28
Ibiporã	779	745	34	0	34	6,61	6,77	4,37	0,00	4,37
Jataizinho	255	243	12	0	12	8,14	8,51	4,35	0,00	4,35
Londrina	8.699	8.520	179	0	179	6,81	6,86	5,00	0,00	5,00
Rolândia	751	693	58	0	58	5,37	5,38	5,18	0,00	5,18
Tamarana	108	66	42	0	42	4,46	5,00	3,81	0,00	3,81
TOTAL	11.889	11.497	392	0	392	6,48	6,57	4,66	0,00	4,66

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Déficit Habitacional no Brasil - Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas

Segundo a tabela acima, Londrina apresentou no CENSO/IBGE/2000, 8.699 domicílios com famílias conviventes, sendo que deste total, a maioria 8.500 se encontrava na área urbana. Este montante significou à época, 6,86% do montante total de domicílios particulares permanentes existentes no município. Esta tipologia também foi verificada na zona rural do município em menor escala, apenas 179 domicílios possuem famílias conviventes.

A COHAB-LD e o IPPUL não possuem uma base de dados atualizada para geração informações de campo que possam contrapor os dados do CENSO, assim, para efeito deste trabalho consideramos os montantes apresentados (CENSO/IBGE/2000) como valor de referência 8.699.

1.2.2 Adensamento excessivo em domicílios próprios

Segundo critérios adotados pela FJP, o adensamento excessivo ocorre quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por dormitório. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos da casa que servem, em caráter permanente, de dormitório para os moradores do domicílio.

Como este dado ainda não foi divulgado pelo CENSO/IBGE/2010, para este trabalho serão considerados os valores do ano base 2000, conforme dados dispostos na tabela 25.

Tabela 25 - Adensamento Urbano Excessivo (1), por Faixas de Renda - 2000

Município	FAIXAS DE RENDA MENSAL FAMILIAR (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS)							
	ATÉ 3		MAIS DE 3 A 5		MAIS DE 5		TOTAL	
	absoluto	percentual	absoluto	percentual	absoluto	percentual	absoluto	percentual
Cambé	560	47,02	324	27,20	307	25,78	1.191	100,00
Ibiporã	280	51,76	153	28,28	108	19,96	541	100,00
Jataizinho	67	60,36	25	22,52	19	17,12	111	100,00
Londrina	3.122	52,97	1.533	26,01	1.239	21,02	5.894	100,00
Rolândia	246	69,69	56	15,86	51	14,45	353	100,00
Tamarana	113	85,61	19	14,39	0	0,00	132	100,00
TOTAL	4.388	53,37	2.110	25,66	1.724	20,97	8.222	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Déficit Habitacional no Brasil - Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas

Notas: (1) Considerados apenas casas e apartamentos urbanos.

De acordo com os dados computados pelo CENSO/IBGE/2000, a quantidade total de domicílios com adensamento excessivo na Região Metropolitana de Londrina foi de 8.222. estando mais da metade do total apenas no município de Londrina com 5.894 domicílios. Em Londrina o valor considerado é de 3.122 unidades para famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos.

1.2.3 Ônus excessivo com aluguel e demais despesas mensais oriundos da situação de moradia

Este componente desprezado na composição do Déficit Habitacional Básico, estabelecido pela metodologia da “Fundação João Pinheiro”, é considerado relevante e fará parte da estratégia do município, na resolução do seu déficit habitacional, principalmente para aquelas famílias que pagam aluguel e que pertencem ao universo dos que têm renda de até 3 salários mínimos. Consideramos que neste caso, não se trata apenas de opção o pagamento do aluguel, mas por não conseguir sair do ciclo vicioso do pagamento do aluguel e trocar pelo pagamento da prestação de uma casa própria.

A tabela 26 apresenta o levantamento dos domicílios urbanos alugados por famílias com renda até 3 salários mínimos com fonte do CENSO/IBGE/2000. O valor para Londrina é de 2.326 domicílios.

Tabela 26 - DOMICÍLIOS URBANOS ALUGADOS, POR FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS - 2000					
FAIXAS DE RENDA MENSAL FAMILIAR (SALÁRIOS MÍNIMOS)					
Município	DOMICÍLIOS ALUGADOS				ALUGADOS EM AGLOM.SUBNOR.
	Sem Rendimentos	até 1 s.m.	mais de 1 a 2 s.m.	mais de 2 a 3 s. m.	
Cambé	101	126	433	585	0
Ibiporã	124	151	221	383	0
Jataizinho	5	32	119	68	6
Londrina	344	552	1966	2326	0
Rolândia	42	135	289	448	0
Tamarana	5	20	47	43	0
TOTAL	621	1016	3075	3853	6

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Déficit Habitacional no Brasil - Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas

2. Inadequação Domiciliar

Foram consideradas como inadequação domiciliar as seguintes situações:

- Inadequação de moradias
- Domicílios sem banheiros;
- Inadequação de Infraestrutura: iluminação, rede de abastecimento de água, instalação sanitária, destino do lixo
- Inadequação fundiária.

1.1. Inadequação de moradias

Para a inadequação de moradias de moradias foram considerados inadequados todos os domicílios

Tabela 27 – Inadequação Domiciliar - Inadequação de Moradias		
Região Administrativa	Número de domicílios	
	Assentamentos Precários	Loteamentos Irregulares
CENTRO	27	0
NORTE	128	608
SUL	287	79
LESTE	422	100
OESTE	79	304
RURAL	25	0
Subtotal domicílios	968	1.091
Total domicílios	2.059	

1.2. Domicílios sem banheiro

Com relação à ausência de banheiro interno aos domicílios, de acordo com o CENSO/IBGE/2000, identificou-se 1.922 unidades em domicílios com renda mensal de até 3 salários mínimos. Esse número deve corresponder principalmente aos quartos de aluguel em fundos de lote e, em menor escala, a cortiços, além de favelas.

Foram identificados também 1.083 domicílios sem banheiro fora dos aglomerados, resultado da soma dos domicílios de famílias com renda superior a 3 até 5 salários mínimos, com os de renda de 5 salários mínimos.

Tabela 28 - Domicílios Urbanos (1) Sem Banheiro, por Faixas de Renda - 2000								
Município	FAIXAS DE RENDA MENSAL FAMILIAR (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS)							
	ATÉ 3		MAIS DE 3 A 5		MAIS DE 5		TOTAL	
	absoluto	percentual	absoluto	percentual	absoluto	percentual	absoluto	percentual
Cambé	117	60,00	48	24,62	30	15,38	195	100,00
Ibiporã	89	69,53	19	14,84	20	15,63	128	100,00
Jataizinho	61	84,72	11	15,28	0	0,00	72	100,00
Londrina	1.922	78,93	348	14,29	165	6,78	2.435	100,00
Rolândia	113	84,96	10	7,52	10	7,52	133	100,00
Tamarana	208	93,27	8	3,59	7	3,14	223	100,00
TOTAL	2.510	78,78	444	13,94	232	7,28	3.186	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Déficit Habitacional no Brasil - Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas

Notas: (1) Considerados apenas casas e apartamentos urbanos.

Atualizando os dados para 2010, temos 2.435 domicílios sem WC que projetados para 2025 seriam aproximadamente 5.837 domicílios nestas condições.

1.3. Inadequação de infraestrutura

São considerados domicílios carentes de infra-estrutura todos os que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

1.3.1 Iluminação

Com relação à iluminação os aglomerados possuem cobertura da rede em quase sua totalidade, com alguns casos identificados na Região Norte, Leste e Rural que não apresentam iluminação, conforme apresentado na tabela 29.

Tabela 29 – Inadequação Domiciliar - Inadequação de Infraestrutura - Iluminação		
Região Administrativa	Número de domicílios	
	Assentamentos Precários	Loteamentos Irregulares
CENTRO	0	0
NORTE	231	0
SUL	0	0
LESTE	92	0
OESTE	0	0
RURAL	197	611
Subtotal domicílios	520	611
Total domicílios	1.131	

1.3.2 Abastecimento de água

A rede de abastecimento de água está presente na maior parte dos domicílios com demanda para as regiões: Norte com 277 domicílios, Leste com 92 domicílios e nos 172 domicílios dos Distritos, conforme dados apresentados na tabela 30

Tabela 30 – Inadequação Domiciliar - Inadequação de Infraestrutura - Abastecimento de água		
Região Administrativa	Número de domicílios	
	Assentamentos Precários	Loteamentos Irregulares
CENTRO	0	0
NORTE	277	0
SUL	0	0
LESTE	92	0
OESTE	0	0
RURAL	172	0
Subtotal domicílios	541	0
Total domicílios	541	

1.3.3 Esgotamento Sanitário

Nos aglomerados urbanos a falta e precariedade do esgotamento sanitário é a maior preocupação. Em todas as regiões da cidade foram computados domicílios com este problema de infraestrutura. A região mais problemática é a norte. Cabe ressaltar que os números dispostos na tabela 31 referem-se aos domicílios dos assentamentos precários que permanecem no local.

Tabela 31 – Inadequação Domiciliar - Inadequação de Infraestrutura Instalação Sanitária		
Região Administrativa	Número de domicílios	
	Assentamentos Precários	Loteamentos Irregulares
CENTRO	27	23
NORTE	277	304
SUL	0	305
LESTE	92	478
OESTE	0	759
RURAL	1.350	0
Subtotal domicílios	1.746	1.869
Total domicílios	3.615	

No município de Londrina, segundo o CENSO/IBGE/2000, dentre os critérios de carência de infraestrutura urbana temos a falta de esgotamento sanitário como a maior carência, representando 94,7% dos problemas de infra-estrutura urbana enfrentados pelos domicílios no município. (tabela 32)

Este resultado reflete também na situação da região metropolitana de Londrina e representa 96,8% do total de carências enfrentadas pelos moradores na região.

Tabela 32 - Critérios de Carência de Infra-Estrutura Urbana (1) - 2000

Município	APENAS UM CRITÉRIO					MAIS DE UM CRITÉRIO			TOTAL
	iluminação elétr.	abastec. de água	esgot. sanitário	coleta de lixo	Total	dois	três	quatro	
Cambé	0	0	10.969	23	10.992	95	70	0	11.157
Ibiporã	8	19	676	73	776	102	90	0	968
Jataizinho	10	6	268	13	297	38	60	5	400
Londrina	42	1.096	22.834	135	24.107	1.822	980	107	27.016
Rolândia	7	29	8.705	0	8.741	196	147	0	9.084
Tamarana	0	0	1.063	0	1.063	83	75	20	1.241
TOTAL	67	1.150	44.515	244	45.976	2.336	1.422	132	49.866

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Déficit Habitacional no Brasil - Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas

Notas: (1) Considerados as casas e apartamentos urbanos carentes de um ou mais dos serviços de infra-estrutura: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

1.3.4 Coleta de Lixo

A coleta de lixo está presente em todos os aglomerados, o serviço é oferecido de forma regular, sendo de forma eventual nos casos das ocupações irregulares. Um fato marcante em todas as regiões foi o acúmulo de lixo em terrenos e córregos. Indicador de que a população mesmo com o serviço ofertado descarta seu lixo em qualquer lugar. Somente num caso foi verificado o uso de caçamba de lixo.

Tabela 33 – Inadequação Domiciliar - Inadequação de Infraestrutura - Coleta de lixo

Região Administrativa	Número de domicílios	
	Assentamentos Precários	Loteamentos Irregulares
CENTRO	0	0
NORTE	30	0
SUL	0	0
LESTE	0	0
OESTE	0	0
RURAL	108	0
Subtotal domicílios	138	0
Total domicílios	138	

1.4. Inadequação Fundiária

A tabela 34 apresenta os casos de inadequação fundiária referente aos aglomerados das regiões administrativas. Os maiores números referem-se aos loteamentos irregulares causando maior impacto no resultado final.

Tabela 34 – Inadequação Domiciliar - Inadequação Fundiária		
Região Administrativa	Número de domicílios	
	Assentamentos Precários	Loteamentos Irregulares
CENTRO	27	39
NORTE	108	1.052
SUL	711	286
LESTE	252	74
OESTE	197	0
RURAL	24	0
Subtotal domicílios	1.319	1.451
Total domicílios	2.770	

2. Estimativa do Déficit Habitacional para 2025

Ao considerarmos uma projeção para 2010, com base nos parâmetros do crescimento verificados nos resultados preliminares do novo CENSO 2010 para Londrina, este número seria de 8.362 domicílios com adensamento excessivo e em 2025 teríamos em torno de 14.129 domicílios com o mesmo problema na cidade.

Estes dados exemplificam o problema do déficit habitacional em Londrina, que segundo o Censo de 2000/IBGE, orientarão a distribuição de recursos para suprir o déficit habitacional municipal. No entanto a COHAB LD, não possui nenhuma sistematização ou organização destas informações separadas das demais demandas habitacionais, o que impossibilita aferir se a projeção do censo está adequada ou não às necessidades do município. A COHAB-LD possui um cadastro único de famílias com renda de até 3 salários mínimo, que pleiteiam a casa própria. Segundo estes cadastros, em maio de 2011 a demanda era de 37.809 famílias.

Com relação ao Município temos os dados da Tabela abaixo, resultado da projeção realizada a partir de 2010, com base na taxa de crescimento anual de 3,56%

Para 2025 o cenário projetado seria de 306.114 domicílios totais, sendo 297.535 urbanos e 8.579 rurais, se acompanharmos a taxa de crescimento anual do número de domicílios, de 3,56% ocorrida na década de 2000/2010.

Tabela 35 – Projeção de déficit habitacional para o Município de Londrina a partir de 2010

Projeção da expansão dos domicílios				Déficit Habitacional Básico			Cálculo do Déficit Habitacional Básico											
Anos	Domicílios						Dom. Improvisados			Famílias Conviventes			Cômodos			Domicílios Rústicos		
	Totais	urbano	rural	Totais	urbano	rural	Total	urbana	rural	Total	urbana	rural	Total	urbana	rural	Total	urbana	rural
2.000	127.699	124.120	3.579	9.869	9.690	179	164	164	0	8.699	8.520	179	842	842	0	164	164	0
2.001	132.244	128.537	3.706	10.220	10.035	182	170	170	0	9.009	8.823	185	872	872	0	170	170	0
2.002	136.950	133.112	3.838	10.584	10.392	188	176	176	0	9.329	9.137	192	903	903	0	176	176	0
2.003	141.824	137.850	3.975	10.961	10.762	195	182	182	0	9.661	9.462	199	935	935	0	182	182	0
2.004	146.872	142.756	4.116	11.351	11.145	202	189	189	0	10.005	9.799	206	968	968	0	189	189	0
2.005	152.099	147.836	4.263	11.755	11.542	209	195	195	0	10.361	10.148	213	1.003	1.003	0	195	195	0
2.006	157.512	153.098	4.415	12.173	11.952	217	202	202	0	10.730	10.509	221	1.039	1.039	0	202	202	0
2.007	163.118	158.547	4.572	12.606	12.378	225	209	209	0	11.112	10.883	229	1.076	1.076	0	209	209	0
2.008	168.924	164.189	4.734	13.055	12.818	232	217	217	0	11.507	11.270	237	1.114	1.114	0	217	217	0
2.009	174.936	170.033	4.903	13.520	13.274	241	225	225	0	11.917	11.672	245	1.153	1.153	0	225	225	0
2.010	181.162	176.084	5.077	14.001	13.747	249	233	233	0	12.341	12.087	254	1.195	1.195	0	233	233	0
2.011	187.609	182.351	5.258	14.499	14.236	258	241	241	0	12.780	12.517	263	1.237	1.237	0	241	241	0
2.012	194.286	188.841	5.445	15.015	14.743	267	250	250	0	13.235	12.963	272	1.281	1.281	0	250	250	0
2.013	201.201	195.562	5.639	15.549	15.267	277	258	258	0	13.706	13.424	282	1.327	1.327	0	258	258	0
2.014	208.361	202.522	5.840	16.103	15.811	287	268	268	0	14.194	13.902	302	1.374	1.374	0	268	268	0
2.015	215.777	209.729	6.048	16.676	16.373	297	277	277	0	14.699	14.397	302	1.423	1.423	0	277	277	0
2.016	223.457	217.194	6.263	17.269	16.956	308	287	287	0	15.222	14.909	313	1.473	1.473	0	287	287	0
2.017	231.409	224.924	6.486	17.884	17.560	318	297	297	0	15.764	15.439	324	1.526	1.526	0	297	297	0
2.018	239.645	232.929	6.716	18.521	18.185	330	308	308	0	16.325	15.989	336	1.580	1.580	0	308	308	0
2.019	248.174	241.219	6.956	19.180	18.832	342	319	319	0	16.906	16.558	348	1.636	1.636	0	319	319	0
2.020	257.007	249.804	7.203	19.862	19.502	354	330	330	0	17.508	17.147	360	1.695	1.695	0	330	330	0
2.021	266.154	258.694	7.459	20.569	20.196	366	342	342	0	18.131	17.758	373	1.755	1.755	0	342	342	0
2.022	275.626	267.901	7.725	21.301	20.915	379	354	354	0	18.776	18.390	386	1.817	1.817	0	354	354	0
2.023	285.436	277.436	8.000	22.059	21.659	393	367	367	0	19.444	19.044	400	1.882	1.882	0	367	367	0
2.024	295.594	287.310	8.285	22.844	22.430	407	380	380	0	20.136	19.722	414	1.949	1.949	0	380	380	0
2.025	306.114	297.535	8.579	23.658	23.228	421	393	393	0	20.853	20.424	429	2.018	2.018	0	393	393	0

Seguindo a metodologia da FJP para o cálculo do déficit usáramos somar os domicílios improvisados, os de famílias conviventes, o Cômodos e domicílios rústicos.

Assim o Déficit Habitacional de Londrina, segundo a projeção dos dados do Censo 2000/2010, seria de 14.001 domicílios em 2010. Distribuídos entre 233 domicílios improvisados, 12.341 domicílios conviventes, 1.195 moradias em Cômodos e 233 domicílios rústicos.

Em 2025, conforme a tabela de cálculo de projeções, este número chegaria a 23.658 domicílios.

V - SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES

A elaboração da síntese do diagnóstico levantado com a finalidade de elaboração do PLHIS lançou mão da sistemática de organização das informações e análises pela estratégia *condicionante, eficiências e potencialidades*. Isto permitiu a ordenação criteriosa e operacional das informações e problemáticas levantadas, possibilitando uma apresentação compreensível dos fatores que impactam a problemática da moradia.

Esta forma de ordenação orienta o planejamento em todas as fases do processo para atender critérios de eficiência, de adequação dos meios e recursos e de controle de resultados. Condicionantes/Deficiências/Potencialidades, permite acompanhar as tendências dos fatores intervenientes e percebê-los nas suas inter-relações. Esta classificação permitirá

desenhar as condições do município em relação à habitação. Este elemento central, foco do plano, se estrutura a partir de um conjunto de fatores que aqui serão identificados como: fatores organizacionais, institucionais, jurídico normativos, de infra estrutura, de gestão da participação social, de déficit habitacional quantitativo e qualitativo, à partir de um panorama global de fatores econômicos e sociais que impactam a vida da cidade.

Para compreensão dos fatores sintetizados explicitamos abaixo os conceitos utilizados nessa sistemática.

Os condicionantes são elementos que afetam negativamente o desempenho de variáveis consideradas. Esses elementos podem ser de caráter ambiental, institucional, organizacional, legal, econômico, financeiro, cultural, etc. que orientam a tomada de decisões.

As deficiências são elementos, situações, ou condições que impactam negativamente a ação com vistas à solução de problemas. Essas deficiências podem ser igualmente de caráter ambiental, institucional, organizacional, legal, econômico, financeiro, cultural, etc. que orientam a tomada de decisões.

As potencialidades são as condições positivas existentes que devem ser exploradas com vistas ao enfrentamento dos problemas. Essas potencialidades, como os condicionantes e as deficiências podem ser de caráter ambiental, institucional, organizacional, legal, econômico, financeiro, cultural, etc. que orientam a tomada de decisões.

Abaixo apresenta-se uma tabela dos condicionantes, deficiências e potencialidades que foram individualizadas nos diferentes eixos selecionados.

Tabela 36 - Síntese dos Condicionantes, Deficiências e Potencialidades dos fatores que impactam a política habitacional

Eixo	C	D	P	Fator
Desenvolvimento Social				Alto índice de desenvolvimento humano.
Recursos humanos				Existência de importantes Universidades, Centros de Pesquisa, Núcleos Regionais de Serviços Públicos Federais e Estaduais com concentração de recursos humanos de alta competência.
Participação Social				Conselho de Habitação, do Ambiente, Cidades, Saúde, Educação, Assistência Social, etc.
				Realização regular de conferências municipais com significativa participação popular.
Desenvolvimento Econômico				Fraco desempenho de indicadores de emprego, renda, Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Fiscal (VAF).
Orçamento Municipal				Limitada capacidade de investimento para alavancar o desenvolvimento econômico.
				Baixa participação das receitas próprias na composição da receita municipal.
				Dependência de transferências da União e do Estado.

População				Crescimento populacional mantendo a pressão da demanda por habitação.
Infraestrutura				Rede de galerias de águas fluviais sub dimensionada, inadequada ou inexistente em vários pontos da cidade.
				Autonomia do sistema de reservação de água limitada ao ano de 2015.
				Cobertura de 100% das moradias de abastecimento de água na área urbana.
				Inexistência do sistema de monitoramento da qualidade da água consumida nas propriedades rurais.
				Inexistência de sistema de captação de tratamento de esgoto nos distritos rurais.
				Cobertura de aproximadamente 90% de rede coletora e tratamento de esgoto na sede do município.
				Cobertura de aproximadamente 100% de coleta convencional de lixo nas áreas urbanas.
				Excesso de resíduos sólidos destinados ao aterro sanitário.
				Não processamento de resíduo orgânico.
				Destinação irregular de resíduos sólidos em fundo de vale.
				Inexistência de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
				Cobertura de aproximadamente 100% de coleta seletiva na área urbana.
				Atendimento de 100% da população com rede de energia elétrica.
				Deficiências no serviço de iluminação pública.
				Crescimento acelerado do número de veículos automotores.
				Crescimento da oferta de ônibus não proporcional ao crescimento da população.
				Sistema viário saturado em vários pontos da cidade.
				Inexistência de plano diretor de transporte e mobilidade.
				Inexistência de condições favoráveis para a utilização da bicicleta como meio de transporte.
Legislação				Existência de plano diretor elaborado de forma participativa.
				Existência de projeto de lei criando as zonas especiais de interesse social.

				Destinação de recurso para o Fundo Municipal de Habitação para exercício de 2009.
				Não atendimento do PDPML das especificações necessárias para regulamentação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.
				Leis complementares ao plano PDPML ainda não aprovadas.
				Projeto de Lei criando as ZEIS ainda não aprovada.
				Previsão de áreas insuficientes para atender o déficit habitacional básico instalado.
				Inexistência de Lei regulamentando a fixação de índice mínimo para o Fundo Municipal de Habitação.
Organização				Experiência acumulada pela COHAB – LD na coordenação e acompanhamento de programas habitacionais.
				Insuficiência de técnicos (arquitetos, engenheiros, topógrafos, técnicos em edificação) para acompanhamento, fiscalização e avaliação pós ocupação das unidades habitacionais.
				Insuficiência de técnicos da área social para acompanhamento dos processos de reassentamento.
				Experiência acumulada pela COHAB – LD em programas de reassentamento de famílias provenientes de ocupações precárias.
				Experiência da COHAB – LD em programa de urbanização de ocupações precárias.
				Experiência da COHAB – LD em elaboração de projetos para obtenção de recursos para a área habitacional.
				Insuficiência de técnicos da área social para acompanhamento de pós ocupação dos programas habitacionais.
				Inexistência de previsão de fontes de receitas para a manutenção da COHAB –LD.
				Perda da função de produção de moradias.
				Perda da função de agente financeiro.
				Experiência da COHAB – LD em programa de regularização fundiária.
				Insuficiência de técnicos ou existência de convênios para oferecer assistência técnica em projetos de recuperação e

				ampliação de moradias
Serviços Públicos				Disponibilidade de rede de escolas para atender os diferentes níveis de ensino.
				Baixa oferta de vagas públicas para a educação infantil.
				Ampla oferta de ensino superior na rede pública e privada.
				Disponibilidade de estrutura de atendimento à saúde no nível básico, secundário e de alta complexidade.
				Disponibilidade de serviços odontológicos e de atenção a saúde mental.
				Frequentes situações de falta de médicos, de demora para o atendimento de especialidades e de falta de vagas hospitalares.
				Existência de ampla rede de serviços de assistência social.
Meio Ambiente				Contaminação por lixo de 25% dos cursos d'água.
				Inexistência de unidade multiprofissional para o gerenciamento dos fundos de vale.
				Comprometimento da cobertura verde e desaparecimento da flora original.
				Número elevado de habitações em áreas de fundo de vale e de preservação do ambiente.
Habitação				Número elevado de famílias a serem removidas de fundo de vale, área de proteção permanente e encostas.
				Número elevado de loteamentos irregulares.
				Número elevado de demandantes de moradias com renda de 0 a 3 salários mínimos junto a COHAB – LD.
				Falta de mecanismos para coibir ocupações irregulares em fundo de vales e áreas de proteção permanente.
				Existência de número elevado de habitações precárias.
				Grandes áreas vazias na malha urbana pressionando o custo da terra.
				Concentração de investimentos habitacionais populares no extremo norte da malha urbana.

				Inexistência de base de dados sólida e atualizada sobre as condições de adensamento habitacional, famílias conviventes e moradores de cômodos.
				Não atendimento das características e necessidades das famílias para oferta de tipologia habitacional.
				Indisponibilidade de terrenos públicos na malha urbana para implantação de programas de habitação social.
				Aumento da oferta de moradias no programa Minha Casa Minha Vida.
				Excesso de burocracia nos processos de retomada de imóveis caracterizados como abandonados.
				Excesso de unidades habitacionais desocupadas na cidade.
				Inexistência de informações e metodologia para caracterização dos imóveis desocupados.
				Inexistência de plano e estrutura para intervenção em caso de sinistros e catástrofes em núcleos habitacionais para rápida intervenção.
				Inexistência de orientação para manutenção preventiva das unidades habitacionais junto aos mutuários.

CAPITULO II

PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS LONDRINA

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) foi elaborado orientado pelos princípios e diretrizes da Política Nacional de Habitação (PNH). Assim, os objetivos e metas estabelecidos têm como norte a garantia do direito à moradia digna conforme estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1.988.

O conceito de moradia digna, vetor de inclusão social, abrange para além dos padrões de habitabilidade, do ponto de vista construtivo, a existência de infraestrutura urbana, o saneamento ambiental, as condições de mobilidade e a oferta de serviços públicos. Dessa forma a Política de Habitação deve ser executada de forma articulada e integrada às diretrizes da Política Urbana, da Política Ambiental e das Políticas Sociais.

Os princípios que fundamentam a Política Nacional de Habitação (PNH) orientam-se na compreensão de que a Política de Habitação é uma política de Estado, pois é através dele que torna possível a regulação urbana e o mercado imobiliário. Esta regulação é que permite que a propriedade cumpra sua função social.

Por outro lado, a PNH em suas diretrizes elege a população com renda de até três salários mínimos, como público que deverá receber tratamento diferenciado e intervenções do poder público -, em seus três níveis-, que levem à superação das condições de exclusão em que vive uma parcela importante da população.

Para o cumprimento de seus princípios e diretrizes a PNH compreende a necessidade da articulação de diferentes instâncias em um mesmo nível de governo, bem como entre os diferentes níveis. É este desafio que desenha o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que foi instituído pela Lei Federal 11.124, de 2.005. O mesmo instrumento legal que cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A pré-condição para se credenciar aos recursos do FNHIS, inicia-se com a inclusão do Município de Londrina ao SNHIS.

O PLHIS se inscreve como exigência formal de participação no sistema, segue as orientações contidas em seus princípios e diretrizes e se estrutura segundo as orientações técnicas para a produção do Plano. O PLHIS/Londrina atendeu aos parâmetros estabelecidos e buscou indicar formas de operacionalizar as diretrizes da Política Municipal de Habitação, aprovada na 1ª Conferência Municipal de Habitação, realizada em 2.006 e que está em consonância com o PNH no que diz respeito às garantias de direito: à moradia digna, a inclusão sócioespacial da população moradora de assentamentos precários, ao atendimento prioritário da população de baixa renda e de baixíssima renda nos programas habitacionais

financiados pelo município, à reserva de quotas para a população vulnerável em programas habitacionais financiados pelo município, à função social da propriedade urbana, à aplicação dos instrumentos de política urbana do Estatuto da Cidade, à questão habitacional como política pública relevante de interesse público e social, à participação da sociedade na definição da política habitacional e sua gestão, à integração desta política com as políticas públicas sociais, econômicas e ambientais, à articulação da política habitacional com a política urbana, ao tratamento digno dispensado à população moradora de assentamentos precários e à garantia de assessoria jurídica gratuita para as questões fundiárias da população de baixa renda.

O Plano Municipal de Habitação (PMH) ao fixar suas diretrizes indica as soluções estratégicas perfeitamente aderentes à lógica que orientou a formulação da PNH e o Plano Nacional de Habitação de Interesse Social, que estão assim formuladas:

A integração dos assentamentos precários já existentes no município de Londrina a cidade formal incluindo o conjunto dos equipamentos urbanos e comunitários; o acesso a terra e a moradia através da produção de Habitação de Interesse Social; a capacitação do poder público para a implementação da Política Habitacional de Londrina e para a produção de Habitações de Interesse Social; a aplicação do Estatuto da Cidade na legislação urbana municipal como forma de justiça social principalmente a regulamentação do art. 9º da lei municipal 7482/98; a garantia da participação popular na gestão, programas e projetos de produção de moradias; desenvolvimento de planejamento municipal para as intervenções nos assentamentos precários já existentes com apoio profissional de equipe multidisciplinar; instituição de Zonas Especiais de Interesse Social que deverão contar com áreas para a construção de barracões de geração de trabalho e renda e projetos de capacitação profissional.

1. PRINCÍPIOS DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL PHLIS/LONDRINA.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social de Londrina (PHLIS/Londrina) se estrutura a partir dos seguintes princípios:

- 1) A cidade e a propriedade devem cumprir função social, conforme estabelece o art. 182 da Constituição Federal, que está regulamentado na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001 – Estatuto da Cidade -, fundamentos atendidos na Lei Orgânica do Município de Londrina e reafirmado no Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina (PDPML) em seu artigo 6º, alínea IV que estabelece “o ordenamento do território como garantia do pleno cumprimento das funções sociais da propriedade e do direito à cidade para todos, compreendendo os direitos: a) à terra urbana; b) à moradia digna; c) ao saneamento ambiental com a preservação e recuperação do ambiente natural; d) à infra-estrutura urbana; e) à mobilidade, priorizando o transporte público coletivo; f) à acessibilidade; g) aos serviços públicos; h) ao trabalho; e) ao lazer”.

- 2) O crescimento e o desenvolvimento da cidade devem ser conquistados de forma sustentável do ponto de vista social, ambiental e econômico garantindo condições adequadas de vida para a atual e para as futuras gerações.
- 3) A gestão da política habitacional deve realizar-se de forma democrática e participativa, garantindo o controle social e a transparência nos processos decisórios, conforme estabelece o art. 4º da Lei Federal 11.124.
- 4) O atendimento às demandas habitacionais deve se dar pela articulação dos três níveis de governo.
- 5) A integração e compatibilização da política habitacional devem articular-se com as políticas de desenvolvimento urbano, de mobilidade urbana, de inclusão social e de proteção do meio ambiente.
- 6) A garantia ao acesso à moradia digna deve ser fator de inclusão social, reconhecendo a pluralidade das demandas e das necessidades dos segmentos mais vulneráveis da população.

2. DIRETRIZES DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

O PHLIS/ Londrina deverá atender às seguintes diretrizes:

1. A garantia de moradia digna a todos se dá pelo acesso aos equipamentos sociais e de infraestrutura urbana, condições adequadas de mobilidade e a proteção dos recursos naturais e da paisagem.
2. A infraestrutura instalada deve ter seu uso otimizado, revertendo a tendência de expulsão da população de baixa renda para áreas da cidade com infraestrutura precária, áreas de risco ou de proteção ambiental.
3. A integração dos assentamentos precários à cidade legal deve se dar pela regularização fundiária e urbanística.
4. A melhoria de moradias instaladas de forma precária deve ser garantida pela assistência técnica e crédito em diferentes alternativas de solução.
5. O adequado uso e ocupação do solo devem ser garantidos pela aplicação de instrumentos legais que evitem o adensamento excessivo.
6. A realocação das famílias nos casos de remoção de áreas de risco, de proteção ambiental, ou por necessidade de obras, deve contar com a participação da população diretamente interessada.
7. As áreas desocupadas em razão dos programas habitacionais de realocação populacional deverão receber programas de recuperação ambiental.
8. O setor público, privado, associações e cooperativas populares deverão participar de projetos de provisão de moradias para a redução de déficit habitacional.
9. O envolvimento do mercado imobiliário na produção de habitação de interesse social deverá ser estimulado pela simplificação de procedimentos.
10. A produção e/ou melhoria de moradias por iniciativa individual ou coletiva da população deverá contar com assistência técnica do agente público.

11. O Plano Diretor do Município e sua legislação complementar deverão se adequar aos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, garantindo o acesso à terra urbanizada destinada a programas habitacionais de interesse social e a utilização adequada de áreas vazias ou subutilizadas.
12. O acesso à moradia deve ser garantido e atualizado através de institutos jurídicos e de legislações específicas.
13. O sistema de banco de dados de áreas disponíveis deve ser implantado e mantido com informações atualizadas acerca da origem, destinação, uso e regularidade perante o registro de imóveis, identificando áreas aptas para programas habitacionais.
14. A captação de recursos para projetos habitacionais, junto aos níveis de governo federal e estadual e agentes financeiros deve ser aprimorada objetivando incluir o município em programas que atendam as especificidades e necessidades da população local.
15. A captação de recursos para o Fundo Municipal de Habitação deve ser viabilizada pela instituição de instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários.
16. Os diferentes grupos sociais: idosos, portadores de deficiência e mulheres chefes de família deverão ter atendimento prioritário nos moldes legais para o acesso à moradia.
17. As pendências contratuais e de regularização de registros imobiliários dos núcleos habitacionais existentes deverão contar com um serviço específico, de forma regular e constante.
18. Os projetos de construção deverão contemplar a diversidade de soluções arquitetônicas e urbanísticas de forma a atender as necessidades e condicionantes do meio físico, os padrões culturais de convivência, bem como, padrões urbanísticos diferenciados.
19. Os projetos deverão contemplar alternativas tecnológicas de aproveitamento da energia solar, reaproveitamento de águas pluviais, de manutenção de espaços adequados para a permeabilidade e outras que minimizem os impactos da urbanização.
20. Os empreendimentos de habitação de interesse social deverão adotar parâmetros edilícios e urbanísticos, sistemática de aprovação e tratamento tarifário diferenciado.
21. As tecnologias de projeto, construção e manutenção deverão ser aplicadas para aprimorar a qualidade das habitações.
22. Equipes técnicas qualificadas deverão ser constituídas para elaboração de projetos, assessoria técnica, acompanhamento e fiscalização dos empreendimentos habitacionais em suas diferentes fases.
23. Equipes técnicas de trabalho e acompanhamento social deverão ser consolidadas para a avaliação sistemática dos impactos sociais provocados pelos diferentes empreendimentos.
24. O Conselho Municipal de Habitação deverá ter caráter deliberativo.
25. Os programas de habitação de interesse social deverão ser articulados com programas de transferência de renda e outras modalidades de proteção social, particularmente a inclusão em programa de recuperação da escolaridade e de capacitação profissional.
26. O princípio da função social deverá ser aplicado aos imóveis públicos.

3. OBJETIVOS DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

Os objetivos do presente plano estão traçados com base no estabelecido na Política Municipal de Habitação, na realidade habitacional do Município de Londrina e nas condições institucionais e normativas. São eles:

1. Estabelecer estratégias de enfrentamento do déficit habitacional, garantindo o direito à moradia digna, democratizando o acesso aos serviços públicos de qualidade e a infraestrutura urbana.
2. Ampliar a oferta de habitações e aprimorar as condições de habitabilidade da população de baixa renda (0 a 3 salários mínimos).
3. Garantir a isonomia no acesso à moradia digna para os diferentes grupos sociais estabelecendo estratégias diferenciadas para a população de menor renda (0 a 3 salários mínimos).
4. Garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental dos programas habitacionais, articulando-os com as políticas de desenvolvimento econômico, de proteção social e ambiental.
5. Ofertar, em curto prazo, alternativas para a regularização fundiária, recuperação das condições de habitabilidade, produção de moradias para a população que se encontra em assentamentos precários do ponto de vista urbanístico.
6. Conter a degradação ambiental e os riscos à população ofertando alternativas de reassentamento das famílias que habitam em ocupações irregulares.
7. O Plano deve orientar o reordenamento institucional para a execução da Política Municipal de Habitação.
8. Indicar os instrumentos legais necessários para a implantação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social.
9. Ocupar o solo urbano de forma equilibrada e equânime, evitando adensamentos excessivos e descontrole dos limites da área urbana.
10. Utilizar a infraestrutura urbana instalada, reduzindo os vazios urbanos.
11. Ofertar alternativas para melhorias nas habitações que se encontram degradadas ou que carecem de intervenções de caráter sanitário.
12. Articular com os organismos competentes a execução de planos de revitalização e recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP), fundos de vale e áreas de risco que foram desocupadas evitando novas ocupações e outros processos de degradação ambiental.
13. Submeter o imóvel público ao princípio da função social da propriedade.

CAPITULO III

PLANO DE AÇÃO DO PLHIS

Planejar é pensar o futuro, é traçar uma ação antecipadamente para que se possam estabelecer metas a serem atingidas. Para a elaboração do PLHIS partiu-se do conhecimento da realidade local. Esse esforço apanhou as características históricas do desenvolvimento de Londrina, sua interação com o entorno, a qualidade e disponibilidade de sua infraestrutura e de seus serviços públicos. Avaliou-se seu aparato legal e normativo no que afeta diretamente a questão da moradia e avaliaram-se as condições organizacionais e institucionais necessárias para operacionalizar o plano. Finalmente desenhou-se o estado de carência de moradia para a população, particularmente das famílias que vivem com até e (três salários) mínimos e projetaram-se, a partir dos dados disponíveis, as necessidades futuras.

O diagnóstico levantado apontou para os objetivos que deveriam ser projetados com vistas à superação da situação de carência de moradia digna em todos seus componentes. O conceito de moradia digna tomou como referência a compreensão de que a moradia é um conjunto de condições que devem estar contempladas na configuração do espaço urbano, que vai muito além da oferta da unidade habitacional e do favorecimento às condições para o seu acesso. Implica não só na oferta da infra-estrutura de serviços públicos e equipamentos urbanos, como também na articulação de uma perspectiva de relacionamento com o território e de sua ação sobre ele.

Tomou-se também, como elemento orientador a necessidade do PLHIS corresponder às diretrizes, princípios da Política Nacional de Habitação que por sua vez orienta a Política Urbana e o Plano Nacional de Habitação no cumprimento da função social da cidade e da propriedade. Por isso, os conjuntos de Políticas Setoriais relacionadas à habitação deverão ser pensados de forma integrada, não meramente do ponto de vista da integração administrativa e técnica, mas através da gestão democrática que deve constituir-se como garantia de que o poder público desempenhará de forma participativa suas atribuições.

Essa compreensão ofereceu os parâmetros para a avaliação da realidade local e a partir desta compreensão delinearam-se os objetivos a serem atingidos com este plano.

Os objetivos traçados ofereceram os eixos estruturadores do plano. Foram eleitos os seguintes eixos: habitação, infraestrutura, solo, legislação, organização, instituição e legislação. A partir deles foram delineadas as ações, as metas, os indicadores de desempenho e as formas de monitoramento e avaliação, além dos recursos necessários para atendê-los com suas respectivas fontes. Indicou-se também a responsabilidade institucional e administrativa pela sua consecução. Este trabalho teve como produto uma **matriz operacional**.

Os elementos contidos na matriz estão explicitados e justificados em texto analítico anexo. Este texto retoma as questões diagnosticadas em suas especificidades com os parâmetros de escolha necessários para sua solução.

Assim, o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Londrina– PLHIS pode se constituir num marco de referência para o enfrentamento das questões habitacionais no município, através do estabelecimento de uma política habitacional ancorada em princípios,

diretrizes, objetivos, metas, recursos e instrumentos técnicos e jurídicos necessários para sua implementação.

1. EIXO ESTRUTURANTE – SOLO

No eixo estruturante relacionado ao solo foi priorizado:

- A qualificação dos fundos de vale.
- A intervenção nas áreas de ocupações irregulares.
- A revitalização das áreas que sofrerão remoção.
- A implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, sancionado em 29 de julho de 2.010.

Inicialmente, os estudos necessários para a qualificação dos fundos de vale do município de Londrina, tornam-se extremamente importantes, uma vez que existem conflitos entre os diferentes conceitos que abrangem estas áreas, como várzeas, nascentes, olhos d'água, cursos de água perenes e intermitentes, áreas de preservação permanente, áreas de risco e preservação permanente em fundos de vale, dentre outros.

Independente da existência de legislações federais e estaduais que discursam sobre esta matéria, o município de Londrina necessita que sejam aprofundadas as discussões referentes a estes aspectos, devido à quantidade e importância que os fundos de vale representam para a cidade. Estas áreas podem ser consideradas patrimônio natural de Londrina, mas necessitam de qualificação específica, em cumprimento às legislações existentes e ao bem-estar da comunidade e equilíbrio ambiental local.

As intervenções em áreas de ocupações irregulares é uma necessidade premente da cidade. A remoção de famílias que ocupam atualmente fundos de vale e áreas de risco contribuirá diretamente para a preservação ambiental destas áreas, além da redução nos riscos de alagamentos, desabamentos, mortes, disseminação de doenças de veiculação hídrica e prejuízos financeiros para estas famílias.

A revitalização imediata dos fundos de vale e áreas de risco após a remoção da população faz-se necessária para evitar novas invasões, deslizamentos de terra, assoreamento e contaminação dos cursos d'água, além de recuperar ambientalmente estes locais com a implantação de áreas de lazer, quando possível.

A implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, estabelecido por Lei Municipal é fundamental para o desenvolvimento do município uma vez que contempla as diretrizes e infra-estrutura necessária para abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além da drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

A Matriz deste eixo encontra-se em anexo

2. EIXO ESTRUTURANTE LEGISLAÇÃO

O diagnóstico dos recursos legais apontou como maior deficiência para a execução de uma política habitacional social, a ausência de requisitos de validade para a aplicação de alguns instrumentos jurídico-urbanísticos do Estatuto da Cidade no Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina (PDPML). Tais instrumentos, de grande impacto no Município, como o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, a outorga onerosa do direito de construir, a transferência do direito de construir, as operações consorciadas, se não aplicados da forma como prevista podem levar a sua nulidade.

O instituto das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) representa grande avanço na distribuição justa do espaço de uma cidade e, portanto, deve ser tratado da forma como se requer para que atinja o objetivo de integração de assentamentos irregulares à cidade legal e a reserva de espaços urbanos para a construção de moradias sociais, promovendo a devida diversidade socioeconômica dentro de áreas anteriormente reservadas somente aos mais privilegiados socialmente. A aprovação do projeto de lei que cria as ZEIS, neste momento já encaminhado à Câmara, deverá desencadear alterações importantes nas demais legislações urbanísticas, ambientais e edículas.

Identificamos de suma importância para o financiamento da política pretendida – de cunho social- a adequação dos instrumentos tributários na forma como previsto no Estatuto da Cidade, como a alíquota máxima de 15% para o IPTU progressivo, a cobrança efetiva da contribuição de melhoria. Outro tributo, como o ITBI, relacionado à propriedade privada poderia igualmente ter porcentagem destinada à promoção da política habitacional social.

Ainda em termos sociais, a política de habitação social deve estar sempre atenda ao tratamento diferenciado baseado na capacidade contributiva de seus beneficiários. Assim, taxas e tarifas públicas deverão contemplar este princípio e dispensar aos beneficiários de programas habitacionais sociais, a carga que poderão suportar, sob pena de inviabilizar a construção de uma nova ordem urbano-social, tendência das legislações mais recentes contempladas pelo PLHIS.

Dois outros pontos especiais a serem tratados no Município de Londrina e com forte impacto na habitação social é execução de um plano integral de resíduos sólidos e a gestão de áreas classificadas como fundos de vale. Dois grandes problemas urbanos que deverão ser enfrentados com política eficiente, compreendida a estrutura necessária para suas ações.

O caráter deliberativo do Conselho Municipal de Habitação é também fator de impacto de sua participação na política habitacional. Por esta razão sua legislação deve ser alterada para que cumpra suas funções de forma integral.

O diagnóstico dos recursos legais, discutido junto com os demais eixos, possibilitou a identificação da LEGISLAÇÃO como um dos eixos estruturais do plano de ação do PLHIS.

No que se refere à legislação, nove (9) ações foram identificadas como indispensáveis para que o objetivo geral do PLHIS seja atingido. São elas:

1. adequação do Plano Diretor (PDPML) aos requisitos legais de aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
2. criação de leis específicas para a aplicação de certos instrumentos legais previstos no Estatuto da Cidade e contemplados no PDMPL;

3. aplicação do instituto do abandono de imóvel segundo o art. 1275, inciso III do Código Civil;
4. execução de programas de regularização fundiária;
5. aprovação do projeto de lei que cria as Zonas Especiais de Interesse Social;
6. alteração da lei que criou o Conselho Municipal de Habitação de Londrina e instituiu o Fundo Municipal de Habitação de Londrina;
7. cobrança da contribuição de melhoria em todas as áreas onde tenha sido investido recurso público com comprovada mais valia de imóvel privado;
8. execução do Plano Integrado de Resíduos Sólidos;
9. gestão de áreas localizadas em fundos de vales.

Para que cada ação consiga ser realizada, metas foram igualmente identificadas, de forma seqüencial.

Para cada meta, prazos de cumprimento foram estimados, da mesma forma que recursos necessários, fontes de financiamento e órgão responsável pelas ações.

As metas para cada ação foram previstas tendo em vista o caminho a ser percorrido para obter como resultado a ação.

Os indicadores operacionais e os meios de verificação e acompanhamento foram escolhidos de forma a possibilitar aos gestores do PLHIS uma avaliação de seu progresso no que tange às ações restritas ao eixo LEGISLAÇÃO.

Assim, para a **ação 1**, que trata da adequação do PDPML aos requisitos legais de aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, seja alcançada, nove(9) metas são necessárias.

1. Elencar dentre os instrumentos urbanísticos jurídicos, as Zonas Especiais de Interesse Social.
2. Delimitar as áreas de incidência do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e estabelecer padrões urbanísticos para sua ocupação.
3. Delimitar as áreas de incidência do direito de preferência.
4. Delimitar as áreas que estarão habilitadas para a aplicação do instituto da outorga onerosa do direito de construir (incidência geográfica e limites de coeficiente outorgado).
5. Dispor sobre os critérios para a aplicação das operações urbanas consorciadas.
6. Prever as regiões e áreas urbanas de incidência do direito de construir.
7. Fixar a data limite de comprovação de posse urbana para a concessão especial para fins de moradia adequando-a à intenção da Medida provisória 2220/2001
8. Fixar o valor da alíquota máxima em 15% para a cobrança do IPTU progressivo adequando o Código Tributário Municipal.
9. Adequar as leis urbanísticas, edilícias e ambientais ao Plano Diretor após a sua adequação aos instrumentos do Estatuto da Cidade.

O prazo para a execução de todas as metas da ação 1 foi estimado em 12 meses, já que em muitos casos podem ser tratadas simultaneamente. O total de recursos financeiros necessários em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Para a **ação 2**, que trata da criação de leis específicas, necessárias para regulamentar alguns institutos urbanísticos do Estatuto da Cidade e contemplados no PDPML, duas (2) metas são necessárias:

1. Criar lei específica regulamentando o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.

2. Criar lei específica regulamentando o direito de preferência.

O prazo para a execução das metas da ação 2 foi estimado em 06(seis) meses e o total de recursos financeiros necessários em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Para a **ação 3**, que trata da aplicação do instituto do abandono de imóvel segundo o art. 1275, inciso III do Código Civil, uma (1) meta é necessária:

1. Criar lei instituindo o instituto do abandono e decreto regulamentador.

O prazo para a execução da meta 1 foi estimado em 06(seis) meses e o total de recursos financeiros necessários em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Para a **ação 4**, que trata da execução de programas de regularização fundiária, nove (nove) metas são necessárias:

1. Aprovar lei instituindo o programa de regularização fundiária, criando departamento ou câmara setorial específica, contendo os instrumentos jurídicos de regularização fundiária a serem utilizados.

2. Criar e estruturar departamento.

3. Constituir equipe técnica.

4. Estabelecer convênios com cartórios para a escritura pública e registro de imóveis.

5. Identificação das áreas.

6. Trabalho técnico social.

7. Trabalho técnico urbanístico.

8. Trabalho técnico jurídico.

9. Outorga da escritura pública e registro do imóvel.

O prazo para a execução da ação 5 está estimado em 18(dezoito) meses e o total de recursos financeiros necessários em R\$ 160.000,00

Para a **ação 5**, que trata da aprovação do projeto de lei que cria as ZEIS, duas(2) metas são necessárias:

1. Aprovar a lei que cria as ZEIS.

2. Adequar as demais leis urbanísticas e edilícias aos preceitos estabelecidos nas ZEIS.

O prazo para a execução da ação 5 está estimado em 06(seis) meses e o total de recursos financeiros necessários em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Para a **ação 6**, que trata da alteração da lei que criou o Conselho Municipal de Habitação e Fundo Municipal de Habitação, quatro(4) metas são necessárias:

1. Acrescentar ao caráter do Conselho Municipal de Habitação, a função deliberativa.

2. Acrescentar as atribuições do CMHL, a de deliberação, fiscalização e acompanhamento das políticas de habitação social.

3. Acrescentar aos recursos do FMH, os provenientes do FNHIS para a aplicação nas políticas destinadas à habitação social.

4. Prever a participação da Secretaria de Governo na composição do Conselho Gestor do Fundo de Habitação.

O prazo para a execução da ação 6 está estimado em 06(seis) meses e o total de recursos financeiros necessários em R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Para a **ação 7**, que trata da cobrança de contribuição de melhoria em todas as áreas onde tenha sido investido recurso público com resultado na mais valia do imóvel privado, 01(uma) meta é necessária:

1. Efetivar a cobrança através de editais que atendam aos requisitos legais evitando-se assim a revogação ou anulação dos procedimentos.

O prazo para a execução da ação 7 é constante, incidente toda a vez que o poder público investir recursos públicos em áreas privadas que resultem em mais valia (valorização) dos imóveis privados.

Para a **ação 8**, que trata da previsão legal para tratamento diferenciado de taxas e tarifas municipais aos beneficiários de política habitacional social 02(duas) metas são necessárias:

1. Elaborar estudo de viabilidade jurídica.
2. Criar lei prevendo os valores diferenciados das taxas e tarifas de serviços públicos.

O prazo para a execução da ação 8 está estimado em 12(doze) meses e os recursos financeiros previstos em R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Para a ação 9, que trata da execução do plano integrado de resíduos sólidos municipais, 02(duas) metas são necessárias:

1. Elaborar o plano integrado.
2. Criar estrutura para a implantação.

O prazo para a execução da ação 9 está estimado em 12(doze) meses e os recursos financeiros previstos em R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

Para a **ação 10**, que trata da gestão de áreas localizadas em fundos de vale, 02(duas) metas são necessárias:

1. Elaborar legislação específica para as áreas de fundo de vale.
2. Desenvolver sistema de gestão de fundo de vale.

O prazo para a execução 10 está estimado em 06(seis) meses e os recursos financeiros previstos em R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Os recursos financeiros totais necessários para a execução do Plano de Ação do elemento Legislação foram estimados em R\$ 432.200,00 (quatrocentos e trinta e dois mil e duzentos reais). Tais valores não contemplam as ações de competência dos cartórios para a outorga da escritura pública e do registro do imóvel.

Todo o esquema acima descrito se encontra sistematizado na matriz estruturante do eixo de legislação em anexo.

3 EIXO ESTRUTURANTE DE ORGANIZAÇÃO

O eixo organização refere-se principalmente, a COHAB por ser o órgão responsável pela prática habitacional no Município de Londrina. Apesar de ser responsável pela prática não tem total responsabilidade pela política habitacional que está a cargo do Conselho Municipal de Habitação, vinculado a Secretaria de Governo do Município e não a COHAB.

O Ministério das Cidades, através da Caixa Econômica Federal, faz o repasse de recursos públicos a órgãos públicos e não à COHAB, pois esta possui a figura de empresa pública apesar de 99,99% das ações pertencerem ao Município. Portanto os recursos também são vinculados ao FMH na Secretaria de Governo.

Na realização do Diagnóstico detectaram-se problemas de identidade jurídica/negócios, provisão e dimensionamento de recursos humanos, orçamentários e financeiros, gestão de programas e sistematização de informações. A partir dos problemas identificados elaborou-se o Plano de Ação com suas respectivas metas e indicadores.

O Plano de Ação envolve a estrutura organizacional no sentido de adequá-la a figura jurídica mais apropriada aos negócios a serem desenvolvidos pela COHAB-LD. Desta forma, poderá continuar como empresa pública ou optar por outra figura como: secretaria, autarquia, diretoria, dentre outras. O importante é que a figura jurídica seja compatível com os negócios desenvolvidos e com a estrutura organizacional para não incorrerem em um alto custo operacional da prática habitacional.

Assim, como é importante repensar a figura jurídica da COHAB-LD, também é necessário redimensionar o seu quadro de pessoal sistematizando com os negócios a serem desenvolvidos e com a estrutura organizacional, constituindo, portanto a segunda ação do Plano.

A terceira ação é o mapeamento de processos de programas habitacionais, isto porque, identificaram-se interfaces com diversos órgãos públicos e privados que estão envolvidos no planejamento, execução e avaliação dos programas habitacionais. Porém, uma das dificuldades encontradas foi a atribuição de responsabilidades e competências de cada órgão no decorrer dos processos.

Submeter os processos de programas habitacionais à auditoria externa vem de encontro a assegurar a não variabilidade dos processos e a qualidade das ações desenvolvidas pela COHAB-LD, tornando-se, portanto a quarta ação.

A criação e a manutenção de um único sistema de informação viabilizarão a precisão da informação no planejamento, elaboração, execução e avaliação dos programas habitacionais. É imprescindível que o banco de dados de cada órgão envolvido nos programas habitacionais se comunique entre si para que não haja informações contraditórias e/ou desatualizadas. Esta é a quinta ação.

E por último, sexta ação, mas tão importante quanto às demais é assegurar os recursos orçamentários para o desenvolvimento dos programas habitacionais. O estabelecimento de um índice sobre a arrecadação municipal para compor o Fundo Municipal de Habitação não deixará os programas habitacionais totalmente dependentes de recursos da União ou das prioridades definidas em cada programa de governo municipal.

Diante do exposto, elaborou-se o Plano de Ação com suas respectivas metas e indicadores conforme matriz em anexo.

4. EIXO ESTRUTURANTE INSTITUCIONAL

Estamos tratando como Eixo Institucional as intervenções que devem ser desencadeadas pelo conjunto dos organismos da Prefeitura com a participação do Estado e da Federação. Não estão na esfera de responsabilidade da Companhia de Habitação e como não diz respeito *stricto sensu* a Política de Habitação, mas que concorrem para o sucesso da mesma, indicamos aqui ações de largo alcance que deverão vir contempladas nos planos estratégicos de desenvolvimento e adequação de serviços do Poder Público Municipal.

O Conselho Municipal deverá exercer seu papel político de mobilizador da sociedade para que o Município de Londrina possa, no curto e médio prazo, adequar-se às exigências de uma cidade sustentável. Assim, tópicos como transporte público, gestão de resíduos sólidos e a implantação do Plano Municipal de Saneamento bem como, a instituição de Agência Reguladora de Serviços devem ser foco de preocupação dos atores sociais que atuam nos diferentes Conselhos, do Poder Público Municipal através da sua projeção no Plano Plurianual e das áreas técnicas dos órgãos envolvidos para produção dos planos.

Não se projetou os custos para essas ações já que elas não são da alçada da COHAB – LD e não são financiáveis por programas habitacionais e particularmente, não financiáveis pelo Fundo Municipal de Habitação. A Matriz deste eixo encontra-se em anexo

5. EIXO ESTRUTURANTE HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA

O Eixo Estruturante Habitação se intercala com o Eixo Estruturante Infraestrutura, pois as ações se complementam entre si em projetos urbanísticos e de produção de moradias, que têm o propósito combater o déficit habitacional do município de Londrina proporcionando a melhoria da qualidade de vida da população de renda mínima com a entrega de moradias dignas em bairros totalmente urbanizados.

As ações propostas traçam metas com o objetivo de solucionar os problemas diagnosticados nos levantamentos do PLHIS, com a apresentação da região e do detalhamento de cada intervenção. A partir da identificação das situações a serem enfrentadas nos aglomerados urbanos foram estruturadas ações que servirão de base de atuação da COHAB-LD para os próximos anos. Estas ações surgem para atender a população com renda mensal até 3 salários mínimos, e até 5 salários mínimos mensal somente quando comprovado que o morador se encontra em áreas de assentamentos precários e ocupações irregulares a mais de 5 anos.

Um problema latente encontrado em todas as regiões da cidade foi a ocupação irregular dos fundos de vale. As ações propostas de recuperação destas áreas devem envolver trabalhos, corretivos e preventivos, em conjunto com as diversas secretarias do município, como a Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria de Obras, a fim de que os serviços de revitalização das áreas surtam efeitos positivos para a população lindeira, promovendo a apropriação dos locais para lazer e contemplação inibindo novas invasões.

Segue a descrição geral das ações que serão apresentadas na sequência com suas metas e custos. São elas:

- I. Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco;
- II. Construção de moradias para as famílias que permanecem nos assentamentos precários em domicílios rústicos;
- III. Construção de módulos sanitários: módulo / infraestrutura básica;
- IV. Utilização de moradias caracterizadas como abandonadas: levantamento de campo / mapeamento / regularização jurídica;
- V. Construção de moradias para suprir o déficit quantitativo por incremento de estoque: lote / infraestrutura básica / moradia / regularização fundiária;
- VI. Desenvolvimento de metodologia para implantar estratégia de fornecimento do “CONSTRUCARD SOCIAL”.

Os custos apresentados, tanto para infraestrutura quanto para habitação, se baseiam nas tabelas do SINAPI. Foram montadas fichas de composição para chegar num custo por unidade habitacional. Para cálculo da habitação se tomou como referência a unidade habitacional de 30,00 m², com especificações baseadas em projetos já aprovados pela CAIXA. Os Cálculos foram feitos a partir da tabela SINAPI/PR – Ref. Agosto-2010.

Na estimativa dos recursos também foram verificados comparativamente os valores médios de investimento alocados em programas habitacionais realizados pela COHAB-LD nos anos anteriores e a porcentagem deste investimento em relação ao total do orçamento municipal;

Os valores referentes à recuperação ambiental dos fundos de vale foram estimados considerando os seguintes serviços: limpeza da área, roçado, escavação, plantio de árvores com preparo de covas, importação de terra e plantio de forração, com majoração dos índices em casos de áreas complexas. Devido à ausência das metragens exatas dos fundos de vale a ser trabalhados, o levantamento da área foi feito se considerando uma área estimada em virtude da ocupação existente.

Os cálculos de infraestrutura abrangem: serviços topográficos, terraplenagem, pavimentação asfáltica, abastecimento de água, esgotamento sanitário - rede de esgoto, ligações prediais - esgoto sanitário, drenagem pluvial, dissipador hidráulico e iluminação pública. A infraestrutura foi dividida entre necessidade por unidade habitacional e infraestrutura do loteamento, esta última foi calculada por média de complexidade de execução, uma vez que não se têm dados sobre as áreas disponíveis para implantação dos loteamentos. Também foram contabilizados os custos para realização do trabalho social e de regularização fundiária.

Nos casos de permanência das famílias nos assentamentos, foram levantadas as necessidades de intervenção no loteamento existente a partir da situação do local levantada no diagnóstico. Independente do custo apresentado de infraestrutura por unidade habitacional

foi aplicado um valor de urbanização para o loteamento existente considerando a necessidade de trabalhos de urbanização complexa.

Em relação ao cálculo para instalação da rede de energia elétrica nos novos loteamentos, por se tratar de intervenção para atendimento de população de baixa renda, seu custo é todo subsidiado pela COPEL.

Como o estoque de terras do poder público está defasado para implantação de loteamentos de interesse social, e como ainda não foram determinadas as áreas de ZEIS no município, não foi possível estipular valores para aquisição de áreas. O índice SINAPI não apresenta os valores referentes à compra de terreno; execução dos projetos em geral; licenças, habite-se, certidões, seguros; administração da obra; instalações provisórias; ligações provisórias de água, energia elétrica e esgoto; depreciação dos equipamentos (máquinas e equipamentos); equipamentos mecânicos; equipamentos de segurança. Com isso estes custos que só poderão ser apurados quando estiver definida a área para os loteamentos que poderá ser adquirida pelo poder público (compra, desapropriação, ZEIS).

Os custos e metas serão apresentados separadamente por regiões do município, não sendo especificados os locais que as moradias devem ser construídas devido à ausência de dados mais consistentes sobre as áreas disponíveis. Importante salientar que a situação ideal é que as famílias continuem morando na mesma região que se encontram.

Para cada ação serão apresentadas tabelas que foram separadas em regiões com o propósito de facilitar a identificação do aglomerado urbano e verificação dos custos parciais. A primeira região a ser apresentada é a Região Central, tabela 16, seguindo para as regiões: Norte, Sul, Leste, Oeste e por final, trabalhos a serem realizados nos Distritos e Patrimônios de Londrina.

1. CONSTRUÇÃO DE MORADIAS PARA AS FAMÍLIAS REMOVIDAS DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM FUNDOS DE VALE E ÁREAS DE RISCO

A ação de construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco contempla um conjunto de metas que devem ser executadas concomitantemente.

Estas ocupações irregulares não apresentam condições de reordenamento urbano e regularização fundiária no mesmo local. Trata-se de núcleos comprometidos por situações de risco ambiental e insalubridade não solucionáveis, são áreas não consolidáveis necessitando de intervenção do tipo “remoção” e reassentamento em novas áreas.

As famílias moradoras das áreas que sofrerão intervenção devem ser realocadas para novos loteamentos, com moradias dotadas de toda a infraestrutura e posterior regularização fundiária. As áreas que forem desocupadas devem passar por revitalização e recuperação ambiental.

Os resultados dos cálculos foram estimados resultando valores totais para cada região de acordo com o apresentado na tabela 37:

Tabela 37– Resumo recursos necessários para AÇÃO 1 Eixo estruturante Habitação e Infraestrutura			
Região	Quantidade de aglomerados com intervenção	Quantidade de Famílias beneficiadas	Custo por região R\$
Centro	2	79	3.996.928,57
Norte	10	579	29.449.281,07
Sul	10	857	43.199.002,81
Leste	18	682	34.923.292,04
Oeste	2	132	6.710.263,56
Distritos/ Patrimônios	9	1.468	76.499.153,52
Total geral		3.797	194.777.921,57

A descrição e detalhamento das metas, custos e áreas referentes à ação 1 estão descritas nas planilhas apresentadas na sequência. As metas foram baseadas nas análises do diagnóstico de cada região.

Tabela 38 – Ação 1 - Região Central					
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
1	Vila Marizia II Realocação de 41 famílias	Construção de unidade habitacional	41	25.748,58	1.055.691,78
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	248.373,54
		Urbanização do loteamento		15.000,00	615.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	62.759,39
		Realização de Regularização fundiária		682,59	27.986,35
		SUBTOTAL 1-C1 – R\$			
2	Fundo de vale da Vila Marizia Realocação de 38 famílias	Construção de unidade habitacional	38	25.748,58	978.446,04
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	263.565,72
		Urbanização do loteamento		15.000,00	570.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo subsidiado	Custo subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	58.167,36
		Realização de Regularização fundiária		682,59	25.938,42
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 8.000,00 m2			
SUBTOTAL 1-C2 – R\$				2.035.223,32	
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AÇÃO 1 – TOTAL CENTRO – R\$					3.996.928,57

Tabela 39 - Ação 1 - Região Norte					
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
1	Fundo de vale do Jardim Paulista/ Cantinho do Céu	Construção de unidade habitacional	71	25.748,58	1.828.149,18
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	492.451,74
		Urbanização do loteamento		15.000,00	1.065.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	108.681,12
		Realização de Regularização fundiária		682,59	48.463,89
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 9.5000 m2			65.312,50
	SUBTOTAL 1-N1- R\$				
2	Fundo de vale do Jardim Santa Mônica / R. Angelo Vicentini	Construção de unidade habitacional	82	25.748,58	2.111.383,56
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	568.747,08
		Urbanização do loteamento		15.000,00	1.230.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	125.519,04
		Realização de Regularização fundiária		682,59	55.972,38
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 12.000,00 m2			82.500,00
	SUBTOTAL 1-N2 – R\$				
3	Fundo de vale da Rua Café Árábica	Construção de unidade habitacional	54	25.748,58	1.390.423,32
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	374.540,76
		Urbanização do loteamento		15.000,00	810.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	82.658,88
		Realização de Regularização fundiária		682,59	36.859,86
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 8.000,00 m2			55.000,00
	SUBTOTAL 1N-3 – R\$				

Tabela 39 - Ação 1 - Região Norte (continuação)						
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco						
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$	
4	Área de fundo de vale do Jardim Alto da Boa Vista I Realocação de 24 famílias	Construção de unidade habitacional	24	25.748,58	617.965,92	
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	166.462,56	
		Urbanização do loteamento		15.000,00	360.000,00	
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado	
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	36.737,28	
		Realização de Regularização fundiária		682,59	16.382,16	
		Recuperação ambiental de aproximadamente 10.000,00 m2			68.750,00	
		SUBTOTAL 1-N4 – R\$				1.266.297,92
5	Fundo de vale Nubar Boghossian e José Belinati Realocação de 19 famílias	Construção de unidade habitacional	19	25.748,58	489.223,02	
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	131.782,86	
		Urbanização do loteamento		15.000,00	285.000,00	
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado	
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	29.083,68	
		Realização de Regularização fundiária		682,59	12.969,21	
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 20.000,00 m2			65.000,000	
		SUBTOTAL 1-N5 – R\$				1.055.111,66
6	Fundo de vale do C.H. Hilda Mandarino Jd. Paineiras Realocação de 51 famílias	Construção de unidade habitacional	51	25.748,58	1.313.177,58	
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	353.732,94	
		Urbanização do loteamento		15.000,00	765.000,00	
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado	
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	78.066,72	
		Realização de Regularização fundiária		682,59	34.812,09	
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 15.000,00 m2			103.125,00	
		SUBTOTAL 1-N6 – R\$				2.647.914,33

Tabela 39 - Ação 1 - Região Norte (continuação)					
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
7	Área de fundo de vale do Jardim Alto da Boa Vista II (Jd. Pinheiros) Realocação de 8 famílias	Construção de unidade habitacional	8	25.748,58	205.988,64
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	55.487,52
		Urbanização do loteamento		15.000,00	120.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	12.245,76
		Realização de Regularização fundiária		682,59	5.460,72
		Recuperação ambiental de aproximadamente 5.000,00 m2			
SUBTOTAL 1-N7 – R\$					433.557,64
8	Fundo de vale Jardim Belleville Realocação de 19 famílias	Construção de unidade habitacional	19	25.748,58	489.223,02
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	131.782,86
		Urbanização do loteamento		15.000,00	285.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	29.083,68
		Realização de Regularização fundiária		682,59	12.969,21
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 15.000,00 m2			
SUBTOTAL 1-N8 – R\$					998.058,77
9	Nossa Senhora Aparecida Realocação de 205 famílias	Construção de unidade habitacional	205	25.748,58	5.278.458,90
		Urbanização do loteamento		6.935,94	1.421.867,70
		Execução do loteamento / aquisição de área		15.000,00	3.075.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	313.797,60
		Realização de Regularização fundiária		682,59	139.930,95
SUBTOTAL 1-N9 – R\$					10.229.055,15

Tabela 39 - Ação 1 - Região Norte (final)						
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco						
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$	
10	Área de fundo de vale do Jd. Prof. Marieta/ Comunidade Monte Sião	Construção de unidade habitacional	46	25.748,58	1.184.434,68	
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	319.053,24	
		Urbanização do loteamento		15.000,00	690.000,00	
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado	
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	70.413,12	
		Realização de Regularização fundiária		682,59	31.399,14	
		Recuperação ambiental de aproximadamente 5.000,00 m2				34.375,00
	SUBTOTAL 1-N10 – R\$					2.329.675,18
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AÇÃO 1 – TOTAL NORTE – R\$					29.449.281,07	

Tabela 40 - Ação 1 - Região Sul					
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário -R\$	Custo Total -R\$
1	Fundo de vale da Rua Bélgica/ Córrego tucanos	Construção de unidade habitacional	55	25.748,58	1.416.171,90
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	381.476,70
		Urbanização do loteamento		15.000,00	825.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	84.189,60
		Realização de Regularização fundiária		682,59	37.542,45
		Recuperação ambiental de aproximadamente 11.000,00 m2			
	SUBTOTAL 1-S1 – R\$				
2	Jardim Cristal (fundo de vale)	Construção de unidade habitacional	36	25.748,58	926.948,88
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	249.693,84
		Urbanização do loteamento		15.000,00	540.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	55.105,92
		Realização de Regularização fundiária		682,59	24.375,24
		Recuperação ambiental de aproximadamente 5.000,00 m2			
	SUBTOTAL 1-S2 – R\$				
3	Área do DER	Construção de unidade habitacional	4	25.748,58	102.994,32
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	27.743,76
		Urbanização do loteamento		15.000,00	60.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	6.122,88
		Realização de Regularização fundiária		682,59	2.730,36
	SUBTOTAL 1-S3 – R\$				

Continuação /Tabela 40 - Ação 1 - Região Sul						
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco						
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário -R\$	Custo Total -R\$	
4	Fundo de vale da Fazenda Refúgio Realocação de 33 famílias	Construção de unidade habitacional	33	25.748,58	849.703,14	
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	228.886,02	
		Urbanização do loteamento		15.000,00	495.000,00	
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado	
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	50.513,76	
		Realização de Regularização fundiária		682,59	22.525,47	
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 25.000,00 m2			171.875,00	
		SUBTOTAL 1-S4 – R\$				1.818.503,39
5	Fundo de vale do Jardim Franciscato Realocação de 14 famílias	Construção de unidade habitacional	14	25.748,58	360.480,12	
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	97.103,16	
		Urbanização do loteamento		15.000,00	210.000,00	
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado	
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	21.430,08	
		Realização de Regularização fundiária		682,59	9.556,26	
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 13.000,00 m2			89.375,00	
		SUBTOTAL 1-S5 – R\$				787.944,62
6	Jardim União da Vitória (Rua dos Médicos) Realocação de 100 famílias	Construção de unidade habitacional	100	25.748,58	2.574.858,00	
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	693.594,00	
		Urbanização do loteamento		15.000,00	1.500.000,00	
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado	
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	153.072,00	
		Realização de Regularização fundiária		682,59	68.259,00	
		SUBTOTAL 1-S6 – R\$				4.989.783,00

Tabela 40 - Ação 1 - Região Sul (continuação)							
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco							
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$		
7	Fundo de vale do Jardim Novo Perobal Realocação de 39 famílias	Construção de unidade habitacional	39	25.748,58	1.004.194,62		
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	270.501,66		
		Urbanização do loteamento		15.000,00	585.000,00		
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado		
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	59.698,08		
		Realização de Regularização fundiária		682,59	26.621,01		
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 9.500,00 m2			65.312,50		
		SUBTOTAL 1-S7 – R\$				2.011.327,87	
8	Jardim União da Vitória (área da praça) Realocação de 172 famílias	Construção de unidade habitacional	172	25.748,58	4.428.755,76		
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	1.192.981,68		
		Urbanização do loteamento		15.000,00	2.580.000,00		
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado		
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	263.283,84		
		Realização de Regularização fundiária		682,59	117.405,48		
		SUBTOTAL 1-S8 – R\$				8.582.426,76	
		9		Jardim União da Vitória (Rua dos Oleiros) Realocação de 330 famílias	Construção de unidade habitacional	330	25.748,58
Execução de Infraestrutura por un. hab.	6.935,94		2.288.860,20				
Urbanização do loteamento	15.000,00		4.950.000,00				
Execução da rede de energia elétrica	Custo Subsidiado		Custo Subsidiado				
Realização de Trabalho Social	1.530,72		505.137,60				
Realização de Regularização fundiária	682,59		225.254,70				
SUBTOTAL 1-S9 – R\$					16.466.283,90		

Tabela 40 - Ação 1 - Região Sul (final)					
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
10	Fundo de vale Abussafi Vila Feliz Realocação de 74 famílias	Construção de unidade habitacional	74	25.748,58	1.905.394,92
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	513.259,56
		Urbanização do loteamento		15.000,00	1.110.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	113.273,28
		Realização de Regularização fundiária		682,59	50.511,66
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 6.500,00 m2			
SUBTOTAL 1-S10 – R\$					3.692.439,42
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AÇÃO 1 – TOTAL SUL – R\$					43.199.002,81

Tabela 41 - Ação 1 - Região Leste						
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco						
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$	
1	Fundo de vale da Rua Zircônio Realocação De 22 famílias	Construção de unidade habitacional	22	25.748,58	566.468,76	
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	152.590,68	
		Urbanização do loteamento		15.000,00	330.000,00	
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado	
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	33.675,84	
		Realização de Regularização fundiária		682,59	15.016,98	
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 7.000,00 m2			48.125,00	
		SUBTOTAL 1-L1 – R\$				1.145.877,26
2	Fundo de vale do Jardim Sérgio Antonio (antiga R. Rosa Branca) Realocação de 59 famílias	Construção de unidade habitacional	59	25.748,58	1.519.166,22	
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	409.220,46	
		Urbanização do loteamento		15.000,00	885.000,00	
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado	
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	90.312,48	
		Realização de Regularização fundiária		682,59	40.272,81	
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 15.000,00 m2			103.125,00	
		SUBTOTAL 1-L 2– R\$				3.047.096,97
3	Jardim Sérgio Antonio Realocação 35 de famílias	Construção de unidade habitacional	35	25.748,58	901.200,30	
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	242.757,90	
		Urbanização do loteamento		15.000,00	525.000,00	
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado	
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	53.575,20	
		Realização de Regularização fundiária		682,59	23.890,65	
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 8.000,00 m2			55.000,00	
		SUBTOTAL 1-L3– R\$				1.801.424,05

Tabela 41 - Ação 1 - Região Leste (continuação)					
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
4	Jardim Santa Inês Realocação de 35 famílias	Construção de unidade habitacional	35	25.748,58	901.200,30
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	242.757,90
		Urbanização do loteamento		15.000,00	525.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	53.575,20
		Realização de Regularização fundiária		682,59	23.890,65
		SUBTOTAL 1-L4 – R\$			
5	Fundo de vale do Jd. Vila Ricardo - escola Realocação de 15 famílias	Construção de unidade habitacional	15	25.748,58	386.228,70
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	104.039,10
		Urbanização do loteamento		15.000,00	225.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	22.960,80
		Realização de Regularização fundiária		682,59	10.238,85
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 3.000,00 m2			
SUBTOTAL 1-L5– R\$				769.092,45	
6	Jardim Rosa Branca II Realocação de 19 famílias	Construção de unidade habitacional	19	25.748,58	489.223,02
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	131.782,86
		Urbanização do loteamento		15.000,00	285.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	29.083,68
		Realização de Regularização fundiária		682,59	12.969,21
SUBTOTAL 1-L6 – R\$				948.058,77	

Tabela 41 - Ação 1 - Região Leste (continuação)					
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
7	Jardim Santa Mônica Realocação de 32 famílias	Construção de unidade habitacional	32	25.748,58	823.954,56
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	221.950,08
		Urbanização do loteamento		15.000,00	480.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	48.983,04
		Realização de Regularização fundiária		682,59	21.842,88
		SUBTOTAL 1-L7 – R\$			
8	C. H. Santa Luzia (Quadras 4 E 5) Realocação de 18 famílias	Construção de unidade habitacional	18	25.748,58	463.474,44
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	
		Urbanização do loteamento		15.000,00	270.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	27.552,96
		Realização de Regularização fundiária		682,59	12.286,62
		SUBTOTAL 1-L8 – R\$			
9	Esquina Lixão – Av. Theodoro Victorelli c/ R. Rosa Branca Realocação de 8 famílias	Construção de unidade habitacional	8	25.748,58	205.988,64
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	55.487,52
		Urbanização do loteamento		15.000,00	120.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	12.245,76
		Realização de Regularização fundiária		682,59	5.460,72
		SUBTOTAL 1-L9 – R\$			

Tabela 41 - Ação 1 - Região Leste (continuação)					
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
10	Jardim Santa Fé (Adutora da Sanepar + Horta) Realocação de 80 famílias	Construção de unidade habitacional	80	25.748,58	2.059.886,40
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	554.875,20
		Urbanização do loteamento		15.000,00	1.200.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	122.457,60
		Realização de Regularização fundiária		682,59	54.607,20
		SUBTOTAL 1-L10 – R\$			
11	Fundo de vale da Av. Santa Mônica Realocação de 12 famílias	Construção de unidade habitacional	12	25.748,58	308.982,96
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	83.231,28
		Urbanização do loteamento		15.000,00	180.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	18.368,64
		Realização de Regularização fundiária		682,59	8.191,08
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 9.000,00 m2			61.875,00
		SUBTOTAL 1-L11 – R\$			
12	Fundo de vale do Jardim das Bananeiras Realocação de 12 famílias	Construção de unidade habitacional	12	25.748,58	308.982,96
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	83.231,28
		Urbanização do loteamento		15.000,00	180.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	18.368,64
		Realização de Regularização fundiária		682,59	8.191,08
		SUBTOTAL 1-L12 – R\$			

Tabela 41 - Ação 1 - Região Leste (continuação)						
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco						
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$	
13	Fundo de vale do Jd. Monte Cristo Realocação de 42 famílias	Construção de unidade habitacional	42	25.748,58	1.081.440,36	
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	291.309,48	
		Urbanização do loteamento		15.000,00	630.000,00	
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado	
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	64.290,24	
		Realização de Regularização fundiária		682,59	28.668,78	
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 16.000,00 m2			110.000,00	
		SUBTOTAL 1-L13 – R\$				2.205.708,86
14	Fundo de vale do Jardim Santa Inês Realocação de 48 famílias	Construção de unidade habitacional	48	25.748,58	1.235.931,84	
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	332.925,12	
		Urbanização do loteamento		15.000,00	720.000,00	
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado	
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	73.474,56	
		Realização de Regularização fundiária		682,59	32.764,32	
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 16.000,00 m2			110.000,00	
		SUBTOTAL 1-L14 – R\$				2.505.095,84
15	Jardim São Rafael (área de risco) Realocação de 16 famílias	Construção de unidade habitacional	16	25.748,58	411.977,28	
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	110.975,04	
		Urbanização do loteamento		15.000,00	240.000,00	
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado	
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	24.491,52	
		Realização de Regularização fundiária		682,59	10.921,44	
SUBTOTAL 1-L15 – R\$				798.365,28		

Tabela 41 - Ação 1 - Região Leste (continuação)					
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
16	Fundo de vale do Jd. Rosa Branca I Realocação de 23 famílias	Construção de unidade habitacional	23	25.748,58	592.217,34
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	159.526,62
		Execução urbanização do loteamento		15.000,00	345.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	35.206,56
		Realização de Regularização fundiária		682,59	15.699,57
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 12.000,00 m2			
SUBTOTAL 1-L16 – R\$					1.230.150,09
17	Jd. Morar Melhor (Área Institucional) Realocação de 41 famílias	Construção de unidade habitacional	41	25.748,58	1.055.691,78
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	284.373,54
		Execução urbanização do loteamento		15.000,00	615.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	62.759,52
		Realização de Regularização fundiária		682,59	27.986,19
		SUBTOTAL 1L-17 – R\$			

Tabela 41 - Ação 1 - Região Leste (final)					
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
18	Morro do Carrapato Realocação de 171 famílias	Construção de unidade habitacional	171	25.748,58	4.403.007,18
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	1.186.045,74
		Execução urbanização do loteamento		15.000,00	2.565.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	261.753,12
		Realização de Regularização fundiária		682,59	116.722,89
SUBTOTAL 1L-18 – R\$					8.532.528,93
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AÇÃO 1 – TOTAL LESTE – R\$					34.923.292,04

Tabela 42 - Ação 1 - Região Oeste					
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
1	Favela Colosso Realocação de 51 famílias	Construção de unidade habitacional	51	25.748,58	1.313.177,58
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	353.732,94
		Execução de urbanização do lote		15.000,00	765.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	78.066,72
		Realização de Regularização fundiária		682,59	34.812,09
SUBTOTAL 1-01 – R\$					2.544.789,33
2	Cilo III Realocação De 81 famílias	Construção de unidade habitacional	81	25.748,58	2.085.634,98
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	561.811,14
		Execução de urbanização do lote		15.000,00	1.215.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	123.988,32
		Realização de Regularização fundiária		682,59	55.289,79
		Recuperação Ambiental de aproximadamente 18.000,00 m2			
SUBTOTAL 1-02 – R\$					4.165.474,23
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AÇÃO 1 – TOTAL OESTE – R\$					6.710.263,56

Tabela 43 - Ação 1 - Distritos e Patrimônios
Construção de moradias para as famílias removidas das
ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco

Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
1	Distrito de Espírito Santo e Patrimônio Regina Realocação de 32 famílias	Construção de unidade habitacional	32	25.748,58	823.954,56
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	292.776,00
		Execução de urbanização do lote		15.000,00	480.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	48.983,04
		Realização de Regularização fundiária		682,59	21.842,88
		SUBTOTAL 1-D1 – R\$			
2	Distrito de Irerê Realocação de 209 famílias	Construção de unidade habitacional	209	25.748,58	5.381.453,22
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	1.912.193,25
		Execução de urbanização do lote		15.000,00	3.135.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	319.920,48
		Realização de Regularização fundiária		682,59	142.661,31
		SUBTOTAL 1-D2 – R\$			
3	Distrito de Paiquerê e Patrimônio Guairacá Realocação de 281 famílias	Construção de unidade habitacional	281	25.748,58	7.235.350,98
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	2.570.939,25
		Execução de urbanização do lote		15.000,00	4.215.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	430.132,32
		Realização de Regularização fundiária		682,59	191.807,79
		SUBTOTAL 1-D3 – R\$			
4	Distrito de Lerroville Realocação de 313 famílias	Construção de unidade habitacional	313	25.748,58	8.059.305,54
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	2.863.715,25
		Execução de urbanização do lote		15.000,00	4.695.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	479.115,36
		Realização de Regularização fundiária		682,59	213.650,67
		SUBTOTAL 1-D4 – R\$			

Tabela 43 - Ação 1 - Distritos e Patrimônios (continuação)
Construção de moradias para as famílias removidas das
ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco

Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
5	Distrito de Guaravera Realocação de 382 famílias	Construção de unidade habitacional	382	25.748,58	9.835.957,56
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	3.495.013,50
		Execução de urbanização do lote		15.000,00	5.730.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	584.735,04
		Realização de Regularização fundiária		682,59	260.749,38
		SUBTOTAL 1-D5 – R\$			
6	Distrito de São Luiz Realocação de 87 famílias	Construção de unidade habitacional	87	25.748,58	2.240.126,46
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	795.984,75
		Execução de urbanização do lote		15.000,00	1.305.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	133.172,64
		Realização de Regularização fundiária		682,59	59.385,33
		SUBTOTAL 1-D6 – R\$			
7	Distrito de Warta Realocação de 87 famílias	Construção de unidade habitacional	87	25.748,58	2.240.126,46
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	795.984,75
		Execução de urbanização do lote		15.000,00	1.305.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	133.172,64
		Realização de Regularização fundiária		682,59	59.385,33
		SUBTOTAL 1-D7 – R\$			

Tabela 43 - Ação 1 - Distritos e Patrimônios (final)					
Construção de moradias para as famílias removidas das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
8	Patrimônio Selva Realocação de 28 famílias	Construção de unidade habitacional	28	25.748,58	720.960,24
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	256.179,00
		Execução de urbanização do lote		15.000,00	420.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	42.860,16
		Realização de Regularização fundiária		682,59	19.112,52
		SUBTOTAL 1-D8 – R\$			
9	Distrito de Maravilha Realocação de 49 famílias	Construção de unidade habitacional	49	25.748,58	1.261.680,42
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	448.313,25
		Execução de urbanização do lote		15.000,00	735.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	75.005,28
		Realização de Regularização fundiária		682,59	33.446,91
		SUBTOTAL 1-D9 – R\$			
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AÇÃO 1 – TOTAL DISTRITOS /PATR. – R\$					76.499.153,52

2. CONSTRUÇÃO DE MORÁDIAS PARA AS FAMÍLIAS QUE PERMANECEM NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM DOMICÍLIOS RÚSTICOS

Moradias com precariedade habitacional aquelas consideradas precárias e inabitáveis (domicílios rústicos) que se encontram nos assentamentos precários em áreas com total possibilidade de regularização fundiária e de execução de infraestrutura.

Para que a família possa ser atendida a localização do domicílio deve possibilitar a reconstrução no terreno onde se encontram não podendo estar em áreas de risco à saúde dos moradores e/ou meio ambiente. A ação de construção de moradias para as famílias que permanecem nos assentamentos precários em domicílios rústicos contempla um conjunto de metas que devem ser executadas concomitantemente: construção de moradia, infraestrutura necessária para melhoria geral do assentamento precário e regularização fundiária.

Para efeito de alocação de recursos nas regiões, foi considerado a reconstrução total dos domicílios existentes nos assentamentos precários, trabalho que pode não ser realizado na sua totalidade, pois há domicílios se encontram em bom estado necessitando apenas de reparos os quais podem ser realizados como uso de linhas de financiamento para reforma como a proposta de criação do CONSTRCARD SOCIAL modalidade que será apresentada na ação 7.

Quanto aos casos de regularização fundiária mesmo nos loteamentos em que já se iniciaram processos de regularização foram computados os custos totais, uma vez que a COHAB-LD não apresenta dados consistentes sobre a demanda de domicílios que necessitam de regularização, principalmente nos casos de titulação, pois depende da manifestação do adquirente para que a COHAB-LD consiga identificar as reais necessidades.

Os resultados dos cálculos foram estimados resultando valores totais para cada região de acordo com o apresentado na tabela 44:

Tabela 44– Resumo recursos necessários para AÇÃO 2 Eixo estruturante Habitação e Infraestrutura			
Região	Quantidade de aglomerados com intervenção	Quantidade de Famílias beneficiadas	Custo por região R\$
Centro	1	27	1.073.987,37
Norte	5	277	10.825.257,93
Sul	6	711	1.253.564,09
Leste	8	1.531	5.561.347,84
Oeste	1	197	205.000,32
Total geral		2.743	18.919.157,55

A descrição e detalhamento das metas, custos e áreas referentes à ação 2 estão descritas nas planilhas apresentadas na sequência. As metas foram baseadas nas análises do diagnóstico de cada região.

Tabela 45 – Ação 2 - Região Central
Construção de moradias para as famílias que permanecem
nos assentamentos precários em domicílios rústicos

Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
2	Vila Marizia II Permanência de 27 famílias	Construção de unidade habitacional	27	25.748,58	695.211,66
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	247.029,75
		Execução de urbanização do loteamento existente		2.666,17	71.986,59
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	41.329,35
		Realização de Regularização fundiária		682,59	18.430,03
SUBTOTAL 2-C1 – R\$					1.073.987,37
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AÇÃO 2 – TOTAL CENTRO – R\$					1.073.987,37

Tabela 46 – Ação 2 - Região Norte					
Construção de moradias para as famílias que permanecem nos assentamentos precários em domicílios rústicos					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
1	Área de PML do Jardim Alto da Boa Vista I Permanência de 25 famílias	Construção de unidade habitacional	25	25.748,58	643.714,50
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	228.731,25
		Execução de urbanização do loteamento existente		2.666,17	66.654,25
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	38.268,00
		Realização de Regularização fundiária		682,59	17.064,75
		SUBTOTAL 2-N1 – R\$			994.432,75
2	Jardim Quati Permanência de 46 famílias	Construção de unidade habitacional	46	25.748,58	1.184.434,68
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	420.865,50
		Realização de Regularização fundiária		682,59	31.399,14
		SUBTOTAL 2-N2 – R\$			1.636.699,32
3	Rem. C.H. Vivi Xavier Permanência de 78 famílias	Construção de unidade habitacional	78	25.748,58	2.008.389,24
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	713.641,50
		Execução de urbanização do loteamento existente		2.666,17	207.961,26
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	119.396,16
		Realização de Regularização fundiária		682,59	53.242,02
		SUBTOTAL 2-N3 – R\$			3.102.630,18
4	Jd. Prof. Marieta/ Comunidade Monte Sião Permanência de 30 famílias	Construção de unidade habitacional	30	25.748,58	772.457,40
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	274.477,50
		Execução de urbanização do loteamento existente		2.666,17	79.985,10
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	45.921,60
		Realização de Regularização fundiária		682,59	20.477,70
		SUBTOTAL 2-N4 – R\$			1.193.319,30
5	Fundo do CH Manoel Gonçalves Comunidade Shekinah Permanência de 98 famílias	Construção de unidade habitacional	98	25.748,58	2.523.360,84
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	896.626,50
		Execução de urbanização do loteamento existente		2.666,17	261.284,66
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	150.010,56
		Realização de Regularização fundiária		682,59	66.893,82
		SUBTOTAL 2-N5 – R\$			3.898.176,38
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AÇÃO 2 – TOTAL NORTE – R\$					10.825.257,93

Tabela 47 – Ação 2 - Região Sul					
Construção de moradias para as famílias que permanecem nos assentamentos precários em domicílios rústicos					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
1	Jardim Cristal Quadra 10 Permanência de 20 famílias	Construção de unidade habitacional	20	25.748,58	514.971,60
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	182.985,00
		Execução de urbanização do loteamento existente		2.666,17	53.323,40
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	30.614,40
SUBTOTAL 2-S1 – R\$					781.894,40
2	Jardim Franciscato I Permanência de 202 famílias	Realização de Regularização fundiária	202	682,59	137.883,18
SUBTOTAL 2-S2 – R\$					137.883,18
3	Jardim Franciscato II Permanência de 94 famílias	Realização de Regularização fundiária	94	682,59	64.163,46
SUBTOTAL 2-S3 – R\$					64.163,46
4	Jardim Novo Perobal Permanência de 209 famílias	Realização de Regularização fundiária	209	682,59	142.661,31
SUBTOTAL 2-S4 – R\$					142.661,31
5	Jardim São Marcos Permanência de 160 famílias	Realização de Regularização fundiária	160	682,59	109.214,40
SUBTOTAL 2-S5 – R\$					109.214,40
6	Jardim Novo Perobal Área da Sanepar Permanência de 26 famílias	Realização de Regularização fundiária	26	682,59	17.747,34
SUBTOTAL 2-S6 – R\$					17.747,34
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AÇÃO 2 – TOTAL SUL – R\$					1.253.564,09

Tabela 48 – Ação 2 - Região Leste					
Construção de moradias para as famílias que permanecem nos assentamentos precários em domicílios rústicos					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
1	Jardim Rosa Branca I	Execução de Rede de esgoto	140		
	Permanência de 140 famílias			1.067,71	149.497,43
SUBTOTAL 2-L1 – R\$					149.497,43
2	Jardim Santa Fé	Realização de Regularização fundiária	364		
	Permanência de 364 famílias	Fase: Titulação já iniciada		682,59	248.462,76
SUBTOTAL 2-L2 – R\$					248.462,76
3	Jardim das Bananeiras	Execução de Rede de esgoto	29	1.067,71	30.963,59
	Permanência de 29 famílias	Realização de Regularização fundiária		682,59	19.795,11
SUBTOTAL 2-L3 – R\$					50.758,70
4	Jardim Kobayashi	Realização de Regularização fundiária	30		
	Permanência de 31 famílias	Fase: Titulação já iniciada		682,59	20.477,70
SUBTOTAL 2-L4 – R\$					20.477,70
5	Jardim Santa Fé (terreno do centro comunitário)	Construção de unidade habitacional	20	25.748,58	514.971,60
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	182.985,00
		Urbanização do lote existente		2.666,17	53.323,40
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	30.614,40
		Realização de Regularização fundiária		682,59	13.651,80
	Permanência de 20 famílias				
SUBTOTAL 2-L5 – R\$					795.546,20
6	Jardim Monte Cristo	Realização de Regularização fundiária	492	682,59	335.834,28
	Permanência de 492 famílias	Fase: Titulação já iniciada			
SUBTOTAL 2-L6 – R\$					335.834,28
7	Jardim Morar Melhor	Realização de Regularização fundiária	364	682,59	248.462,76
	Permanência de 364 famílias	Fase: Titulação já iniciada			
SUBTOTAL 2-L7 – R\$					248.462,76
8	Jardim São Rafael	Construção de unidade habitacional	92	25.748,58	2.368.869,36
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		9.149,25	841.731,00
		Urbanização do lote existente		3.240,23	298.101,16
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	140.826,24
		Realização de Regularização fundiária		682,59	62.798,28
	Permanência de 92 famílias				
SUBTOTAL 2-L8 – R\$					3.561.347,84
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AÇÃO 2 – TOTAL LESTE – R\$					5.561.347,84

Tabela 49 – Ação 2 - Região Oeste					
Construção de moradias para as famílias que permanecem nos assentamentos precários em domicílios rústicos					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
1	Jardim Leste-Oeste (antiga Favela Vila Rica) Permanência de 197 famílias	Execução de Rede de esgoto	197	1.067,71	205.000,32
SUBTOTAL 2-O1 – R\$					205.000,32
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AÇÃO 2 – TOTAL OESTE – R\$					205.000,32

3. CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS

Segundo dados de projeção do Censo/IBGE 2010 Londrina necessita viabilizar a construção de 2.435 módulos sanitários nos domicílios de famílias com faixa de renda de 0 a 3 s.m..

A terceira ação proposta é a realização de melhorias sanitárias domiciliares, que compreendem a construção de módulos sanitários e de fossas sépticas, além da busca de soluções de esgotamento sanitário individual.

Esta ação provoca mudanças nas condições de vida da população trazendo melhorias nas condições de acesso das pessoas aos serviços de saneamento.

Paralelo a construção dos módulos faz-se necessária a realização do trabalho socioambiental junto às comunidades que terão implantação dos módulos. Essas ações devem compreender um conjunto de ações educativas e de mobilização social da população beneficiada.

A COHAB-LD não possui estudo específico sobre a demanda necessária para construção destes módulos e em quais assentamentos precários eles devem ser executados, portanto se deve acrescentar nesta ação os trabalhos de levantamento nos aglomerados urbanos para identificação e cadastramento das famílias que devem ser beneficiadas.

Com relação aos recursos, eles procedem do Ministério das Cidades com operacionalização dos recursos orçamentários pela CAIXA. São oriundos dos recursos do FAT, do FGTS e o BNDES, sob responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) sendo operacionalizados via convênios com os entes federativos.

A composição física do módulo sanitário segue as orientações técnicas da FUNASA. Como proposta foi escolhido o módulo sanitário tipo 3, sendo constituído por: módulo com vaso sanitário, banheiro, lavatório, reservatório elevado, tanque de lavar roupa, tanque séptico e sumidouro, com área interna de 2,20 m² (1,10 x 2,00 m²) e área de construção de 3,22 m², sendo de alvenaria de tijolos com cobertura de telhas de fibrocimento (sem amianto) apoiada em estrutura de madeira, sem forro, porta de madeira e janela basculante de ferro, com caixa d'água com tampa localizada na parte externa do telhado, pintura lavável na parte interna e piso cerâmico.

A execução do módulo também compreende a instalação do esgotamento sanitário, com a ligação com a rede de esgoto (nos casos de existência da rede pública) ou construção de fossa séptica e sumidouro; instalação de água fria com abastecimento da caixa d'água e distribuição para os pontos de água fria: do tanque (externo), do lavatório, da bacia sanitária e do chuveiro.

Para efeito de cálculo foi levantado para execução os custos a partir da tabela SINAPI, ficando um custo médio por módulo com 3,22 m² de R\$ 1.846,47. A tabela 50 apresenta os números e quantitativo total de recurso necessário para construção dos módulos sanitários. Não estão inclusos valores referentes a trabalhos sociais e levantamentos de campo.

Tabela 50– Resumo recursos necessários para AÇÃO 3 Eixo estruturante Habitação e Infraestrutura			
Região	Quantidade de Famílias beneficiadas	Custo unitário por módulo sanitário R\$	Custo Total R\$
Geral	2.435	1.846,47	4.496.154,45
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AÇÃO 3 – R\$			4.496.154,45

4. UTILIZAÇÃO DE MORADIAS CARACTERIZADAS COMO ABANDONADAS

Segundo o Censo/IBGE 2010, existem em Londrina 14.058 domicílios vagos e/ou não ocupados, como proposta para a 4 ação recomenda-se, dentro os termos da lei, uma caracterização destes domicílios, com o intuito de verificar quantos se encontram em situação de abandono.

Como meta é necessário a realização de um mapeamento dos domicílios caracterizados como abandonados para verificar a real situação física e jurídica de cada um. Este levantamento contribuiria para ações integradas do poder municipal visando garantir o uso das moradias para cumprir sua função social e também evitar o uso nocivo dos espaços, inibindo sua ocupação irregular. Os trabalhos a serem realizados envolvem: levantamento de campo in loco, levantamento cadastral junto a prefeitura e cartórios, mapeamento, caracterização dos imóveis e montagem do banco de dados.

O custo estimado está apresentado na tabela 51

Tabela 51 – Resumo recursos necessários para AÇÃO 4 Eixo estruturante Habitação e Infraestrutura		
Região	Quantidade de imóveis	Custo Total R\$
Geral	14.048	50.000,00
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AÇÃO 4 – R\$		50.000,00

Com os resultados obtidos por intermédio dos trabalhos realizados na ação 3 o poder público vai ter subsídios para elaboração de estratégias de utilização destes imóveis.

As edificações devidamente caracterizadas como abandonadas após serem incorporadas ao domínio do poder público poderão servir para captação de recursos a serem utilizados nos projetos para habitação de interesse social, podendo ser: vendidos ou alugados, ou dependendo das características da edificação até mesmo reformado e reconfigurado para abrigar famílias de baixa renda

Os imóveis também podem ser utilizados para projetos sociais como incentivo à recuperação e reutilização de áreas centrais, compreendendo os espaços e edificações ociosas, vazias, abandonadas, subutilizadas, insalubres e deterioradas, bem como à melhoria dos espaços e serviços públicos, da acessibilidade e dos equipamentos comunitários.

5. CONSTRUÇÃO DE MORADIAS PARA SUPRIR O DÉFICIT QUANTITATIVO POR INCREMENTO DE ESTOQUE

A ação de construção de moradias para suprir o déficit quantitativo por incremento de estoque representa as metas a serem realizadas pela COHAB-LD até 2023. O objetivo é ofertar novas unidades habitacionais, para redução do déficit habitacional do município além de atender a demanda habitacional futura.

Os trabalhos envolvem a produção de moradias por promoção pública, privada e por autogestão popular.

O total de domicílios necessários para suprir o déficit por incremento de estoque perfaz 29.491 unidades. O quantitativo surtiu dos dados apresentados pelo Censo/IBGE em projeções e dados de 2010 em relação ao adensamento excessivo, coabitação e ônus excessivo com aluguel.

Para efeito de cálculo foi aplicado uma redução de 7.927 unidades referente aos empreendimentos atuais em desenvolvimento pela CAIXA perfazendo então um total de 21.564.

Tabela 52 - Ação 5 - Geral					
Construção de moradias para suprir o déficit quantitativo por incremento de estoque					
Nº	Área / intervenção	Metas	Quant.	Custo Unitário R\$	Custo Total R\$
1	Geral Déficit habitacional quantitativo identificado	Construção de unidade habitacional	21.564	25.748,58	555.242.379,12
		Execução de Infraestrutura por un. hab.		6.935,94	149.566.610,16
		Execução de urbanização do lote		15.000,00	323.460.000,00
		Execução da rede de energia elétrica		Custo Subsidiado	Custo Subsidiado
		Realização de Trabalho Social		1.530,72	33.008.446,08
		Realização de Regularização fundiária		682,59	14.719.370,76
RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AÇÃO 5 – R\$					1.075.996.806,12

6. DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA PARA IMPLANTAR ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO DO “CONSTRUCARD SOCIAL”

Analisando o diagnóstico foram identificadas nos assentamentos precários das várias regiões da cidade moradias com inadequação domiciliar. As moradias se encontravam com patologias decorrentes da falta de manutenção, problemas por ocorrência de sinistros e ampliações realizadas sem técnicas construtivas adequadas, ficando clara a total ausência de acompanhamento técnico profissional. Grande parcela destas habitações permanece inacabada e outra parte apresenta baixa qualidade técnica e arquitetônica, como problemas de estabilidade construtiva e/ou de insalubridade.

A inadequação domiciliar corresponde a problemas na qualidade da habitação, não implicando, contudo, na necessidade de novas construções. Considera-se moradia inadequada aquela que apresente problemas em sua configuração física como falta de cobertura adequada, paredes de alvenaria inacabadas, esquadrias improvisadas, instalações hidrosanitárias fora das normas técnicas, entre outros.

Visando a promoção do acesso à moradia digna e melhorias das condições de habitabilidade das famílias residentes nos assentamentos precários propõem-se como ação implantar um sistema que facilite a reforma das moradias inadequadas com orientação do poder público através da engenharia pública.

A ação 6 se baseia em desenvolvimento de metodologia para implantar estratégia de fornecimento do “CONSTRUCARD SOCIAL”, para que as famílias de até três salários mínimos, que estejam cadastradas na COHAB-LD, possam executar reformas em suas moradias a partir da facilitação de empréstimos para compra de materiais de construção e

acompanhamento técnico. O papel realizado pela COHAB-LD faz com que as famílias de baixa renda tenham credibilidade, segurança e facilidade em participar de novos programas oferecidos pela Cia.

O sistema pretende seguir os parâmetros do financiamento oferecido pela CAIXA para aquisição de materiais de construção para reforma ou ampliação de moradias, com o cartão CONSTRUCARD, onde o usuário tem até 6 meses para fazer compras pagando somente os juros dos valores utilizados e após o período de compras tem até 54 meses para pagar as prestações do financiamento.

Esta modalidade do CONSTRUCAR SOCIAL deve ser estudada detalhadamente para verificar quais subsídios poderiam ser utilizados por se tratar de habitações de interesse social como: a redução de juros, parcelamento maior ou outros que promovam a utilização do cartão.

A engenharia pública também carece de estudo, ela é necessária para realização dos trabalhos de acompanhamento técnico e orientações aos moradores em relação aos orçamentos, quantitativos e procedimentos de execução.

CAPITULO IV

PROGRAMAS HABITACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL

1. PROGRAMAS E FONTES DE FINANCIAMENTO

O País conta com dois sistemas de financiamentos para a habitação: o sistema financeiro de habitação (SFH) e o sistema financeiro imobiliário (SFI). O SFH é um segmento especializado do Sistema Financeiro Nacional, criado pela Lei 4380/64, no contexto das reformas bancária e de mercado de capitais. Por essa Lei foi instituída correção monetária e o Banco Nacional da Habitação, que se tornou o órgão central orientando e disciplinando a habitação no País, voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários.

Criado em 1964 o BNH tinha por função a realização de operações de crédito — sobretudo de crédito imobiliário —, bem como a gestão do FGTS, criado pela Lei 5107/66. Era um banco que não operava diretamente com o público, atuando por intermédio de bancos privados e/ou públicos, e de agentes promotores, tais como as companhias habitacionais e as companhias de água e esgoto. O banco foi extinto em 1986, através do Decreto-Lei nº 2.291, de 21.11.1986, e a Caixa Econômica Federal passa a ser o agente financeiro para a habitação, reduzindo drasticamente o papel das Cohabs.

O SFH é composto com recursos da poupança, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Os programas sociais financiados com o FGTS atendem a população com renda de até 10 salários mínimos. Acima desta faixa, os financiamentos são feitos com recursos da poupança e do FAT.

O SFI, criado pela Lei 9514/97 tem por finalidade promover o financiamento imobiliário em geral. Poderão operar no SFI as caixas econômicas, os bancos comerciais, os bancos de investimento, os bancos com carteira de crédito imobiliário, as sociedades de crédito imobiliário, as associações de poupança e empréstimo, as companhias hipotecárias e, a critério do Conselho Monetário Nacional - CMN, outras entidades. As operações de financiamento imobiliário em geral serão livremente efetuadas pelas entidades autorizadas a operar no SFI, segundo condições de mercado e observadas as prescrições legais.

Com a criação do Ministério das Cidades, em 1º de janeiro de 2003, - contemplando uma antiga reivindicação dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana-, e, tendo como missão o combate das desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte, a execução da Política de Habitação passa a ser por ele coordenada.

Compete ao Ministério tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana, trânsito, além das ações de infraestrutura. A execução da Política de Habitação cabe a Secretaria Nacional de Habitação – (SNH), e ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Através da Caixa Econômica Federal, operadora dos recursos, o Ministério trabalha de forma articulada e solidária com os estados e municípios, além dos movimentos sociais, organizações não governamentais, setores privados e demais segmentos da sociedade. Sua tarefa é assegurar o direito à cidade, de forma a garantir que cada moradia receba água

tratada, coleta de esgoto e de lixo, que as habitações tenham acesso a escolas, serviços de saúde, comércio, praças e acesso ao transporte público.

O FNHIS centraliza os programas:

2. Urbanização de Assentamentos Subnormais;
3. Habitação de Interesse Social;
4. Produção Social de Moradias
5. Minha Casa Minha Vida

Os programas Urbanização de Assentamentos Subnormais e Habitação de Interesse Social compõem o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

No que diz respeito à Habitação de Interesse Social, há um conjunto de programas, com fundos específicos, que formam a base necessária para a realização da política habitacional. Programas e ações que são referências para o Município elaborar projetos, segundo perfis específicos a serem atendidos.

A seguir há uma breve apresentação dos fundos existentes para o enfrentamento da questão habitacional. Em face da política desencadeada nos últimos anos, destacar-se-á o Programa Minha Casa Minha Vida, composto pelos subprogramas: Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU e pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

O PMCMV é parte constitutiva do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi instituído para impulsionar o desenvolvimento econômico do país com ações de investimento público em vários setores-chaves, de forma a gerar um efeito disseminador por toda a economia. Um dos setores importantes neste processo é o da construção civil, que abrange tanto a moradia popular como saneamento básico, a própria construção pesada e de infraestrutura, fortalecendo o setor e gerando emprego e renda à população. É considerado como um novo conceito de investimento em infra-estrutura que, aliado às medidas econômicas, visa estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país.

Em 29 de março de 2010, o Governo Federal anunciou a segunda fase do Plano de Aceleração do Crescimento 2011–2014, o PAC 2, sendo que a primeira versão do PAC já foi avaliada. O PAC-II reafirma o objetivo da primeira fase, que é o de superar os gargalos de infraestrutura do país através da modernização do setor, melhorando o ambiente de negócios, estimulando o crédito e o financiamento, aperfeiçoando a gestão pública e elevando a qualidade de vida da população. Suas ações e obras geram empregos, que garantem renda e consumo para milhares de trabalhadores e suas famílias. Trata-se de um instrumento estratégico de inclusão social e de promoção do desenvolvimento.

O Programa está estruturado em 6 eixos, cada qual com sua meta específica. O eixo PAC Minha Casa Minha Vida possui 3 áreas: Minha Casa Minha Vida, Financiamento SBPE e Urbanização de Assentamentos Precários, com a meta de reduzir o déficit habitacional.

O PAC II, através do PMCMV segue basicamente a mesma dinâmica e procedimentos na área da Habitação do PAC I. O PAC II não estabelece limite para apresentação de projetos para o financiamento de Urbanização de Assentamentos Precários, enquanto para outras modalidades de intervenção há limites estabelecidos, de acordo com o tamanho da população. A previsão preliminar de investimento é:

Tabela 53 - PAC II – Investimento em Habitação - (Em R\$ bilhões)

Eixos	2011-2014
Minha Casa, Minha Vida*	71,7
Financiamento SBPE	176
Urbanização de Assentamentos Precários	30,5
Total	278,2

* 2 milhões de unidades habitacionais - 60% para famílias com renda de até R\$ 1.395,00

1.1 Programa Minha Casa Minha Vida.

O Programa **Minha Casa Minha Vida**, instituído pela Lei 11977/2009 foi regulamentado do Decreto 6962/2009. É um programa do Governo Federal, que atua em parceria com Estados, municípios, empresas e movimentos sociais que visa construir, nesta fase 2 milhões de novas moradias para a população. O programa oferece vantagens, tais como, redução dos custos do seguro e acesso ao Fundo Garantidor da Habitação. O Governo Federal incentiva com isenção de impostos. O programa prioriza famílias com renda de até 3(três) salários mínimos, mas também abrange famílias com renda de até 10(dez) salários mínimos.

O PMCMV é voltado para o atendimento das necessidades habitacionais instaladas nos municípios, estabelecendo algumas especificidades para o atendimento de Capitais e respectivas Regiões Metropolitanas, municípios com mais de 100 mil habitantes, municípios entre 50 e 100 mil habitantes e municípios com menos de 50 mil habitantes de acordo com o seu déficit habitacional.

A sistemática de funcionamento do Programa é: a União aloca recursos por área do território nacional e solicita apresentação de projetos; os Estados e municípios realizam cadastramento da demanda e após triagem indicam famílias para seleção, utilizando as informações do cadastro único; construtoras apresentam projetos às superintendências regionais da CAIXA, podendo fazê-los em parceria com Estados, municípios, cooperativas, movimentos sociais ou independentemente; após análise simplificada, a CAIXA contrata a

operação, acompanha a execução da obra pela construtora, libera recursos conforme cronograma e, concluído o empreendimento, realiza a sua comercialização.

Através do Programa Minha Casa Minha Vida, o Governo Federal ficou autorizado a transferir recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR e do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS para a execução das ações previstas na lei acima: produção de habitação urbana e produção de habitação rural. Os recursos do FAR são destinados ao atendimento às famílias com renda mensal bruta limitada a três salários mínimos.

A liberação dos recursos do FDS ficou sujeita às seguintes condições:

I - atendimento de beneficiários com renda familiar mensal bruta limitada a três salários mínimos, para produção e aquisição de imóveis novos;

II - pagamento de prestações mensais, pelo prazo de dez anos, correspondentes a dez por cento da renda familiar do beneficiário, com prestação mínima de R\$ 50,00 (cinquenta reais), independentemente do valor do imóvel; e

III - quitação da operação em casos de morte e invalidez permanente e custeio de danos físicos no imóvel, durante a vigência do contrato, sem cobrança de contribuição por parte do beneficiário.

Tanto os recursos do FAR como os do FDS são distribuídos entre os entes da federação de acordo com a estimativa do déficit habitacional brasileiro para famílias com renda de até três salários mínimos, considerando os dados da PNAD, do IBGE, referentes ao ano de 2007 e suas atualizações. Além destes, conta ainda com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social acrescidos das contrapartidas obrigatórias das entidades privadas sem fins lucrativos vinculadas ao setor habitacional.

O Programa MCMV foi regularizado no município de Londrina através da Lei Municipal nº 10.730/2.009, contemplando famílias de 0 a 3 salários mínimos e também, superior a três salários mínimos, conforme detalhado mais adiante. Além dos empreendimentos coordenados pelo Poder Público Municipal, O PMCMV atendeu um número significativo de famílias através de contratação direta através da CAIXA.

A Portaria Interministerial Nº 326, de 31 de agosto de 2009 dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, Integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV de que tratam a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o Decreto nº 6.819, de 13 de abril de 2009. Este programa tem como beneficiários os agricultores e trabalhadores rurais cuja renda bruta, aferida pela Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, segundo estabelece o Art.8º do Decreto nº 6.819, de 2009. Serão classificados em três grupos, conforme o teto da renda bruta auferida em um ano.

Para se credenciar no programa os trabalhadores rurais apresentarão à Caixa Econômica Federal, às instituições financeiras ou agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação, comprovação de renda formal ou informal, que permita atestar seu enquadramento no programa. Para participar o trabalhador rural não pode ter sido beneficiário de programas habitacionais financiados com recursos do OGU ou de qualquer programa subsidiado; que tenha financiamento imobiliário em qualquer localidade do país; tenha propriedade de imóvel residencial no Município; seja proprietários de área superior à quatro

módulos fiscais; seja assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, gerido pelo INCRA; tenha qualquer situação de inadimplência junto ao Setor Público Federal, possua débitos não regularizados junto à Receita Federal ou com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

A Caixa Econômica Federal exercerá a gestão operacional dos recursos de subvenção do PNHR.

2. FUNDOS HABITACIONAIS ATIVOS E PROGRAMAS HABITACIONAIS

2.1 Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.

O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) foi criado pela Lei n. 11.124/2006, a mesma que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Os recursos do FNHIS são do Orçamento Geral da União - OGU. Este fundo financia os seguintes programas:

2.1.1 Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários Habitação de Interesse Social - HIS

Ações voltadas à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia ou em situações de risco, visando a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento ambiental e inclusão social.

2.1.2 Ação Provisão Habitacional de Interesse Social - HIS

As ações consistem na Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais; Produção ou Aquisição de Lotes Urbanizados; Requalificação de Imóveis; Apoio à Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.

A ação objetiva apoiar estados, Distrito Federal e municípios no acesso da população com renda familiar mensal de até R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) à habitação digna, regular e dotada de serviços públicos, em localidades urbanas ou rurais, mitigando as desigualdades sociais e contribuindo para a ocupação urbana planejada.

2.1.3 Ação Provisão Habitacional de Interesse Social - Modalidade: Assistência Técnica

A ação visa apoiar estados, Distrito Federal e municípios na melhoria dos padrões de salubridade, segurança e habitabilidade das edificações produzidas, reformadas ou ampliadas no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, por intermédio de apoio à prestação de serviços de assistência técnica, assim entendida como o conjunto de ações

voltadas à mobilização e organização comunitária, elaboração de projetos, acompanhamento e execução da obra, trabalho social e jurídico, de forma coletiva ou individual.

2.1.4 Ação de Apoio à elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social – PLHIS

A Ação de apoio à elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social – PLHIS é componente do Programa Habitação de Interesse Social e integra as ações financiadas pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. Objetiva contribuir com Estados, DF e municípios na formulação dos Planos Locais de Habitação com foco na habitação de interesse social, para que esses construam com os agentes sociais um conjunto de objetivos, metas, diretrizes e instrumentos de ação e intervenção para o setor habitacional.

O planejamento habitacional, nos municípios e estados, é fundamental para a implementação das diretrizes da Política Habitacional e a integração urbana, sobretudo, dos assentamentos precários. A transferência de valores está condicionada ao tamanho da população local. Os valores máximos de repasse oscilam entre R\$ 30.000,00 e R\$ 60.000,00. A Secretaria Nacional de Habitação apóia por meio do repasse de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social 25 Estados, o DF e 1.300 municípios na elaboração do PLHIS.

2.1.5 Ação de Apoio à Produção Social da Moradia

A Ação de Apoio à Produção Social da Moradia, do Programa de Habitação de Interesse Social, opera com recursos oriundos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, válida para o período 2008/2011. Possui por objetivo apoiar entidades privadas sem fins lucrativos, vinculadas ao setor habitacional, no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso à moradia digna, situada em localidades urbanas ou rurais, voltada a famílias de baixa renda, assim consideradas aquelas que recebam até R\$ 1.125,00 (um mil, cento e vinte e cinco reais) de rendimento mensal bruto. A Ação de Produção Social da Moradia será implementada por intermédio das seguintes modalidades: Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais; Produção ou Aquisição de Lotes Urbanizados; e Requalificação de Imóveis.

2.2 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

Instituído pela Lei 5107/66 que fora posteriormente revogada pela Lei 8036/90, o FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas a que se refere esta lei e outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações. Constituem recursos incorporados ao FGTS:

a) Os resultados financeiros auferidos pela Caixa Econômica Federal no período entre o repasse dos bancos e o depósito nas contas vinculadas dos trabalhadores destinar-se-ão à

cobertura das despesas de administração do FGTS e ao pagamento da tarifa aos bancos depositários, devendo os eventuais saldos ser incorporados ao patrimônio do Fundo;

- b) dotações orçamentárias específicas;
- c) resultados das aplicações dos recursos do FGTS;
- d) multas, correção monetária e juros moratórios devidos;
- e) demais receitas patrimoniais e financeiras.

2.2.1 Carta de Crédito Individual

Este programa objetiva conceder financiamentos a pessoas físicas para fins de aquisição, construção, conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional, propiciando ainda a aquisição de cesta de material de construção ou a aquisição de lote urbanizado. Tem como fonte de financiamentos concedidos, os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Este pode ser utilizado como contrapartida durante a fase de construção, desde que atendidas às condições específicas relativas ao saque da conta vinculada.

2.2.2 Carta de Crédito Associativo

O Programa objetiva conceder financiamentos a pessoas físicas, associadas em grupos formados por condomínios, sindicatos, cooperativas, associações, Companhias de Habitação (COHAB) ou empresas do setor da construção civil permitindo a produção de lote urbanizado, a construção de unidade habitacional ou a aquisição de unidade nova produzida no âmbito do próprio programa.

Existe também uma modalidade denominada - Reabilitação Urbana - por intermédio da qual o grupo associativo poderá adquirir unidades usadas e executar obras voltadas à recuperação e ocupação para fins habitacionais. Atuação voltada para aquisição e construção de Unidades Habitacionais, Reabilitação Urbana e Produção de Lotes Urbanizados. Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), como fonte dos financiamentos concedidos.

2.2.3 Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - Pró-Moradia

O Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA objetiva oferecer acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal preponderante de até R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais), por intermédio de financiamento a estados, municípios, Distrito Federal ou órgãos das respectivas administrações diretas ou indiretas.

É operado por intermédio das seguintes modalidades: Urbanização de Assentamentos Precários; Produção de Conjuntos Habitacionais; Desenvolvimento Institucional. O Processo de Seleção é realizado anualmente, em período estabelecido pelo Gestor da Aplicação, a

partir da análise das solicitações “Cartas Consultas” encaminhadas pelos Órgãos Públicos interessados a qualquer um dos Agentes Financeiros habilitados pelo Agente Operador.

2.3 Fundo de Arrendamento Residencial - FAR

O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) foi criado exclusivamente para aplicação no PAR, composto com recursos onerosos provenientes de empréstimo junto ao FGTS e recursos não onerosos provenientes dos fundos FAS, FINSOCIAL, FDS e PROTECH e da rentabilidade das disponibilidades do FAR. Hoje financia o Programa Minha Casa, Minha Vida. À Caixa Econômica Federal cabe operacionalizar o Programa e gerir o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

2.3.1 Programa de Arrendamento Residencial – PAR

O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) tem por objetivo propiciar moradia à população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra. O PAR é uma operação de aquisição de empreendimentos novos, a serem construídos, em construção ou a recuperar/reformar.

As unidades habitacionais dos empreendimentos adquiridos se destinam à oferta de moradias, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra, às pessoas físicas enquadradas no Programa.

As diretrizes do programa incluem o fomento à oferta de unidades habitacionais e à melhoria das condições do estoque de imóveis existentes, a promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas, a intervenção em áreas objeto de Planos Diretores, a criação de novos postos de trabalho diretos e indiretos, o aproveitamento de imóveis públicos ociosos em áreas de interesse habitacional e o atendimento aos idosos e portadores de deficiência física. São destinatários finais do programa famílias com renda mensal de até R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais). No caso de profissionais da área de segurança pública, especialmente os policiais civis e militares, admite-se renda mensal de até R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Cabe ao Ministério das Cidades - Agente Gestor estabelecer as diretrizes, regras e demais condições que regem a aplicação dos recursos alocados ao Programa. Entre as atribuições dos Estados, DF e municípios que participam do Programa estão: identificar os locais para implantação dos projetos; indicar as famílias a serem beneficiadas; promover ações facilitadoras e redutoras dos custos de implantação dos projetos, tais como, redução de tributos, contribuições e taxas; aportar recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à realização das obras e serviços do empreendimento.

2.4 Fundo de Desenvolvimento Social – FDS

O Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) foi criado pela Lei 8677/93 e regulamentado pelo Decreto 1081/94. O FDS destina-se ao financiamento de projetos de investimento de interesse social nas áreas de habitação popular, sendo permitido o

financiamento nas áreas de saneamento e infra-estrutura, desde que vinculadas aos programas de habitação, bem como equipamentos comunitários. Este fundo financia o Programa MCMV.

São objetivos do FDS: proporcionar o acesso à moradia regular, à população de baixa renda que não tem capacidade de poupança, mediante crédito com condições especiais e subsidiadas; contribuir efetivamente na redução do déficit habitacional, atingindo prioritariamente, famílias com renda bruta mensal inferior a três salários mínimos e excepcionalmente, admitindo-se o atendimento a famílias com renda entre três e cinco salários mínimos; estimular o regime de cooperativismo habitacional e o princípio de ajuda mútua, garantindo a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais comuns, observadas as necessidades, características, usos e costumes locais.

Constituem recursos do FDS:

I - os provenientes da aquisição compulsória de cotas de sua emissão pelos fundos de aplicação financeira, na forma da regulamentação expedida pelo Banco Central do Brasil;

II - os provenientes da aquisição voluntária de cotas de sua emissão por pessoas físicas e jurídicas;

III - o resultado de suas aplicações;

IV - outros que lhe venham a ser atribuídos.

2.5 Programa Crédito Solidário

O Programa Crédito Solidário tem como objetivo o financiamento habitacional a famílias de baixa renda organizadas em associações, cooperativas, sindicatos ou entidades da sociedade civil organizada. O Ministério das Cidades, Gestor das Aplicações dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, tem a atribuição de implementar, monitorar e avaliar o Programa Crédito Solidário. A Caixa Econômica Federal é o agente Operador dos recursos do FDS, responsável por acompanhar, fiscalizar e controlar os financiamentos.

São beneficiárias do programa, as famílias organizadas de forma associativa com renda bruta mensal de até R\$ 1.125,00. Também poderão participar famílias com renda bruta mensal entre R\$ 1.125,01 e R\$ 1.900,00, de acordo com critérios do Ministério das Cidades. Pode ser realizado financiamento para aquisição de terreno e construção em terreno próprio; construção em terreno de terceiros; conclusão, ampliação ou reforma de unidade habitacional, aquisição de unidade construída; aquisição de imóveis para reabilitação urbana com fins habitacionais; outras modalidades a serem autorizadas pelo gestor das aplicações.

2.6 Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

O FAT, criado pela Lei 7998/90, vinculado ao Ministério do Trabalho, é destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao

financiamento de programas de desenvolvimento econômico. O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, subordinando-se, no que couber, à legislação vigente.

Constituem recursos do FAT:

I - o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao Pasep;

II - o produto dos encargos devidos pelos contribuintes, em decorrência da inobservância de suas obrigações;

III - a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos;

IV - o produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4º do art. 239 da Constituição Federal;

2.7 Projetos Multissetoriais Integrados – PMI

São projetos operados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que viabilizam acesso à infra-estrutura urbana, à moradia adequada e aos serviços públicos básicos para a população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal preponderante de até 3 salários mínimos, por intermédio do financiamento de projetos de investimentos e ações integradas em assentamentos precários.

Além dos fundos com programas específicos, temos também, a destinação de recursos do **Orçamento Geral da União - OGU**, financiando três programas.

2.7.1 Programa Habitar Brasil BID - HBB

Trata-se de uma iniciativa do Governo Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, um programa voltado à superação das condições de subnormalidade em áreas periféricas, por meio da implantação de projetos integrados, associado à capacitação técnica e administrativa desses municípios. Tem como Órgão Gestor o Ministério das Cidades, sendo a CAIXA o agente financeiro, técnico e operacional e responsável pela implementação do programa.

O programa HBB foi pioneiro no destaque e relevância para o componente social. A participação ativa da comunidade local, desde o planejamento da proposta até a conclusão da execução física das obras em um ano após sua ocupação é ponto basilar para o sucesso da intervenção. Para tanto, são executados projetos de apoio, orientação e mobilização da comunidade, de capacitação profissional, de geração de trabalho e renda, de educação sanitária e ambiental.

Tem como fonte de Recursos, o Orçamento Geral da União (OGU), sendo exigida também contrapartida do município, DF e ou Estados. Tem como Órgão Gestor o Ministério

das Cidades, sendo a CAIXA o agente financeiro, técnico e operacional e responsável pela implementação do programa.

2.7.2. Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H

O PBQP-H, Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat, é um programa do Ministério das Cidades que visa elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda.

A busca por esses objetivos envolve um conjunto de ações, entre as quais se destacam: avaliação da conformidade de empresas de serviços e obras, qualificação de materiais, componentes e sistemas construtivos, capacitação profissional e assistência técnica à construção civil, normalização técnica, capacitação laboratorial, avaliação de tecnologias inovadoras, informação ao consumidor e promoção da comunicação entre os setores envolvidos. Dessa forma, espera-se o aumento da competitividade no setor, a melhoria da qualidade de produtos e serviços, a redução de custos e a otimização do uso dos recursos públicos. O objetivo, a longo prazo, é criar um ambiente de isonomia competitiva, que propicie soluções mais baratas e de melhor qualidade para a redução do déficit habitacional no país, atendendo, em especial, a produção habitacional de interesse social.

2.7.3. Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH

O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH objetiva oferecer acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda por intermédio da concessão de subsídios. Os subsídios são concedidos no momento em que o cidadão assina o contrato de crédito habitacional junto às instituições financeiras habilitadas a operar no programa.

Os cidadãos são beneficiados em grupos organizados pelos governos dos estados, DF ou municípios, e excepcionalmente, em áreas rurais, as entidades privadas sem fins lucrativos apresentam propostas às instituições financeiras e aos agentes financeiros do SFH.

O PSH é operado com recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU) e conta, ainda, com o aporte de contrapartida proveniente dos estados, DF e municípios, sob a forma de complementação aos subsídios oferecidos pelo programa. Possui como modalidades a:

- Produção de Moradias, que objetiva a produção de unidades habitacionais, dotadas de padrões mínimos de habitabilidade, observadas as posturas municipais.
- Aquisição de Moradias, que objetiva a aquisição de unidades habitacionais prontas, dotadas de padrões mínimos de habitabilidade, observadas as posturas municipais.
- Valores do subsídio destinado à complementação dos valores de produção/aquisição de moradias.

CAPITULO V

SISTEMA DE GESTÃO E INTEGRAÇÃO DE PRIORIDADES

Para desencadear um novo formato de processos de intervenção na área da habitação que corresponda às orientações da Política Municipal de Habitação é necessário que a estrutura institucional do Município de Londrina seja capaz de operacionalizar o PLHIS e que o Conselho Municipal de Habitação esteja instrumentalizado para acompanhar este processo.

O diagnóstico identificou os principais entraves administrativos para o equacionamento dos problemas habitacionais enfrentados pelo Município. Identificou as principais interfaces institucionais que precisam ser equacionadas para o enfrentamento da questão, garantindo maior eficácia nas intervenções. Finalmente o Plano propôs um conjunto de alterações no aparato jurídico e na estrutura organizacional da COHAB-Ld para fazer frente às necessidades apontadas na caracterização quantitativa e qualitativa do déficit moradias.

1. SISTEMA DE GESTÃO

A gestão da Política Municipal de Habitação e do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Londrina será exercida pela Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-Ld.) que terá como função promover, coordenar e articular os agentes públicos e privados para a consecução dos objetivos do plano; ação que será exercida com o respaldo político do Conselho Municipal de Habitação que exercerá a função de participação e controle social da implementação do plano. Para que o conjunto de condições estabelecidas neste plano possam se realizar, O IPPUL exercerá a função de coordenação intersetorial e de coleta e tratamento de informações, mantendo sistema de informações integrado e sistematicamente alimentado.

Como ficou evidenciado no diagnóstico, as condições Institucionais e administrativas apresentam-se insuficientes para a implementação deste plano. A COHAB-Ld perdeu ao longo dos anos sua capacidade de intervir, sem solução de continuidade, na solução dos problemas habitacionais. Teve sua ação sempre condicionada a obtenção de recursos federais. Assim, ficou sempre à mercê das políticas nacionais e na dependência do repasse de recursos. Somente a criatividade e a grande experiência acumulada permitiram a manutenção de intervenções, muitas vezes de caráter pontual e restrito.

Por outro, o esvaziamento do quadro técnico foi reduzindo a agilidade da companhia para a apresentação de projetos de captação de recursos e, mais grave, limitou a capacidade de fiscalização e acompanhamento dos programas e projetos. Esta situação provocou, em algumas circunstâncias, prejuízo para companhia e para os mutuários. Como foi apontado neste plano, é necessário dotar a COHAB-Ld a capacidade de antecipar-se aos problemas, qualificar-se na captação de recursos e exercer seu papel fiscalizador.

2. SISTEMA DE INFORMAÇÕES.

O diagnóstico elaborado para servir de base à formulação deste plano apontou que uma das principais dificuldades enfrentadas foi a compatibilização e atualização dos dados e informações. A implantação do plano, seu acompanhamento, avaliação e revisão estão na dependência de implantação de um sistema municipal de informações, de preferência, geo-referenciado. Este sistema garantirá ao Município atuar de forma mais eficiente na prevenção de problemas, e adotar as soluções mais adequadas. A articulação das informações sobre moradia, sistema viário, transporte coletivo, infraestrutura e sistema de proteção social, bem como os serviços de saúde e educação combinados com informações sobre geração de empregos fornecerão ao gestor a possibilidade de que inversão de esforços e recursos tenha o mais alto retorno em termos de melhoria da qualidade de vida da população, o que deve ser escopo de todo agente público.

Um município do porte de Londrina, com mais de quinhentos mil habitantes, com uma sofisticada e qualificada rede de serviços, não pode orientar suas ações sem o respaldo de qualificado sistema de informações, principalmente porque conta com importantes e reconhecidas instituições com quem pode estabelecer parcerias extremamente úteis e desejáveis. Destaca-se aqui a qualificação do sistema de telefonia que conta com uma competência estabelecida e com pessoal altamente qualificado para dar suporte a sistemas de informações e de rede de dados. Além disso, parcerias com instituições de ensino superior poderiam viabilizar a implantação, gerenciamento e capacitação de servidores para a manutenção eficiente do sistema. Além disso, proporcionaria ao mundo acadêmico o instrumental necessário para a produção de estudos que subsidiassem a ação do agente público.

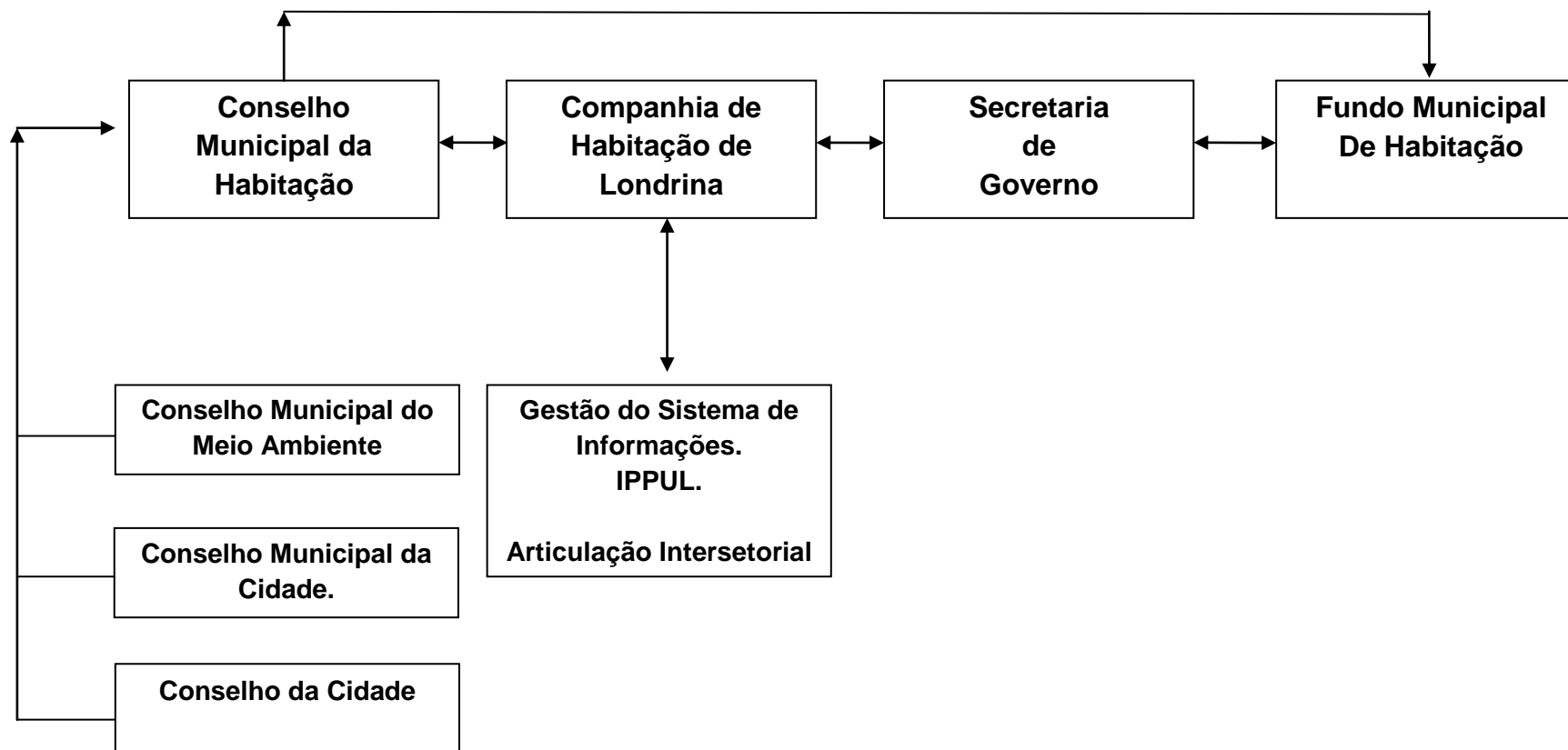
Por outro lado o sistema de monitoramento e avaliação da implantação do Plano, bem como sua revisão, pelo Conselho Municipal de Habitação seria viabilizado e facilitado, já que os representantes da sociedade poderiam monitorar os dados e informações através do acesso à rede. A manutenção do sistema reduziria a necessidade de gastos com contratação de terceiros para realizar exaustivos levantamentos que acabam por esgotarem-se em si mesmos, com severas soluções de continuidade.

Finalmente, não há como conceber um sistema gestão eficiente sem um sólido sistema de informação.

Para garantir a efetiva gestão participativa é necessário que tanto o gestor público como a sociedade estejam municiados de informações. Informações estas que serão base de um conhecimento integrador da cidade e de sua dinâmica.

A estrutura proposta para ser consolidada teria o seguinte esquema:

Fluxo de gestão de recursos para a Habitação de Interesse Social



3. INTEGRAÇÃO DE PRIORIDADES DO PLHIS

A integração dos componentes do PHLIS estabelece uma hierarquização das ações. O eixo central do Plano indica uma priorização no atendimento da demanda instalada por habitações. No entanto, o contexto legal e a estrutura organizacional disponível atuam ora, alimentando potencialidades, ora limitando a capacidade de intervenção em função das carências e, ora inviabilizando uma ação articulada que atenda ao princípio central: oferta de moradias dignas. Esta hierarquização das ações deve considerar a hierarquia resultante decorrente dos fatores de custo de implantação, tempo de implementação e de obtenção de resultados, assim como o impacto do benefício alcançado. Dessa forma a matriz de integração permite a distribuição das ações do Plano ao longo de seu horizonte de implantação com vistas a melhor relação custo-benefício.

As ações dos diferentes eixos estruturantes foram cotejadas dentro de um mesmo eixo e em relação com os demais eixos. Este cotejamento evidenciou que variáveis intervenientes atuavam ora como pré condição, ora como co-condição para que uma prioridade viesse a ser atendida. A ação assim compreendida corresponde ao nível de prioridade de uma ação do plano em relação às demais ações.

Há ainda a se considerar que variáveis como custo, tempo de implementação e o benefício que esta traz são fatores a serem ponderados.

Foram assim construídas matrizes de ordenamento de prioridades segundo os eixos estabelecidos. Cada ação em cada eixo propõe um conjunto de metas a serem atingidas. As matrizes apresentam em detalhe a previsão de investimento necessário para a consecução do objetivo.

Em anexo apresentamos as matrizes de integração de prioridades. Elas foram elaboradas a partir dos eixos, tendo como referência a ação selecionada. Na matriz dos eixos estruturantes estão detalhadas as metas a serem alcançadas. O ponto de partida foi a síntese do diagnóstico onde foram identificadas as condicionantes e deficiências, bem como, as potencialidades. São as condicionantes que apontam para às prioridades a serem atendidas (marcadas com a cor vermelha). Assim, nas matrizes apresentadas em anexo identificam-se, também as prioridades com a cor vermelha. Ao construir este mapeamento, é possível visualizar que as ações de diferentes eixos se superpõem e em várias situações são inter condicionantes. A seguir apresentamos gráficos que foram elaborados baseados nas matrizes de integração e prioridades e demonstram para cada eixo os valores a serem investidos em 10 (dez) anos. Para se atingir o objetivo central do PHLIS, que é responder de forma qualificada a demanda por moradias, ações mais abrangentes, que ultrapassam a responsabilidade do agente executor da Política de Habitação constituem-se em condicionantes. A legislação urbanística e a estrutura organizacional, bem como a política ambiental e os serviços públicos de maneira geral atuam, de forma decisiva, na qualidade da política habitacional a ser executada.

A seguir apresentamos alguns quadros e gráficos relacionados aos investimentos em 10 anos nos diferentes eixos:

TABELA 54 – DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - R\$ EM 10 ANOS

EIXOS	HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA	SOLO	LEGISLAÇÃO	ORGANIZAÇÃO	INSTITUCIONAL	TOTAL INVESTIMENTO
1º ANO	178.153.255,59	1.805.000,00	75.200,00	64.000,00	171.666,67	180.269.122,26
2º ANO	179.654.473,74	1.805.000,00	81.333,33	302.400,00	171.666,67	182.014.873,74
3º ANO	179.654.473,74	1.785.000,00	213.333,33	200.000,00	146.666,66	181.999.473,74
4º ANO	114.361.448,13	1.785.000,00	53.333,34	-	-	116.199.781,46
5º ANO	109.110.898,76	-	-	-	-	109.110.898,76
6º ANO	107.599.680,61	-	-	-	-	107.599.680,61
7º ANO	107.599.680,61	-	-	-	-	107.599.680,61
8º ANO	107.599.680,61	-	-	-	-	107.599.680,61
9º ANO	107.599.680,61	-	-	-	-	107.599.680,61
10º ANO	107.599.680,61	-	-	-	-	107.599.680,61
TOTAL	1.298.932.953,01	7.180.000,00	423.200,00	566.400,00	490.000,00	1.307.592.553,01

Gráfico 34 – Demonstrativo de Investimentos - R\$ EM 10 ANOS

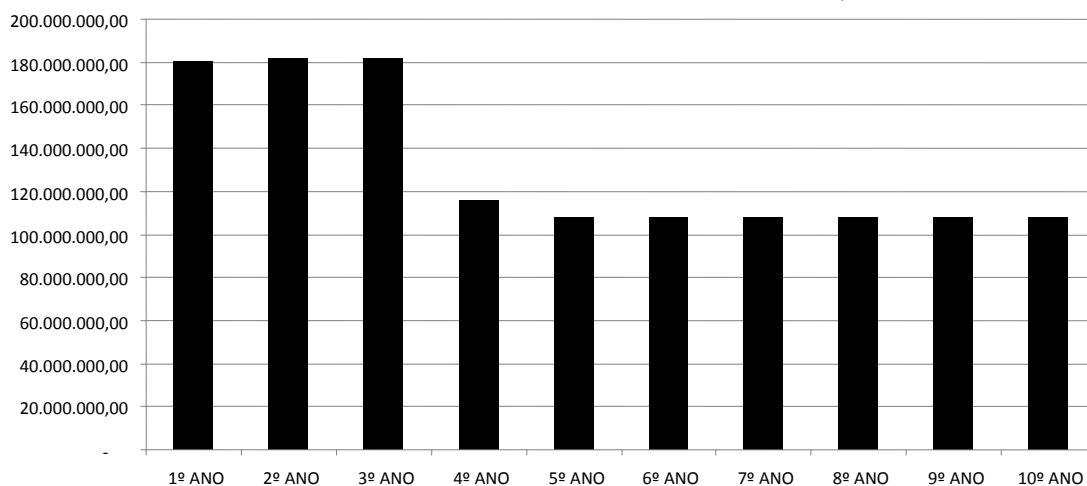


Gráfico 35 – Demonstrativo de Investimentos Eixo Infraestrutura

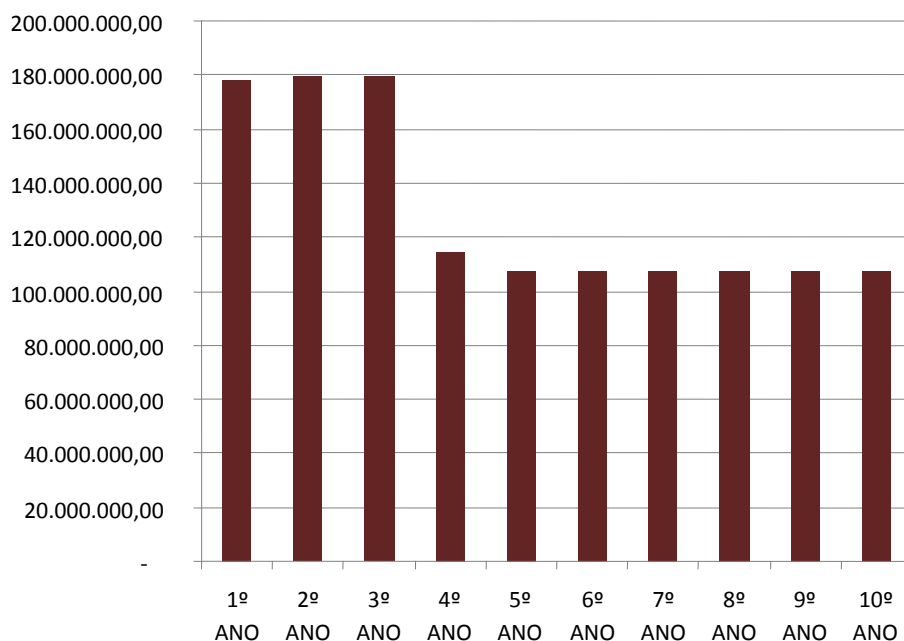


Gráfico 36 – Demonstrativo de Investimentos Eixo Solo

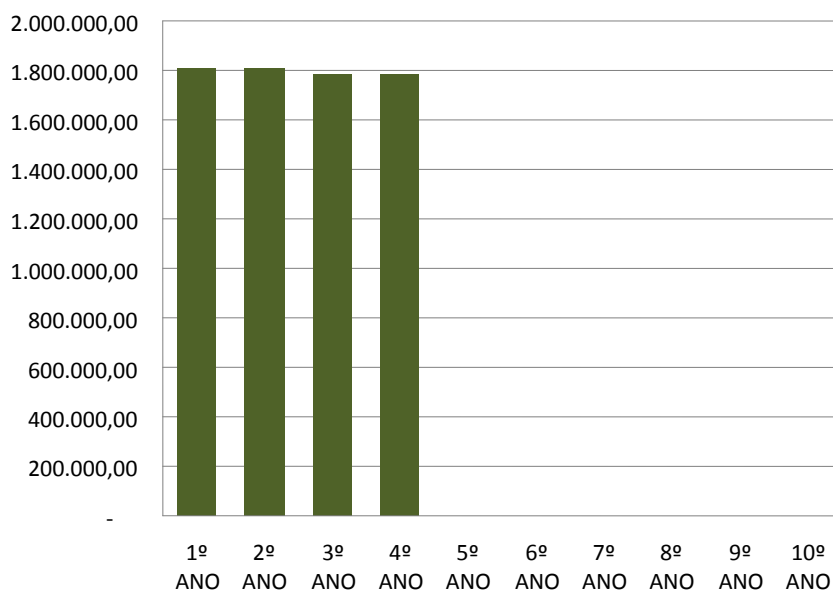


Gráfico 37 – Demonstrativo de Investimentos Eixo Legislação

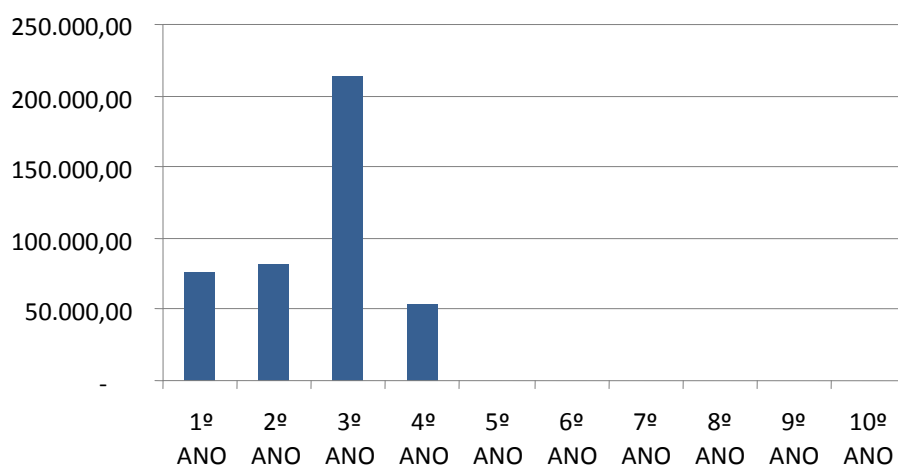


Gráfico 38 – Demonstrativo de Investimentos Eixo Organização

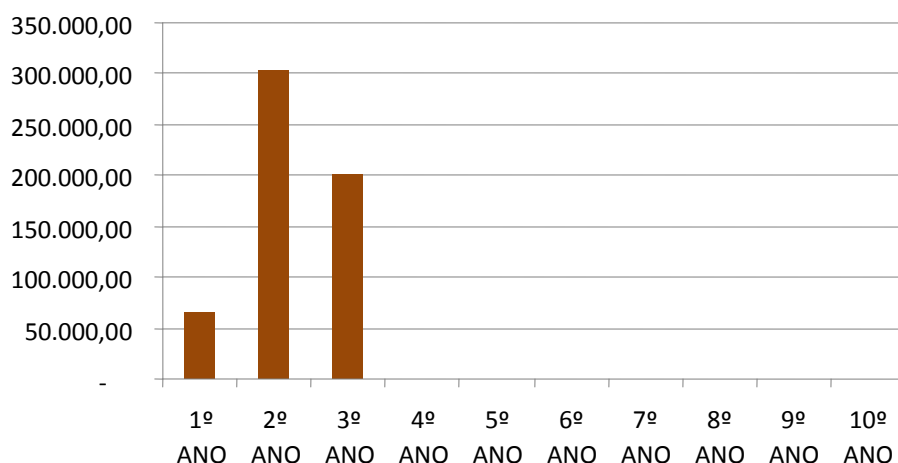
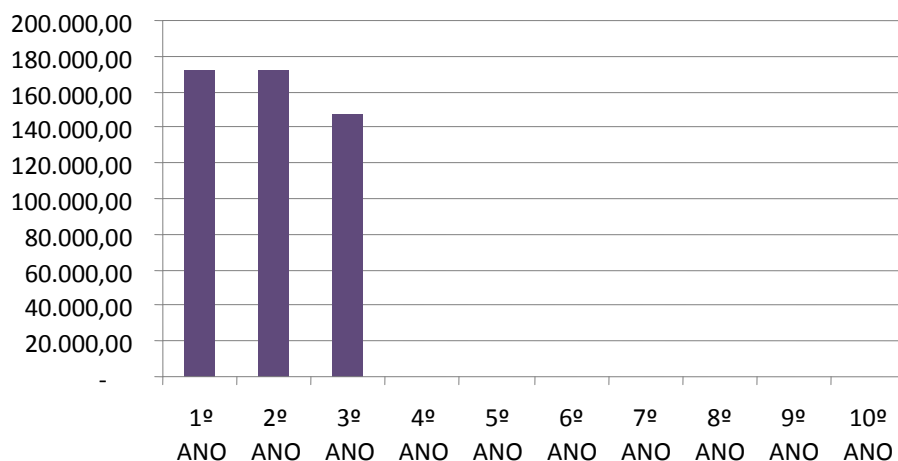
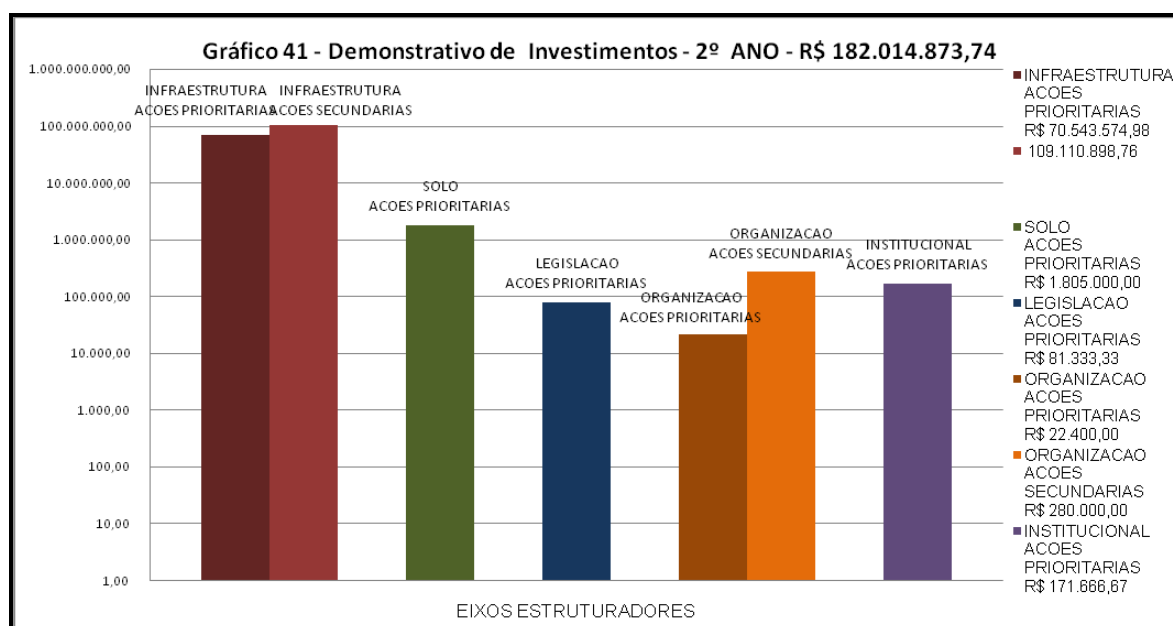
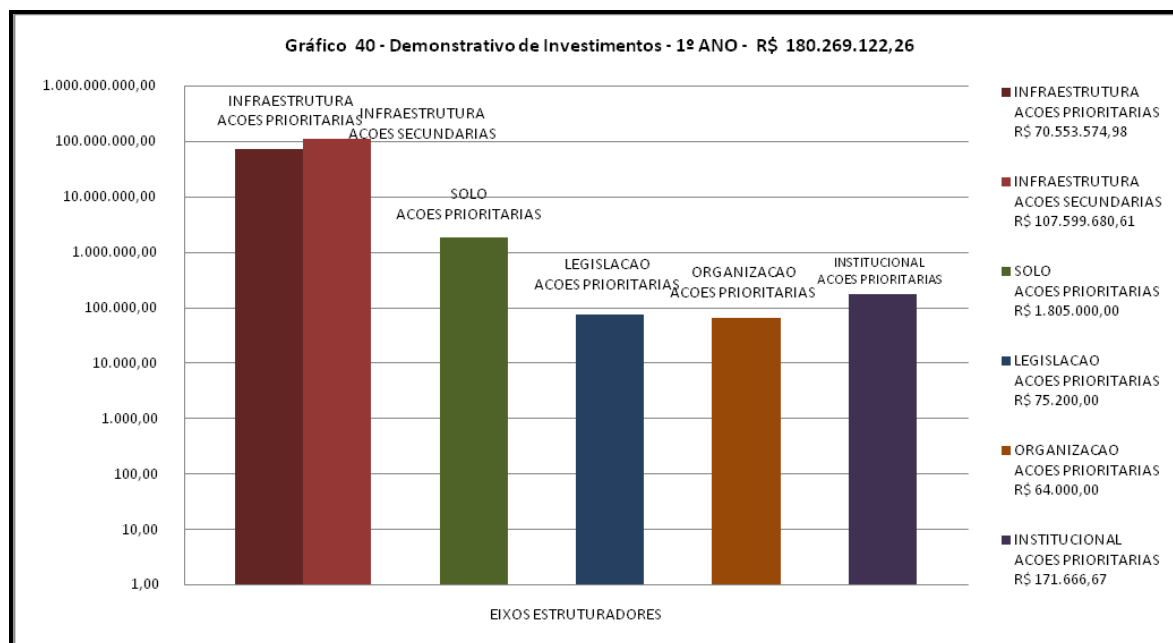


Gráfico 39 – Demonstrativo de Investimentos Eixo Institucional





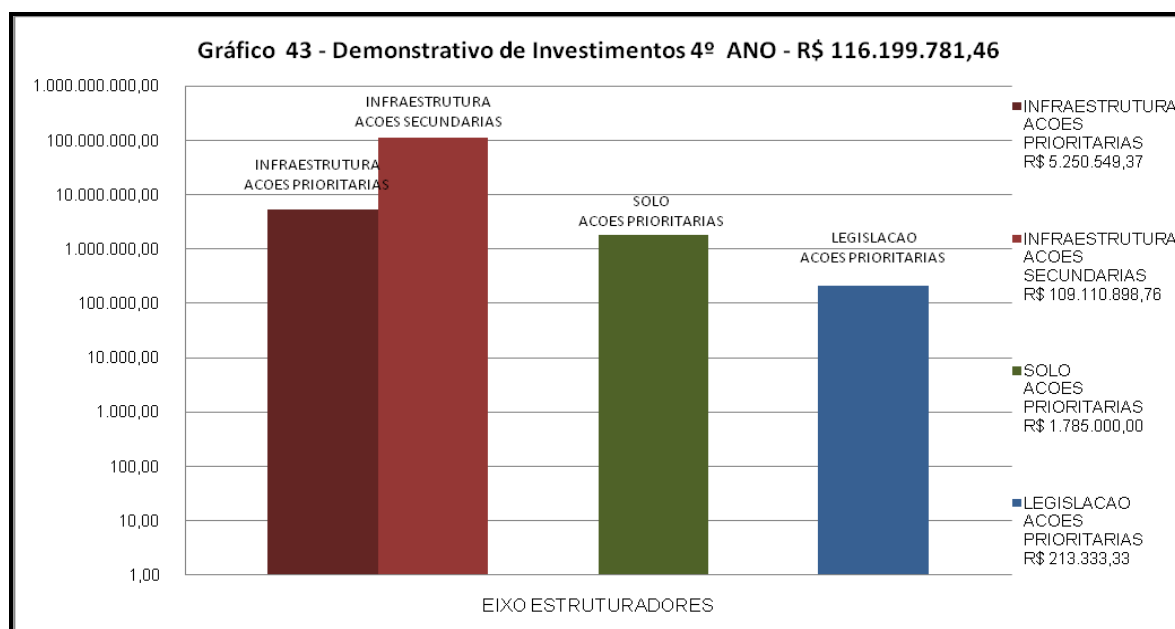
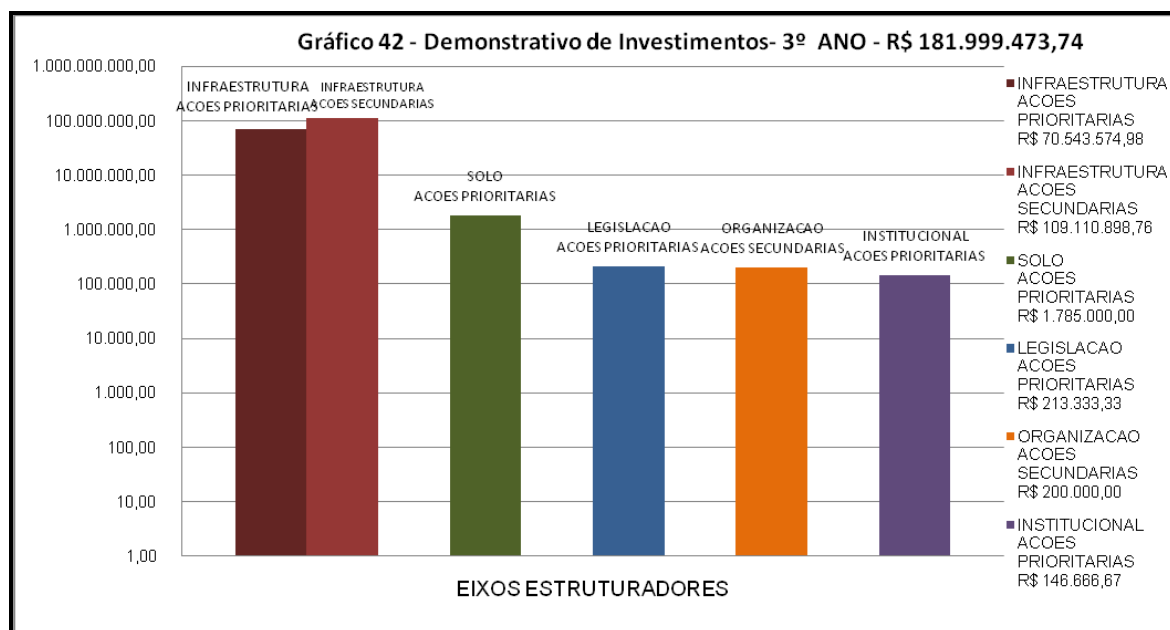


Gráfico 44 - Demonstrativo de Investimentos - 5º ANO - R\$ 109.110.898,76

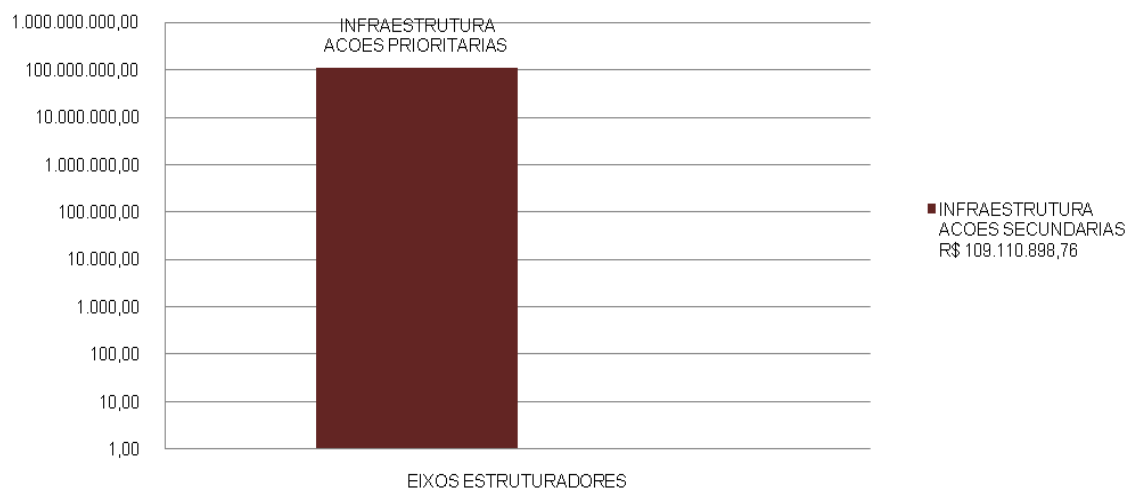


Gráfico 45 - Demonstrativo de Investimentos - 6º ANO - R\$ 107.599.680,61

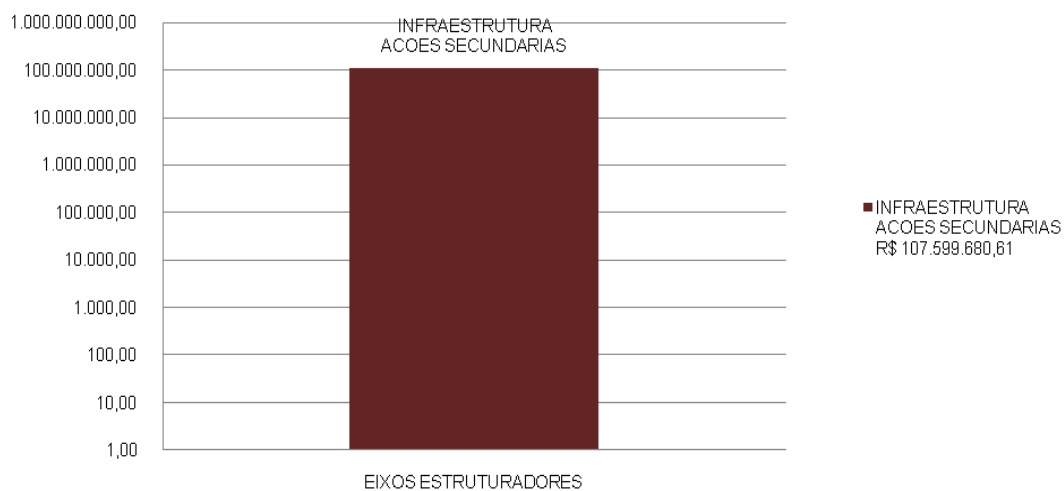


Gráfico 46 - Demonstrativo de Investimentos - 7º ANO - R\$ 107.599.680,61

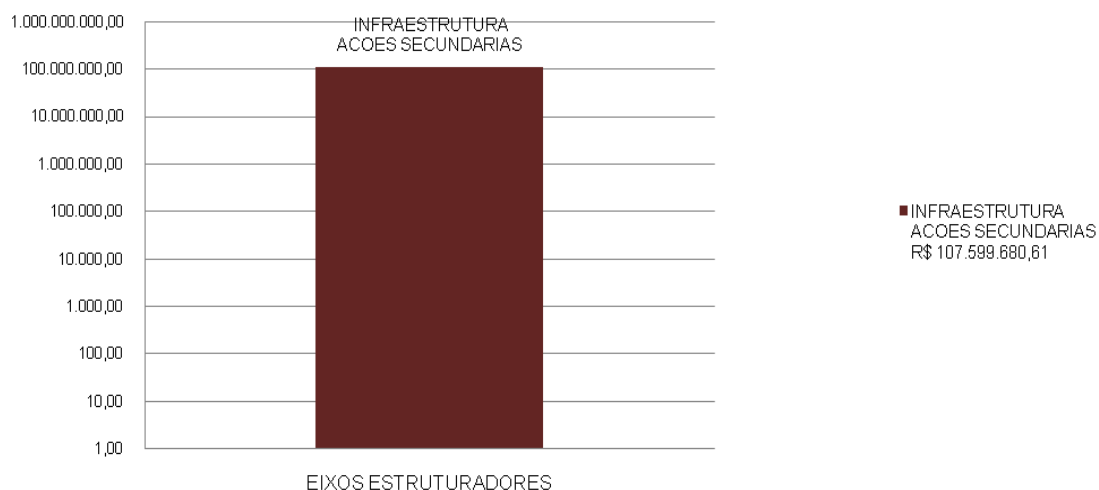


Gráfico 47 - Demonstrativo de Investimentos - 8º ANO - R\$ 107.599.680,61

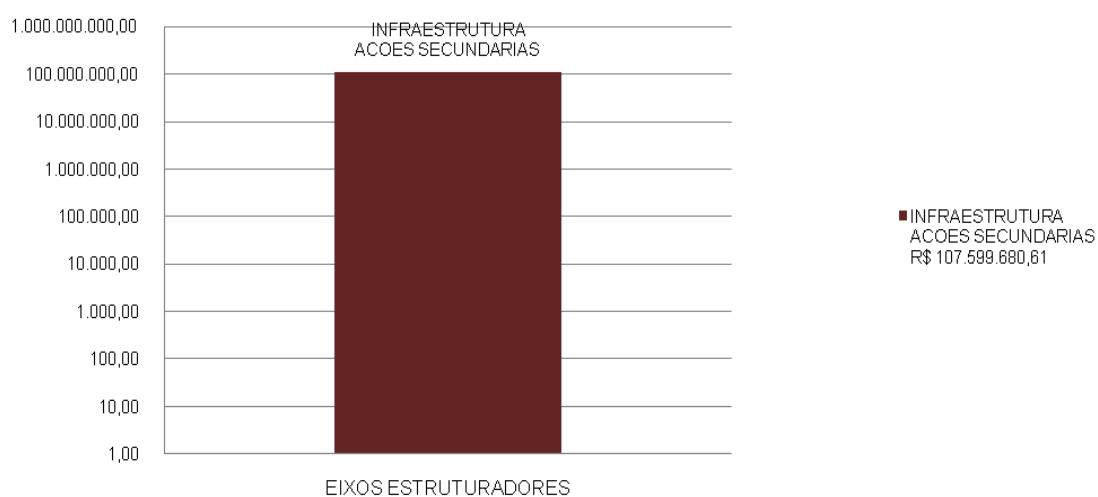


Gráfico 48 - Demonstrativo de Investimentos - 9º ANO - R\$ 107.599.680,61

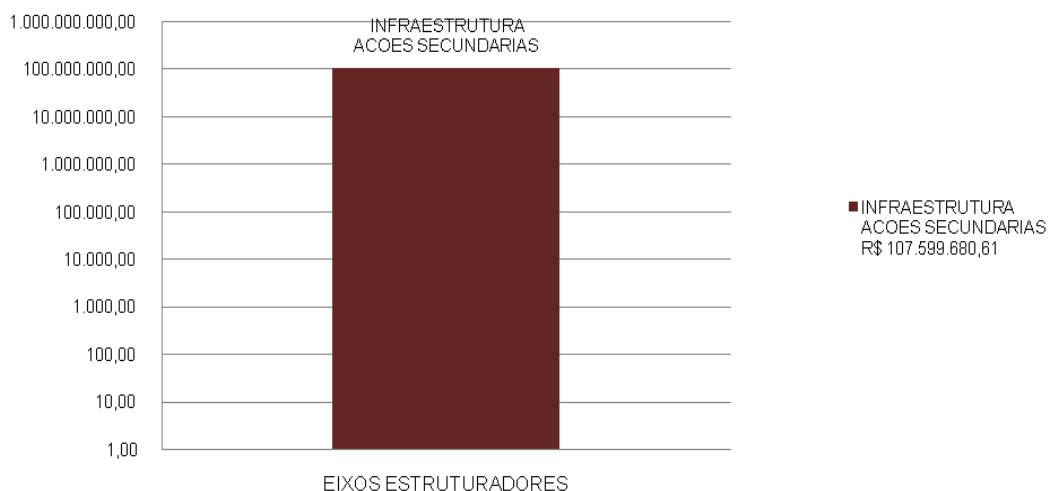
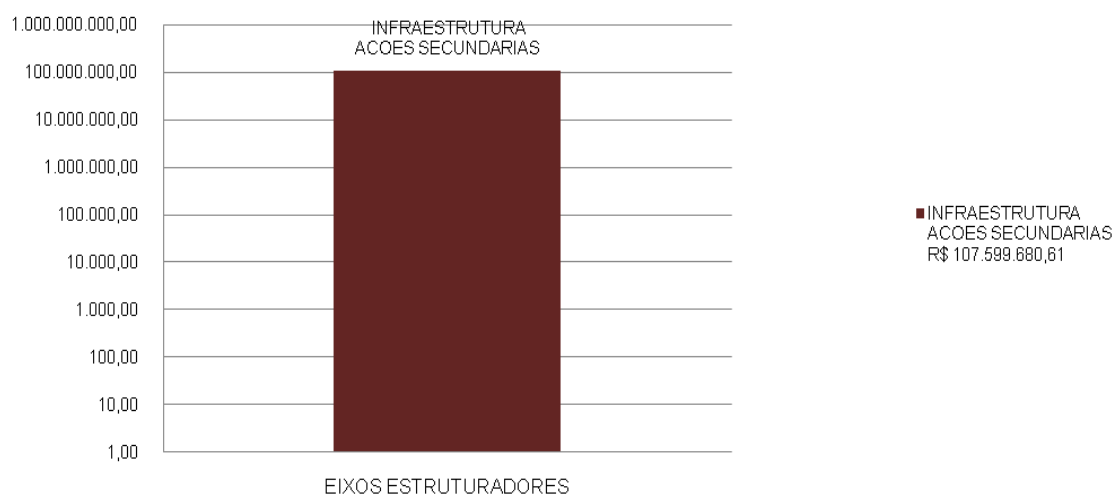


Gráfico 49 - Demonstrativo de Investimentos - 10º ANO - R\$ 107.599.680,61



CAPITULO VI

MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLHIS

O Plano Local de Habitação de Interesse Social ao traçar seus objetivos e metas, identificando os elementos necessários para que sejam atingidos, oferece a possibilidade de efetivar o acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento dos programas propostos.

O monitoramento é uma ferramenta de gestão que permite aperfeiçoar o desempenho de políticas, programas e projetos. É também função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações sobre o desempenho pós-implantação para seus gestores e responsáveis, permitindo medidas corretivas durante o percurso dos programas.

O PHLIS apresenta seus objetivos com as respectivas metas a eles vinculada que foram por sua vez quantificadas, orçadas e distribuídas no tempo, além de indicarem o responsável pela sua execução, a fonte de recursos necessários, os indicadores de sua realização.

O monitoramento do PLHIS envolverá a avaliação regular, com base no conjunto de indicadores, dos resultados obtidos através das ações propostas confrontados com os objetivos e metas almejados. Através dessa avaliação, o progresso do PHLIS poderá ser acompanhado e suas ações mantidas, corrigidas ou redirecionadas.

1. Objetivos e Metas do PHLIS/Londrina

O PLHIS apresenta um conjunto de ações para resolver os problemas existentes e evitar problemas futuros. Dos eixos estruturantes do plano, foram selecionadas ações compatíveis para responder aos problemas diagnosticados e que podem ser sintetizadas como: (1) produção de novas moradias para suprir o déficit habitacional quantitativo atual (precariedade existente); (2) produção de novas moradias para suprir o déficit habitacional quantitativo, futuro (incremento populacional); (3) qualificação de infra-estruturas urbanas necessárias para situações já instaladas e para novos assentamentos; (4) produção de melhorias domiciliares (construção de módulo sanitários), (5) recuperação de habitações degradadas, (6) regularização urbanística e jurídica de assentamentos precários e nos loteamentos irregulares, (7) reordenamento institucional e readequação organizacional para que a Companhia de Habitação - COHAB-Ld possa cumprir sua finalidade, (8) reordenamento jurídico normativo para adequá-lo às necessidades do PHLIS, (9) qualificação da participação social.

Para tratar cada um desses elementos foi construída uma matriz a partir de eixos estruturantes apresentada em capítulo anterior. Os eixos estruturantes foram selecionados à partir dos objetivos proposto para este plano e seleciona ações, apresentando as metas específicas que se quer atingir, o horizonte temporal de implementação, os indicadores, a localização preferencial das ações, os programas

habitacionais disponíveis, a estratégia de desenvolvimento, e o custo global envolvido, indicando a fonte de financiamento.

2. Matrizes de monitoramento e avaliação.

A construção de matrizes para o monitoramento e avaliação dos elementos do plano teve como objetivo oferecer um material com capacidade descritiva suficiente para acompanhar o processo de implementação, não apenas em seus aspectos quantitativos, mas na dimensão qualitativa, onde o horizonte é a moradia digna.

A matriz contempla a identificação dos eixos, os indicadores a serem considerados, os descritores de desempenho e os meios de verificação.

Os eixos constituem-se nos elementos centrais do plano, sobre os quais se deverá atuar para a solução do problema central, que no caso deste plano é o enfrentamento do déficit de oferta de moradia digna para a população de baixa renda, tanto nas necessidades instaladas como na projeção das necessidades futuras.

Os indicadores de desempenho são instrumentos que permitem identificar e medir os aspectos relacionados em cada um dos elementos selecionados, aqui definidos como eixos estruturantes. Sua finalidade é traduzir de forma mensurável aspectos da realidade de forma a tornar operacional sua observação e avaliação.

Os descritores têm a finalidade de classificar as informações necessárias que deverão ser apropriadas para se realizar a avaliação. Constitui-se num facilitador para o acesso, localização e recuperação dos elementos considerado orientadores na consecução dos objetivos.

Os meios de verificação são instrumentos que o agente público e a sociedade utilizam para acessar a informação. Esses meios exigem, por vezes, competência técnica profissional específica, levantamentos de campo, avaliação através de questionários e entrevistas. Em outras situações, considerado o objeto de verificação, exige avaliação da execução orçamentária, acompanhamento de discussão no processo de produção e aprovação de leis. Para cada circunstância particular, a realização da verificação pode exigir detalhamento de critérios.

A montagem da matriz privilegiou os aspectos intrinsecamente relacionados com o objeto deste plano. Deixou de contemplar as questões globais que são condicionantes do sucesso quando estas se constituem em ações que não dependem diretamente dos gestores deste plano, mas se constitui em decisões políticas mais amplas, que só serão enfrentadas num processo de participação política do conjunto da sociedade, que podem se constituir em objeto de verificação “a posteriori”, a partir da estratégia que institui.

Na sequência, apresentamos as matrizes de monitoramento e avaliação elaboradas para cada um dos eixos selecionados.

2.1 Matriz Avaliativa: Eixo Infraestrutura.

Dimensões	Indicadores	Descritores	Meios de Verificação
Infraestrutura	1. Abastecimento de água	1. Percentual (%) de domicílios atendidos e adequadamente ligados aos sistemas	<ul style="list-style-type: none"> • verificação no projeto executivo
	2. Rede de Esgoto	2. Regularidade do abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> • vistoria ou observação de campo
	3. Coleta de lixo	3. Frequência, suficiência de pontos de coleta e adesão à coleta pública de lixo	<ul style="list-style-type: none"> • consulta junto aos responsáveis pelos serviços (concessionárias ou companhias)
	4. Iluminação Pública	4. Manutenção dos sistemas	<ul style="list-style-type: none"> • questionário com moradores
	5. Rede de eletricidade	5. Ligações clandestinas	
Solo	1. Qualidade da água de rios e lagos	1. Melhoria ou piora em relação aos indicadores aferidos no início da intervenção	- repetir o meio de verificação (análise de laboratório ou outro)
e Ambiente	2. Áreas verdes e áreas de lazer	2. Percentual (%) de áreas públicas equipadas para esporte e lazer ao ar livre 3. Percentual (%) de vias arborizadas 4. Manutenção/conservação da vegetação e das áreas de esporte e lazer	verificação no projeto executivo - vistoria ou observação de campo - questionário com moradores
	3. Destinação: esgotos	5. Destinação, segundo padrões para o local e de acordo com o projeto aprovado	- verificação no projeto executivo - vistoria ou observação de campo - questionário com moradores
	4. Destinação: águas pluviais		- consulta junto aos responsáveis pelos serviços
	5. Destinação: lixo	6. Especificidade da forma de destinação	
	6. Áreas de preservação Permanente (APP) e fundos de vale	7. Ocupação de encostas em desacordo com a situação prevista no projeto 8. Situação dos projetos de revegetação	- verificação no projeto executivo - vistoria ou observação de campo
	7. Encostas e áreas de risco geotécnico	9. Ocorrência de deslizamentos ou desmoronamentos 10. Existência de controle das áreas de risco potencial. 11. Manutenção das estruturas de contenção executadas.	- questionário com moradores
	8. Áreas de servidão		

2.2 Matriz Avaliativa Eixo Habitação

Dimensões	Indicadores	Descritores	Meios de Verificação
Habitação	1. Atendimento à demanda por moradias	1. Remoção das famílias das áreas de risco, APP e fundos de vale. 2. Oferta de moradias para atender o déficit básico. 3. Readequação urbanística das áreas de ocupação precária. 4. Atendimento preferencial para idosos, portadores de deficiências, mulheres chefes de família.	- número de famílias removidas. - número de moradias disponibilizadas. - projetos de readequação e verificação “in loco” - critérios utilizados para a seleção das famílias
	2. Adequação às funções básicas da unidade	1. Percentual (%) de domicílios com mais de 3 pessoas por dormitório 2. Percentual (%) de domicílios com sinais de umidade e ou rachaduras 3. Percentual (%) de domicílios sem ventilação e iluminação direta nos cômodos 4. Percentual (%) de domicílios que executam melhorias na unidade de acordo com projeto aprovado 5. Percentual (%) domicílios com evidências de cuidado estético	- verificação no projeto executivo - vistoria ou observação de Campo - questionário com moradores
	2. Adequação às funções das áreas comuns dos conjuntos multifamiliares	6. Existência de espaço comum para reuniões 7. Desvio de uso comum e apropriação privada de espaços de uso comum 8. Limpeza e manutenção das áreas e equipamentos comuns	
	3. Permanência das famílias/ repasse das unidades	9. Percentual (%) de famílias que não constam do cadastro elaborado no início da intervenção	- cadastro inicial - questionário com moradores

2.3 Matriz Avaliativa Eixo Legislação

Dimensões	Indicadores	Descritores	Meios de Verificação
Legislação	Inclusão no Plano Plurianual de recursos orçamentários para o Fundo de Habitação de Interesse Social.	Plano Plurianual contemplando recursos para o Fundo Municipal de Habitação (FMH).	Acompanhamento do processo de aprovação do PPA no legislativo municipal
	Definição de prioridades para investimentos na área de habitação.	Planejamento contemplando matriz de integração de prioridades no processo de elaboração do Orçamento Municipal	
	Estabelecimento de Índice para investimento em habitação social.	Projeto de lei instituindo percentual mínimo para o FMH	
	Delimitação de áreas de incidência do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e estabelecimento de padrões urbanísticos para sua ocupação.	Plano Diretor revisado com a inclusão das exigências para a regulamentação dos instrumentos do estatuto da cidade.	Projeto de lei propondo a inclusão das exigências e acompanhamento do processo de aprovação de emenda ao PDPML no legislativo municipal
	Revisão das alíquotas do IPTU progressivo.	Código tributário e PDPML contemplando ampliação da alíquota indicada pelo Estatuto da Cidade.	Atas de reunião para discussão da alíquota e definição de índices. Acompanhamento do processo de discussão e votação no legislativo municipal.
	Previsão no PDPML dos índices urbanísticos para a aplicação conforme obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.	PDPML reformulado com indicação dos índices urbanísticos para parcelamento e edificação e utilização compulsórios.	

Dimensões	Indicadores	Descritores	Meios de Verificação
Legislação	Previsão no PDPML de critérios para caracterização de imóveis não utilizados ou abandonados segundo as áreas e seus parâmetros de ocupação.	Metodologia de caracterização de subutilização ou abandono. Levantamento de imóveis abandonados ou subutilizados. Elaboração de decreto de lei dando destinação aos imóveis.	Atas de reuniões para discussão da metodologia. Relatório contendo a descrição dos imóveis cadastrados. Relatórios de destinação social dos imóveis.
	Identificação no PDPML das áreas de incidência e de vigência do direito de preferência.	Elaboração de emenda prevendo as áreas de vigência do direito de preferência.	Acompanhamento do processo de discussão e aprovação no Legislativo Municipal.
	Identificação no PDPML das áreas habilitadas a aplicação da outorga onerosa do direito de construir e os limites de coeficientes outorgados.	Emenda do PDPML com definição de área para a aplicação da outorga onerosa, e os limites de coeficientes outorgados. Projetos de lei regulamentando as aplicações do instituto da outorga onerosa.	Acompanhamento do processo de discussão e aprovação no Legislativo Municipal.
	Estabelecimento no PDPML de critérios para a aplicação de operações urbanas consorciadas.	Programa básico de ocupação, atendimento econômico e social para a população afetada pela operação. Estudo de impacto de vizinhança. Definição de contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados.	Ata de reunião para discussão dos procedimentos e indicação de contrapartidas. Regulamentação do instrumento. Acompanhamento do processo de discussão e aprovação no Legislativo Municipal.

Dimensões	Indicadores	Descritores	Meios de Verificação
Legislação	Estabelecimento de normativa legal para transferência do direito de construir.	Definição das regiões da cidade onde o instrumento poderá ser aplicado. Especificação dos critérios para a utilização do instrumento.	Atas de reunião. Acompanhamento do processo de discussão e aprovação no Legislativo Municipal.
	Regulamentação da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia.	Reformulação do PDML adequando-o a redação dos artigos 166 e 168 do PDPML estabelecendo o prazo indicado na Medida Provisória 2.202/2001 para caracterizar a situação consolidada.	Acompanhamento do processo de discussão e aprovação no Legislativo Municipal.
	Instituição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)	Projeto de lei de instituição das ZEIS	Acompanhamento do processo de discussão e aprovação no Legislativo Municipal.
	Alteração das competências do Conselho Municipal de Habitação para atuação na política de habitação de interesse social.	Elaboração de emenda a lei que instituiu o Conselho Municipal de Habitação.	Acompanhamento do processo de discussão e aprovação no Legislativo Municipal.
	Alteração dos objetivos do Fundo Municipal de Habitação para atender o PLHIS.	Elaboração de emenda na lei que institui o CMH dando nova redação aos objetivos do FMH.	Acompanhamento do processo de discussão e aprovação no Legislativo Municipal.
Legislação	Previsão legal de porcentagem de taxas e tarifas públicas relacionadas ao desenvolvimento urbano destinado ao Fundo Municipal de Habitação para produção de moradias, incluindo regularização fundiária.	Elaboração de propostas de lei.	Acompanhamento do processo de discussão e aprovação no Legislativo Municipal.

Dimensões	Indicadores	Descritores	Meios de Verificação
Legislação	Previsão legal de tratamento diferenciado para a cobrança de taxas e tarifas públicas para a população atendida pelo PLHIS (princípio da capacidade contributiva).	Elaboração de projeto de lei.	Acompanhamento do processo de discussão e aprovação no Legislativo Municipal.
	Aplicação do instituto de contribuição de melhoria toda vez que houver o fato gerador autorizador.	Identificação dos fatos geradores de incidência da contribuição de melhorias.	Relatórios da aplicação das taxas indicando as áreas de incidência e valores auferidos.

2.4 Matriz Avaliativa Eixo da Organização

Dimensões	Indicadores	Descritores	Meios de Verificação
Organização	Adequação da Estrutura Organizacional da Cohab-LD à Figura Jurídica.	Alteração do Estatuto Social. Redefinição de competências das unidades organizacionais. Definição de unidades de resultados.	Relatórios e atas de reunião. Acompanhamento de votação de projeto de lei. Relatório das discussões da reorganização.
	Redimensionamento do Quadro de Pessoal da COHAB	Contratação de pessoal técnico. Capacitação do quadro técnico administrativo em: gestão de projetos marketing e estabelecimentos de parcerias. Ajuste no quadro de estagiários: limite de 20% do quadro de pessoal efetivo.	Concurso público e contratação de pessoal.

Organização	Mapeamento de processos de Programas Habitacionais	Identificação de competências e responsabilidades.	Relatórios de acompanhamento.
	Desenvolvimento, implantação e manutenção de sistema de informação na área habitacional	<p>Implantação de banco de dados integrado.</p> <p>Desenvolvimento e software.</p> <p>Treinamento de pessoal para alimentação de banco de dados.</p> <p>Implantação gradativa de sistema georeferenciado.</p> <p>Aquisição de imagens de satélite com alta resolução.</p>	Acompanhamento da implantação do sistema em cada uma de suas etapas.

2.7 Matriz Avaliativa Eixo – SOLO

Dimensões	Indicadores	Descritores	Meios de Verificação
Solo	Estudos para a qualificação dos fundos de vale do município.	<p>Identificação dos fundos de vale.</p> <p>Estudos geotécnicos das áreas.</p> <p>Definição de parâmetros de intervenção.</p> <p>Elaboração de projetos.</p> <p>Estabelecimento de parceria público privada.</p> <p>Implantação de programas de recuperação.</p> <p>Desenvolvimento de programas de educação ambiental.</p>	<p>Relatórios dos estudos.</p> <p>Atas de reunião de discussão para seleção de parâmetros e projetos.</p> <p>Acompanhamento das parcerias estabelecidas.</p> <p>Acompanhamento in loco da implantação dos planos.</p> <p>Relatórios dos programas de educação ambiental.</p>
	Remoção das ocupações irregulares em fundos de vale e áreas de risco.	<p>Identificação das famílias a serem removidas das ocupações irregulares.</p> <p>Discussão para estabelecimento de estratégias para remoção.</p> <p>Escolha dos locais para reassentamento das famílias.</p> <p>Estabelecimento das condições adequadas para o assentamento.</p> <p>Acompanhamento do processo de realocação.</p>	<p>Avaliação in loco das condições de realocação.</p> <p>Relatórios das reuniões realizadas com a população.</p>
	Revitalização das áreas que sofreram remoção.	<p>Projetos de revitalização e estabelecimentos de parcerias.</p>	<p>Acompanhamento in loco do desenvolvimento dos projetos.</p>

3. Avaliação do PHLIS.

O monitoramento fornecerá as informações objetivas do processo de enfrentamento quantitativo e qualitativo das metas propostas. Estas informações permitirão a avaliação dos parâmetros estabelecidos para o enfrentamento dos problemas e se estes se mostraram suficientes e adequados.

Isto implica em dizer que o fato de se atingir uma meta estabelecida não implica necessariamente em sucesso, uma vez que as metas podem ser sub ou superdimensionadas por um lado, e por outro essas podem não ter sido adequadas para a solução do problema.

Assim, enquanto o monitoramento diz respeito ao acompanhamento, passo a passo, das metas estabelecidas, a avaliação implica na consideração da qualidade da meta proposta. Assim, o processo avaliativo não é pontual, pois abrange a articulação temporal e espacial de diferentes metas na obtenção do resultado final.

Esse esforço de compreender o comportamento do conjunto das intervenções é que fornecerá as informações necessárias para a revisão do plano.

4. Revisão.

Um dos princípios do planejamento é a sua flexibilidade. Quando se trata de intervenções de grande complexidade este princípio é condição *sine-qua-non* de sua possibilidade de sucesso. A dinâmica econômica, política e social são fatores intervenientes decisivos na manutenção da direção escolhida. Esses fatores são de baixa previsibilidade, e particularmente voláteis no contexto de uma economia globalizada. Fatores externos, que não dizem respeito apenas à direção política local, podem impactar, tanto positiva como negativamente, a consecução de objetivos propostos.

Assim, o PHLIS deverá, com base em avaliação realizada, ser revisto periodicamente. Sugerimos que revisões parciais seja objeto das Conferências Municipais que são realizadas regularmente. As Conferências são momentos privilegiados, onde a sociedade e o poder público enfrentam de forma sistemática uma problemática, no caso a habitação, e indicam correção de rumos na orientação das políticas, das estratégias e das práticas.

A revisão permitirá a adequação das metas, das estratégias, das formas de controle e acima de tudo a adequação às diretrizes, aos princípios eleitos, e aos objetivos propostos.

Este processo permitirá, por sua vez, a qualificação da participação social, que emergirá da condição mera reivindicadora em face ao poder público, para a condição de co-planejadora das políticas públicas na área da habitação.

BIBLIOGRAFIA

BORTOLOTTI, João Baptista. PLANEJAR É PRECISO: MEMÓRIAS DO PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA. Londrina: Midiograf, 2007.

CARVALHO PINTO, Vitor. Do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios. Estatuto da Cidade Comentado. Liana Portilho Mattos (org). Belo Horizonte: Mandamentos, 2002

DALLARI, Adilson Abreu; DI SARNO, Daniela Campos Libório (coord.). Direito urbanístico e ambiental. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (coord). Coletânea de legislação urbanística; normas internacionais, constitucionais e legislação ordinária. Belo Horizonte: Fórum. 2010.

FORTINI, Cristiana; ESTEVES, Júlio César dos Santos; FONSECA DIAS, Maria Tereza (org). Políticas públicas : possibilidades e limites. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

GERALDES, André Gustavo de Almeida. Tutela jurídica dos mananciais. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

LIMA, Fausto C. PRESTES MAIA EM LONDRINA: MODERNO EM QUE SENTIDO? Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 2000

LIMA MARQUESA, Claudia; MEDAUAR, Odete; TELES DA SILVA, Solange (coord.). O novo direito administrativo, ambiental e urbanístico: estudos em homenagem à Jacqueline Morand-Deville. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

MARENGO, José A., Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI / José A. Marengo – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006;

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 8ª. edição atualizada, p.122

MILARÉ, E. Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 3ª Edição – Revista, Atualizada e Ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. (Pág. 201)

MUKAI, Toshio. Temas atuais de Direito Urbanístico e Ambiental. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

POLIDORO, M.; Takeda, M.M.G.; Barros, O.N.F. (70-77), Rev. Geogr. Acadêmica v.3, n.1 (vi.2009), ISSN 1678-7226 - Análise temporal do processo de conurbação na região de Londrina-PR por meio de imagens Landsat;

POLIDORO, M.; DRZ Geotecnologia e Consultoria; UEL – “Análise da evolução da mancha urbana em londrina-pr através das técnicas de sensoriamento remoto” – Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 811-818;

PORTILHO MATTOS, Liana(org). Estatuto da Cidade comentado. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

SAULE Júnior, Nelson (coord). Direito à cidade. Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: Max Limonad, 1999.

SILVA, José Afonso. Direito urbanístico brasileiro, p. 127.

SUZUKI, J. H.; Considerações sobre o urbanismo de Londrina e suas relações com o modelo da cidade-jardim. TERRA E CULTURA, ANO XVIII, Nº 35;

ZAPPAROLI, I. D.; "Zona de Transição em Londrina-Pr: as questões urbanas e rurais na oferta de parcelamento de lotes", UEL, publicado pela "Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER", Rio Branco, 2008.

BRASIL, Constituição Federal, 1988;

BRASIL, Lei Federal nº. 6766/1979 e nº. 9.785/1999 – Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano;

BRASIL, Lei Federal nº. 10.257/2001 – Estatuto da Cidade;

BRASIL, Lei Federal nº. 11.124/2005 Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS;

BRASIL, Lei Federal nº. 11.888/2008 – Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº. 11.124, de 16 de junho de 2005;

BRASIL, Lei Federal nº.11.977/2009 – Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas;

BRASIL, Lei Federal nº. 11.888 de 24 de dezembro de 2008 – Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005;

BRASIL, Lei Federal nº.11.445 de 05 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978;

BRASIL. Estatuto da Cidade (2002). Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2ª edição, 2002. ISBN 85-7365-224-1;

ESTADUAL, Lei Complementar 119/2007. Lei que instituiu o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social e criou o Fundo Estadual de Habitação e Regularização de Interesse Social.

LONDRINA, Lei 10.267/07. Criou o Conselho Municipal de Habitação e instituiu o Fundo Municipal de Habitação de Londrina.

LONDRINA, Lei 10.730/09. Dispõe sobre incentivos ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

LONDRINA, Lei 10.967/2010. Dispõe sobre a política municipal do saneamento básico.

LONDRINA, Lei Municipal nº.10.637 de 24 de dezembro de 2008 – Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Londrina;

LONDRINA, Lei Municipal nº.7486 de 20 de julho de 1998 – Estabelece critérios para concepção do sistema viário municipal;

LONDRINA, Lei Municipal nº.7482 de 20 de julho de 1998 - Institui o Plano Diretor do Município de Londrina

LONDRINA, Lei Municipal nº.7483 de 20 de julho de 1998 - Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no Município de Londrina;

LONDRINA, Lei Municipal n°.7484 de 20 de julho de 1998 - Define o Perímetro da Zona Urbana e da Zona de Expansão Urbana do Distrito Sede do Município de Londrina;

LONDRINA, Lei Municipal n°.7485 de 20 de julho de 1998 - Dispõe sobre o Uso e a Ocupação do Solo na Zona Urbana e de Expansão Urbana de Londrina;

LONDRINA, Lei Municipal n°.4.607 de 17 de dezembro de 1990 – Institui o Código de Posturas do Município;

LONDRINA, Lei Municipal n°.281 de 26 de outubro de 1955 – Institui o Código de Obras do Município de Londrina;

LONDRINA, Lei Municipal n°.7486 de 20 de julho de 1998 - Estabelece critérios para concepção do Sistema Viário do Distrito Sede do Município de Londrina;

LONDRINA, Lei Municipal n°. 10.450 de 10 de março de 2008 – Estabelece as gratuidades no sistema de transportes;

SÃO PAULO, Lei Municipal n°.15.234 de 01 de julho de 2010 – Institui os instrumentos para cumprimento da Função Social da Propriedade Urbana;

CD-ROM. Plano Diretor Participativo do Município de Londrina e leis complementares.

CD-ROM. Minuta do anteprojeto de criação das Zonas Especiais de Interesse Social.

“EAD – PLHIS” - Curso a Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2009. ISBN 978.85-60133-98-7;

COHAB LD, Prefeitura Municipal de Londrina. “Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais – PEMAS, 2002;

CENSO DEMOGRÁFICO de 2.000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística);

Censo Demográfico de 2.010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística);

COHAB LD, Prefeitura Municipal de Londrina. “Plano Municipal de Habitação” elaborado: “Instituto Fazer”, 2006 e atualizado em 2009;

COHAB LD / Programa Habitar Brasil/BID. Subprograma de Desenvolvimento Institucional de Municípios – DI. “Relatório pró Lei Municipal Específica de Zonas Especiais de Interesse Social

ZEIS – elaborado por: Ecopolis, outubro de 2009;

PERFIL do Município de Londrina – 2009 (Ano Base 2008). Secretaria de Planejamento – DP/GPI, Prefeitura do Município de Londrina;

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. “Déficit Habitacional no Brasil 2005” / Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2006. 120p. Projeto PNUD – BRA – 00/019 – Habitar Brasil – BID;

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. “Déficit Habitacional no Brasil 2007” Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. – Brasília, 2009. 129p. Projeto PNUD – BRA – 00/019 – Habitar Brasil BID. ISBN: 978-85-60133-93-2;

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento – SNIS. “Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2008” – Informações e Indicadores Municipais 2008. Brasília: MCIDADES. SNSA, 2010;

PNAD (IBGE, 1982 a 2004). Projeção Populacional (CEDEPLAR, 2007). Projeção Taxas de Chefia de Domicílio (ICAM e CEDEPLAR, 2007);

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. “Convênio Secretaria Nacional de Habitação – Ministério das Cidades – CEDEPLAR – UFMG”, PRODUTOS 3A e 5, Belo Horizonte, abril de 2007, revisado em dezembro de 2007;

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. “Carta do Rio de Janeiro” - Declaração pelo Direito à Cidade como Paradigma para a Existência de Cidades Democráticas, Justas, Sustentáveis e Humana - Fórum Urbano Mundial 5 – FUM5, 26/03/ 2010;

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. “Manifesto Frente Parlamentar Pela Reforma Urbana” – 1988;

PARANÁ, “Anuário Estatístico de Transito do Paraná 2008” – DETRAN PR;

PARANÁ, “Dados Estatísticos de Transito do Paraná 2010” – DETRAN PR;

PARANÁ, “Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná PEHIS PR – ETAPA I _ Proposta Metodológica”- COHAPAR PR, Curitiba, abril de 2010;

LONDRINA, “Cartilha Pé na Faixa – formação de multiplicadores” – CMTU – Prefeitura Municipal de Londrina, 2009;

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – Prefeitura de Santo André, 2006.

IPEA, Comunicados do IPEA nº69, “Evolução das despesas com habitação e transporte público nas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF): análise preliminar - 2002-2009, publicado em 12/2010;

IPEA, Comunicados do IPEA nº68, “Análise preliminar dos dados do Censo 2010”, publicado em 12/2010.

IPARDES. **Referências ambientais e socioeconômicas para o uso do território do Estado do Paraná: uma contribuição ao zoneamento ecológico-econômico.** Curitiba: IPARDES, 2006. 160p.

DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL – Municípios selecionados e microrregiões geográficas/ Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. 2. ed. - Belo Horizonte, 2005.

PLANHAB. PRODUTO 6 – Relatório. Estudo sobre a estruturação de modelo de garantias e seguros. Simulações socioeconômicas de população por faixas de renda e tipologia de cidades Contrato nº 4700003921, Ref. BID Nr: 4000007130. BRA/00/019 – Habitar – BID. 2008.

HABITAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM CIDADES MÉDIAS – O CASO DE LONDRINA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL. Universidade Estadual de Londrina - UEL/1996.

PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS:

Companhia de Habitação de Londrina – COHAB LD, Grupo Técnico;
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL, Grupo técnico;
Assistência Técnica e Extensão Rural – Instituto EMATER – PR, Grupo Técnico de Londrina;
Companhia Municipal de Transito e Urbanização – CMTU, Gerência de Transporte;
Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR;
Companhia de Energia Elétrica do Paraná – COPEL;
Departamento Estadual de Transito / Londrina – DETRAN PR, solicitação de dados;
Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Grupo Técnico da secretaria;

Secretaria Municipal de Planejamento, solicitação de dados;
Secretaria e Autarquia Municipal de Saúde, Grupo Técnico do Programa Saúde da Família;
Secretaria Municipal Assistência Social, solicitação de dados;
Secretaria Municipal da Fazenda, solicitação de dados;
Secretaria Municipal de Obras, solicitação de dados;

Sites pesquisados

Constituição Federal da República de 1988. In <http://www.planalto.gov.br>
Lei 11.977/09. In <http://www.planalto.gov.br>
Lei 6766/79. In <http://www.planalto.gov.br>
Lei 10257/01. In <http://www.planalto.gov.br>
Resolução Conama n. 369/2006. In <http://www.mma.gov.br/conama>
Lei 4.771/65. Código Florestal. In <http://www.planalto.gov.br>
Lei 11.124/05. In <http://www.planalto.gov.br>
MP 514/10. In <http://www.planalto.gov.br>
PARANÁ. Lei 1211/53. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. In <http://www.alep.pr.gov.br>
CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. Lei Orgânica do Município de Londrina. In <http://www.cml.pr.gov.br>
Lei 7303/99. Código Tributário do Município de Londrina. In <http://www.cml.pr.gov.br>
Lei 7483/98. Lei de parcelamento do solo para fins urbanos. In <http://www.cml.pr.gov.br>
Lei 7486/98. Dispõe sobre o sistema viário. In <http://www.cml.pr.gov.br>
Lei 7495/98. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano. In <http://www.cml.pr.gov.br>
Lei 4607/90. Código de Posturas. In <http://www.cml.pr.gov.br>
Lei 281/55. Código de Obras. In <http://www.cml.pr.gov.br>
Lei 4806/91. Dispõe sobre a política municipal do meio ambiente. In <http://www.cml.pr.gov.br>
Lei 6151/95. Lei de aprovação de novos loteamentos. In <http://www.cml.pr.gov.br>
Lei 10.637/2008. Plano Diretor Participativo do Município de Londrina. In <http://www.londrina.pr.gov.br>
Lei 10.850/2009. Lei de incentivos ao Programa Minha Casa, Minha Vida. In <http://www.cml.pr.gov.br>
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS -
<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92B6B6420E96>. Acesso em Fevereiro de 2011
ÍNDICE GERAL DE PREÇOS. Disponível em <http://www.portalbrasil.net/index.php/layout/indices-financeiros/123-igp-di-indice-geral-de-precos> Acesso em Fevereiro de 2011.
MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – Manual das Receitas Públicas - disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>
MINISTÉRIO DA FAZENDA, SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Estados e Municípios. Disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> . Acesso em Fevereiro de 2011.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/fundeb>. Acesso em Fevereiro de 2011
RELAÇÃO DE TRIBUTOS – Disponível em www.deolhonoimposto.org.br Acesso em Fevereiro de 2011.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. – Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm> . Acesso em fevereiro de 2011
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. In <http://www.ibdu.org.br>
Instituto Polis. In <http://www.polis.org.br>
Supremo Tribunal Federal. In <http://www.stf.jus.gov.br>
DICAS, Instituto Polis, n. 127. O que fazer com fundos de vales? DICAS, Instituto Polis, n. 198. Salvar as nascentes. <http://www.polis.org.br/publicacoes/dicas>

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIHPEC - Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos
 ABIPLA - Associação Brasileira da Indústria de Produtos de Limpeza e Afins
 ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
 ACESF – Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina
 ACIL - Associação Comercial e Industrial de Londrina
 ALL - América Latina Logística do Brasil
 AMEPAR – Associação dos Municípios do Médio Paranapanema
 AMS - Autarquia Municipal de Saúde
 APPS - Áreas de Proteção Permanente
 BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
 BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 BNH - Banco Nacional de Habitação
 CA - Código Ambiental
 CAAPSM - Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensão dos Serv. Públicos Municipais de Londrina
 CC - Conselho das Cidades
 CCB - Código Civil Brasileiro
 CDRU - Concessão do Direito Real de Uso
 CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais
 CEF - Caixa Econômica Federal
 CEHIS - Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social
 CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem
 CEPEVE - Conselho das Organizações dos Profissionais da Reciclagem dos Resíduos Sólidos de Londrina
 CF - Código Florestal
 CF - CONSTITUIÇÃO FEDERAL
 CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
 CMA - Código Municipal do Ambiente
 CMHL - Conselho Municipal de Habitação de Londrina
 CMN - Conselho Monetário Nacional
 CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
 CMPPCL - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural
 CMS - Conselho Municipal de Saúde
 CMTU - Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina
 CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear
 CODEL - Instituto de Desenvolvimento de Londrina
 COE - Código de Obras e Edificações
 COHAB/LD - Companhia de Habitação de Londrina
 COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná
 CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

COOPERSIL - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Londrina
 COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica
 CP - Código de Posturas
 CPVT - Consulta Prévia de Viabilidade Técnica
 CR - Constituição da República
 CRAS - Centros de Referência em Assistência Social
 CRI - Cartório de Registro de Imóveis
 CTM - Código Tributário Municipal
 CTN - Código Tributário Nacional
 CTN - Companhia Telefônica Nacional
 CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná
 CUEM - Concessão de Uso Especial para fins de Moradia
 DBO - Demanda Bioquímica de Oxigênio
 DF - Distrito Federal
 DI - Disponibilidade Interna
 DQO - Demanda Química de Oxigênio
 DRU - Direito Real de Uso
 EC - Emenda Constitucional
 EC - Estatuto da cidade
 EEE - Estações Elevatórias de Esgoto
 EIV - Estudo de impacto de Vizinhaça
 EJA - Educação de Jovens e Adultos
 EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
 ETE- Estações Elevatórias e Linhas de Recalque Estação de Tratamento de Esgoto
 FAR - Fundo de Arrendamento Residencial
 FAS - Fundo de Ação Social
 FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
 FDS - Fundo de Desenvolvimento Social
 FEHRIS - Fundo Estadual de Habitação e Regularização de Interesse Social
 FEL - Fundação do Esporte de Londrina
 FES - Floresta Estacional Semidecidual
 FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
 FGV - Fundação Getúlio Vargas
 FINBRA - Finanças do Brasil
 FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social
 FJP - Fundação João Pinheiro
 FMH - Fundo Municipal de Habitação
 FMHL - Fundo Municipal de Habitação de Londrina
 FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
 FPM - Fundo de Participação dos Municípios
 FPM - Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEB - do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
 GAZEIS - Grupo de Acompanhamento das Zonas Especiais de Interesse Social
 GEIPOT - Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes
 HBB - Programa Habitar Brasil BID
 HIS - Habitação de Interesse Social
 HM - Habitação de Mercado
 HMP - Habitação de Mercado Popular
 IBDU - Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
 IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
 IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
 IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
 INCC - Índice Nacional da Construção Civil
 INFRAAEREO - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
 INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
 IPA - Índice de Preços no Atacado
 IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
 IPC - Índice de Preços ao Consumidor
 IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 IPK - Índice de Passageiro por km
 IPPUL - Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina
 IPT - Instituto Tecnológico de Pesquisas
 IPTU - Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana
 IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
 IR - Imposto de Renda
 IRSAS - Informatização da Rede de Serviços Assistenciais,
 IRSAS - Informatização da Rede de Serviços Assistenciais
 ITBI - Imposto sobre transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso inter vivos
 LO - Lei Orgânica do Município de Londrina
 MAL - Museu de Arte de Londrina
 MC - Ministério das Cidades
 MP - Medida Provisória
 NBA - Norma Brasileira de Acessibilidade
 NRE - Núcleo Regional de Ensino
 OGU - Orçamento Geral da União
 OO - Outorga Onerosa
 OUC - Operações Urbanas Consorciadas
 PAC - Programa de Aceleração Fiscal
 PAR - Programa de Arrendamento Residencial
 PBQP-H - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat

PDPML - Plano Diretor Participativo do Município de Londrina

PEA - População Economicamente Ativa

PEHIS - Política Estadual de Habitação de Interesse Social

PFM - Política Fundiária Municipal

PGPD - Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento

PGRSS - Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde

PIB - Produto Interno Bruto

PLANAB - Plano Nacional de Habitação

PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida

PMHL - Política Municipal de Habitação de Londrina

PML - Prefeitura Municipal de Londrina

PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNH - Política Nacional da Habitação

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PNHU Programa Nacional de Habitação Urbana

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

PPC - Preservação do Patrimônio Cultural;

PPCL - Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Londrina

PPM - Poder Público Municipal

PPPs - Parcerias Público-Privadas

PRFS - Plano de Regularização Fundiária Sustentável

PROEJA - Profissionalização de Educação Jovens e Adultos

PROMIC - Programa Municipal de Incentivo à Cultura

PROMIC - Programa Municipal de Incentivo à Cultura

PSH - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

PSML - Plano de Saneamento do Município de Londrina

RAIS -Relação Anual de Informações Sociais

RALF - Reatores Anaeróbios de lodo Fluidizado

RCC - Resíduos da Construção Civil

Redur -Representação de Desenvolvimento Urbano-CEF

RFF - Rede Ferroviária Federal

RML - Região Metropolitana de Londrina

SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná

SEDU - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano

SEHIS - Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente

SEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento de Londrina

SERCOMTEL - Serviços de Comunicações Telefônicas de Londrina S/A

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SFI - Sistema Financeiro Imobiliário

SIAB - Sistema de Informações de Atenção Básica

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SMC - Secretaria Municipal de Cultura.

SMOP - Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação

SNH - Secretaria Nacional de Habitação

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento do Ministério das Cidades

SRCPHBB - Saldos Residuais de Contratos de Programas HBB

STF - Supremo Tribunal Federal

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SUS - Sistema Único de Saúde

SV - Sistema Viário

TCGLL - Transporte Coletivo Grande Londrina Ltda

TDC - Transferência do Direito de Construir

UBSs- Unidades Básicas de Saúde

UEL - Universidade Estadual de Londrina

VAF - Valor Adicionado Fiscal

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

ZR3 - Zona Residencial Três
